

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VINICIUS FRANCISCO MARCHESE

**MUNIZ FREIRE E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ESPÍRITO SANTO
A CONSTRUÇÃO DE UMA HERANÇA POLÍTICO-IDEOLÓGICA NO
TERRITÓRIO CAPIXABA**

VITÓRIA

2017

VINICIUS FRANCISCO MARCHESE

**MUNIZ FREIRE E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO ESPÍRITO SANTO
A CONSTRUÇÃO DE UMA HERANÇA POLÍTICO-IDEOLÓGICA NO
TERRITÓRIO CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração Estudos Urbanos e Regionais.

Orientador: Prof. PhD. José Francisco Bernardino Freitas

VITÓRIA

2017

**“MUNIZ FREIRE E O DESENVOLVIMENTO
GEOGRÁFICO DESIGUAL NO
ESPÍRITO SANTO
A Construção de uma Herança
Político-Ideológica no Território Capixaba.”**

VINICIUS FRANCISCO MARCHESE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 15 de Setembro de 2017.



PROF. DR. JOSE FRANCISCO BERNARDINO FREITAS – ORIENTADOR - UFES



PROF. DR. CLÁUDIO LUIZ ZANOTELLI – UFES



PROF. DR. EDUARDO RODRIGUES GOMES – IFES/PIÚMA

Em conformidade com as normas prescritas na portaria normativa nº. 02/2016, a assinatura do membro orientador (José Francisco Bernardino Freitas) é representada neste documento pela respectiva assinatura do presidente da comissão julgadora, o Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

M316m Marchese, Vinicius Francisco, 1986-
Muniz Freire e o desenvolvimento geográfico desigual no
Espírito Santo : a construção de uma herança político-ideológica
no território capixaba / Vinicius Francisco Marchese. – 2017.
177 f. : il.

Orientador: José Francisco Bernardino Freitas.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Freire, José de Mello Carvalho Muniz, 1861-1918. 2.
Disparidades regionais. 3. Espírito Santo (Estado) – Política e
governo. 4. Espírito Santo (Estado) – Condições econômicas. I.
Freitas, José Francisco Bernardino. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 91

“Impossível é apenas uma palavra usada pelos fracos que acham mais fácil viver no mundo que lhes foi determinado do que explorar o poder que possuem para muda-lo. O impossível não é um fato consumado. É uma opinião. Impossível não é uma afirmação. É um desafio. O impossível é algo potencial. O impossível é algo temporário. Nada é impossível”.

(Muhammad Ali)

Dedico este trabalho especialmente à minha mãe, Vanda Francisco da Penha, meu grande amor e minha eterna fonte de inspiração.

E aos amigos, *in memoriam*, Frei Márcio Araújo Terra, Douglas Policarpo Francisco (primo) e Edson Fernandes dos Santos (tio).

AGRADECIMENTOS

Tão difícil quanto, ou até mais do que desenvolver toda a dissertação aqui apresentada, é fazer justiça a todos os que passaram por mim e de alguma forma marcaram minha vida. Com certeza, esta pequena sessão de agradecimentos não contemplará a importância que muitos tiveram para que eu chegasse até este ponto. Por isso, contrariando o que me é de praxe, tentarei ser breve ao registrar as pessoas que não poderiam ficar de fora destes parágrafos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha amada mãe por todos os sacrifícios, as coisas que teve que abrir mão e superar para me conceder uma formação digna, mesmo que em muitos momentos fosse criticada por escolhas que tenha feito (acho que demos certo heim mãe!? Conseguimos calar nossos críticos. rrsrs). Saiba que todos meus atos e pensamentos são direcionados a você, esperando, assim, com cada conquista, honrar e alegrar seus dias ao meu lado.

Gostaria também de agradecer às minhas madrinhas e todos os meus familiares (a família é muito grande para nomeá-los) que nos momentos de dificuldade ajudaram minha mãe em minha educação e no suprimento de nossas necessidades, seja pagando minha escola, seja comprando os inúmeros livros que sempre demandei e assim por diante. Em especial, gostaria de agradecer a minha prima Aline Schneider que, com sua formação e conhecimento, se deu ao trabalho de ler e corrigir os possíveis erros de português desta dissertação.

Também não poderia deixar de lembrar com gratidão de todos os meus colegas de trabalho, pelas horas de conversa e descontração que me aliviavam do *stress* do mestrado, em especial Ana Paula Martins de Barros, Jandson Mattozzo Peixoto e Raphaella Guimarães Soares, que com toda paciência me socorreu nos momentos em que precisava dar aquela escapadinha das aulas para concluir essa dissertação. Não poderia deixar de lembrar dos meus alunos, que acompanharam tal saga desde o início e tanto me incentivaram ao longo desta dura jornada, seja com suas palavras de carinho, seja com o apoio moral sempre bem-vindo. Somam-se a estes, dois personagens que me moldaram como profissional: Dorian Miranda Rangel e Rosângela Frizzera Meira. A observação do trabalho desempenhado por ambos, as críticas direcionadas às minhas atividades, sempre construtivas, e suas sugestões/orientações, me tornaram o profissional da educação que sou hoje.

Agradeço também aos amigos Viviane Mozine Rodrigues, que praticamente me obrigou a participar do processo seletivo para o mestrado, e Marcelo Lema Del Rio Martins, com quem partilho aulas desde a primeira infância e tive o prazer de dividir, mais uma vez, as salas de aula na pós-graduação em Geografia da UFES.

Aos Professores Ana Carolina Gonçalves Leite e Cláudio Luiz Zanotelli, que nunca se furtaram em me orientar e aplacar minhas inquietações via telefone ou em meio aos corredores do curso. Saibam que seus comentários e críticas me fizeram repensar inúmeras coisas, abrindo novas perspectivas interpretativas, novas curiosidades e rumos intelectuais. Em suma, suas falas foram essenciais para a melhoria deste trabalho, bem como aumentaram meu desejo e a certeza de querer seguir na vida acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES e ao fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo, suporte e por oportunizar o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também às meninas da secretaria, Izadora e Luciana, por toda atenção, disponibilidade e cuidado com os inúmeros pós-graduandos (sabemos que não somos fáceis e que sempre que aparecemos não é para levar soluções, mas sim problemas e angústias, por isso fica reiterado aqui meu agradecimento rrsrs).

E, por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, José Francisco Bernardino Freitas, por quem desenvolvi uma profunda admiração. MUITÍSSIMO obrigado por ter aceito me orientar, mesmo sabendo que eu não era de sua área de formação e que o senhor não estava familiarizado com o cabedal teórico o qual utilizaria. Só por isso já teria muito o que agradecer, mas também quero registrar toda a sua paciência (ou falta dela em alguns momentos), suas críticas certeiras, seus puxões de orelha e sugestões de leitura que me colocaram no rumo necessário para que pudesse concluir o empreendimento dessa dissertação. Seu trabalho comigo foi irretocável! Sentirei saudades!!! ♥♥♥

RESUMO

A presente dissertação versará sobre a Geo-História do Espírito Santo e a influência que José de Melo Carvalho Muniz Freire, Presidente do Estado por dois mandatos (1892-1896 e 1900-1904), teve na inserção deste território em uma lógica de Desenvolvimento Geográfico Desigual. Tendo em vista as prerrogativas ainda hoje observáveis de um franco desequilíbrio político-econômico entre a capital e o restante do Espírito Santo, a investigação aqui proposta buscará identificar o ponto de inflexão nesta organização territorial, na qual a capitalidade política de Vitória também adquire ares culturais e econômicos, centralizando todos os poderes nesta cidade e relegando as demais áreas a meros coadjuvantes: territórios integrados e subservientes à “Cidade Presépio”. Para tanto, serão utilizados conceitos e teorias de geógrafos como David Harvey, Neil Smith e Milton Santos para justificar as hipóteses propostas, além de trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e obras de autores clássicos e recentes da historiografia capixaba, servindo como base para os relatos que aqui serão traçados. Em assim sendo, visando construir tais relatos para mais tarde analisá-los, realizar-se-á uma retomada da história local, uma espécie de tentativa de se registrar parte da herança a qual teriam acesso os primeiros governantes deste novo período no Espírito Santo. Ao se alcançar o início do republicanismo estadual serão observados o contexto aqui existente, como sua economia, estrutura produtiva, aspectos sociais, dentre outros temas considerados chave à compreensão de como era o Estado na virada dos séculos XIX para o XX. Dalí em diante serão observados os dois mandatos de Muniz Freire a frente do território capixaba e seus principais feitos, destacadamente a confecção do Projeto do Novo Arrabalde e a estruturação de uma nova lógica de circulação e transportes baseada no setor ferroviário e na reforma, expansão e aparelhamento do Porto de Vitória. Desse modo, crê-se que, a partir da análise do papel que este governante teve para o Estado, sendo considerado por muitos uma das principais figuras políticas capixabas, bem como a partir da análise de seu ideal positivista consubstanciado em discursos de cunho modernizante e obras deveras pretensiosas para a época, se poderá observar com clareza as mudanças na Divisão Territorial do Trabalho capixaba, antes regida pelos extremos do território, Cachoeiro de Itapemirim ao Sul e São Mateus ao Norte, para a capital, somando-se ainda o estreito vínculo criado entre esta cidade e o Estado vizinho à Oeste, Minas Gerais. Em suma, o que se pretende demonstrar neste trabalho é o caminhar da história local e sua mudança de rota pautada em ideais político-econômicos de um personagem que sintetizava os ideais da época e os anseios da elite local, mesmo que, para isso, tenha mergulhado o Espírito Santo em uma estrutura pautada no Desenvolvimento Geográfico Desigual.

Palavras-Chave: Muniz Freire – Espírito Santo – Desenvolvimento Geográfico Desigual

ABSTRACT

This dissertation will deal with the Geo-History of Espírito Santo and the influence that José de Melo Carvalho Muniz Freire, President of the State for two mandates (1892-1896 and 1900-1904), had in the insertion of this territory in a logic of Uneven Geographical Development. In view of the prerogatives still observable today of a noticeable political-economic imbalance between the capital and the rest of Espírito Santo, The research proposed here, will seek to identify the point of inflection in this territorial organization, in which the political capital, Vitória, also acquires cultural and economic character, centralizing all the powers in this city and relegating the other areas to barely auxiliaries: territories integrated and subservient to the "Crib City". For that, concepts and theories of geographers such as David Harvey, Neil Smith and Milton Santos, will be used to justify the hypotheses proposals, as well as academic works (dissertations and theses) and classic and recent works of the capixaba historiography, serving as the basis for the reports that will be settled down. Thus, in order to construct such reports and later analyze them, a resumption of local history, a kind of attempt to register part of the inheritance to which the first governors of this new period in Espírito Santo would have access. When the beginning of state republicanism is reached, the context here will be observed, such as its economy, productive structure, social aspects, among other topics considered key to an understanding of what the state was like at the turn of the nineteenth to the twentieth centuries. Thereafter in will be observed the two mandates of Muniz Freire in front of the territory and his main achievements, notably the confection of the Novo Arrabalde Project and the structuring of a new logic of traffic and transportation based on the railway sector and the reform, expansion and equipment of the Port of Vitória. Thus, it is believed that, from the analysis of the role that this Govern had for the State, being considered by many a of the main capixaba political figures, as well as from the analysis of his positivist ideal embodied in discourses of a modernizing nature and very pretentious works for the time, it will be possible to observe with clarity the changes in the capixaba Territorial Division of Labor, before ruled by the territory, Cachoeiro de Itapemirim to the south and São Mateus to the north, to the capital, adding to the close bond created between this city and the neighboring State to the west, Minas Gerais. In short, what we intend to demonstrate in this work is the journey of local history and its change of route based on political-economic aspects of a character that epitomized the ideals of the time and the yearnings of the local elite, even if, for this, he has immersed the Espírito Santo in a structure based on the Uneven Geographical Development.

Keywords: Muniz Freire – Espírito Santo – Uneven Geographical Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dez passos para se compreender a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual	59
Figura 2: Estrutura do Poder na Primeira República.....	85
Figura 3: Estrutura social capixaba ao longo da Primeira República.....	86
Figura 4: Genealogia simplificada do Clã Pinto Ribeiro tendo por centro o Capitão-Mor Francisco Pinto Homem de Azevedo	90
Figura 5: Genealogia simplificada do Clã dos Monteiro.....	91
Figura 6: Ocupação territorial do Espírito Santo na última década do século XIX: cidades-polo importantes no escoamento da produção e respectivas regiões produtivas. REGIÃO CENTRAL – Vitória; REGIÃO NORTE – São Mateus; REGIÃO SUL – Cachoeiro do Itapemirim.....	103
Figura 7: Síntese da Configuração Espacial e sua Estrutura Produtiva no Espírito Santo no Final do Século XIX	104
Figura 8: Princípios defendidos por Muniz Freire para a “Reconstrução do Espírito Santo”	116
Figura 9: Planta da ilha de Vitória em 1896 esboçando o Projeto do Novo Arrabalde.....	134
Figura 10: Projeto do Novo Arrabalde, em 1896, com destaque para a área de intervenção.	134
Figura 11: Alterações na Cidade de Vitória ao longo da Primeira República – Períodos de 1895, 1910 e 1928	139
Figura 12: Evolução cronológica dos aterros e do desenvolvimento territorial do Município de Vitória.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição das Escalas do Desenvolvimento Desigual em Neil Smith (1988)	52
Quadro 2: Presidentes Eleitos no Espírito Santo ao longo da Primeira República	89

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: José de Melo Carvalho Muniz Freire.....	111
Fotografia 2: A “Cidade-Presépio” na segunda metade do século XIX, vendo-se em primeiro plano as igrejas de São Gonçalo e São Thiago e, ao fundo, o Penedo	129
Fotografia 3: Transporte de produtos para o Porto de Vitória pela Leopoldina Railway, na primeira metade da década de 1910	150
Fotografia 4: Trecho da Estrada de Ferro Vitória-Minas sendo construído em Coronel Fabriciano (MG), em 1924	152
Fotografia 5: Cidade e Cais Comercial de Vitória em 1910.....	157
Fotografia 6: Cais Comercial de Vitória no início da década de 1920.....	158
Fotografia 7: Ilha do Príncipe antes dos aterros e os dois trechos da Ponte Florentino Avidos	159

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Núcleos de Colonização na Hinterlândia de Vitória em 1878	77
Mapa 2: Planta Geral da Cidade de Vitória (atual Centro de Vitória) em 1895. Desenho de André Carloni (1967)	130
Mapa 3: Planta geral do município de Vitória, tendo por base a Planta Cadastral de 2001, com indicação de áreas que receberam aterros.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Exportação dos Principais Produtos pelos Principais Portos do Espírito Santo na Segunda Metade do Século XIX	109
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PRÓLOGO: ALGUNS ASPECTOS INTRODUTÓRIOS À GUIA DE JUSTIFICATIVA E ILUSTRAÇÃO DE NOSSAS INTENÇÕES DE PESQUISA	15
PRIMEIRO ATO: A NATUREZA DESIGUAL DO ESPAÇO CAPIXABA E OS CONTORNOS INICIAIS DE NOSSA HIPÓTESE	21
SEGUNDO ATO: CONSOLIDAÇÃO E APRIMORAMENTO DA HIPÓTESE DE PESQUISA E CONTEÚDO DO DOCUMENTO	26
CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E SUAS ABORDAGENS DESIGUAIS... A GEOGRAFIA BUSCA SEU ESPAÇO NO DEBATE	30
1.1 LEÓN TROTSKY E GEORGE NOVACK: A “LEI” DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	37
1.2 NEIL SMITH E AS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	45
1.3 DAVID HARVEY E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL	54
CAPÍTULO 2: A “NATUREZA” DO ESPAÇO CAPIXABA... O IMPULSO PARA O SALTO CAPIXABA.....	61
2.1. ALGUMAS ABORDAGENS GEOFÍSICAS: “O BARRO QUE FORMA A PANELA”.....	62
2.2. O INÍCIO DE UMA SAGA – ALGUMAS ABORDAGENS GEO-HISTÓRICAS: “AS MÃOS QUE MODELAM A PANELA”... ..	66
2.2.1. A “Barreira Verde” e o apogeu do descaso	68
2.3. OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O MEIO TÉCNICO COMEÇAM A PROTAGONIZAR A GEO-HISTÓRIA CAPIXABA: “O FOGO QUE FORJA O BARRO”.....	71
2.4. OS ELEMENTOS PARA O SALTO... OU SERIA PARA O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL CAPIXABA!?... ..	73
2.4.1. Aspectos Sociais	73

2.4.2. O Rei Café	79
CAPÍTULO 3: ENTREATOS – A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: A PRIMEIRA REPÚBLICA COMO LIMIAR DE UMA NOVA ERA?.....	83
3.1. SUPERESTRUTURA E INFRAESTRUTURA... MAIS DO MESMO?.....	87
3.2. O SOPRO INDUSTRIALIZANTE CAPIXABA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA... A PERDA DE UMA POSSIBILIDADE	93
3.3. “[...] NUM REGIME DE TERRAS LIVRES, O TRABALHO TINHA QUE SER CATIVO; NUM REGIME DE TRABALHO LIVRE, A TERRA TINHA QUE SER CATIVA”	96
3.4. O “ENDEREÇO GEOGRÁFICO”... O ARQUIPÉLAGO ECONÔMICO CAPIXABA NO LIMIAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA	101
CAPÍTULO 4: O ATOR PRINCIPAL: MUNIZ FREIRE E SEU IDEAL DESENVOLVIMENTISTA.....	111
4.1. PRIMEIRO MANDATO 1892-1896	115
4.2. SEGUNDO MANDATO 1900-1904	121
4.3. O CREPÚSCULO DE UM PERSONAGEM... E A SOBREVIDA DE UMA PERSONA	124
4.4. A IGUALIZAÇÃO VIA PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO.....	126
4.4.1. O Novo Arrabalde... “reconstrução-eclética-sobre-destruição-colonial”	128
4.4.2. O “Gigante Ferroviário” e a nova dinâmica da Circulação e Transportes	143
4.4.2.1. A confecção da “Cidade Encruzilhada”	147
4.4.2.1.1. O Sistema Ferroviário.....	148
4.4.2.1.2. O Sistema Portuário.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
FONTES PRIMÁRIAS	170
BIBLIOGRAFIA	171

INTRODUÇÃO

PRÓLOGO: ALGUNS ASPECTOS INTRODUTÓRIOS À GUIA DE JUSTIFICATIVA E ILUSTRAÇÃO DE NOSSAS INTENÇÕES DE PESQUISA

Em entrevista concedida pelo sociólogo uruguaio Eduardo Galeano a um repórter espanhol, alguns anos antes do falecimento do primeiro, este comentou que, ao ler os livros de Galeano, tinha a impressão de que o autor apresentava sempre “[...] um olho no microscópio e outro olho no telescópio” (VIVER..., 2015?). Talvez essa metáfora, guardadas as devidas proporções e particularidades frente ao trabalho que aqui se inicia, seja uma espécie de luz a respeito de nossa real intenção ao escrever sobre um tema cujas evidências se encontram na capacidade de “[...] olhar o que não se olha, mas que merece ser olhado” (VIVER..., 2015?), como afirma o sociólogo uruguaio.

Este “olhar o que não se olha”, no caso aqui proposto, se refere a crítica e base desta pesquisa ao se predispor analisar, dentro de um determinado contexto, a *formação da desigualdade*, ou, melhor dizendo, a formação de um *Desenvolvimento Geográfico Desigual*. Trabalho cuja complexidade se refere não somente ao tema e sua abordagem, a *desigualdade* em seus mais variados espectros, mas também a extensão e abrangência dos possíveis debates, sendo ainda recente e cada vez mais necessária a inserção da Geografia nestes estudos. Somando-se a isso, esta abordagem se torna mais intrincada devido às características singulares presentes em nosso objeto de análise ao ser lido e interpretado por este prisma, o que nos conduz à adoção de uma série de conceitos, os quais serão explicitados na medida em que forem utilizados, primando por sua contextualização e devido referencial teórico.

Vale lembrar que, em se tratando do assunto e dos processos concernentes a sua “formação/produção”, estes não se configuram como uma novidade, já tendo sido abordados por meio das mais diversas áreas do conhecimento, algumas das quais, inclusive, recorreremos na produção de nossos escritos. No entanto, na maioria dos casos sua relevância se dilui frente às narrativas e suas prioridades ou acaba por ser relegada a uma simples e despreziosa abordagem *a la* nota de rodapé. No mais, quando o tema é enxergue e tratado – se é tratado –, a visão que surge tende ao conformismo e a aceitação quase orgânica, naturalizante, de um

processo que merece e deve ser problematizado, vindo daí, também, o nosso dever de se “olhar o que não se olha”.

No mais, a *desigualdade* será tratada como temática com o dever de balizar a exposição e dissecação de nosso objeto de estudo, o que origina a outra parcela de complexidade mencionada anteriormente, pois, tal objeto analisado se encontrará circunscrito a um momento histórico até certo ponto curto, além de corresponder a uma dada espacialidade diminuta se comparada a maior parcela de Estados e/ou regiões nacionais, por exemplo. Desta forma, a restrição espaço-temporal a qual seremos impelidos, ao contrário de facilitar as atividades aqui propostas devido a abundância de detalhes que o tema central trás, como poderia parecer, nos exigirá uma abordagem nos moldes “cartográficos” nos quais “quanto menor é a área a ser representada, maior é o detalhamento dos dados”. Em suma, pelas particularidades deste objeto de estudo e pelas características assumidas em nossa dissertação, surge, quase como um pré-requisito, a demanda de se evidenciar e esmiuçarem eventos e processos, conduzindo-nos a uma pesquisa de fôlego, mais acurada e, na medida do necessário, detida em certos elementos visando expor os detalhes implícitos e explícitos aos quais tivemos acesso ao longo das leituras e pesquisas realizadas para a confecção deste trabalho.

Por isso, em virtude desses e de outros detalhes é que, para nós – e aqui nos adiantamos e reiteramos parte de nossa hipótese –, por mais que a *desigualdade* se configure como um fato, uma realidade, algo até inato à história e à vida humana, tais pressupostos não justificam sua constante apropriação e potencialização frente a processos ditos ordenadores de um território. Inclusive, tal palavra, **território**, balizará as análises presentes neste trabalho ao ser assimilada desde seu “padrão corrente de abordagem”, conforme diria Souza (2008), ou seja, baseado nos “usos maquiavélicos” do espaço ao ser regido por relações de poder, até o princípio de um controle e gestão de uma dada área em prol de uma determinada organização social.

Em verdade, tais abordagens e escolha de palavras-chave visam esboçar um panorama que acaba por implicar na obrigação de, além de se observarem as entrelinhas dos discursos e das ações capitaneadoras deste ordenamento territorial ao longo de um dado período, nos atermos a um olhar ao mesmo tempo micro e macroscópico – lembrando aqui a fala do repórter a respeito da sensação que tinha ao ler os escritos de Eduardo Galeano. Soma-se a isso a noção de que os eventos que se delinearam em nosso objeto, em grande medida, foram reflexo de decisões exteriores, determinando, apesar de não ser determinista, uma parcela significativa dos rumos deste território.

Em assim sendo, é na busca por evidências e nexos causais para uma interpretação menos conformista da história de modo geral e, no que enseje, da história local, uma atividade até certo ponto subjetiva, que este pesquisador vem a ter os primeiros contatos, ainda na graduação, com a “*Lei*” do *Desenvolvimento Desigual e Combinado*¹ formulada por León Trotsky no início do século XX e lapidada por pensadores *a posteriori*, fazendo com que seus anseios e curiosidades sobre o tema se avolumassem ainda mais. Desse momento em diante questionamentos particulares surgem a respeito de como o desenvolvimento desigual poderia ter se instalado na localidade a qual pertencemos ou, partindo para questões mais capciosas, se este poderia ser mensurado ou ter o seu ponto de partida delimitado, bem como, em que momento ele teria se tornado um “projeto de desigualdade”, levado a cabo em prol de um grupo ou de um centro privilegiado.

Destaque especial, inclusive, será dado ao último item, cuja capacidade de organização gerada acabaria por ditar os próximos passos das relações entre este centro privilegiado e os demais territórios, ou, como denominaria Santos & Silveira (2010), entre a “região do mandar” e a “região do fazer”, combinando-as e tornando-as ainda mais desiguais entre si. Esse aspecto permite ampliar um pouco mais a hipótese já esboçada, ao sugerir que tal processo foi responsável por continuamente pender, sempre mais para um lado do que para o outro, a balança do **desenvolvimento** e da **modernização**.

Neste ponto, quanto aos termos que fecham a sentença anterior, a literatura especializada nos fornece uma série de acepções, vindo daí a necessidade de se esclarecer a compreensão e o uso que faremos de ambas palavras nesta dissertação. Desse modo, a exposição e conseqüente crítica ao termo “desenvolvimento” se dará vinculado às noções de crescimento, evolução e progresso em meio a um ideal puramente econômico ou notadamente atrelado à modernidade do Ocidente capitalista (SOUZA, 2008), surgindo de forma implícita e/ou explícita nos discursos da época para justificar as ações dos protagonistas de nossos relatos. Quanto à “modernidade”, “modernização” e demais termos correlatos a estes, entende-se o conjunto de modificações que ocorrem em determinadas sociedades e regiões e que tendem a superar estruturas sociais e econômicas de base tradicional (rural), sendo estes evidentes interesses junto ao período histórico por nós analisado.²

¹ Efetivamente, como combina e unifica distintos preceitos em uma mesma estrutura, esta se trata de uma teoria e não propriamente uma lei. O uso do termo lei se deve mais a sequência de uma tradição e respeito ao que foi nomeado por Trotsky do que necessariamente um rigor conceitual (COGGIOLA, 2004).

² Para mais informações a respeito do termo “modernidade” e suas variáveis ver GOMES (2012).

Dito tudo isso e após expor em toda essa introdução da introdução o nosso rosário de crenças e intenções, já passa da hora de aqui, utilizando-se de uma terminologia “teatralesca”, metafórica, descortinar o “palco” e revelar, em parte, os “atores”, sejam eles protagonistas ou coadjuvantes, que serão tratados nas próximas páginas, os grandes responsáveis por forjar ou intensificar a desigualdade em nosso “cenário”, assim como se fará necessário evidenciar as características de nossa “plateia”, a estrutura social existente no antes e durante a época que estudaremos.

Portanto, cumpre indicar que a pesquisa versará sobre o Estado do Espírito Santo e sua história, passando por alguns momentos pretéritos e enfocando no período da Primeira República, o que significa dizer que nossa abordagem se inicia no momento em que a história deste sertão, agora denominado “capixaba”³, passa a ser contada e registrada pelos “vencedores”: portugueses que aqui chegaram e se estabeleceram na primeira metade do século XVI tomando terras aos índios e dando início ao projeto colonizatório metropolitano.

Como “protagonista” de nosso relato, apresentaremos a vida e os feitos de José de Melo Carvalho Muniz Freire, ou, como se tornará comum, simplesmente Muniz Freire. É válido registrar neste ponto que serão utilizadas as grafias mais frequentes nos escritos aos quais tivemos acesso e que se aproximam da grafia original, posto que Melo aparece ora com um, ora com dois “éles” e Muniz por vezes aparece com “o”, às vezes com “u”.

Este senhor, o primeiro governante do Espírito Santo no período republicano⁴, assumiu um Estado com muitos desafios a vencer e, considerando-se o padrão almejado de desenvolvimento para a época, um significativo atraso em diversos setores e segmentos. De acordo com algumas de suas falas, proferidas no momento de sua posse ao primeiro mandato de Presidente do Estado em 1892, necessitávamos, com certa urgência, sair do estágio de inércia para assumir o protagonismo que cabia ao território capixaba, rico em possibilidades, além de termos por obrigação buscar autonomia perante os demais Estados da Região Sudeste. Isto posto, ficava clara a noção que este possuía de uma franca desvantagem organizacional do Espírito Santo

³ De acordo com o Dicionário Ilustrado Tupi Guarani, o termo capixaba significa “‘Roça de milho’. [...] roça, roçado, terra limpa para plantação. Os índios que habitavam a ilha onde atualmente é o município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, chamavam de capixaba sua plantação de milho e mandioca. Com isso, a população de Vitória passou a chamar de capixabas os índios que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo” (DICIONÁRIO..., s/d, s/p).

⁴ Apesar de ser considerado por muitos historiadores o primeiro Presidente do Espírito Santo devido sua eleição “indireta”, pela Assembleia Legislativa, no ano de 1892, Muniz Freire na verdade foi o oitavo governante deste Estado no período republicano, sendo antecedido por Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1889-1890), José Horácio Costa (1890-1890), Constante Gomes Sodré (1890-1890), Henrique da Silva Coutinho (1890-1891), Antônio Gomes Aguirre (1891-1891), Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade e Almeida (1891-1891) e uma Junta Governativa Capixaba (1891-1892). A respeito dos inúmeros revezes do período e as atribuições concernentes ao processo político no início da Primeira República no Espírito Santo ver BANCK (2011) e SANTOS (2012).

quando comparado a seus vizinhos, fruto de séculos de dependência político-econômica e acatar de determinações exteriores.

Há de convir que muitas dessas “desvantagens” aqui se inseriram de modo não usual (i.e. mais rigoroso e intervencionista) ao que vinha ocorrendo nas demais localidades brasileiras, gerando um desequilíbrio regional que ainda hoje é motivo de chacota por alguns, inclusive muitos capixabas, ao tratarem o Estado como o “patinho feio” da região ou o “primo pobre” do Sudeste, o que nos fez, em certa medida, assumir um “complexo de vira-lata” digno dos reproduzidos por Nelson Rodrigues (1912-1980).

Quanto a este desequilíbrio regional, interessa-nos aqui reportar algumas das falas do geógrafo Milton Santos (1926-2001) quando o mesmo argumentava, em parte de suas obras e nas raras entrevistas concedidas, a respeito do território e da incapacidade do governo ou da não governabilidade do país, referindo-se diretamente ao Brasil. Para ele, “Ao mesmo tempo em que o território revela que o governo, a política, se faz pelas grandes empresas. São as grandes empresas que fazem a política” (CAROS AMIGOS, 2016, s/p). No entanto, tal assertiva, por mais verdadeira e atual que seja, devido ao momento histórico tratado nesta pesquisa e os detalhes presentes em nosso objeto de estudo, acaba por carecer de algumas adaptações, pois, ao assumir o governo, Muniz Freire não possuía um viés plenamente burguês estabelecido no Estado. Coube, assim, ao seu próprio mandato tomar as rédeas de um empreendedorismo em setores estratégicos que se faziam prementes aos interesses de atrair e fazer florescer determinados ramos e atividades econômicas. Por isso a grande atenção concedida em seus mandatos às obras infra estruturais, com destaque para o sistema de circulação e transportes e a elaboração de um plano de expansão para a cidade, ampliando seus domínios em seis vezes à sua área original de ocupação, um projeto que viria a ser denominado de “Novo Arrabalde” para Vitória, só levado a cabo em décadas subsequentes.

Estes e outros empreendimentos de mesma natureza, os quais serão tratados na fase final de nossa dissertação, também nos fazem perceber, ainda de acordo com Milton Santos, o quanto a *técnica* e seus *meios técnicos* são “[...] uma norma exigente de normas” (CAROS AMIGOS, 2016, s/p), mesmo que no período analisado essas ainda “engatinhassem” em território capixaba, ao menos a partir de sua faceta desenvolvimentista e modernizante, as quais já vinham sendo assumidas em outros Estados. Por isso, trazendo tal fala para a conjuntura local, compreende-se a necessidade de Muniz Freire criar um arcabouço técnico, um mínimo de meio tecnicamente estabelecido para que o capital em suas mais variadas formas pudesse tirar o máximo de proveito e prosperar. Realidade que nos obriga a ter maior cautela e olhos menos

ingênuos e/ou acomodados ao analisar alguns dos feitos deste governante. Afinal, a política é – e neste caso não cansa de se reiterar como – a condição de realização da economia, assim como ambas, política e economia, são a condição de formação de um território.

Assim sendo, após indicarmos o “cenário” e os “protagonistas” de nossa dissertação, aparentemente podemos sentenciar que os questionamentos surgidos no início desta introdução agora se encontram mais bem delimitados e, ao “dar nome aos bois”, tenham obtido “corpo, forma e identidade”, o que facilita aos interlocutores compreenderem nossa curiosidade e angústia intelectual, bem como nossa busca por respostas aqui expressas.

Outro aspecto a ser ressaltado neste começo de trajetória, o qual não devemos menosprezar, é que, apesar do movimento do capital e sua constante formação de territórios modelados por agentes hegemônicos não chegue a ser uma novidade ao longo do tempo e dos estudos geográficos, seja no mundo, no Brasil ou no Espírito Santo, este não minimiza a relevância de procurarmos compreender a realidade local e revisitarmos sua história por meio de roupagens teórico-conceituais alternativas. Até mesmo porque, frente às abordagens que se pretendem estabelecer, temos que ter em vista que a *desigualdade*, dentro da organização territorial, de início se coloca como provisória, mas acaba por se tornar definitiva, havendo o dever de se primar, se não por uma consciência, ao menos por uma percepção que possa vir a desenvolver uma consciência a respeito destes e de demais fatos correlatos.

Neste sentido, interessa trazermos para os debates que serão promovidos, o pensamento de geógrafos como Neil Smith, David Harvey, Milton Santos, além de vários outros historiadores e intelectuais aos quais visitaremos e utilizaremos na empreitada desta dissertação. Pleiteia-se assim, responder alguns questionamentos como: Por que Vitória? Por que a escolha desta cidade como um território foco de tais intervenções?

Pode-se preliminarmente dizer, a título de ilustração, que Vitória já possuía o *status* de capital do Estado à época, sendo detentora de relevância ao controlar as esferas político-administrativas locais. Entretanto, os centros de poder econômico pré-republicanos se encontravam no interior e, principalmente, nos extremos do território, com destaque para as cidades de Cachoeiro de Itapemirim, ao Sul, e São Mateus, ao Norte. Além disso, ainda é válido se perguntar e refletir sobre como e o quê foi feito para que esta organização espacial fosse redirecionada e passasse a confluir em e para Vitória. Também se faz pertinente saber quais as estratégias adotadas pela elite do período para que seus interesses pudessem prosperar. E quê interesses eram esses?

Adicionalmente, não podemos nos esquecer do papel da *técnica*, tanto na apropriação da natureza, quanto na geração de infraestruturas, pois essa pode ter muito a falar a respeito dos processos e respectivos projetos implantados no Espírito Santo. Ademais, não custa lembrar que os “técnicos” são subalternos e é a política quem decide ou dá o aval para sua movimentação e atuação no espaço. Por isso a necessidade de se observarem as ideias e atitudes assumidas por homens como Muniz Freire. De resto, este, em seus dois mandatos como Presidente do Estado, aparenta ter tido – se é que não foi o responsável direto –, uma fundamental importância no manejo do meio técnico no início da Primeira República e na inserção de um discurso desenvolvimentista e modernizante no território capixaba.

Por fim, como se pode observar, os questionamentos são inúmeros e, ao menos inicialmente, são estes que “saltam aos olhos” e os quais nos propomos examinar com maior minúcia, na busca por respostas ou algum esclarecimento, dedicando, no trabalho que se inicia, fazer jus ao legado de Galeano e tantos outros intelectuais que souberam dedicar aos mais variados temas o “olhar” que eles mereciam. Algo que aqui tentaremos reproduzir, seja através de lentes de natureza micro ou telescópicas, dependendo da necessidade que se fará em meio a cada análise.

PRIMEIRO ATO: A NATUREZA DESIGUAL DO ESPAÇO CAPIXABA E OS CONTORNOS INICIAIS DE NOSSA HIPÓTESE

As considerações realizadas no “prólogo” de nossa introdução deixam claro a imprescindibilidade de explorar a natureza desigual do espaço capixaba. No entanto, parece adequado esclarecer a qual *natureza* estamos nos referindo, ainda mais se levarmos em consideração que o termo usado e o título acima fazem referência a uma das mais difundidas obras do intelectual Milton Santos: “A Natureza do Espaço”, publicada em 1996.

Nesse livro, o geógrafo aborda o espaço, objeto da Geografia, evidenciando suas bases onto-epistemológicas. Para tanto, ele trabalha o termo *natureza* em sua dimensão fundante, buscando em meio ao conhecimento geográfico delimitar o que seria essa própria ciência através da análise de seu objeto de estudo. Dessa forma, o autor discute a essência deste espaço trazendo à luz seus elementos constituintes e o que vem a torná-lo o que ele é, tendo em vista que sua compreensão prenuncia a própria compreensão do que seja a Geografia.

Nas palavras de Santos (2006, p. 19),

Essa tarefa supõe o encontro de conceitos, tirados da realidade, fertilizados reciprocamente por sua associação obrigatória, e tornados capazes de utilização sobre a realidade em movimento. A isso também se pode chamar a busca de operacionalidade, um esforço constitucional e não adjetivo, fundado num exercício de análise da história.

No entanto, cabe registrar que, apesar das discussões propostas nesta dissertação não terem por intuito se aprofundarem em um campo deveras filosófico da ciência e do conhecimento geográfico, como o fez Milton Santos, seu trabalho nos fornece subsídios importantes. Sendo assim, é, como referido por ele, neste “exercício de análise da história” que buscaremos evidenciar os vínculos essencialmente geográficos presentes na formação do Espírito Santo, identificando e enfatizando os fatos que colaboraram para os primeiros passos deste território até o início da Primeira República. Por esse motivo, diferentemente do geógrafo, nos ateremos a esta dita “natureza” do espaço, no caso a capixaba, em seu sentido *lato*, podendo ser assimilada tanto como esboço de uma “gênese processual” quanto como “meio físico” ou descrição das “características inatas” herdadas pelos períodos aos quais analisaremos com maior vigor.

Por isso, em função destes e de outros detalhes, visando ainda clarificar nossas ideias e inserir os interlocutores na lógica semântico-textual que implantaremos nesta dissertação, tornando sua leitura mais acessível, é que entendemos por pertinente nos utilizarmos agora de uma alegoria que se estabelecerá como um primeiro passo para a compreensão que almejamos erigir a respeito do território capixaba.

Interessa aqui pontuar que, para tanto, usaremos nesta ilustração, representativa da essência de nosso objeto e de parte das hipóteses que serão traçadas, um dos mais importantes e originais produtos do Estado do Espírito Santo: a panela de barro. Com o uso desta alegoria pretendemos pautar elementos importantes e aos quais dedicaremos detidas análises e críticas no porvir de nossos escritos.

∴

Como em qualquer lugar rico em paisagens naturais, com uma história diversa, tão rica quanto, alguns elementos, sejam eles naturais, sejam eles culturais, acabam por se tornar identitários e

símbolos de uma memória que se almeja preservar. Como resultado, tais características se popularizam em meio a própria população local, aos turistas e aos demais apreciadores desta cultura.

No caso capixaba, não muito diferente, esses elementos versam sobre variadas realidades, mas quando se trata de culinária, a “moqueca e torta capixabas”, acompanhadas do “pirão de peixe”, se configuram como os mais emblemáticos pratos típicos. Contudo, o maior diferencial do primeiro, a moqueca capixaba, em relação as demais “peixadas” nacionais – uma eterna discussão entre os nativos e seus vizinhos ao norte, os baianos – é que, além de alguns temperos característicos de cada região, a espírito-santense segue como regra ser preparada em uma panela de barro, a qual, por sua vez, deve ser confeccionada, de acordo com tradições seculares, preferencialmente pelas “Paneleiras de Goiabeiras”. O interessante a se observar nesta história gastronômica é que, tanto as iguarias quanto os utensílios, todos eles, são originários do Estado ou, como diria Schayder (2002), são resquícios de uma herança dos “vencidos” e que se tornou parte integrante da identidade do que é ser um “capixaba”.

Assim sendo, a figura da panela de barro aqui resgatada foi escolhida para ser transposta como uma rica alegoria da essência do que é e de como se formou o território do Espírito Santo. Para tanto, representando sua gênese dentro do período destacado nesta pesquisa, elencamos três mecanismos considerados primordiais para uma análise inicial: o **território** em si e seus condicionantes naturais, alvo de usos e especulações; os **agentes da produção do espaço**, em sua maioria, figuras políticas e membros da oligarquia local e; a **técnica**, ou a inserção de um **meio técnico** no Estado com a responsabilidade de dotar o território de aparatos facilitadores a implantação, produção e reprodução do capital. Nesse contexto cabe esclarecer que, por “agentes de produção do espaço” compreenderemos os agentes políticos e econômicos vinculados ao capital e que apresentaram considerável atuação na lógica de desenvolvimento territorial presente no Espírito Santo.⁵ Isto posto, por “técnica” e “meio técnico” compreendemos as formas de se apropriar e trabalhar a natureza em um processo contínuo de mecanização cujo emprego foi responsável por alterar a dinâmica e a organização territorial brasileira e, conseqüentemente, capixaba.⁶

A estes termos/conceitos, traçaremos, respectivamente, uma relação direta com os três elementos básicos presentes na confecção de uma típica panela de barro capixaba, quais sejam:

⁵ Em verdade, o mais correto seria se falar em “agentes da produção do território”, no entanto, optou-se pela utilização de uma terminologia mais comum em meio aos estudos geográficos. Para mais detalhes sobre “agentes de produção do espaço” e demais temas correlatos ver CARLOS, SOUZA & SPOSITO (2013).

⁶ Para mais detalhes a respeito das noções de “técnica” e “meio técnico” ver Capítulo 4.4.

o **barro** como matéria-prima; o **trabalho das mãos** experientes das paneleiras que o modelam de acordo com o que lhes foi passado de geração em geração e; a **energia do fogo**, essencial para forjar a panela de barro, deixando-a apta a receber e cozinhar a moqueca, a torta, o pirão e tantas outras iguarias.

Tal analogia entre estes três elementos e nosso objeto de estudo é possível pois, como a essência natural do barro, disponível às atividades humanas e objeto de inúmeros empregos em virtude de sua plasticidade quando úmido e extrema dureza depois de cozido, este também se assemelha a maleabilidade de usos e de apropriações as quais o território se expõe. Isso fica ainda mais claro se levarmos em consideração o território capixaba, pródigo em elementos naturais que, ao longo dos períodos estudados, não só serviram de base para o processo de ocupação do solo, como também para seu emprego visando fins econômicos, sejam de subsistência, sejam com o intuito de facilitar o processo de reprodução do capital. Assim, não estaríamos nos equivocando ao argumentar que a natureza e a paisagem presentes no Espírito Santo, tal qual o barro, se tornaram substancial e substrato para a concretização dos interesses daqueles que, com mãos privilegiadas, puderam modelar estes elementos e dar origem aos produtos e a realidade que hoje conhecemos.

Adicionalmente às mãos por trás da modelagem do barro, seguindo ritos seculares passados de geração em geração, se relacionam os papéis desempenhados pelas mãos de oligarcas e políticos locais, os principais agentes da produção do espaço no período cerne de nossas abordagens. Estes agentes, a partir do que receberam como herança de seus antepassados e de governos predecessores, possivelmente motivaram as formas com que a “natureza capixaba” foi conduzida no início de nossa República. Isto pode ser justificado por um manusear de elementos que não somente se referiam ao atendimento das demandas da esfera local, mas também servia aos interesses da metrópole no período em que o Estado foi Capitania e, posteriormente, Província. A apropriação e a condução desta realidade foram, em grande parte, as responsáveis por ditar a trajetória de nosso território de acordo com o poder hegemônico presente em cada época, alicerçando sua busca pela manutenção dos poderes estabelecidos.

Neste ponto é válido destacar que tal poder e sua manutenção, em certa medida, provém da posse e de uma eficiente aplicação das técnicas, assim como para a confecção da panela de barro é necessária habilidade para cozê-la ao fogo, forjando-a para sua destinação usual. No entanto, no primeiro caso, o da aplicação das técnicas, estas encontram-se intimamente ligadas a uma franca regulação do território pelas esferas política e econômica, as quais aqui se encontravam unidas em uma mesma figura ou em um mesmo grupo de indivíduos. O que

queremos dizer é que as mãos responsáveis por modelar o nosso “barro” eram as mesmas responsáveis por “forjá-lo”. Assim sendo, as técnicas foram usadas com o intuito de deixar o Estado, antes considerado “indócil” pelos primeiros ocupantes estrangeiros e “carente” de características adequadas que o inserissem no cenário nacional, apto a seu pleno uso e ocupação pelo capital e os interesses vigentes à época.

∴

Isto posto, inicia-se um processo ainda recente de geração de infraestruturas, instalação de grandes empreendimentos e aplicação de um planejamento político que antes era incipiente. A palavra de ordem, agora gravada na bandeira da República que se inicia, parece passar, de acordo com os discursos vigentes, a vigorar nos ideais deste momento associada a uma tentativa de igualizar os diferentes elementos internos, os quais já haviam sido pré-modelados por gerações passadas. Contudo, a partir daí, assumiriam como pressuposto a missão de tornar o Espírito Santo um território atraente (i.e. ordenado) e preparado para a implantação de um projeto propagandeado no encaixe da tendência que se delineava (i.e. progresso).

Dito tudo isso, urge a necessidade de se estabelecerem, como um preâmbulo aos nossos debates, uma possível visão panorâmica dos elementos herdados pelos governos Muniz Freire na inauguração deste período no Estado. Estes, se não determinaram, ao menos conduziram o Espírito Santo a uma realidade material e social que demonstrava as possibilidades administrativas as quais Freire e outros governantes, membros da elite local, tiveram acesso na virada dos séculos XIX para o XX. Tais características se punham como a base disponível para que os projetos político-econômicos presentes nos discursos dos governantes vingassem, transformando o que se recebeu à época em um território com “novas” feições: adequado ou até mesmo moderno em determinadas áreas; inadequado, “atrasado” e/ou relegado em outras; até certo ponto fragmentado, mas em busca de ligações; desigual, mas combinado em sua desigualdade.

Portanto, a partir da análise que empreenderemos a respeito do esforço deste (s) governante (s), em especial observando-se as atitudes tomadas por nosso protagonista, Muniz Freire, acreditamos poder demonstrar como esses não só fizeram com que “todos os caminhos levassem a Vitória”, mas também alteraram, dando origem a uma Geografia da Desigualdade

no Estado, um cabedal de possibilidades geo-históricas herdadas em um complexo e intrincado legado político-ideológico ainda hoje flagrante em nossas estruturas administrativas.

SEGUNDO ATO: CONSOLIDAÇÃO E APRIMORAMENTO DA HIPÓTESE DE PESQUISA E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Com estas considerações finais, traçadas após a apresentação de nossa alegoria, ousamos dizer que vem daí a força da mesma ao oferecer legitimidade às nossas ideias, além de possivelmente referendar nossa hipótese de que o que aqui se passou na virada dos séculos XIX para o XX não foi mero acaso do destino ou então uma sequência lógica de fatos pré-determinados e encadeados aos quais o território capixaba, bem como outros territórios estariam fadados a passar.

Na realidade, em linhas gerais, se pudéssemos sintetizar todo o esboço traçado até aqui sobre nossa hipótese, aglutinando a ela os indicativos firmados em meio aos questionamentos e incógnitas anteriormente expostas, seríamos felizes em sentenciar que parte de nosso intuito abrange, ao menos, **três grandes objetivos**. O **primeiro** consiste em demonstrar como as possibilidades advindas de uma região diversa e diferenciada, carregada de potenciais e oportuna ao desenrolar de um desenvolvimento equitativo, foi conduzida por indivíduos e grupos responsáveis por acentuar as desigualdades presentes. Isto posto, teremos a possibilidade de conjecturar a respeito das formas como o desenvolvimento desigual se instalou e/ou foi deflagrado no Espírito Santo, bem como teremos de forma mais clara o momento no qual este se torna um “projeto” nas mãos dos poderes hegemônicos. O **segundo** corresponde ao nosso interesse de analisar como estes grupos, por sua vez, se utilizaram das vantagens político-econômicas que detinham, implementando em terras capixabas um discurso e planejamento de cunho desenvolvimentista, os quais prometiam, quando colocados em prática, alçar o Estado a um *meio técnico* que ainda não havia experimentado, ao menos não plenamente. E, por fim, como um **terceiro** e primordial objetivo, almejamos examinar e expor como estas expectativas, versando sobre a promoção do progresso, tiveram como resultado o redirecionamento dos investimentos e políticas dentro do Espírito Santo – contando posteriormente com a própria reprodução do capital já estabelecido e agora com uma certa autonomia –, privilegiando Vitória e, em verdade, afirmando e/ou aprofundando um *desenvolvimento geográfico desigual* no Estado.

Sendo assim, analisaremos os elementos e os eventos constituintes da formação deste processo ao longo de **quatro capítulos**, os quais devem colaborar com o que aspiramos representar em nossas **considerações finais**: um construto geo-histórico e teórico sobre nosso objeto de estudo, corroborando ou não nossas hipóteses, ou mesmo parte delas.

Ainda rememorando a citação de Santos (2006) buscaremos, em meio a construção destes capítulos, evidenciar as diretrizes que tornaram possível a “operacionalidade” deste “projeto desigual” no Espírito Santo ao longo do período examinado. Dessa forma, também pretendemos evitar uma possível naturalização dos fatos ao tentarmos explicar o transcorrer dos acontecimentos pretéritos e durante a Primeira República, períodos ainda recentes em nossa história.

Já no que tange à confecção deste trabalho, fazemos nossas as palavras do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto,

A princípio, quisemos tornar este trabalho mais leve, talvez por concordarmos com aquela idéia de Calvino, de que entre o peso do olhar petrificante de Medusa e a leveza de Perseu, é preferível a leveza. Daí que tentamos escrever este trabalho para a academia, mas não apenas para ela, não apenas para os nossos mais qualificados pares, não apenas Talvez resida aí a grande pretensão: pretendemos escrever uma dissertação que pudesse ser saborosamente lida, leve naquilo que de peso nela pudesse haver (SOUSA NETO, 1997, p. 1).

Portanto, com pretensão similar à de Sousa Neto (1997), é que fizemos questão de desenvolver, junto destas linhas iniciais, um misto de alegoria e descrição a respeito da “natureza” do espaço capixaba. Este instrumental retórico também tem por intuito iniciar os leitores e conduzi-los a uma plena e clara assimilação das principais características a respeito de nosso objeto de estudo, as quais serão exploradas nos capítulos que seguem, além de apresentar alguns elementos relevantes a nossa abordagem e responsáveis por balizar a compreensão de nossa hipótese.

Desse modo, nossa crença é de que, “Descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema” (SANTOS, 2006, p. 18). Essa assertiva aqui se faz necessária para esclarecer que, mesmo que nossa exposição indique a possibilidade, bem como parte de nossa abordagem, de existência de elementos praticamente isolados, nossa argumentação será pautada por um esforço de análise e síntese que pretende articular, coesa e coerentemente, nossas ideias até o término desta dissertação.

Assim, no **primeiro capítulo**, após essa introdução, examinaremos os aspectos pertinentes ao referencial teórico-conceitual utilizado e sobre os quais serão embasadas nossa pesquisa. A partir destas notas, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, bem como parte de suas ramificações e acepções geográficas, serão expostas e tratadas visando pinçar os elementos primordiais às nossas abordagens, constituindo assim, o mais adequado recurso de análise ao objeto de estudo proposto.

No **segundo capítulo**, o que nos interessa discutir, fazendo jus a Santos & Silveira (2010), é, além do território “usado” nesta fase inicial marcada pelo processo colonial, também o seu meio natural, abarcando variáveis significativas para a formação deste e tornando empiricizável nossa proposta de análise. Isto nos leva, inicialmente, a levantar o conjunto de elementos que constituíam e ainda constituem nossa “natureza material”, este universo físico que já se apresentava no Espírito Santo pré-colonização para, *a posteriori*, ingressarmos no exame que versa sobre a forma como o homem trabalhou este meio ambiente, transformando o sertão indigenista no território capixaba dos portugueses e dos demais que aqui vieram se instalar.

Na parte seguinte, o **terceiro capítulo**, damos maior destaque as características previamente existentes a instalação da Primeira República no que circunscreve aos aspectos sociais e econômicos da Província/Estado do Espírito Santo. Nele demonstramos a forma como o território capixaba chegou a este momento, trazendo, associado aos processos políticos inéditos, uma arquitetura produtiva que começa a entremostrear mudanças locais, reequilibrando (ou desequilibrando) a conjuntura que historicamente havia se esboçado até ali, além de fazer surgir novos eixos e polos de poder capitaneadores de tais processos e subservientes aos interesses político-econômicos que se remodelavam à época. Tendo em vista a relevância deste período, nos debruçamos sobre o mesmo visando expor o paradigma desenvolvimentista cujo germe já entremostrava um possível “ingressar” e “aprofundar” do Estado em um *meio técnico*.

Por fim, no **quarto capítulo** apresentaremos a mudança na lógica organizacional espírito-santense resultante do paradigma estabelecido, o qual traz em seu bojo reflexos no teor dos discursos de nossas lideranças, em especial, ao que veremos, nos discursos de Muniz Freire. Desse modo, também observaremos o meio geográfico que se estabelece e a atuação prática de alguns agentes da produção do espaço capixaba naquele período, dando ênfase a algumas das várias obras infra estruturais cuja importância consolidou o redirecionamento do capital e da produção dos mais recônditos cantos do Estado para Vitória. Resta-nos aqui, portanto, tratar alguns dos feitos (i.e. obras e discursos) de Muniz Freire e outros atores de destaque deste

momento, assim como, empiricamente, esses se tornaram os responsáveis por capitanear uma guinada na história do Espírito Santo.

Nas **considerações finais**, retomamos os principais aspectos encontrados tentando reunir os fios desta meada não só ao demonstrar a pertinência dos elementos examinados e do percurso teórico-metodológico adotado, como também as impressões e evidências dominantes até aqui. Ao mesmo tempo, nos esforçaremos em deixar claro tudo o que foi possível ou não confirmar e argumentar a respeito dos três grandes objetivos presentes nas hipóteses as quais nos propusemos debater.

CAPÍTULO 1 – O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E SUAS ABORDAGENS DESIGUAIS... A GEOGRAFIA BUSCA SEU ESPAÇO NO DEBATE

Alguns autores apontam que as questões pertinentes à “desigualdade”⁷ foram historicamente relegadas em prol de uma lógica que privilegiou a “identidade”. De acordo com o Prof. Franklin Leopoldo e Silva, a “identidade” se constitui como uma espécie de concepção estável que queremos ter das coisas e se arrasta desde a Filosofia Antiga com Aristóteles. Obviamente que a “diferença” sempre foi considerada, apesar de sua visão enquanto mudança ou movimento na qualidade das coisas tenha sido tratada objetivando “[...] conservar algo de idêntico pelas quais elas são identificadas. Tudo o que existe deve ter uma qualidade, um aspecto, um atributo com o qual nós possamos reconhecer ao longo de eventuais mudanças. Reconhecemos o mesmo, embora ele apareça de formas diferenciadas” (CASA DO SABER, 2017).

Ainda de acordo com Leopoldo e Silva, este mal-estar com a “diferença” se deve, em grande medida, ao caráter de oposição que o termo assumiu associado a busca do ser humano por viver neste mundo estável no qual as qualidades basicamente permaneçam e as mudanças tenham uma prerrogativa menor, o que nos leva a enxergar os fatos e elementos como idênticos não porque assim o sejam, mas porque é conveniente: uma questão prática vinculada a construção de concepções muito mais do que uma visão originária do mundo.

Essa realidade só começa a ser submetida a uma revisão crítica, assim como outras categorias, do início do século XX em diante, deixando de se escamotear a diferença em favor da identidade. A maior colaboração para que a ruptura com estas convenções identitárias e a apropriação da diferença como um fato consumado se deu com os trabalhos de Gilles Deleuze (1925-1995) naquilo que veio a ser chamado de “Filosofia da Diferença”. Neste campo, Deleuze se propõe mostrar os norteadores da diferença em contraposição ao caráter mais construído, simbólico e convencional da “repetição”. “A repetição viria muito mais daquilo que necessitamos ver do que daquilo que realmente poderíamos ver se enxergássemos o mundo sem essa intermediação” (CASA DO SABER, 2017).

⁷ Nestes relatos iniciais o termo “desigualdade” também é compreendido por nós como sinônimo de “diferença”, “variação”, “diversidade” ou outros termos correlatos, perdendo em parte o peso negativo que a expressão originalmente aqui utilizada possa ter. Neste caso, essa ainda será apropriada com o intuito de demonstrar, em sua essência, a relevância do princípio da diferenciação como norteador de vários outros fenômenos.

Ruy Moreira (2007) se apropria de subsídios teóricos deste filósofo e de outros contemporâneos para ecoar sua crítica aos caminhos que o conhecimento geográfico ainda insistia em percorrer, desvalorizando a diferença e, de forma recorrente, optando pela identidade, em especial no trato concedido ao conceito de *região*. Para ele, se apropriar das noções pertinentes a diferença, algo que na Geografia virou pressuposto para a identidade, abriria novos caminhos para o debate no bojo desta ciência, superando a cômoda e errônea busca dos homens por uma visão de “mundo estável”, conforme se referiu Leopoldo e Silva, para algo mais próximo da realidade, “[...] um espaço que pode ser pensado como a coabitação tensa da diferença e da unidade” (MOREIRA, 2007, p. 172).

No entanto, a contribuição intelectual de Moreira (2007) para este repensar o conhecimento geográfico ainda é deveras recente. Os passos essenciais para que a “diferença” – ou a “desigualdade” na acepção que será comumente usada em nossos escritos – passasse a ser considerada como elemento fundamental para explicar o mundo no qual vivemos veio, em maior grau, de contribuições das várias outras ciências e campos do saber, como a Psicologia, a Economia e a Física. A partir deste momento é que tais pressupostos se colocaram como inerentes ao esforço de se compreender o desenvolvimento humano e, em meio a uma visão predominantemente teleológica da história, foram constatadas, analisadas e reafirmadas.

Isto se torna patente ao se observarem alguns exemplos presentes nas clássicas abordagens em meio a ciência moderna, sendo carregadas desde preceitos biológicos, como os expostos por Charles Darwin (1809-1882) em sua obra “A Origem das Espécies” de 1859, na qual este defende que a variabilidade seria essencial para a evolução das espécies e consequente “sobrevivência” frente ao processo por ele denominado de “seleção natural”, até abordagens e preceitos político-econômicos, como foi o caso de Adam Smith (1723-1790) em algumas de suas formulações presentes na obra “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776. Nela o autor inicia seus argumentos demonstrando como a linguagem e a capacidade dos homens para o estabelecimento de contratos seriam qualidades naturais do ser humano, as principais responsáveis por nos diferenciar dos outros animais. Para ele, tais qualidades ainda seriam agentes de uma série de processos mais complexos, como a divisão social do trabalho e a incessante busca por acumulação de capital, produzindo trocas econômicas em meio a diferenciação dos produtos, seja em termos de valor, seja em termos de qualidade. Isto posto, estes e outros fatores descritos por Adam Smith se tornariam essenciais para a compreensão do funcionamento das “engrenagens capitalistas” e, conseqüentemente, para a compreensão do formar e/ou aprofundar da “desigualdade” em suas mais variadas esferas, além de terem se

constituído como um dos germes do liberalismo econômico e suas variações, como a mais recente, o neoliberalismo.

No entanto, vale ressaltar que as visões exemplificadas acima, bem como uma gama de desdobramentos pertinentes ao tema, por mais diversas que as fontes do debate sejam, acabaram convertendo e cristalizando a “desigualdade” em um valor/conceito praticamente inegável. É o caso do próprio Darwin, ao tornar natural a “vitória” evolutiva dos mais aptos e/ou adaptados sobre aqueles que não possuem as mesmas capacidades, e de Adam Smith, ao defender, no desdobramento de seus escritos, uma visão sobre o homem como um ser que objetiva interações econômicas ditadas por interesses próprios, egoístas, o que conduziria os mais afortunados, ou os que partissem de melhores “condições concorrenciais”, a terem maiores vantagens, aprofundando um abismo entre estes e os que se encontram alijados de tal processo.

Ainda assim, mesmo perante a inegabilidade destes fatos a respeito da “desigualdade”, esta não se coloca como um valor inquestionável. Por isso que, partindo de tal premissa, novos pensadores se inseriram nas discussões e alguns teóricos clássicos foram revisitados na busca por se fugir de um viés de naturalização dos processos concernentes à formação do “desigual” ou de sua aceitação enquanto algo praticamente orgânico, necessário à vida e a um possível dia a dia da sociedade. É o caso, por exemplo, do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para o qual existiriam dois tipos de desigualdades na espécie humana,

[...] uma [...] natural ou física [...] estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros (Rousseau, 1983, p. 235).

Entretanto, apesar do caminho aberto por Rousseau e as possibilidades de debate estabelecidas por pensadores *a posteriori*, pode-se dizer que, até o final do século XVIII e limiar do século XIX, tais prerrogativas ainda não haviam se dedicado a uma plena compreensão das problemáticas que se tornaram latentes ao mundo contemporâneo, como a elucidação da forma com que a “desigualdade” havia se aprofundado ao longo da história capitalista. Essa discussão, pelo contrário, acabou, por muitas vezes, se tornando uma justificativa frente a mecanismos de privilégio, não somente de uns em relação aos outros no que tange ao aspecto social, como referido por Rousseau (1983), mas também em meio a uma gama de escalas, com destaque para as aqui abordadas, as geográficas referentes a relação entre os territórios.

Isto levou à necessidade de se repensarem algumas abordagens visando identificar e destrinchar com mais precisão as relações presentes em algumas destas escalas, expondo, conforme diria Walter Benjamin (1987), esta cega “fé no progresso” e elevando tais prerrogativas ao patamar de elementos intrínsecos a qualquer estudo que queira se fazer reflexivo e crítico perante os processos capitalistas da atualidade.

Em assim sendo, neste ínterim, tendências diversas surgem aprimorando o que já vinha sendo esboçado desde Rousseau. Uma destas ramificações, geradora de frondosos debates, se refere a escola marxista do pensamento, na qual podemos traçar um percurso teórico-metodológico com o qual nos identificamos e faremos, em parte, uso quando se trata da compreensão deste e de outros temas relacionados a “desigualdade”.

Tal percurso pode ser melhor delineado através da análise da produção intelectual de alguns pensadores, iniciando-se com o ideal dialético de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), mais tarde ganhando contornos do materialismo histórico com Karl Marx (1818-1883) – sobre o qual Walter Benjamin (1987) julgava ser essencial para uma compreensão da história –, e, por fim, apresentando um viés prático ao passar pelas mãos de Vladimir Ilitch Ulianov Lênin (1870-1924) em sua análise sobre o desenvolvimento russo/soviético, onde tais ideias adquiririam características responsáveis por subsidiar um cabedal teórico-metodológico ainda hoje empregados e em constante adaptação às demandas de um mundo globalizado. Ainda se pode acrescentar os trabalhos da filósofa e economista Rosa Luxemburgo (1871-1919) em obras como “A Acumulação do Capital”, de 1913, e “Introdução à Economia Política”, de 1925, nas quais coloca em voga sua variante socialista referente a ideologia do progresso linear e inevitável e enfatiza o lado predatório do modo de produção capitalista ao se apossar de outras culturas, traçando assim uma franca visão crítica ao imperialismo e sua interdependência com o capital. Registre-se neste ponto que tais noções iriam influenciar geógrafos como Neil Smith e David Harvey, os quais trataremos mais adiante.

Uma prova da emergência e evolução deste ramo do pensamento, imbricando em outros, também pode ser notado ao observarmos parte da produção intelectual do soviético León Trotsky⁸ (1879-1940), mesmo que sua noção de desenvolvimento em meio a desigualdade não tenha se configurado como mote de suas abordagens. Em verdade, somente cerca de meio século mais tarde seus escritos viriam a ser lapidados pelo filósofo norte-americano George Novack (1905-1992) ao formular a “*Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado*”. Esta

⁸ Nascido Lev Davidovich Bronstein.

trouxe à luz dos debates uma noção da desigualdade vista além de sua inerência a vida humana, conforme era comumente tratada, mas sim como algo inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo, dando novos ares e se tornando uma importante contribuição à teoria marxista até aquele momento.

Contudo, nota-se, junto a tais discussões trazidas por este pensador, a ascensão de problemáticas referentes a própria compreensão a respeito do termo *desenvolvimento*, tendo em vista que agora ele era considerado concomitante a produção das desigualdades. Isto se deu ainda que a assimilação do *desenvolvimento* pelo senso comum esboçasse um significado “positivo”, associando-se – apesar de se tratarem de termos próximos, porém distintos – às noções de crescimento, evolução e progresso, ao mesmo tempo em que também eram captados como sinônimos e/ou metas socioespaciais implícitas a todos, o que veio a deflagrar a necessidade de desmistificar estes e outros conceitos.

A isso, revelando as incoerências e equívocos anteriormente reproduzidos, Porto-Gonçalves (2015, p. 81, *grifos no original*) tece interessante comentário ao argumentar sobre sua compreensão quanto ao tema e suas terminologias:

[...] *des*-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profundo ainda, na medida em que, ao *des*-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista.

É aí, em meio a esta noção de *des-envolvimento* que se podem identificar as contribuições de León Trotsky e George Novack, se dedicando a estudos na tentativa de evidenciar tais incoerências e desmistificar seus promotores, como o *subdesenvolvimento* em meio as suas mazelas e o *desenvolvimento* junto a seu emprego equivocado. Para tanto, estes e outros intelectuais começaram a colocar tais termos e processos como enraizados na desigualdade e por ela retroalimentados enquanto substrato para a manutenção de uns em detrimento dos outros, ou, em grande medida, como o conteúdo formador de uma distribuição desigual no

tempo e no espaço das forças produtivas e das relações de produção capitalistas, originando eventos de dominação/subordinação e/ou dependência notáveis nas paisagens geográficas.⁹

O problema é que a demonstração e ênfase dada a este caráter geográfico do desenvolvimento desigual só começou a ser depurado nos trabalhos de intelectuais como Neil Smith e David Harvey¹⁰ ao realizarem a tarefa de pensar e trazer as desigualdades socioespaciais para o cerne do debate na matriz marxista.¹¹ Neste momento, aprofundam-se as discussões buscando compreender a espacialização e o aspecto espacializante do desenvolvimento desigual. De acordo com uma série de análises traçadas por Boscariol, Cocco & Amorim (s/d) visando comparar a produção intelectual destes geógrafos com o construto intelectual deixado por Trotsky, este desenvolvimento desigual seria produto de uma “[...] diferenciação geográfica, seja numa leitura mais enviesada em relação a teoria original do pensador soviético, como é o caso de Neil Smith, ou ampliando a base explicativa da teoria, como é o caso de David Harvey” (BOSCARIOL, COCCO & AMORIM, s/d, p. 1).

De modo geral, o que se nota é que as propostas de ambos geógrafos, apesar de em suas obras não apresentarem uma clara vinculação aos pressupostos trotskistas, ao contrário do que foi enfatizado na fala supracitada, destacam-se por passarem a considerar as desigualdades entre territórios em meio ao âmbito de sua ciência, sem desvincular, logicamente, às dinâmicas referentes a acumulação do capital. Dessa forma, seus trabalhos acabaram por revelar, de forma simultânea, quão limitadas eram as demais teorias pela parcialidade de seus recortes, tendo em vista que o espaço nunca foi tratado como o centro das explicações na tradição marxista.

⁹ Apesar de não se configurar como o foco de nossas discussões, cabe registrar a dissertação de mestrado de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Júnior, defendida em 2014 na Universidade de São Paulo (USP), na qual o autor expõe, de modo sucinto, uma série de pensadores que colaboraram para o debate sobre a temática “subdesenvolvimento” na Geografia, demonstrando o quão profícua é a abordagem e variadas são as visões a respeito deste fenômeno. Para tanto, Ribeiro Júnior destrincha alguns dos trabalhos de Yves Lacoste, Milton Santos, Horieste Gomes, Germán Wettstein, Porto-Gonçalves e Jorge Montenegro Gómez, devendo-se tais escolhas as perspectivas filosóficas muitas vezes divergentes e antagônicas de cada um dos pensadores que, mesmo assim, contribuíram para a construção de uma abordagem geográfica sobre tão relevante tema. Para maiores informações ver RIBEIRO JÚNIOR (2014).

¹⁰ De acordo com Lowy (1998), antes da publicação de ensaios e artigos de David Harvey a partir de 1982 e da obra de Neil Smith, em 1984, já haviam sido produzidas importantes contribuições oriundas da geografia marxista por meio dos trabalhos de M. Dunford e D. Perrons (1983). A esta colocação de Lowy (1998), ainda acrescentamos as obras de Milton Santos publicadas no final da década de 1970 e início da década de 1980, como os livros “O Espaço Dividido” de 1973, “Economia Espacial” de 1979, “A Urbanização Desigual” de 1980.

¹¹ Em verdade, foi o geógrafo anarquista Élisée Reclus quem tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. Em suas palavras: (RECLUS, 1985, p. 39 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 83): “A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um desigual desenvolvimento nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise”.

Buscando evidenciar estas e outras diferenças entre tais abordagens, Ivo Marcos Theis (2009; 2010; 2012 et al), economista por formação e doutor em Geografia, em artigo de 2009, traça uma sucinta e clara distinção entre o pensamento original de León Trotsky ao idealizar a *Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado* e a *Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual* de David Harvey, esta última firmada em meio as premissas espaciais dadas por seu campo do conhecimento.

[...] enquanto a preocupação da primeira está em explicar porque uma formação social periférica/atrasada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que busca captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países (2009, p. 243)

A citação de Theis (2009), ao diferenciar a produção de ambos pensadores, é elucidativa ao mostrar pontos importantes existentes em Trotsky e Harvey para abordagens que tenham como pano de fundo analisar o *desenvolvimento desigual* em uma dada espacialidade. Essas considerações, guardadas as principais diferenças entre os autores, reforçam a pertinência de tais teorias e a necessidade de se explicar como o Espírito Santo, conforme diria Sueth (2006), um Estado “satélite” em meio a região Sudeste em virtude de sua situação “periférica” no início da Primeira República, viria a alcançar o patamar idealizado de desenvolvimento e modernidade pela elite local em tão curto espaço de tempo.

Por fim, Theis, agora em parceria com Zummach (s/d), demonstrando a relevância e considerável contribuição da Geografia ao se inserir nestes debates, ainda argumenta que o capitalismo, como sistema político-econômico, jamais teria vingado sem as possibilidades vinculadas à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao próprio desenvolvimento geográfico desigual. Por esse motivo, faz-se necessária uma análise e abordagem perpassadas pelos princípios espaciais, tendo em vista que o próprio capital recorre a estes para minimizar e contornar suas crises, desenvolvendo paisagens que facilitem o processo de circulação e acumulação da riqueza.

Tal base teórico-metodológica será analisada mais adiante. Enquanto isso cabe-nos lembrar e pinçar algumas abordagens presentes no construto teórico de pensadores como Trotsky e Novack, cujas noções, muitas das vezes, se colocarão de forma basilar para que nossos argumentos vislumbrem, ou até mesmo atinjam, os objetivos anteriormente propostos.

1.1 LEÓN TROTSKY E GEORGE NOVACK: A “LEI” DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

León Trotsky pode ser considerado um dos primeiros intelectuais a buscar as raízes da desigualdade econômico-espacial em meio aos ideais de desenvolvimento, bem como se pode caracterizar sua abordagem como uma das primeiras formulações que tendem a superar a prevalência da economia nas análises de ordem marxista, até porque este pensador traz aos debates fatores relacionados aos aspectos sociopolíticos.

Tais análises vieram a culminar na confecção da *“Lei” do Desenvolvimento Desigual e Combinado* que, na realidade, foi formulada após se traçarem algumas abordagens em ensaios e textos avulsos do início do século XX, só estabelecendo um construto intelectual sobre o tema em algumas passagens do Tomo I de sua obra *“História da Revolução Russa”*, de 1930, mesmo que tratando tais conceitos de modo dicotômico, por meio do que ele denominou de *“Lei” do Desenvolvimento Desigual* e de *“Lei” do Desenvolvimento Combinado*.

De acordo com Coggiola (2004), a origem destas concepções é remota, tendo os primeiros indícios de que existiria um desenvolvimento desigual partido de abordagens de Tucídides, no período clássico grego ao identificar as diferenças entre sua civilização e os chamados “povos bárbaros”. Já na era moderna, a expressão *desenvolvimento desigual* passou a ser mais utilizada, mesmo que sem um rigor ou trabalho conceitual visando sua delimitação.

Ainda segundo Coggiola (2004), Hegel foi o primeiro a fazer uso desta expressão visando argumentar sobre a história universal e a história da filosofia. Ressalte-se que Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895), em algumas de suas publicações, já traziam o esboço e/ou indícios a respeito de como algumas formas de produção dominantes exercem hegemonia sobre outras, inclusive expondo como a inserção de um modo de produção em um pré-existente poderia gerar novas estruturas que se tornariam evidentes ao passarem, em sua análise, por noções referentes ao desenvolvimento desigual e ao materialismo histórico-dialético (COGGIOLA, 2004).

Esse é o caso de um trecho presente na obra *“Introdução à crítica da economia política”* (1857), lembrada por Löwy em artigo de 1998: “Em todas as formas de sociedade, é uma produção específica que determina todas as outras, são as relações engendradas por ela que atribuem a todas as outras o seu lugar e a sua importância” (MARX, 1977, p. 172 *apud* LOWY, 1998, p. 73).

Coggiola (2004) ainda expõe outra passagem de Marx e Engels na qual o delineamento do que viria a ser tratado por Trotsky na forma de “lei” fica ainda mais claro, servindo como germe para todo um cabedal de análises, revisões e construções intelectuais no porvir.

[...] primeiramente, há um desenvolvimento desigual entre as diferentes camadas da sociedade; segundo, há em algumas estruturas “relações desiguais”, uma “síntese” ou “fusão”; terceiro, algumas “novas” estruturas ou “sistemas” ou “modos” de produção são produto dessa “fusão” ou “inserção” de um modo de produção em outro; quarto, esse desenvolvimento provoca crise (MARX & ENGELS *apud* COGGIOLA, 2004, p. 4)

Tempos mais tarde, Lênin em obras como “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” e “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, escritas respectivamente em 1899 e 1916, também margearia a temática da desigualdade no momento em que se propôs examinar o desenvolvimento russo e a ascensão do capital em transição. Para tanto, o autor inicia suas abordagens partindo de um sistema com características, ainda, marcadamente feudais, até alcançar um incipiente processo de industrialização que já se formava na década de 1890, algo que tempos depois também veio a ser abordado por León Trotsky.

Sendo assim, Lênin enfatiza as contradições internas russas, especialmente enfocando as contradições na agricultura soviética que se lança à mecanização. Adicionalmente ressalta que o *imperialismo*¹², por suas características monopolistas e de relação desigual entre territórios – na maioria das vezes, de subserviência de um, a colônia, em relação ao outro, a metrópole – acarretaria um padrão de desenvolvimento acelerado para um (colônia) em detrimento do acentuar das desigualdades frente ao outro (metrópole) (LOWY, 1998; THEIS & ZUMMACH, s/d).

No caso aqui presente, a respeito do território capixaba, pode-se fazer um paralelo sucinto entre a abordagem de Lênin e o que se viu ocorrer no Espírito Santo. Apesar do cerne de nossos debates não tratarem, necessariamente, de uma relação colônia-metrópole, ainda assim podemos observar com certa clareza as contradições internas e os processos pelos quais elas

¹² Na visão de Lênin, o início do século XX marcou a transição do sistema capitalista para uma nova modalidade de *Imperialismo*, agora representado pelo estágio monopolista do capitalismo, dominado pela internacionalização do capital e sua conseqüente concentração e expansão sob o poder de algumas grandes companhias, hoje denominadas de *transnacionais*. David Harvey (2014a), em obra recente, “O Novo Imperialismo”, de 2003, até certo ponto, atualiza as ideias de Lênin – apesar de tanto ele quanto Neil Smith terem uma clara filiação aos pressupostos de Rosa de Luxemburgo ao tratar do Imperialismo – para a conjuntura que vem se firmando no limiar do século XXI, tendo por foco maior analisar as ações políticas e econômicas do “império” norte-americano por meio da lógica territorial e do poder capitalista. Para mais informações ver HARVEY (2014a).

passaram ao serem “invertidas” do século XIX para o XX. Passando das áreas privilegiadas no extremo norte e sul para uma porção central antes relegada e que agora adquiria protagonismo e vigor frente aos antigos polos econômicos locais, algo que veremos com maior detalhamento nos capítulos a seguir.

Ainda no que tange as abordagens trotskistas sobre sua noção dicotômica a respeito do desenvolvimento, somente décadas mais tarde é que o filósofo norte-americano George Novack, em ensaio publicado no ano de 1957, sistematizou em um viés de cunho mais teórico a visão do pensador soviético acerca das nações que ingressaram tardiamente no processo de modernização industrial capitalista. Nele, Novack (2008) apresentou ao mundo uma união das duas “leis” que logo se tornou amplamente difundida, mesmo que ainda ignorada ou até mesmo negligenciada por grande parte da intelectualidade brasileira. Aspectos estes que fazem do pensador soviético uma espécie de *outsider* na academia, como chegou a denominar Felipe Demier (2007).¹³

Segundo Ernest Mandei *apud* Bottomore (2012, p. 145), o empreendimento intelectual firmado por Trotsky se tornou emblemático porque o autor,

[...] estendeu o conceito de desenvolvimento desigual (amplamente usado por Marx e Lênin) de modo a abranger um fenômeno mais complexo, o do desenvolvimento desigual e combinado. [...] Em lugar do crescimento orgânico, a maior parte dos países menos desenvolvidos passou por um processo de combinação de ‘desenvolvimento e subdesenvolvimento’. As economias destes países aparecem como uma combinação de um ‘setor moderno’ [...] e um ‘setor tradicional’.

Ou, nas palavras do próprio León Trotsky (2007, p. 49), ao tentar clarificar sua compreensão sobre o que seriam os processos concernentes ao desenvolvimento e a desigualdade.

O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que o demonstra o destino dos países atrasados. [...] Dessa lei universal do desenvolvimento desigual deriva outra que, na falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei do desenvolvimento

¹³ Em meio às nossas pesquisas não encontramos de forma explícita uma influência ou reconhecimento das noções trotskistas junto aos estudos geográficos clássicos e recentes no Brasil. No entanto, cabe registrar que o construto teórico deste pensador parece ter respaldado uma série de obras nacionais, aos quais não nos ateremos neste trabalho, em especial estudos econômicos e vinculados às ciências sociais no que se referem às noções de “subdesenvolvimento”, “dependência”, “atraso” e “capitalismo tardio”. Dentre estes o destaque fica por conta dos teóricos latino-americanos do desenvolvimento, como é o caso de Ruy Mauro Marini (1932-1997) ou de autores que tangenciaram esta temática, muitos deles pertencentes à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à combinação de distintas fases, à mistura de formas arcaicas e modernas.

Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento capitalista no plano internacional – em especial no que tange ao pós Primeira Revolução Industrial, incrementando o abismo econômico entre as nações pioneiras e as localidades “atrasadas”, conforme ele se referia – observou-se uma busca incessante das últimas em prol de alcançarem o nível e ritmo de crescimento das primeiras. Isso desencadeou, ainda de acordo com o pensador soviético, a “importação” por parte das nações subdesenvolvidas dos meios e modos de produção mais modernos existentes nos países hegemônicos, deflagrando sua conseqüente adaptação e implantação em uma realidade cujas condições materiais e culturais ainda eram “arcaicas”.¹⁴

Essa aproximação entre inovações tecnológicas, políticas e culturais dos ditos países desenvolvidos com as relações sociais e estruturas, muitas vezes, pré-capitalistas dos ditos subdesenvolvidos, se constituiria como *combinada*, em especial, na realidade pertinente às antigas nações coloniais ou semicoloniais. Esta combinação acabaria por alicerçar outro princípio teórico de Trotsky, estabelecido em sua obra “A Revolução Permanente” de 1928, na qual o pensador “[...] concluía a possibilidade de uma revolução russa combinando as ‘tarefas democráticas’ (derrubada do czarismo, partilha das terras, democratização do Estado) e as medidas socialistas (expropriação do grande capital)” (LOWY, 1998, p. 76), apesar do autor não ter tocado na análise do desenvolvimento desigual e combinado ao gestar sua teoria geral da revolução nos países capitalistas dependentes.¹⁵

Para Trotsky, tal aproximação e combinação dos elementos “modernos” e “arcaicos”, propiciando tais mudanças político-econômicas supramencionadas, se deveria aos *saltos* –

¹⁴ Os termos “atrasada” e “arcaica”, bem como suas variantes, são recorrentes nos escritos tanto de Trotsky quanto de Novack e, apesar de muito controversos na atualidade, continuam sendo utilizados pelos adeptos da herança ideológica trotskista. Na elaboração deste texto, em especial no que concerne aos dois autores supracitados, estes termos serão mantidos com o intuito de permanecermos fiéis aos seus pressupostos e argumentação destes pensadores, apesar de, para nós, estes termos se encontrarem obsoletos e com uma carga conceitual incompatível com a realidade que nos cerca. Desse modo, tais expressões recorrentes devem ser compreendidas pelos interlocutores como uma possível caracterização pertinente às nações com menor desenvolvimento econômico e práticas produtivas rudimentares quando comparadas aos meios e modos de produção capitalistas em voga, assim como também podem ser compreendidas como uma espécie de caracterização genérica dos modos de vida autóctones ou que se distanciem do padrão ocidental capitalista estabelecido ao longo dos últimos séculos.

¹⁵ Coggiola (2004) explicita de modo mais adequado a relação entre a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente: “A teoria da revolução permanente (que explica a necessidade de extensão do processo revolucionário em escala mundial, a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas democrático-burguesas, como a unificação nacional, pelo proletariado vitorioso) de certa forma deriva da lei do desenvolvimento combinado. Melhor dizendo, a *lei* constitui o fundamento da *teoria* da revolução permanente. Mas a lei do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente estão longe de serem uma só” (p. 15, *grifos no original*).

termo utilizado pelo próprio Trotsky – dados pelas economias “arcaicas” que, visando alcançar as nações industriais pioneiras, se espelham nelas e adotam métodos mais “evoluídos”, aos quais necessitariam de um período histórico inteiro para desenvolver.

Sobrepondo nosso objeto de estudo aos *saltos* trotskistas, no caso do Espírito Santo, a realidade que se desenrolava até a Primeira República era de uma clara dependência em relação aos Estados vizinhos da Bahia, ao norte, e do Rio de Janeiro, ao sul, ou anteriormente entre o território capixaba e os ditames portugueses, o que impossibilitava sentenciarmos a existência de uma combinação interna de elementos “atrasados” e modernos. Pelo contrário, tais regiões faziam o papel de “metrópole” enquanto o Espírito Santo os atendia assumindo o relegado papel de “colônia”. O “trampolim” para o salto capixaba só foi estabelecido tempos depois através de medidas que visavam romper com a dependência deste território ao dotar a capital de uma infraestrutura que pudesse desempenhar a função que antes era concernente aos nossos vizinhos. Isso acarretou questões que se colocam como objeto de nossas hipóteses e serão abordadas no decorrer desta dissertação.

De acordo com Novack (2008, p. 57), estes *saltos* “[...] se tornam inevitáveis porque os setores atrasados da sociedade enfrentam tarefas que só podem ser resolvidas com a utilização dos métodos mais modernos”. Processo este que, ao mesmo tempo, leva a uma “espera” pelo que pode vir a surgir das nações pioneiras para que, aí sim, os povos e sociedades considerados por estes pensadores como menos desenvolvidos possam assimilar e adaptar às suas condições peculiares os modos e meios de produção pré-concebidos.

No entanto,

Está claro que a possibilidade de passar por cima das fases intermediárias não é nunca absoluta; está sempre condicionada, em última instância, pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro ao assimilá-las à sua cultura mais primitiva. Deste modo, o processo de assimilação toma um caráter contraditório (TROTSKY, 2007, p. 21)

Mesmo assim, é inegável argumentar que em meio a todo este processo se tem origem uma estrutura essencialmente híbrida, até certo ponto fruto da aceleração proveniente dos *saltos* e da compressão e/ou omissão de partes do desenvolvimento social dentro do capitalismo, o que não deve ser entendido como partes isoladas, mas sim como uma totalidade contraditória: fragmentos integrados dialeticamente que constituem e dão origem a um novo fenômeno.

Portanto, observa-se que a “*Lei*” do *Desenvolvimento Desigual e Combinado* pode se colocar como um ponto nevrálgico para as discussões a respeito da atualidade, seu ideal de globalização e o aprofundamento das desigualdades. Para tanto, Trotsky ressalta o caráter particular e diferenciado do desenvolvimento das nações, mesmo que governadas pelo processo comum e universalizante do capitalismo, tendo em vista que, para ele, a “*Lei*” do *Desenvolvimento Desigual e Combinado* deve ser apreciada pela lógica dialética, pertinente a observação do movimento em meio a uma realidade aberta e em constante devir, fugindo das prerrogativas engessantes e que culminariam em um denominador comum.

Já para George Novack (2008), o próprio nome da “lei” pressupõe dois processos essenciais para a análise das mudanças históricas e da organização social, na medida em que a desigualdade e a combinação representam “[...] dois aspectos ou etapas da realidade opostos e, não obstante, integralmente relacionados e interpenetrados” (2008, p. 48).

Ainda de acordo com o autor,

Esta lei permite-nos observar como surge a nova qualidade. Se a sociedade não se desenvolvesse num caminho diferencial, ou seja, através do surgimento de diferenças, às vezes tão agudas que se tornam contraditórias, não haveria possibilidade de combinação e integração de fenômenos contraditórios. Contudo, a primeira fase do processo evolutivo – desigualdade – é o pré-requisito indispensável para a segunda fase: a combinação de características que pertencem a diferentes etapas da vida social nas distintas formações sociais, desviando-se dos padrões deduzidos abstratamente ou tipos “normais” (NOVACK, 2008, p. 48-49)

No entanto, essa mesma realidade oposta, fruto da “*Lei*” da *Interpenetração dos Contrários*¹⁶ pode induzir, seja no senso comum, seja em meio aos menos afeitos as abordagens trotskistas, questionamentos sobre os reais vínculos existentes entre processos que, à primeira vista, seriam díspares, como a desigualdade e a possibilidade de sua combinação ensejando fenômenos carregados de novas particularidades.

Esta aparente irreconciliável contradição, conduz os indivíduos a procedimentos que, ao invés de se debruçarem em mecanismos e ideais vinculados a superação de tais anomalias trazidas pela desigualdade, acabam por aceitá-las e assimilá-las como frutos do progresso histórico e social. Tal aceitação, inclusive, pode ser considerada um dos graves equívocos, a maior brecha

¹⁶ A “Lei” da Interpenetração dos Contrários foi idealizada por Friedrich Engels (1820-1895) em sua obra “A Dialética da Natureza” de 1883, como uma das três leis norteadoras da dialética materialista. Em uma acepção simples, esta lei pode ser compreendida como sendo a unidade existente entre “lados” que se opõem, na qual um dos lados prevalece. Para mais detalhes ver MARCONI & LAKATOS, 2010.

deixada pelo marxismo clássico e, ao não ser questionada, se transfigurou em uma série de propósitos, servindo e sendo seguida por vários pensadores a exemplo do próprio Trotsky. O que se pode dizer é que suas crenças no progresso e até mesmo suas defesas veladas ao desenvolvimento capitalista por meio da grande indústria e da evolução das técnicas como fases essenciais para que se alcançasse o socialismo, se converteram em alicerces que permitiram a sobrevivência de formas promotoras da “desigualdade” em meio as suas mais nefastas facetas. É o caso combatido nas críticas de Rosa Luxemburgo (1999) ao “remar contra a corrente” teórica daquele tempo, baseada em um progresso fatalista que se arrastava nos ideais desde o Iluminismo. Para tanto, a pensadora marxista critica a “inevitabilidade do capital” enquanto mecanismo de “destruição” no que concerne a forma como ele se apropria e explora as “formações sociais não capitalistas”, as antigas colônias. Isso a conduz a uma franca demonstração de sua descrença frente a um possível continuísmo histórico que, após as várias etapas necessárias, dentre elas a capitalista carregada de suas mazelas, levariam à emancipação do proletariado.¹⁷

O mesmo *insight* pode ser notado em Walter Benjamin (1987) ao criticar o pensamento social-democrata do período e o historicismo ao alegar que estes dariam margem para que as teorias a respeito do desenvolvimento e suas concepções evolucionistas deflagrariam a “desgraça da barbárie”, principalmente ao reduzirem a história dos homens e suas épocas apenas ao ritmo que estes assumiriam na esteira do progresso.

Sendo assim, e visando contornar esta convicção tecnocrática cuja tendência recai sobre um comodismo etapista no qual, assim como argumentou Novack (2008), a desigualdade seria uma primeira fase no processo evolutivo, é que fica reiterada uma dupla responsabilidade ao se revisitarem as proposições trotskistas presentes na “*Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado*”. Primeiramente a responsabilidade de se corrigir esta possível “fé no progresso” trazida por suas noções, o que poderia servir de subterfúgio para uma aceitação das ditas anomalias da desigualdade ao serem assimiladas como uma espécie de “mal necessário”. Essa correção teria por intuito romper, de modo concomitante, com uma naturalização/banalização do *status quo ante*, a qual a mesma inicialmente intencionava expor, algo que, conjecturando-se, talvez o próprio Trotsky viesse a fazer no decorrer de suas produções, levando-se em conta

¹⁷ Para Rosa Luxemburgo (1999) somente através de uma sucessão de lutas demoradas e tenazes é que o proletariado poderia alcançar o grau de maturidade política necessário para obter a definitiva vitória na revolução que conduziria ao socialismo. De acordo com Lowy (2015, s/p, *grifos no original*) “[...] a consciência revolucionária não pode se generalizar senão no curso de um movimento ‘prático’, a transformação ‘maciça’ dos oprimidos só pode se generalizar no curso da própria revolução. A categoria da *práxis* – que, para ela e para Marx, é a unidade dialética entre o objetivo e o subjetivo, a *mediação* pela qual a classe *em si* torna-se *para si*”.

a dedicação apresentada por ele a esta teoria em escritos anteriores ser pequena e o fato de sua vida ter sido ceifada em meio a um período ainda fértil intelectualmente.

Em segundo plano surge o dever de se reverterem algumas destas más impressões deixadas pelo trotskismo, mostrando que seu construto teórico, originalmente criado respaldando o evolucionismo em favor dos ideais sociais, também pode servir como um “antídoto” a própria problemática que ajudou estabelecer. Para isso, ficam patentes as contribuições que sua “lei” trouxe para o desvelar de processos conformadores do “atraso” em prol do progresso. Principalmente se levarmos em consideração a vantagem advinda desta aparente segunda fase pleiteada por Novack (2008) – a combinação surgida das diferentes características – ao possibilitar a contraposição dos resultados deste combinado entre o progresso puro e o “arcaísmo”, o que daria margem a ascensão de uma consciência do “atraso” ao serem observadas lado a lado, revelando e enfatizando as deficiências desta “cultura”.

O próprio filósofo norte-americano segue acrescentando que esta realidade se torna essencial para as mudanças e processos revolucionários, tendo em vista que “É somente a justaposição das duas que introduz a visão de algo melhor e alimenta as sementes do descontentamento” (NOVACK, 2008, p. 69).

Por fim, vale destacar que, em meio a tais responsabilidades, também não se deve negligenciar o fato de que as “leis” elaboradas por Trotsky e sistematizadas por Novack ainda carecem de lapidação e aprofundamento espacial quanto ao desenvolvimento capitalista, sendo este encarado como uma expressão, em essência, da formação e organização do espaço atual. A isso ainda incluímos a prerrogativa de que, se forem observadas as desigualdades em meio as paisagens produzidas, estas se configurariam, até certo ponto, como causa e consequência destas formações espaciais em meio a um amplo processo de retroalimentação.

Esta lacuna, apesar de já ter sido abordada no âmbito da Geografia, volta à tona na atualidade ao ser trabalhada por geógrafos como Neil Smith e David Harvey junto ao que poderíamos chamar de uma “Geografia da Desigualdade”, na qual se destacam a análise dos sistemas e transições geo-históricas, as formações socioespaciais e as relações por ela estabelecidas, sejam de integração, dominação e/ou subordinação, conforme examinado a seguir.

1.2 NEIL SMITH E AS ESCALAS DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Neil Smith notabilizou-se no meio intelectual através de seus estudos sobre o processo de *gentrificação*¹⁸ nos Estados Unidos, e foi por meio destas análises e construção conceitual que o geógrafo se convenceu da existência de forças universais da sociedade operando em diferentes escalas, nas quais a gentrificação seria apenas um dos possíveis produtos. De acordo com Boscarol, Cocco & Amorim (s/d), à essas forças, Smith teria identificado a “lei” trotskista do desenvolvimento desigual e combinado, apresentando, mesmo que implicitamente, uma influência desta teoria em seus estudos, ao mesmo tempo em que se diferenciava e distanciava da matriz estabelecida pelo soviético ao pensar sua abordagem de acordo com as problemáticas contemporâneas. Isto o levou a considerar a realidade por meio de estruturas multiescalares, sem, no entanto, se desfiliarem do método histórico-dialético.

Em sua visão, a abordagem multiescalar seria um mecanismo facilitador na hora de se demonstrar o que chamou de *produção da natureza*, ou seja, a produção do próprio espaço geográfico transformado tanto ideológica quanto fisicamente. Para o autor, este espaço surgiria por meio da incorporação da base natural ao processo de produção capitalista.

De acordo com Neil Smith (1988, p. 130), este *espaço geográfico* seria,

[...] a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico como um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo.

Apesar desta fala e de sua ênfase na observação da totalidade espacial, Smith era contrário as tentativas de se estabelecerem “leis universais da história humana”, criticando, inclusive, algumas análises mais ortodoxas do próprio desenvolvimento desigual e a possibilidade

¹⁸ O primeiro registro que se tem do termo *gentrificação* é creditado a R. Glass em um estudo sobre Londres datado de 1964. No entanto, Neil Smith, pode ter sido o responsável por aprofundar e popularizar o termo em um ensaio intitulado "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people" no Journal of the American Planning Association em edição de 1979.

existente de incorrerem em uma análise que partiria de relações tidas como permanentes, naturais do capital.

Por isso, o geógrafo faz questão de ressaltar as tendências contraditórias do desenvolvimento no capitalismo em meio a um processo de *diferenciação* espacial como resultado da *divisão do trabalho* e da *divisão do capital*, expressos em um fenômeno que culminaria com a *Divisão Territorial do Trabalho*.¹⁹ Este se conforma e consolida no que Smith (1988) denominou de *igualização*, na qual o capital tende a “homogeneizar”, nivelar os diferentes espaços, prioritariamente pelos meios e modos de produção, onde se superariam toda e qualquer dicotomia com o intuito de criar as condições ideais para sua reprodução ao redor do globo.

No que tange a este primeiro fenômeno, que o geógrafo denominou de “diferenciação espacial”, este seria fruto de processos capitalistas concernentes a incorporação das “diferenças geográficas” como premissas para seu desenvolvimento, gerando mais e novas desigualdades ou diferenciações. Tal realidade evolui assentada em uma base natural pré-existente, que perpassa e é perpassada pelo trabalho e as formas de organização do capital para sua reprodução, formando, em meio a estas tendências, o processo de Divisão Territorial do Trabalho.

Theis & Butzke (2012, p. 100-101), a seguir, explicitam as observações e análises de Neil Smith a respeito deste processo essencial para se entender o desenvolvimento desigual, clarificando as ideias do geógrafo.

Se a geografia do desenvolvimento desigual começa pela diferenciação do espaço geográfico, então, seu início está definido pela divisão territorial do trabalho. É à localização de certos setores da economia e certos gêneros da indústria, à concentração de unidades produtivas de determinados setores e gêneros, em determinados lugares/regiões, que se chama de divisão territorial do trabalho. Ela abarca uma escala maior que a urbana, que conforma um único mercado geográfico de trabalho; mas, uma escala menor que a internacional, dado que a mobilidade do trabalho entre diferentes países é absolutamente limitada. De forma que se pode identificar uma divisão inter-regional de trabalho, ou seja, “a cristalização de regiões geográficas distintas na escala nacional”, de modo análogo a uma divisão internacional do trabalho, ou seja, uma “divisão global entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido”.

¹⁹ Lipietz (1977) *apud* Goldenstein & Seabra (1982, p. 21) aprofunda tais ideias e dá novos contornos ao que ele denominou de *divisão do trabalho social* ao expor dois aspectos relacionados ao surgimento do capitalismo: “ – uma divisão ‘horizontal’, a divisão entre ramos de atividade; a divisão cidade-campo; a divisão inter-urbana; a divisão entre comunidades (locais, nacionais e internacionais), etc.; – uma divisão ‘vertical’ entre grupos sociais, dominantes e dominados, presentes no processo de trabalho dos mais variados setores e que, na base econômica se definem em relação à posse ou não dos meios de produção”.

A essa “divisão inter-regional de trabalho” referida em escala nacional, transporemos a sua realidade para a escala estadual buscando demonstrar a dinâmica assumida por este processo antes e as feições que ela adquire durante os governos de Muniz Freire até o final da Primeira República. Com isto, visa se deixar clara a particularidade capixaba ao vivenciar uma Divisão Territorial do Trabalho previamente baseada nas diferenças geográficas do território até passar a ser capitaneada por interesses desenvolvimentistas firmados no intensificar da circulação capitalista dentro do Estado com sua consequente polarização da cadeia produtiva em uma área privilegiada pelos interesses hegemônicos locais e de onde/para onde fluiriam as linhas de comunicação e transporte.

Quanto ao processo de igualização, para Neil Smith (1988) o capital busca homogeneizar as condições espaciais, sejam elas marcadas pelos modos ou meios de produção, sejam elas marcadas pelo capital fixo presente e/ou pré-existente, para que sua reprodução e consequente acúmulo se deem sem maiores empecilhos. Assim, ele não se apropria das características geográfico-naturais de modo acidental ou até mesmo intencional, na medida em que se utiliza de estratégias para sua manutenção e progressiva evolução.

Isto posto, um bom exemplo, em que ficam claros os fenômenos da diferenciação e da igualização se encontra na observância dos processos de difusão industrial na atualidade, por um lado intensificado pelos avanços e inovações no campo das comunicações e transportes (igualização) e, por outro, gerando novas divisões territoriais do trabalho a partir dos aspectos naturais herdados na forma de regiões econômicas (diferenciação). “As atividades antes prevalentes dão lugar a outras. Algumas desaparecem, outras novas surgem. Espaços economicamente relevantes no passado são tornados irrelevantes no presente; e desertos econômicos são convertidos em espaços industriais pujantes” (THEIS & BUTSKE, 2012, p. 84). Novas configurações espaciais, nas mais diferentes escalas surgem e se integram, dando margem para abordagens um tanto quanto paradoxais, tendo em vista que, segundo a argumentação de Theis & Butzke (id, ibid) “[...] a conformação geográfica do capitalismo serve tanto para impulsionar o sistema quanto para questioná-lo – e, quiçá, superá-lo”.

A esse respeito, o próprio Neil Smith (1988, p. 157) alega que,

O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminui de importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos

importante, pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores.

Dessa forma, tanto Smith (1988) quanto Harvey (2006) argumentam que o progresso na acumulação capitalista só é possível na medida em que a paisagem geográfica é trabalhada por meio da contínua criação de um capital fixo. Este capital se dinamiza através dos investimentos anteriormente mencionados, gerando, ao mesmo tempo, uma interligação entre territórios e uma consequente desigualdade entre os que apresentam tais vantagens competitivas e os que se encontram alijados destes processos.

Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta *aniquilação do espaço pelo tempo* é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência. Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 179, *grifo nosso*).

Assim sendo, em grande medida, mas não como regra, essas condições e níveis estabelecidos, nos quais se encontram as forças produtivas, apresentam tanto uma heterogeneidade quanto complexidade evidentes. Quanto a esta heterogeneidade, ela acaba firmada pelas características histórico-geográficas do espaço apropriadas pelo trabalho social, formando peculiaridades cuja influência se reflete em diferentes escalas, e condicionando, até certo ponto, a forma de apropriação e produção do capital em sua busca por reprodução. Já a complexidade destes processos se origina da própria heterogeneidade apresentada, na medida em que elas não são fixas e nem apresentam um destino geográfico e social pré-determinados. Pelo contrário, novas características podem ser geradas, suplantando, alterando, eliminando ou até mesmo transformando-as em seus opostos (NOVACK, 2008).

Isto leva a crer que a Geografia do desenvolvimento desigual principia pela diferenciação pertinente ao espaço geográfico e sua resultante ao ser submetida a uma série de processos sociais cotidianos. Com efeito, tudo o que se passa e remete a divisão do trabalho e do capital acaba por se inserir, de algum modo, no processo mais amplo de acumulação e circulação capitalistas concernentes a igualização.

Smith (1988) ainda acrescenta, ao tratar dos processos amplos de acumulação e circulação de capital conduzindo ao desenvolvimento desigual e sua expressão geográfica, que estes

provocariam mais dois aspectos em meio ao método histórico-dialético utilizado pelo geógrafo escocês: a *acumulação, concentração e centralização do capital* e o *ritmo da acumulação*.

Quanto ao primeiro caso, Smith (1988, p. 178) argumenta que

Se a acumulação de capital leva diretamente à concentração de capital em unidades existentes, ela leva indiretamente, mas não menos inexoravelmente, a um processo muito mais poderoso – à centralização do capital. A centralização do capital ocorre quando dois ou mais capitalistas anteriormente independentes se combinem num único capital e isto geralmente ocorre diretamente através de uma incorporação ou encampação, ou indiretamente, através do sistema de crédito. A centralização do capital leva à mais rápida expansão na escala da produção (e potencialmente ao crescimento mais rápido na produtividade do trabalho), do que poderia ser conseguida pela simples concentração do capital em unidades existentes.

Se levarmos em conta tal premissa, o autor deixa claro algumas de suas crenças, como a que diz respeito a se considerar o processo de concentração do capital como algo vinculado aos ambientes socialmente construídos e em função dos próprios processos de acumulação capitalistas. Isso seria potencializado e potencializador do processo de centralização, muitas vezes ocorrendo em momentos de crise econômica como uma forma de, simultaneamente, se “destruir um capital” e valorizar a formação de outros “mais fortes”, se configurando em um fato oligopolista corriqueiro na atualidade, presente nas fusões empresarias e na gênese de conglomerados transnacionais. Desse modo, Smith (1988) foge das correntes que creem na existência de um determinismo geográfico ordenador dos processos locais referentes às atividades humanas, tendo em vista que para ele a centralização poderia se dar de modo social, o valor de troca se acumula nas mãos de cada vez menos pessoas, e, de modo espacial, marcado pela centralização física dos valores de uso do solo, apesar de existir uma franca dependência da primeira em relação a segunda.

Na verdade, o autor chega a comentar em outros trechos que hoje tal processo espacial tem se tornado algo praticamente insignificante devido ao nivelamento das diferenças naturais em razão do desenvolvimento das forças produtivas, do “encurtamento das distâncias” e do fácil acesso às matérias-primas, algo que também o conduziu a questionar “[...] se as diferenças regionais não se tornam irrelevantes” (1988, p. 215), ainda acrescentando que tais diferenças regionais haviam se tornado diferenças entre centros urbanos. Isto posto, o autor leva a crer que a centralização social tem adquirido ares prevalentes, superando as diferenciações geográficas a partir da criação de novas diferenciações apropriadas e produzidas no espaço.

Para nós, sua crítica e questionamento, apesar de extremamente pertinentes ao debate, ainda se mostram distantes de uma concretização, tendo em vista que as, ainda existentes, diferenças regionais não só se colocam como substrato para uma apropriação capitalista e formação de valor em meio a estas “diferenças”, como também são essenciais para uma complementaridade das relações comerciais e sua consequente lógica. Isso tudo sem contar que o processo de regionalização pode ser regido por uma série de variáveis que não necessariamente são vinculadas aos fatores político-econômicos.²⁰ Por outro lado, inegavelmente, não podemos discordar que os contornos da dicotomia urbano-rural têm se tornado cada vez mais nítidos e prementes ao longo do século XX, prevalecendo em uma série de processos pós igualização dos espaços. Isto posto, o que pode ocorrer é se dar margem a observância de outros conceitos recém-chegados a ciência e surgidos no bojo do processo de globalização, como o conceito de *redes geográficas*. Mesmo assim, estes não vêm a desqualificar ou sobrepujar a “região” e sua, ainda, necessária análise na atualidade.

Já no que tange ao ritmo da acumulação, Neil Smith (1988) argumenta que este está vinculado aos investimentos de capital no ambiente construído e seu sincronismo com o ritmo cíclico mais geral de acumulação. Interessante neste ponto é notar a ênfase que o autor dá ao vínculo existente entre o ritmo da acumulação e os processos de crise do capital, tendo em vista que, para ele, o desenvolvimento das forças produtivas traz consigo o germe deste processo – superprodução, capital produtivo estagnado, queda de preços e redução da demanda, etc. Bem como as possibilidades e a unidade processual deflagradas para sua superação, mesmo que temporária, a partir da transferência de investimentos de um setor para outro mais “saudável” e resistente, ou a partir dos mecanismos facilitadores desenvolvidos por inúmeras instituições, principalmente o sistema de crédito e o Estado.

Ao processo de crise, o autor argumenta que,

A crise é, não somente, o produto de uma contradição inerente entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e as condições sob as quais esta deve ocorrer; em

²⁰ Vale lembrar que as noções referentes ao conceito de “região” foram construídas em meio a uma Geografia Clássica cujos espaços apresentavam paisagens muito menos alteradas e diferenciadas até o início do século XX do que o são hoje, prevalecendo assim sua caracterização natural e/ou social e só depois sendo superadas pelo avanço da técnica e seus mecanismos de igualização das áreas. Desse modo, para a grande maioria dos geógrafos pré 1950, “A região é então a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos. O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade. Pouco importava se o dito e o visto não coincidissem exatamente” (MOREIRA, 2007, p. 56).

seu desenvolvimento concreto, assim como em sua gênese, a crise econômica é também essencialmente contraditória. Devemos olhar para alguns dos resultados contraditórios da crise, pois, não importa quão destruidoras e disfuncionais elas sejam, as crises podem ser agudamente funcionais para o capital. As fusões, encampações e falências, assim como a desvalorização geral (das mercadorias, da força de trabalho, da maquinaria, do dinheiro) e a destruição do capital (tanto do variável quanto do constante), que acompanham as crises, também preparam o terreno para nova fase de desenvolvimento capitalista (SMITH, 1988, p. 185).

Por fim, para além das abordagens tratadas até aqui, cabe enfatizar que todos os desdobramentos e a pertinência do que foi dito por Neil Smith se deram em virtude de seu trabalho visando demonstrar a relevância do papel das escalas como conceitos-chave para a compreensão do que veio a ser entendido por ele como *Desenvolvimento Desigual*. Ribeiro Júnior (2014, p. 92-93) chega a sentenciar que “[...] aqui justamente reside a maior contribuição de Neil Smith para a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: a dialética da diferenciação-igualização é apreendida pelas escalas espaciais produzidas pelo capital”.

Sendo assim, no que diz respeito a hierarquia e as escalas espaciais firmadas em meio ao processo tratado pelo autor, o próprio Neil Smith (1988, p. 196-197) aponta que,

O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital [...], estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. [...] Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. [...] O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital.

Dessa forma, Smith (1988) idealizou três escalas primárias que são completamente transformadas pela produção capitalista: o *espaço urbano*, necessário para a centralização do capital produtivo e cuja tendência se mostra para a diferenciação; o *espaço global*, fruto da tendência de igualização do capital na forma do mercado mundial e; a escala da *Nação-Estado*, marcada pela competição a nível mundial em meio a um contexto de circulação de capitais. Essas escalas encontram-se detalhadas no quadro que se segue:

Quadro 1: Descrição das Escalas do Desenvolvimento Desigual em Neil Smith (1988)

ESCALA	DESCRIÇÃO
<i>URBANA</i>	Essa é a escala onde ocorre o trabalho abstrato. A partir da análise desta categoria é verificável a centralização e a diferenciação que podem ser medidas pela renda potencial do solo, na qual poderá haver ou não equipamentos públicos e infraestrutura, rede de água e esgoto, energia elétrica, vias de acesso em boas condições, etc. Assim, o urbano se diferencia, podendo ganhar centralidade ou não.
<i>GLOBAL</i>	A análise dessa escala indica que esse é o espaço predileto da relação política intercapitalista. Essa é a escala que importa para os grandes fluxos de capital e que, em sua totalidade, tende à igualização, via processos homogeneizadores de acesso ao capital fixo, infraestruturas, custo da força de trabalho, etc. As diferenças concernentes a esta escala, portanto, podem ser medidas justamente pelas diferenças dos custos de produção e de mercado – medidas protecionistas e tarifas alfandegárias, por exemplo –, sobre as quais se debruçam os capitalistas de todo o mundo.
<i>ESTADO-NAÇÃO (INTRA/EXTRA)</i>	Essa é uma categoria/escala que constitui a mediação/regulação das contradições da dialética da diferenciação e igualização. É produto histórico das relações políticas e econômicas de classe, sendo a partir desta escala que surge o “capital nacional”, economicamente obsoleto para Smith. Porém, tanto interna quanto externamente, o Estado-Nação serve para a análise espacial por meio da regionalização (intra/extra) e para a diferenciação (também intra/extra), por meio da observância da localização das indústrias em relação ao capital fixo, via regulação dos custos de produção.

Fonte: Adaptado de Mendoza (2014).

Por mais que não entremos diretamente na última escala exposta pelo autor, faz-se necessário destacar o paralelo que as duas esferas anteriores possuem com nossa abordagem a respeito da geo-história capixaba. Isto é possível ao se notarem algumas das particularidades presentes na **escala global** – neste caso o global faz as vezes do território espírito-santense –, sendo manipuladas e organizadas “via processos homogeneizadores de acesso ao capital fixo, infraestruturas, custo da força de trabalho, etc” para atender aos interesses político-econômicos regidos pelo mercado cafeicultor da época. Processo similar pode ser observado e vinculado ao desenvolvimento de uma **escala urbana** local – aqui representada pelo processo de

modernização de Vitória já com o intuito de centralizar o capital produtivo –, efetivando os pressupostos destacados por Neil Smith (1988), na medida em que, a partir das intervenções na capital capixaba, iniciadas por Muniz Freire, acreditamos que estas diferenciaram tal região das demais existentes no Estado.

Retomando as abordagens do autor, esta última escala, referente ao Estado-Nação, restrita em nossos escritos, apresenta importância considerável para as análises presentes em sua teoria, pois ela “[...] realiza uma espécie de mediação entre a escala urbana (que tende para diferenciação) e a escala global (que tende para a igualização). Nessa mediação, as Nações-Estado erigem-se sobre o território nacional controlando o espaço político subjacente” (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 96-97). Por isso, para Smith (1988), tais pressupostos se encontram em permanente tensão dialética, centralizando-se ou descentralizando-se em uma determinada área, junto a um movimento incessante que produz espaços de acumulação cada vez mais integrados e em constante busca pela superação das crises (RIBEIRO JÚNIOR, 2014).

A este movimento incessante, o geógrafo escocês chamou de “vaivém” do capital. Uma teoria aparentemente simples, mas que possui abordagem profunda e elucidativa do comportamento capitalista frente as escalas e paisagens espaciais. Por ela compreende-se que o desenvolvimento desigual apresenta um comportamento oscilatório explicativo de seu próprio progresso, tendo em vista que a acumulação da riqueza e sua constante busca encaram o espaço, seja em sua escala macro (internacional), seja em sua escala micro (nacional), como continuidades de uma superfície formatada para o lucro. Desse modo, o capital tende a migrar para áreas em que há a possibilidade de retorno financeiro, desenvolvendo-as, enquanto as demais áreas relegadas são propelidas ao subdesenvolvimento, formando o que aqui poderia se chamar grosseiramente de “vai” deste movimento.

Já o “vém” tem início após o capital já estar estabelecido em uma localidade, o que, com o tempo, faz com que ela adquira características menos atraentes ou, até mesmo, redutoras de sua margem de lucro. Como na atualidade pode ser observado através de elementos como o esgotamento dos incentivos fiscais, o encarecimento da mão de obra, um sindicalismo organizado e atuante, o adensamento urbano com aumento no custo dos imóveis, os congestionamentos elevando os custos logísticos, entre outros. Ao passo que, estes fatores, somados a algumas vantagens ofertadas pelas antigas áreas subdesenvolvidas visando atrair o capital, fazem com que ele se movimente, se desloque para esta nova paisagem antes relegada. Dessa forma, ele migra com o intuito de estar continuamente explorando as oportunidades e vantagens geográficas, sem ter que arcar com os entraves do subdesenvolvimento,

sincronizando não somente o ritmo de acumulação, como também a sua busca por fugir e/ou superar as crises.²¹

Assim, o construto teórico-metodológico do geógrafo marxista foi feliz ao traçar as escalas geográficas como um reflexo das ações capitalistas em meio ao seu “vaivém” e a formação de diferenciações e igualizações, sendo, além das forças e dos processos econômicos, uma produção política e social deste sistema, conforme sintetiza suas ideias na citação a seguir.

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica para certos fins sociais determinados (SMITH, 1988, pág. 221)

Em suma, para ele, as desigualdades perceptíveis na paisagem, fragmentando o espaço em áreas atrasadas e áreas ditas desenvolvidas, como o campo e a cidade por exemplo, mostram uma contradição dialética básica em meio as leis e teorias analisadas até aqui, sendo unificadas na totalidade do capitalismo. Este feito é melhor observável ao se visualizarem as noções estabelecidas por David Harvey e as diferentes regiões formadas pelo capital, convivendo em uma relação, muitas vezes, típica de dominação/subordinação.

1.3 DAVID HARVEY E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL

David Harvey, geógrafo inglês radicado nos Estados Unidos, empreende em suas obras uma franca revalorização das abordagens de cunho marxista, há muito obliteradas nos centros acadêmicos, principalmente no que tange a um olhar crítico sobre a atual fase do capitalismo

²¹ Com relação a sua teoria do “vaivém” do capital, ela também pode ser melhor observada na atualidade por meio da análise de fenômenos como os processos de “desconcentração industrial” e da formação das chamadas “economias e deseconomias de aglomeração”, ambos intimamente vinculados ao capitalismo monopolista.

provocada pela globalização²² de cunho neoliberal²³ enquanto estratégias para que a “acumulação por espoliação”²⁴ se concretize.

Estes termos, globalização e neoliberalismo, inclusive no que dizem respeito a sua *Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual*, são essenciais para a compreensão das formulações em meio as premissas por ele utilizadas, as quais ora se aproximam, ora se distanciam dos pressupostos da “Lei” do Desenvolvimento Desigual e Combinado, apesar do termo “combinado” não se mostrar tão evidente quanto nas ideias de seu precursor, León Trotsky (BOSCARIOL, COCCO & AMORIM, s/d).

Dessa forma, pode-se depreender que o que Harvey fez, ao observarmos sua produção frente a de seu contemporâneo Neil Smith, foi ampliar e atualizar o debate sobre o desenvolvimento desigual, algo que o autor ainda vem fazendo ao trazer elementos de natureza geográfica em contraposição ao modo de produção capitalista em sua dinâmica mais recente, neste caso a neoliberal. O autor também tem inserido os processos histórico-contemporâneos em seus estudos, os quais se colocam como responsáveis por perpetuarem as diferenças ao serem reproduzidos em meio aos aspectos político-econômicos e sócio-ecológicos, agora acelerados e potencializados pela globalização.

Para tanto, David Harvey se preocupa em reafirmar a espacialidade do desenvolvimento desigual, fugindo de concepções que pecariam por tratar o espaço como um objeto estagnado cuja existência seria explicada apenas pelos processos sociais que ocorrem em seu bojo. Na verdade, o enfoque de suas ideias propicia uma concepção do espaço como relativo e relacional, onde se desenvolve uma geografia global de acumulação capitalista, a qual não teria ocorrido

²² O geógrafo Milton Santos (2006a) em uma de suas obras mais difundidas, “Por uma outra Globalização”, trata de modo crítico o conceito de mundo globalizado. Para o autor, o fenômeno da globalização, além de ser um processo essencialmente político-econômico, vinculado a difusão do capital via empresas e fluxos materiais, bem como imateriais, sobrepondo culturas locais por poderes hegemônicos e homogeneizantes, ainda divide o mundo em três grandes visões sobre este processo: a “globalização como fábula” ou como ela nos é apresentada pelos diferentes interesses e meios de comunicação; a “globalização como perversidade” ou como ela realmente acontece e; a “globalização como possibilidade”, explorando a ideia de uma outra globalização baseada na solidariedade e nos mecanismos dispostos pelo próprio processo globalizante e globalizador.

²³ Por neoliberalismo, David Harvey (2014) em sua obra “O Neoliberalismo: História e Implicações”, entende tal aspecto através de um conjunto de teorias pautadas em práticas político-econômicas cujos ideais se propõe recuperar o bem-estar e a qualidade de vida social por meio do enaltecimento dos empreendimentos individuais, marcado pela propriedade privada e o livre mercado. Para Harvey, o modelo implicaria em, ao menos, três processos associados: a desregulamentação, em especial de direitos sócio-trabalhistas; as privatizações, reduzindo a participação do Estado no controle de determinados setores econômicos estratégicos e; o retorno ao *Estado Mínimo*, no qual o principal dever governamental seria garantir o pleno funcionamento da doutrina neoliberal em meio as possíveis convulsões sociais que a mesma poderia ocasionar.

²⁴ A respeito da noção de “acumulação por espoliação” em meio ao Desenvolvimento Geográfico Desigual ver HARVEY (2006a) e RIBEIRO JÚNIOR (2014).

se se desconsiderassem as possibilidades advindas da *expansão geográfica*, da *reorganização espacial* e do próprio *desenvolvimento geográfico desigual*.

Por isso, pode-se considerar que o autor empreende uma compreensão do desenvolvimento geográfico desigual em meio ao capitalismo globalizado com base em um materialismo que se dá simultaneamente de modo histórico e geográfico, se atendo as diferentes escalas produzidas como norteadoras “[...] da apropriação dialética da produção de formas-conteúdos inerentes à globalização neoliberal que restauram, no modo de ver de Harvey, o poder de classe da burguesia” (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 101-102).

Assim sendo, o sistema regido pelo capital recorreria ao que o geógrafo chamou de *ajuste espacial*²⁵ para solucionar, mesmo que momentaneamente, suas crises e criar paisagens geográficas que visem facilitar sua própria acumulação (HARVEY, 2014b). Uma premissa similar a já abarcada por geógrafos como Neil Smith, ao que este chamou de “igualização” ou, guardadas as devidas proporções, ao que alguns pensadores desta ciência denominariam de “organização espacial” ou “ordenamento territorial”.

Tais princípios o levam a estabelecer dois pontos de partida para suas análises. O primeiro é a produção das *escalas espaciais*, conceito fundamental nas abordagens de Smith (1988), consistindo em uma particularização dos espaços onde os fenômenos se mostram de modo diferente. O outro se constitui na produção da *diferença geográfica*, onde tais particularidades presentes em uma determinada área, bem como sua possível e conseqüente apropriação humana por meio do uso e ocupação deste espaço, geram uma constante modificação em sua paisagem e valor para o capital (HARVEY, 2015).

Quanto as escalas, o geógrafo destaca que elas carecem de uma abordagem que fuja de uma positivação e naturalização dos fenômenos como algo pré-existente. Para ele, “Somente superando a imediatividade e indo essencialmente ao conteúdo das escalas espaciais, verificamos que as mesmas são produzidas pelos homens em sociedade, através da história, no espaço” (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 98). No entanto, sua fala não significa, necessariamente, um alijamento dos processos naturais dentro das observações escalares. Na realidade, Harvey pressupõe que tais mecanismos são apropriados pelo ser humano e, na interação dinâmica que é estabelecida, acabam por produzir suas próprias escalas espaciais.

²⁵ De modo a simplificar a compreensão do que seria o “ajuste espacial”, Harvey o entende como um processo econômico e político do capital ao exportar seus excedentes, assim como o excedente da força de trabalho para outras localidades visando absorvê-los na forma de lucro. Tal processo pode ocorrer por meio do capital fixo incorporado ou pelo próprio mecanismo de expansão geográfica do capital (HARVEY, 2014b e 2015).

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte comunicações) bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas (etc.)). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes (HARVEY, 2015, p. 109)

Esta citação nos parece emblemática a respeito de como tais escalas articuladas pelas atividades humanas se desenrolaram dentro do Espírito Santo, tendo em vista que o momento escolhido por nós para análise como sendo o ponto de inflexão do desenvolvimento geográfico desigual no Estado, registram-se uma série de mudanças internas regidas pela inserção de um meio técnico local associado a nova dinâmica que a estrutura político-governamental assumia.

No que tange a produção da diferenciação geográfica, David Harvey (2015) argumenta que qualquer exame do mundo, independente da escala escolhida, pressupõe a observância da longa história da ocupação humana à superfície terrestre, bem como a evolução das distintas formas sociais inseridas nestes espaços. Segundo o autor, isso deflagra “[...] uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (2015, p. 110). Estes, por sua vez, originam mosaicos de ambientes e modos de vida sócio-ecológicos.

A partir deste mosaico é possível tratar uma espécie de *sobreposição de histórias*, na qual os objetos do passado convivem de modo harmônico ou desarmônico com os aspectos da contemporaneidade, em uma impressão que o mesmo reconhece a partir de exemplificações arquiteto-urbanísticas presentes em cidades atuais de origem antiga. De acordo com Harvey (2015, p. 111), “[...] esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas”. Similarmente ao tratado pelo geógrafo inglês, o brasileiro Milton Santos (2008) em sua obra “Por uma Geografia Nova”, de 1978, aborda o que veio a chamar de *rugosidades*, ou seja, as marcas que ficam no espaço enquanto herança ou testemunho do passado, “[...] ele testemunha o momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 2008, p. 138).

A premissa abordada por ambos autores se torna ainda mais palpável ao se visualizarem a paisagem e seu conseqüente valor, adquirido em meio a contínuas modificações. Entretanto, vale pontuar que todo e qualquer ator, seja ele político ou econômico que se aproprie do espaço, poderá e, certamente, dará origem a um novo. Essa constante reconfiguração territorial visa

criar e aprimorar a área pré-existente enquanto uma base para a reprodução do capital, criando novos aparatos que propiciarão a continuidade dos processos em um constante devir das ações capitalistas. Nas palavras de Harvey (2014b, p. 526), afinal,

O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada de matérias-primas abundantes e oferta de trabalho homogênea com igual facilidade de transporte em todas as direções. Ele está inserido, cresce e se difunde em um ambiente geográfico variado que abarca grande diversidade na liberdade da natureza e na produtividade do trabalho, que “não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos”.

Sendo assim, o autor resume sua concepção geral sobre o *Desenvolvimento Geográfico Desigual* como algo que,

[...] envolve uma fusão desses dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda a plethora de discursos sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global (HARVEY, 2015, p. 112-113)

É em meio a esta nova demanda, marcada pela necessidade de se repensarem as diferenciações, interações e relações escalares, bem como a tentativa de não se incorrer em generalizações, que tais temas ganham destaque em produções recentes do autor em meio a sua busca por aperfeiçoar as abordagens referentes ao desenvolvimento geográfico desigual, dotando-as de mecanismos metodológicos mais claros. Isto ocorre, por exemplo, em “*Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*”, obra de 2006 ainda não publicada no Brasil, na qual Harvey expõe o construto de sua teoria e desenvolve novas noções, para além da escala e da produção da diferenciação geográfica.

No entanto, apesar de tais escritos, mais recentes, não serem alvo de nossos estudos e abordagens, ao menos no que concerne a temática central deste trabalho²⁶, vale registrar sua fala a respeito do que seriam alguns “passos teóricos” visando auxiliar os interlocutores na

²⁶ Para mais informações a respeito da produção intelectual recente de David Harvey ver RIBEIRO JÚNIOR (2014) ou o original HARVEY (2006a).

compreensão de sua *Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual*, conforme pode ser observado na figura a seguir:

Figura 1: Dez passos para se compreender a Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual



Fonte: Elaboração do autor a partir de Harvey (2006a) *apud* Ribeiro Júnior (2014).

Cada um desses passos representa para Harvey (2006a) *apud* Ribeiro Júnior (2014) os elementos concernentes a causa e/ou consequência do aprofundamento das desigualdades em meio ao desenvolvimento geográfico, devendo ser observado junto da escala a qual se optou por analisar e desmistificar os processos deflagradores deste fenômeno. Para o autor, estes passos não são excludentes, da mesma forma que a existência de todos não representa um objetivo essencial, obrigatório para que este mecanismo venha a ocorrer, cabendo a cada um (ou não) sua parcela de “culpa” na formação de sua teoria.

Desse modo, o que se pode entender é que Harvey deixa claro, seja com suas considerações iniciais, seja com o recente aprofundamento de sua teoria, uma franca defesa de seu construto intelectual, no qual o geógrafo se esforça em demonstrar como o capital gera espaços e espacialidades, bem como reflete as assimetrias do desenvolvimento geográfico. Com isso, expõe as desigualdades presentes ao serem apropriadas e gestadas materialmente pelos diferentes grupos sociais, sendo este um processo não redutível à “natureza” ou ao próprio “trabalho” (HARVEY, 2006a; RIBEIRO JÚNIOR, 2014). Em suma, de acordo com este

pensador, o desenvolvimento desigual capitalista é, inegavelmente, espacializado e influenciado pela própria espacialização que provoca, sendo uma expressão geográfica das contradições do capital.

Em assim sendo, os métodos de análise, as condicionalidades e os passos previstos por Harvey para a compreensão de sua teoria *mor* a respeito do desenvolvimento geográfico desigual, também se colocam como elementos nevrálgicos para a compreensão de como o território capixaba foi formado. Se tornando “pano de fundo” e “palco” para a ocorrência das desigualdades no capitalismo, ao mesmo tempo em que era forjado e se tornou um reflexo de sua apropriação pelo capital. Contando com a conivência, desde o limiar do século XX, do que aqui trataremos como “uma burguesia incipiente, uma elite débil e um governo míope” na estrutura social da época. A estes grupos podemos identificar, nas entrelinhas, uma série de princípios desenvolvimentistas responsáveis por deflagrar uma herança político-ideológica que perdura, sendo ainda marcada pela confluência dos meios e modos de produção em um espaço privilegiado: a capital Vitória em detrimento do restante do Estado do Espírito Santo. Esse é o processo que cunha nossa hipótese e que pretendemos corroborar no desenrolar dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: A “NATUREZA” DO ESPAÇO CAPIXABA... O IMPULSO PARA O *SALTO* CAPIXABA

Se por um lado já clarificamos nossa compreensão pelo que aqui será tratado como “natureza” do espaço capixaba, cabe ainda enumerar alguns elementos pertinentes a esta temática que consideramos essenciais para se entender o Espírito Santo e sua configuração no limiar da Primeira República, quando assume a presidência do Estado Muniz Freire.

No mais, essa visão “holística” alcançada no âmbito da Geografia nos propiciará compreender as possibilidades existentes, o que poderia e o porquê de algumas atitudes terem sido tomadas, bem como até onde os condicionantes naturais, sociais e político-econômicos podem ter colaborado para a conformação do território que se apresentava na virada dos séculos XIX para o XX. Adicionalmente, vai nos permitir conjecturar como estes puderam influenciar parte dos fundamentos presentes nas decisões tomadas pela elite local.

Em primeiro lugar, essa abordagem, se configura como uma introdução necessária a explicação das origens e causas do desenvolvimento inicial do território capixaba, vindo daí nosso esforço e tentativa de correlacionar alguns elementos físicos de destaque no início de nossa história como colônia e sua relevância como condicionantes naturais do uso e ocupação do solo. Nesse sentido, cumpre considerar sua devida contextualização, deixando claro que tal abordagem não deve ser pensada de forma determinística, mas sim como uma dentre as várias possibilidades que impactaram na conformação deste espaço ao serem apropriadas pelos interesses hegemônicos e pelos meios técnicos.

Em segundo lugar, tal tarefa, por integrar um viés histórico, traz como desafio se colocar/imaginar o espaço-tempo a ser analisado em meio à formação de um Estado. Nesse sentido, trata-se também de compreender a realidade que ali existia, suas demandas, potencialidades e como essas foram gestadas deflagrando a herança que hoje se coloca no Espírito Santo, fatos e processos que, ao mesmo tempo, refletem as preferências dos protagonistas de nossa dissertação. Uma abordagem e jornada geo-históricas que carregam princípios extremamente contextuais e que necessitam ser correlacionados a outros elementos, sejam eles físicos ou humanos.

A estes princípios podemos identificar a prevalência de elementos vinculados a *diferenciação* do espaço nos quais os processos concernentes ao uso e ocupação, associados à matéria natural presente, predominam na estruturação desta área que começa a se territorializar, um

período/processo denominado por Santos & Silveira (2001) de *meio natural*. O próprio Neil Smith (1988) depreende de seus escritos que o processo de *diferenciação* é anterior a *igualização* que se efetiva como prática do capital e de seus articuladores. Assim sendo, após a exposição destes processos iniciais poderemos alcançar a parcela final de nossas abordagens, sendo estas marcadas pelo período da Primeira República e por homens como Muniz Freire que, assumindo as rédeas do capital e da política capixaba, ditaram os rumos desta reorganização do território ao impor interesses pessoais ao processo de *igualização*.

2.1. ALGUMAS ABORDAGENS GEOFÍSICAS: “O BARRO QUE FORMA A PANELA”...

O conhecimento das características naturais de um determinado espaço pode ser essencial não somente para seu uso e ocupação, mas também para os rumos que a história do local pode adquirir. Significa admitirmos que alguns aspectos podem abrir ou não possibilidades relacionais entre sujeitos e objetos e influenciar, em certa medida, abordagens políticas, econômicas e/ou sociais diferenciadas em meio aos diferentes espaços habitados. Temos em vista ainda que este espaço é, em essência, uma produção social na qual não se pode descartar o papel que alguns elementos naturais tiveram dentro dessa sociedade e de sua consequente organização.

Tais elementos ficam explícitos em alguns momentos da história local, ora com esta matéria natural se colocando como inibidora da ocupação de nosso território, ora propiciando o que Neil Smith (1988) chamou de *produção da natureza* ao, se apropriando deste espaço diferenciado, proporcionarem o desenvolvimento de estratégias visando a *igualização* desta mesma área para o seu uso, produção, acumulação e consequente circulação da riqueza.

Não chega a ser um exagero argumentar que o sertão aqui existente atuou como inibidor dos processos de colonização, haja vista o domínio interiorano das civilizações indígenas e a “mata primitiva” (i.e. zonas de floresta fechada) que recobria 84% do que hoje é o seu território, realidade essa observável em menos de 1% de sua área atual (SCHAYDER, 2002). Isso fez com que sua história, inicialmente, ficasse restrita ao litoral, ou, conforme clássica expressão de Frei Vicente do Salvador *apud* Schayder (2002, p. 9), “[...] éramos uma ‘civilização carangueja’, que ‘arranhava’ o litoral”.

Sobre esta condição, o botânico, naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), tendo feito duas viagens pela Província do Espírito Santo, uma iniciada no ano de 1818

e outra no ano de 1833, quando de sua primeira passagem tece o seguinte comentário:

A província do Espírito Santo oferece, [...] portanto, somente uma faixa estreita que, termos médios, não tem, provavelmente, mais que 4 léguas de largura. Além se acham imensas florestas que se confundem com as Minas Gerais que servem de asilo às tribos errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portugueses (SAINT-HILAIRE, 1936 *apud* CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 65)

No entanto, este mesmo cenário, outrora considerado indócil, não deixava de se mostrar, e ainda hoje se apresenta, pródigo em material físico/natural. Além disso, conta com grande diversidade, revelando outras oportunidades que foram assimiladas, possivelmente, com base mais nos interesses das elites locais do que necessariamente nas potencialidades naturais apresentadas. Assim sendo, essa transformação da *matéria* em *recurso*²⁷ se deu tendo em vista que o substrato natural capixaba sempre foi tratado, ora como um entrave, obstáculo a ser superado rumo ao desenvolvimento, ora como um bem descontextualizado, ou seja, apenas como uma matéria-prima/mercadoria a ser explorada, como foi o caso do processo de expansão da fronteira cafeeira.

Com relação a este assunto, dois elementos naturais ganham destaque, primeiramente os aspectos vinculados às características geológicas e pedológicas locais e em sequência a rede hidrográfica presente no Espírito Santo que acabou por subsidiar alguns dos processos de uso e ocupação do solo capixaba.

No que diz respeito ao primeiro item, apesar de, no geral, o Estado apresentar aspectos positivos para uma gama de cultivos, quanto a cafeeira este mostrava muitas características desfavoráveis como “[...] relevo montanhoso, escarpado, sujeito à erosão, solo pouco profundo, clima sem geadas mas sujeito a secas, que causavam a quebra da safra” (SALETTI, 1996, p. 24). Ainda de acordo com Saletti, em outra obra, (1996a, p. 35) esta expõe que os benefícios para a cafeeira eram encontrados somente no Vale do Itapemirim, parcela do território capixaba na qual as vantagens se sobrepujam as desvantagens.

²⁷ De acordo com Raffestin (2011), a matéria seria um dado natural representativo de um vasto campo de possibilidades que se realizam de acordo com as intenções dos atores e suas condições em termos de conhecimento e prática para a efetivação da mudança. Por outro lado, os recursos seriam itens não naturais cuja existência acaba por se consubstanciar no momento de apropriação e intervenção da técnica e dos aparatos sócio-político-econômicos, tornando-se uma “classe de utilidade” para o homem. Desse modo, a “matéria natural”, que será apresentada a seguir, corresponde aos aspectos geofísicos que, na ausência de intervenções externas, tenderiam permanecer, mas, ao serem apropriados e trabalhados socialmente, abrem as possibilidades para que o poder viesse a se efetivar no espaço ao seguir as diretrizes dadas pelos interesses e necessidades dos protagonistas de nossos relatos.

As condições naturais são aí mais favoráveis que no resto da Província sobretudo no que diz respeito ao solo, o massapê, consistente e resistente à erosão, ainda que pouco profundo. Esse tipo de solo também é encontrado em outras regiões cafeeiras do Espírito Santo, porém o do sul sempre foi considerado o mais fértil por agricultores e técnicos. Quanto ao relevo, toda a região serrana da Província é muito acidentada, com encostas íngremes e cortes abruptos, que favorecem as enxurradas e interrompem as plantações. Sob esse aspecto, o sul, no seu conjunto, iguala-se às demais regiões; no entanto, as ondulações mais suaves e propícias ao café são encontradas nos vales de seus rios, justamente onde começou a expansão. O clima do sul é mais úmido e apresenta chuvas mais regulares que as observadas em algumas áreas do centro, sujeitas à seca.

No entanto, o que se nota a partir da inserção da cafeicultura na região sul capixaba é sua consequente expansão e desenvolvimento nas porções central-serrana e, mais tarde, no norte do Estado, antes regido pela farinha de mandioca. Tal fato corrobora nossa tese inicial de que, apesar das “desvantagens naturais”, o interesse político e econômico na transformação da *matéria em recurso*²⁸, especialmente no que diz respeito ao setor cafeeiro, aparentemente acabou por desconsiderar outras possibilidades e potencialidades locais, conformando o território para o atendimento das demandas da elite local.

Em segundo plano, outro aspecto natural que pautou o desenrolar das possibilidades colonizatórias no Espírito Santo se encontra no extenso litoral capixaba e nos diversos rios que vêm a desembocar no Oceano Atlântico, a maioria navegáveis, mesmo que por pequenas embarcações. Estas “estradas naturais”, além de um meio de circulação e transportes, também privilegiaram a entrada de imigrantes e o escoamento de sua produção econômica. Adicionalmente, em suas margens, é possível observar a fixação e formação de vários núcleos populacionais ao longo da história, tendo em vista a baixa declividade em uma faixa litorânea regular. Este fato levou governos no início do século XX a se preocuparem com obras que garantissem a navegabilidade destas parcelas da rede hidrográfica estadual, como pode ser notado na fala a seguir do Presidente do Espírito Santo, Florentino Avidos (1870-1956), em 1928.

Dada a fraca declividade e curso sinuoso dos rios nessa faixa, estes são sujeitos a obstrução com madeiras das mattas marginaes ligadas por vegetação fluctuante que chega ao ponto de impedir a passagem de embarcação e o livre escoamento das aguas (ESPÍRITO SANTO, 1928, p. 235)

Interessante observar e reiterar que a história do Estado, pegando do período colonial até a

²⁸ A respeito dos verbetes “matéria” e “recurso” ver Raffestin (2011).

Primeira República, é intimamente vinculada a estes aspectos hidrográficos. Russo (2011) já lembrava que ao longo dos períodos mencionados o Espírito Santo podia ser claramente dividido em três regiões econômicas banhadas por rios que centralizavam a produção, principalmente no que tange a entrada e saída de pessoas, mercadorias e capitais. Daí a expressão “estradas naturais”. Tais regiões seriam: o sul, regido pelas bacias do Itabapoana e Itapemirim cujo histórico se vincula ao café; o centro, onde se localizam a foz dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, com economia mais diversificada, mas ainda contando com o peso do café na balança comercial e; o norte, cortado pelos rios Doce e São Mateus, ambos nascidos em Minas Gerais, mas com um viés produtivo capitaneado pela farinha de mandioca, em especial no segundo rio.

Quanto a última região, esta foi alvo de inúmeras tentativas capixabas de se sobrepor as características hidrográficas locais, seja visando dinamizar a economia local, seja visando firmar laços entre Vitória e o interior de Minas Gerais, algo que Hartt (1941, p. 107 *apud* ARAÚJO FILHO, 1974, p. 54) asseverava,

A foz do Doce é tão perigosa de entrar que nunca dará resultado como porto, e o Rio São Mateus, situado ao norte, embora dê entrada a pequenos navios e vapores é, apesar disso impróprio para ser o porto do Vale do Rio Doce... São Mateus nunca responderá às exigências de um bom porto para o comércio estrangeiro. Os produtos desta região, assim como os do Doce costumam ser levados ao Rio de Janeiro, para embarque final para os portos estrangeiros, sendo esse comércio presentemente executado em pequenos navios e vapores costeiros. A viagem do Rio a São Mateus, embora frequentemente muito rápida, é incerta, devido a prevalecerem os ventos noroestes, e a passagem da ponta do Rio Doce é muitas vezes difícil.

Retomando as observações referentes a esta regionalização baseada na hidrografia local e a citação acima criticando a insistência de diferentes governos em se utilizar destes rios para alguns empreendimentos, somos levados a crer que a primeira *produção da natureza* no território capixaba esteve vinculada as possibilidades advindas de suas “estradas naturais” em meio a um amplo movimento de interiorização e acesso aos recursos e potencialidades que estas terras apresentavam, se configurando aí um primeiro esboço do que se poderia denominar no Estado de uma *Divisão Territorial do Trabalho*.

2.2. O INÍCIO DE UMA SAGA – ALGUMAS ABORDAGENS GEO-HISTÓRICAS: “AS MÃOS QUE MODELAM A PANELA”...

Ao longo da formação das Capitanias Hereditárias brasileiras, o rei português concedeu o que veio a ser a Capitania do Espírito Santo ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho (1490-1561), nosso primeiro donatário.²⁹ Este, por sua vez, ao menos no que corresponde a uma interpretação mais tradicional presente na historiografia capixaba, não contou com grande “sorte” em sua empreitada, sofrendo com o comportamento hostil das civilizações indígenas ao deflagrarem uma série de ataques, alguns deles vindo a ter registro quase 300 anos depois do início do processo colonizatório. Por isso, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em sua obra “Raízes do Brasil” de 1936, chega a reportar-se aos índios botocudos do Espírito Santo como sendo os “flagelos dos colonos”. Já o Padre Marcelino Duarte, em 1825, afirmava que “assim como as formigas, os índios são pragas que infestam o litoral, todavia, quatro armas carregadas são suficientes para fazê-los fugir a 400 léguas”.³⁰

Aqui vale o registro de que tais falas carregam um certo grau de pré-conceito e se baseiam na tentativa de disseminar noções depreciativas referentes aos nativos, sendo esta não somente uma generalização, mas também uma forma de enaltecer os feitos dos colonizadores que exterminavam e absorviam as tribos vencidas, muitas vezes, como mão de obra escrava.

Em parte, tais noções foram alicerçadas pelo trabalho de intelectuais recentes, difundindo essas ideias, até certo ponto, romanceadas da chegada de Vasco Fernandes Coutinho e sua caravela ao litoral capixaba, como pode ser observado nas falas de José Teixeira de Oliveira (1913-2004) e Maria Stella de Novaes (1894-1981), dois historiadores que publicaram diversas obras sobre a história do Espírito Santo:

O primeiro contato com a terra revelou os tropeços que aguardavam aquele pugilo de aventureiros: os índios preparavam uma recepção nada cordial. Postando-se armados em grupos na praia, mostravam-se dispostos a impedir o desembarque. Alguns disparos das peças de bordo, porém, anularam a pretensão, afugentando-os para a floresta (OLIVEIRA, 2008, p. 37)

Sucederam-se dias e noites, enquanto o Donatário, experimentado nas empresas

²⁹ Ao iniciar o processo de exploração do território brasileiro, o governo português não possuía condições econômicas e financeiras para patrocinar tal empreitada. Daí sua decisão de dividir o território correspondente as suas posses no Tratado de Tordesilhas (1494) e repassá-lo a particulares que possuíam como características, além de serem portugueses, serem ricos e praticantes da fé católica, com histórico de bons serviços prestados à coroa.

³⁰ Estas e outras citações podem ser encontradas em SCHAYDER (2002).

marítimas, seguia o roteiro traçado pelos seus precursores, a serviço da Pátria, até que, a 23 de maio do mesmo ano (1535)³¹, divisou-se o traço longínquo de um monte, índice da terra desejada.

Avança a caravela. Freme o coração do lusitano, extasiado, perante a magnificência do cenário!

[...]

Senhor absoluto daquela Natureza incógnita, o índio enfrenta o conquistador da sua terra estremecida. Arcos, flechas, lanças e outras armas, ao seu dispor, são manejadas contra as balas, que rompem a folhagem e os canhões troantes de bordo, até que, aturdido, o aborígene afasta-se para as matas distantes, enquanto o lusitano, decidido, pisa na terra das suas esperanças (NOVAES, s/d, p. 15)

No entanto, independente da narrativa estabelecida, uma coisa é certa, o destino dos indígenas foi selado pela perseguição, assassinato, escravidão e/ou catequização, ficando famosa a acertada previsão do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire no século XIX, quando escreveu em seu diário de viagens: “Hoje [1816], as aldeias indígenas estão desertas, caindo em ruínas. É fácil prever que dentro de poucos anos só restarão de seus primitivos habitantes recordações históricas e alguns dos nomes dados pelos mesmos aos locais em que viveram” (SAINT-HILAIRE, s/d *apud* SCHAYDER, 2002, p. 22).

Quanto a Coutinho, com uma administração deteriorada, seu futuro não foi mais promissor. Após seu falecimento e episódios que revezaram entre ataques de indígenas e ataques de piratas e corsários, na maioria ingleses e franceses, a capitania seguiu um percurso errante e discreto. Seu grande feito e legado foi a composição da Ilha de Santo Antônio como centro político local, maior ilha da baía e mais bem localizada para a defesa, onde fundou-se, em 1550, a Vila Nova de Vitória, atual capital do Espírito Santo.

Por volta deste momento histórico é que chegam os primeiros missionários jesuítas, beneditinos e franciscanos, dotando este sertão das características e princípios utilizados pelo pensamento ocidental cristão, contando com a construção de Igrejas, caminhos (i.e. estradas), vilas, aldeias, engenhos e outros empreendimentos, além da catequização dos indígenas. Todos estes atos concederam ao Estado, entre meados do século XVI até o ano de 1759³², as feições necessárias para que um planejamento ideológico-estratégico se apossasse desta base organizacional e

³¹ A atual denominação do Estado de Espírito Santo se deve a data de chegada dos portugueses ao território, dia 23 de maio de 1535, um domingo de Pentecostes. Antes a capitania aparecia em meio aos documentos oficiais da época apenas como *UM DECIMA*, significando que havia sido o décimo primeiro lote concedido pelo rei português aos donatários (SCHAYDER, 2002).

³² O ano de 1759 se tornou emblemático para a causa e presença jesuítica no Brasil e, como não poderia deixar de ser, no Espírito Santo. Isso se deve a expulsão, neste ano, deste grupo de religiosos, denominados “Companhia de Jesus”.

pudesse nela esboçar os caminhos para o desenvolvimento que os portugueses almejavam.

Desse modo, a configuração territorial estabelecida se dava por meio de quatro aldeamentos jesuítas localizados em: Reritiba, atual município de Anchieta; Guaraparim, atual Guarapari; aldeia Conceição, no município da Serra; e a aldeia dos Reis Magos, no que é hoje o distrito de Nova Almeida, também na Serra. Para sua manutenção e a dos índios aldeados, os jesuítas possuíam uma fazenda em Muribeca, divisa com o Rio de Janeiro, entre os atuais municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim, voltada para a criação bovina, chegando a reunir quase 2 mil cabeças de gado; uma fazenda em Araçatiba³³, às margens do Rio Jucu e direcionada ao plantio de cana-de-açúcar, principalmente, e cereais, bem como a criação de gado, com extensão que partia do interior de Viana até o litoral sul de Vila Velha; a fazenda Itapoca, fundada no século XVIII e localizada no que hoje são os municípios de Cariacica e Viana, era reservada ao plantio de hortaliças para o abastecimento dos jesuítas residentes na capital e produção de farinha e, por fim; a fazenda Carapina, com produção policultora destinada ao consumo local e com extensão que partia da região de Maruípe, atual município de Vitória, adentrando o município da Serra em direção ao Norte (CAMPOS JÚNIOR, 1996; SUETH, 2002; SCHAYDER, 2002).

Em suma, a presença religiosa, em especial dos jesuítas, apesar de curta, deixou marcas indeléveis no Espírito Santo, além de um patrimônio ainda hoje observável³⁴, mesmo com os próximos atos desta história e seus consequentes acontecimentos estaduais se mostrando tão trágicos ao longo dos séculos XVIII e XIX quanto o foram em momentos anteriores.

2.2.1. A “Barreira Verde” e o apogeu do descaso

Na sequência dos acontecimentos históricos, tempos mais tarde, concomitante a perda de prestígio e posterior expulsão dos jesuítas, se vê o desabrochar de outros modos de produção e

³³ Esta fazenda, apesar de ser a maior do Estado, foi mais tarde excluída pelos jesuítas que optaram por se instalar na orla ou em regiões próximas de seus aldeamentos.

³⁴ Um dos feitos da presença jesuítica no Espírito Santo foi a construção do Colégio de São Thiago, localizado na capital. Esta obra se destacava por seu caráter administrativo, já que toda a produção das referidas fazendas deveria passar por seu controle. Ele acabou sendo o responsável por dar à Vitória uma caracterização político-administrativa que a cidade carrega até a atualidade (BALESTRERO, 2012), ou, conforme iremos abordar mais à frente, a construção do Colégio de São Thiago e sua posterior transformação em Palácio do Governo acabou por dotar Vitória com os primeiros contornos de uma capitalidade.

ciclos econômicos que se tornaram relevantes tanto na escala macro (nacional), como influenciando o desenvolvimento ou a estagnação/atraso da escala micro (Espírito Santo).

Um destaque que não deve ser esquecido corresponde ao período aurífero referente, em grande medida, ao século XVIII, onde as fortificações marcaram a paisagem capixaba, bem como a preocupação em dificultar o acesso às minas e o possível transporte ilegal do ouro.³⁵ Nesse sentido, a partir do descobrimento das “minas gerais”, proibiu-se a abertura de estradas no Espírito Santo e a utilização de muitos de seus rios como meios de circulação e transporte, dificultando a interiorização e protelando as atividades comerciais que continuaram restritas ao litoral, passando o território capixaba a ser tratado, na linguagem oficial, como “área proibida”³⁶, ou, como alguns estudiosos e analistas do período designaram, como uma “barreira verde”³⁷ (CAMPOS JÚNIOR, 1996; OLIVEIRA, 2008).

Embora fosse mais fácil e lógico escoar a produção aurífera por terras capixabas, este seguia para o Rio de Janeiro em decorrência de interesses políticos³⁸, algo que custou a Capitania um isolamento e subdesenvolvimento econômicos junto ao cenário brasileiro por quase um século, ficando à margem, inclusive, do que ocorria no Sudeste, transformando-se em um “Estado Satélite” em meio aos “Estados Planetas”, conforme denominaria Sueth (2006).

³⁵ Além da preocupação com a construção de fortes, sete ao todo, localizados em pontos estratégicos do território (destaque para os fortes São João e São Francisco Xavier, ambos na baía de Vitória) e, dos atos régios proibindo a abertura de estradas no Espírito Santo, Schayder (2002, p. 42) enumera mais três medidas relativas à defesa da capitania: “[...] 2 – Organização de forças militares – artilharia e cavalaria – permanentemente estacionadas na capitania. 3 – Recrutamento forçado e treinamento de todos os homens capazes de pegar em armas, ou seja, ‘colonos, forasteiros, negros e índios confiáveis’, conforme proclamavam os documentos oficiais. 4 – Formação de milícias e de patrulhas compostas por colonos, que deviam se armar por conta própria”.

³⁶ De acordo com Xavier da Veiga *apud* Oliveira (2008), entre os anos de 1725 e 1758 foram confeccionados sete atos régios proibindo a abertura de novas rotas e estradas no Espírito Santo em direção a área das “Minas Gerais”.

³⁷ Apesar de, hoje, se tratar de um tema controverso entre pesquisadores capixabas, esta “rigorosa proibição” de abertura de estradas ligando o litoral do Estado a rica capitania das “Minas Gerais”, conformando o que se denominou por alguns de “barreira verde”, será aqui registrada pois, proibida ou não, é inegável que a abertura de clarões na mata capixaba visando o desenvolvimento de trilhas e vias de comunicação não ocorreram neste momento da história do Espírito Santo, só vindo a se efetivar no final do século XIX em diante. Sueth (2002, p. 19) ainda comenta, baseado em Bittencourt, que estes fatos “[...] fizeram com que a capitania do Espírito Santo chegasse à Independência como que ‘transformada em posto militar, despovoada e apresentando um quadro econômico fortemente atrofiado’ (BITTENCOURT, 1987, p. 21), em meio a vilas que se comunicavam através de precária navegação de cabotagem, pelos rios e litoral, ou ainda, por caminhos litorâneos que não passavam de antigas trilhas indígenas, só permitindo o transporte a pé ou em lombo de animais”.

³⁸ O intelectual Caio Prado Júnior (2011) em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo” de 1942 chega a comentar sobre esta incoerência logística, enaltecendo as perspectivas e vantagens advindas de uma eventual utilização do Vale do Rio Doce como escoamento produtivo das minas de ouro. O autor fala que, “Mais importante que todas estas novas vias de penetração do litoral para Minas, é a do Rio Doce. Ela ocupa seriamente a administração pública porque, geograficamente, é de fato pelo Espírito Santo, e não pelo Rio de Janeiro, a saída natural da Capitania. Contingências políticas e interesses fiscais, mais tarde o fato consumado, mantiveram até hoje o primitivo percurso aberto por Garcia Rodrigues. Mas a topografia, a praticabilidade e a menor distância apontam claramente para o vale do Rio Doce” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 260-261).

Dessa forma, a descoberta de ouro no interior do território brasileiro, mais especificamente no interior da própria Capitania do Espírito Santo, não só fadou essa região às medidas supramencionadas, como ainda foi responsável por uma considerável perda territorial, tendo em vista que, já em 1709, o rei Dom João V criou a “Capitania das Minas do Ouro”, desmembrada da do Espírito Santo visando pôr fim a Guerra dos Emboabas (1707-1709) entre paulistas e forasteiros pela posse da zona aurífera, ficando as terras capixabas relegadas a uma faixa da costa.

De acordo com Mendonça (2013), tanto este momento de “Barreira Verde” quando os problemas fronteiriços dele decorrentes auxiliaram no que viria a ser o discurso político da elite capixaba no início da Primeira República. Baseado na noção de “atraso” e no passado recente do Espírito Santo, estes se apossaram de tais justificativas para alicerçar seus anseios político-econômicos e angariar o apoio necessário na preservação de determinados interesses junto ao território. Como bem lembra este autor ao mencionar a filósofa Marilena Chauí, estava, a partir de então, sendo constituído na historiografia capixaba o nosso “mito fundador”,

[...] aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Sua articulação com a ideologia está na qualidade dessa última alimentar-se “das representações produzidas pela fundação [mitológica], atualizando-as para adequá-las à nova quadra da história (MENDONÇA, 2013, p. 88).

Assim sendo, ainda de acordo com Mendonça (2013), este “mito fundador” molda o nascimento do Espírito Santo republicano e se fortalece com as várias formas de exploração ideológica destas noções nos discursos políticos, estimulando e sustentando este “signo do atraso regional”. Logo, “[...] temos o reforçamento do clientelismo com a sociedade: as vitórias são comemoradas como efeitos dos heróis da história espírito-santense, e as derrotas já têm vilões certos, são (sempre) de fora” (MENDONÇA, 2013, p. 92).

Quanto a possível precariedade criada pela “Barreira Verde”, o fim efetivo deste momento só vem com a suspensão dos embargos, oficializada no ano de 1797 pelo príncipe regente D. João, eliminando as restrições à penetração e interiorização do território capixaba. Tal decisão inaugura um período no qual se sucederam quatro governadores coloniais até a Proclamação da Independência em 1822, algo que, após a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808, ditaria novas nuances ao poder local, contando com uma centralização e maior controle

estabelecidos nas Capitanias pela administração do Príncipe Regente, posteriormente denominado D. João VI.

No caso capixaba, conforme dito e registrado no documento monárquico, o fracasso e as desastrosas medidas adotadas anteriormente tornaram a tarefa dos próximos governantes bem mais difícil, pois não existiam muitas iniciativas capazes de desfazer o “mal” e o “atraso” que as experiências passadas proporcionaram. Dessa forma, a administração local, aparentemente, não se incumbiu de organizar a atividade econômica, mas sim de remover os obstáculos deixados e adaptar a estrutura restante para o desenvolvimento territorial, dotando-o de objetivos plausíveis com as condições existentes à época. De acordo com Schayder (2002), algumas dessas medidas versavam sobre o estabelecimento de comunicação entre as Capitanias do Espírito Santo e de Minas Gerais, bem como uma tentativa de incrementar a produção agrícola, fatores considerados primordiais pelo governo local até o início do século XX.

2.3. OS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O MEIO TÉCNICO COMEÇAM A PROTAGONIZAR A GEO-HISTÓRIA CAPIXABA: “O FOGO QUE FORJA O BARRO”...

A partir deste ponto podemos admitir que os “agentes da produção do espaço” ganham vigor na organização territorial, se tornando protagonistas do desenvolvimento geográfico desigual capixaba ao se sobreporem, mesmo que paulatinamente, aos “empecilhos” naturais e medidas exteriores já expostas. Pode-se também antecipar que este processo deflagra o princípio de uma *igualização* que se consubstancia ao se utilizar dos *meios técnicos* que começavam a se inserir na realidade local, isso tudo, em especial, tendo como pano de fundo os vários elementos e eventos ocorridos ao longo da transição para a Primeira República.

É nesse ínterim que se pode dizer, tomando por base uma prerrogativa de León Trotsky, que o Espírito Santo ingresse ou, ao menos, tome impulso para o seu *salto* na tentativa de sair de uma estrutura essencialmente “arcaica” rumo a uma modernização que sequer se esboçava em períodos e nas mãos de governantes anteriores. Contudo, este último aspecto assumiu, segundo Mendonça (2014), uma faceta que o autor estabelece como a “modernização do atraso”, ao partir da perspectiva que a tradição cafeeicultora e todo o seu aparato sócio-político-econômico surgidos em meados do século XIX se mantiveram neste e nos próximos períodos.

Em parte, a argumentação de Mendonça (2014) não se coloca como nova ou algo que surpreenda, tendo em vista que Monbeig (1984) em sua obra “Pioneiros e Fazendeiros de São

Paulo”, de 1977, e Seabra (1987) em sua tese de doutorado, já haviam observado e explicado fenômeno semelhante ao argumentarem sobre a formação do Estado e da cidade de São Paulo, respectivamente. Nestas situações, assim como possivelmente ocorreu no Espírito Santo, o capital móvel, representado em grande medida pelo café, ao entrar em crise e dar início a uma perda considerável de sua margem de lucro, fez com que os investimentos e capital acumulado migrassem para a propriedade da terra, seja na área urbana, seja na área rural, provocando uma imobilização da riqueza em busca de sua especulação e posterior comercialização. Vem daí a noção de Mendonça (2014) ao considerar a opção pela terra uma expressão de “atraso”, tendo em vista se relegarem ao e no Estado as atividades produtivas multiplicadoras e/ou atividades mais dinâmicas. Mesmo assim, é interessante enfatizar que a grande diferença entre o caso que a partir daqui será retratado e o paulista se refere a permanência e prevalência desta estrutura no primeiro ao contrário do segundo que, já na década de 1930, se lança a um processo industrial via “substituição de importações”.

O que se observará na sequência é que o Espírito Santo do início do século XX se lança na busca por um aparelhamento tanto estadual quanto de Vitória como forma de dotar a capital capixaba de características modernas e concentradoras da atividade produtiva: trata-se assim, de um franco projeto de *igualização* assumindo curso. Este, por sua vez, parece ter sido o responsável por deflagrar uma terciarização do trabalho *in loco*, algo similar ao exposto por Seabra (1987) sobre a capital paulista. Entretanto, algumas ressalvas cabem e serão feitas, tendo em vista que, enquanto São Paulo viu o setor terciário crescer no bojo das indústrias nacionais que se instalavam na capital e no seu entorno, o *salto* capixaba parece ignorar o setor secundário, estabelecendo o comércio e serviços como o principal vínculo ao setor primário cafeicultor realizado nas porções sulista e interiorana do território.

Desse modo, Vitória começará a estabelecer um papel de integração regional, mas não necessariamente se colocará como um centro produtor no *stricto sensu* do termo. Em grande medida isto é compreensível ao se notarem duas questões a serem expostas e analisadas por nós: a primeira correspondente as dimensões da capital e seus aspectos naturais limitantes e/ou portadores de possibilidades diferentes das quais e para as quais este território foi conduzido, além de; em segundo plano, argumentarmos sobre a estrutura sócio-político-econômica existente no Estado e os próprios interesses/estratégias perpetrados pelos protagonistas de nossa dissertação, Muniz Freire e a elite local colocando em voga seu projeto de *igualização*.

2.4. OS ELEMENTOS PARA O *SALTO*... OU SERIA PARA O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL CAPIXABA!?

De acordo com Santos & Silveira (2010, p. 21), ao se analisar um determinado meio geográfico e as sucessivas transformações pelas quais este passa, é essencial que o pesquisador busque,

[...] compreender o papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais, jurídicas e políticas, todas impregnadas, hoje, de ciência, técnica e informação. Outro dado indispensável ao entendimento das situações ora vigentes é o estudo do povoamento, abordado sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens.

Sendo assim, faz-se necessário avaliar o povoamento e os diferentes processos de uso e ocupação do solo que se manifestavam no Espírito Santo no limiar da Primeira República, sendo estes encarados como prerrogativas que alicerçaram nossa hipótese vinculada ao *salto capixaba* e sua conseqüente “aterriçagem”, inserindo o Espírito Santo na lógica do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Nisto também poderemos observar a forma como a Divisão Territorial do Trabalho se apresentava, tendo em vista que estes elementos, em parte, também espelham a fluidez territorial e como este se fazia presente no período até ser administrado por Muniz Freire e ter seus rumos e determinadas características ora alteradas, ora potencializadas.

2.4.1. Aspectos Sociais

No que tange aos aspectos sociais, três grandes grupos se destacam na formação do território capixaba pré-período republicano, sendo eles: as civilizações indígenas; os escravos africanos e; os imigrantes, tanto estrangeiros, em especial italianos e alemães, quanto nacionais, destacando-se fluminenses e mineiros. Quanto ao primeiro grupo, pode-se considerar que os indígenas – em verdade os primeiros ocupantes desta área – a partir do processo de catequizaçãõ realizado pelos jesuítas, foram, além de primeiros ocupantes, os primeiros a serem “desterritorializados”, haja vista uma incisiva apropriação não apenas do nativo como mão-de-obra dentro das fazendas jesuíticas, mas também do próprio território ao qual ocupavam, se tornando, posteriormente, restritos a escassas “reservas” no Espírito Santo.

Já a participação do escravo negro africano na formação territorial e na economia capixaba é ainda mais marcante, em especial quando se refere ao ciclo cafeeiro, apesar de já existirem registros da chegada desta mão de obra neste sertão desde 1550 (SCHAYDER, 2002). Um indicativo desta realidade está na dinâmica interna do Porto de São Mateus, ao Norte da Província, o que tornou este o mais movimentado em comércio escravagista em todo o Brasil. De acordo com Russo (2011), esta atividade era tão intensa na região que, em meados do século XIX, existiam 16 empresas presentes no porto trabalhando neste ramo.³⁹ Tal conjuntura colaborou para a prevalência dos negros na sociedade que se formava, seja como mão de obra escrava, seja se arrastando no período pós Lei Áurea de 1888, como se observam nos dados censitários levantados por Almada (1993) de 1890 a 1950. Estes indicam que em alguns momentos da história espírito-santense, em sua maior parte no século XIX, a população negra compunha a maioria dos habitantes locais, um número que só começou a ser revertido no transcorrer do século XX com a chegada dos imigrantes europeus (OLIVEIRA, 2008).

Tais dados representam, em parte, não somente a mudança da estrutura social existente no período, como também delineiam, de acordo com Mendonça (2014) a metamorfose da riqueza no Espírito Santo, antes regida pela posse do trabalho escravo e agora se transferindo para a propriedade da terra. Por isso, nota-se que as mudanças aqui presentes vieram no encalço de transições maiores ocorridas na escala macro, nacional, como o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras em 1850, o fim da escravidão em 1888 e o próprio fim do período imperial no ano seguinte, dando início ao republicano e enfatizando alterações estruturais que influenciaram diretamente a esfera micro, estadual. Algo que, no Espírito Santo, foi sentido de forma mais pujante, tendo em vista a resistência de muitos integrantes das elites locais em aceitar esta nova realidade.

Em um terceiro pilar de destaque na composição populacional local estão, como já mencionado, os imigrantes nacionais e estrangeiros, excetuando-se nesta abordagem a presença dos próprios portugueses que deram início ao processo de ocupação do território. Quanto ao primeiro grupo, Campos Júnior (1996) traça uma análise em síntese sobre como se deu a sua chegada e fixação na Província do Espírito Santo a partir dos escritos de Araújo Filho (1956 e 1967), em um movimento intimamente vinculado ao cultivo do café.

³⁹ Outra curiosidade trazida por Russo (2011) é que é na região de São Mateus que se registra a apreensão do último navio negreiro clandestino que circulou na costa brasileira, em 1856, após a lei de 1850 proibindo o tráfico de escravos africanos para o Brasil.

Ao mesmo tempo em que os espírito-santenses lutavam por expandir as suas lavouras de café pelas exíguas áreas litorâneas, os fluminenses que já haviam alcançado o vale do Paraíba, juntamente com os mineiros da Zona da Mata, iriam penetrar pela primeira vez o planalto interior através das cabeceiras dos rios Itabapoana e Itapemirim, partindo respectivamente de Itaperuna, de Muriaé e de Carangola; assim as zonas interioranas do Espírito Santo, no seu trecho de Sudeste, tão temidas durante toda a colônia e até meados do século XIX em função das tribos indígenas que por ali vagavam (botocudos, aimorés, etc.), iriam ser penetradas do interior para o mar, por mineiros e fluminenses, que constituiriam as primeiras grandes fazendas da província, nas mesmas bases das suas respectivas áreas (ARAÚJO FILHO 1956 e 1967 *apud* CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 69-70)

Concomitante a inserção do café como mola mestra da economia espírito-santense, a partir do século XIX e, posteriormente, com o impulso dado pela abolição da escravatura, vieram estes fluxos imigratórios, onde também se destacam os “trabalhadores-europeus-brancos-livres” inicialmente trazidos por incentivo do imperador D. Pedro II. As primeiras levas de europeus que chegaram ao Espírito Santo se alojaram na região serrana da Província, área com características naturais, em especial climáticas, mais próximas do que estes vivenciavam em suas terras natais. Com o passar do tempo se inicia uma dispersão deste movimento visando ocupar outras áreas que sofriam com um vazio demográfico.

O intuito de incentivar este fluxo de europeus, que se estendeu com vigor até meados do século XX, também se baseava em uma preocupação em substituir a mão de obra negra, povoar o território, aumentar a receita capixaba com a grande disponibilidade de terras devolutas aptas a serem adquiridas pelos estrangeiros, além da implícita ideia de se propagar um “branqueamento” populacional, tendo em vista que a maior parte dos moradores deste e de outras regiões brasileiras eram negros, agora alforriados pela Lei Áurea (1888) (CAMPOS JÚNIOR, 1996; SILVA, 1995). Na realidade, os que aqui chegaram, em sua maioria, se viram em “maus lençóis” devido as falsas ou exageradas promessas realizadas por companhias de navegação e colonização responsáveis por angariar e trazer estes imigrantes, lucrando por cada um que aceitasse se lançar em tal empreitada.⁴⁰

De acordo com Bittencourt (1987), apesar de inicialmente a chegada dos imigrantes europeus não ter se revertido em indicadores econômicos positivos, com o passar do tempo, mesmo frente às várias formas de organização pelas quais este trabalho no campo capixaba passou, ele começa a, paulatinamente, alcançar efeitos produtivos mais elevados que os do [...] trabalhador escravo, obrigado a labutar sob a ameaça do chicote do feitor” (1987, p. 66). Tais resultados impulsionam não só o poder central, mas também o provincial a subvencionar a vinda destes

⁴⁰ Sobre este assunto ver BITTENCOURT (1987a), DERENZI (1965), CAMPOS JÚNIOR (1996) e SALETTO (1996 e 1996a).

imigrantes, por mais que uma minoria de latifundiários de regiões agrícolas “decadentes” tenham feito oposição.

Sendo assim, a chegada dos novos habitantes inaugurou no Espírito Santo a necessidade da abertura de estradas e outras vias de circulação que viessem a facilitar a comunicação e o escoamento do que era produzido nos núcleos populacionais instalados com os imigrantes estrangeiros, em sua maior parte, voltados à produção do café e fixados no interior do território, mais especificamente na hinterlândia de Vitória em virtude dos interesses políticos provinciais em localizar estes novos “polos” de uso e ocupação do solo na órbita comercial da capital (MENDONÇA, 2014).

Mapa 1: Núcleos de Colonização na Hinterlândia de Vitória em 1878



Fonte: Mendonça (2014).

A forma como os imigrantes europeus foram distribuídos pelo território capixaba seguiu uma lógica baseada nos interesses político-econômicos da época, em especial os interesses mercantis-exportadores, protagonistas deste processo. Tal fato explica, em parte, a não existência de conflitos no Sul quanto à forma de assentamento desses imigrantes. Desse modo, de acordo com Silva (1995, p. 51-52), podemos elencar algumas possíveis razões motivadoras dos fluxos observados no Espírito Santo através de cada uma das diferentes áreas de recepção destes grupos.

- A região sul estava sendo ocupada através da expansão da fronteira agrícola carioca e mineira. Era movida pelos interesses de grandes fazendeiros, que reproduziam, nesse espaço, o modo escravista de produção, e que não sofriam, tão intensamente, o problema da escassez da mão-de-obra escrava. Portanto, os interesses aí constituídos não requeriam o imigrante nem como proprietário, nem como mão-de-obra.

- A região central, no entanto, não estava sendo privilegiada por nenhum processo de ocupação territorial. Além disso, em termos de produção cafeeira ela vivenciava uma situação inversa à que se configurava na região sul, pois, enquanto que naquela região a produção apresentava índices crescentes, nessas, os índices eram decrescentes. Tal tendência, a longo prazo, reduziria a capital a funções burocrático-administrativas, à medida que o eixo sócio-econômico estava sendo deslocado para o sul. Portanto, da perspectiva dos interesses dominantes, localizados na região central, era preciso ocupá-la e incrementar suas atividades produtivas. E, naquele momento, a imigração colonizadora era a solução em voga.

- A região norte, além de distante da capital e de não oferecer condições físicas (solos/clima) muito favoráveis à expansão da cafeicultura, polarizaria a produção no pólo oposto. Portanto, para os interesses colonizadores localizados na capital, naturalmente, os imigrantes deveriam ser assentados em sua área de influência.

Em assim sendo, o somatório destes vários indivíduos, de diferentes classes, etnias, nacionalidades e culturas, distribuídos pelo território capixaba, associados ainda a chegada de imigrantes do Rio de Janeiro e Minas Gerais dispostos a trabalhar com o café que se expandia do Vale do Paraíba e Oeste Paulista para o Sul do Espírito Santo, foram responsáveis por um *boom* demográfico local. Sueth (2002, p. 27) indica como característica, adicionalmente, uma população com “[...] esmagadora maioria de católicos e absoluta maioria vivendo nas zonas rurais, dedicando-se sobretudo à produção cafeeira, com os desconfortos e as carências que identificavam o interior brasileiro daquele período histórico”.

Bernardo Neto (2012) indica que, mesmo após o período de apogeu da imigração estrangeira, entre as décadas de 1870 e 1890, o Espírito Santo continua apresentando um elevado crescimento populacional, bem superior, inclusive, aos seus vizinhos diretos no Sudeste: Minas Gerais, com uma média de crescimento entre 25% e 30%, e; Rio de Janeiro, com média de 25% de crescimento no mesmo período. Tendo em vista que a imigração estrangeira praticamente cessa em 1896, estes dados podem ser explicados pela entrada de migrantes nacionais,

especialmente os oriundos de Estados vizinhos atraídos pela grande disponibilidade de “terras livres”, sem contar a organização local, regida por uma elite de base mercantil interessada em facilitar o acesso à terra e a disseminação de pequenas propriedades, conforme poderemos observar adiante. No mais, estes e outros fatos foram contemplados por um “afrouxar” da Lei de Terras de 1850 no Espírito Santo a partir da Lei Estadual nº 4 de 1892⁴¹, promulgada por Muniz Freire ao instituir o serviço de terras e de colonização no território capixaba (BERNARDO NETO, 2012; RIBEIRO, 2008).

2.4.2. O Rei Café

Antes do café se tornar o principal bem produtivo junto a economia brasileira e, como não poderia deixar de ser, também a capixaba, grande parte da produção econômica local e nacional era capitaneada pelo ciclo do açúcar que, aos poucos, foi perdendo espaço para os ganhos e a prosperidade advinda deste recurso natural. A respeito da substituição do “ouro branco” pelo “ouro verde”, o Presidente da Província do Espírito Santo, Costa Pereira (1833-1899), tece os seguintes comentários em seu relatório de governo datado de 1861,

O café em toda parte vai invadindo o solo [...]. Quanto à lavoura do açúcar, aqui como em outras províncias, vai cedendo à crescente prosperidade da cultura sua rival do café, cujos preços elevados e a menos custosa preparação desafiam os cuidados dos grandes assim como dos pequenos agricultores. Sabeis que a plantação da cana e o fabrico do açúcar exigem o emprego de muitos braços e, nesta província, pelos motivos que já vos expeli, pela subdivisão das fortunas, de tal sorte que muitas vezes os filhos de um fazendeiro importante ficam reduzidos quase à pobreza, não é possível que se levantem novos engenhos ou que se conservem florescentes os antigos. E enquanto a exportação do café se eleva a mais de 250.000 arrobas, a do açúcar desceu no corrente exercício a 29.430 arrobas, o que, comparado com a exportação nos tempos anteriores à extinção do tráfico em que algumas vezes excedeu a 300 mil arrobas, demonstra bem de um modo expressivo a decadência rápida e considerável (COSTA PEREIRA, 1861 *apud* MENDONÇA, 2014, p. 39)

Sendo assim, de acordo com Saletto (1996a), o café foi o marco responsável por retirar o Espírito Santo do “limbo” ao qual este havia sido lançado em momentos anteriores, apesar de

⁴¹ “A Lei determinou a legitimação da posse das terras ocupadas e a venda das desocupadas, permitindo, em última instância, a legitimação das posses irregulares, desde que o posseiro que nela residisse estivesse cultivando regularmente a terra e se dispusesse a pagar ao Estado o serviço de medição do espaço e a futura compra da mesma. As posses garantidas pela Lei de Terras de 1850 seriam respeitadas e as áreas maiores seriam destinadas aos que pretendessem criar núcleos coloniais” (RIBEIRO, 2008, p. 77-78).

ter se deparado com dificuldades ao ingressar nesta nova empreitada, especialmente na região Sul, principal frente de expansão do café proveniente do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba.

O primeiro entrave a ser superado se referia à formação de seu plantel de escravos, que só se deu tardiamente, a partir da década de 1840, momento no qual essa mão de obra já havia encarecido, sobretudo após o término do tráfico negreiro em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz, fazendo com que os fazendeiros sulistas tivessem que gastar mais na busca de cativos e, conseqüentemente, reduzissem suas margens de lucro. Outro aspecto relevante, já retratado, diz respeito às condições naturais, em grande medida pouco atrativas para a cafeicultura.

Por fim, a ausência de infraestrutura adequada de circulação e transportes selavam uma conjuntura carregada de dificultadores, tendo em vista que as poucas estradas existentes eram precárias, herdadas dos antigos jesuítas, o sistema ferroviário ainda se apresentava como um sonho distante e os rios, as “estradas naturais”, ofereciam más condições de navegabilidade em parte de seus cursos, isto quando eram navegáveis, o que levava o escoamento do café interiorano a intercalar o transporte por tropa de burro e por canoas, ou embarcações maiores, até que alcançassem algum porto (BITTENCOURT, 1987).

Mesmo com toda essa conjuntura, vale registrar que a colonização iniciada pela cafeicultura não chegou a perder seu vigor, pois os fatores desfavoráveis não se tornaram um empecilho a chegada de migrantes de outras províncias paralelamente ao começo da imigração europeia para o Espírito Santo (ALMADA, 1993).

Bittencourt (1987, p. 48) corrobora a noção de que o café trouxe novas feições a configuração territorial capixaba, tendo em vista que para ele,

O desenvolvimento da cafeicultura local vai, ao menos indiretamente, promover o desbravamento da floresta, o incremento da imigração e fixação do imigrante europeu, a construção de estradas, a navegação a vapor, e a implantação de ferrovias na província, e posteriormente, permitir a acumulação de capitais necessários aos esforços industrializantes, quando mudanças estruturais já haviam consolidado a transformação das relações de produção escravagista em assalariadas.

Como se percebe, o café foi o responsável pelo início de uma ruptura com amarras impostas pelo ciclo aurífero e seus conseqüentes ditames à organização territorial visando preservar a capitania à Oeste, bem como foi o responsável pelo início de um uso e ocupação via imigrantes e suas práticas no setor primário da economia, após o término do período escravagista. Neste item, para Almada (1993), a chegada de fluminenses impulsionados pela decadência produtiva e saturação de suas lavouras no Vale do Paraíba (RJ), associado aos mineiros recém-chegados

da Zona da Mata Mineira (MG), foi responsável – mais até que a imigração europeia – por expandir a fronteira agrícola capixaba, interiorizando este processo que veio a se concentrar ao Sul do Rio Doce, em especial no Vale do Itapemirim.

Este novo chamariz, marcado pela possibilidade de manutenção dos ganhos financeiros que outrora latifundiários possuíam nas províncias vizinhas, bem como a possibilidade que fazendeiros sem destaque tinham de fazer seus nomes em terras capixabas, atraiu um contingente de mão de obra, superando a escassez desta no período escravagista e posterior a abolição da escravidão, proporcionando ainda um alento a economia local que se esboçaria em sua capacidade de superar as crises advindas da queda do preço internacional do café.

Segundo Almada (1993, p. 54-55), em contrapartida,

[...] a adaptação da cafeicultura capixaba às crises cafeeiras torna evidente sua pouca mobilidade em direção a outras atividades econômicas. Pouco capitalizado – e contando com grandes reservas de terras devolutas, que permitiam o avanço de sua fronteira agrícola num sistema de cultivo extensivo – o Espírito Santo não conseguiu livrar-se do jugo da monocultura cafeeira, que o manteve preso ao café no decorrer do Século XX.

A autora ainda destaca as cifras cafeeiras em meio a economia local, tanto em termos de percentual de participação no valor geral das exportações do Espírito Santo, quanto em termos de receita total, mostrando como este bem foi, durante muito tempo, a principal, quiçá a única fonte de riqueza capixaba. Algo que, no mesmo sentido, mostra o poder desse produto e de seus produtores, assim como o perigo e fragilidades que essa “café-dependência” acarretariam ao território em um futuro próximo.

A pujança econômica da cafeicultura também se refletia na organização produtiva presente no Espírito Santo à época. Segundo Saletto (1996) era possível discernir três frentes de expansão da cafeicultura local: as áreas de povoamento antigo no entorno de Vitória, nas quais o café veio a substituir o açúcar; os vales do Itapemirim e Itabapoana, no Sul, onde encontraram as melhores condições para o seu desenvolvimento e; os núcleos coloniais europeus na região Central Serrana.

As áreas de povoamento mais antigo, localizadas no litoral, apresentavam como característica, desde o início do processo de colonização, a presença de pequenas e médias propriedades cuja mão de obra foi passando de escrava para familiar conforme o preço dos cativos foi aumentando e se instaurou a Lei Áurea (1888) no país. Esta realidade também era observável nas colônias de imigrantes europeus na região Central Serrana, onde o trabalho familiar era típico e acabou

por se generalizar em meio à expansão das propriedades locais. Já as fazendas no Sul, oriundas do processo de expansão da lavoura cafeeira fluminense e mineira, tinham caráter latifundiário⁴² e foram instaladas com base nos recursos trazidos pelos imigrantes nacionais e na apropriação de terras devolutas⁴³. Essa região ainda apresentava um padrão tradicional de autossuficiência, abundância de escravos e uso de técnicas primitivas, com sua produção escoada pelo Rio de Janeiro, de onde, em contrapartida, também era abastecida com mercadorias. Tal estrutura só vem a sofrer alterações com a abolição da escravatura na qual o governo passa a se dedicar ao estabelecimento de seu projeto de imigração subvencionada.

Isto posto, de modo geral, se chega a Primeira República (1889-1930) com um território fragmentado e com os primeiros presidentes do Estado procurando desenvolver uma lógica, material e imaterial, que gerasse uma referência de desenvolvimento e modernidade, uma “marca capixaba” que, de preferência, ao menos pelo que aparecia nos discursos, mas nem tanto na prática, se afastasse da “café-dependência” (BITTENCOURT, 2006). Esta possível marca, por ainda ser desconhecida e fortemente atrelada a capital federal, o Rio de Janeiro, carregava ainda como meta superar o longo período de estagnação pelo qual o território, em meio as administrações do período colonial e imperial, fora relegado (BITTENCOURT, 2006).

⁴² Estas eram consideradas de vasta extensão para os padrões do Espírito Santo, quando comparadas as propriedades cafeeicultoras brasileiras, poderiam ser tratadas como de média ou mesmo pequena dimensão (SALETTTO, 1996).

⁴³ De acordo com Campos Júnior (1996, p. 69), “Como grande parte das terras no Espírito Santo eram devolutas e a ocupação se realizara só no litoral, a terra tinha preço muito baixo, tornando atrativa a sua ocupação”. Soma-se a isso, ainda de acordo com este autor, a possibilidade que o Espírito Santo concedia de realizar empréstimos hipotecários tendo o escravo como garantia, algo que facilitou ainda mais o acesso as terras ao sul do território capixaba.

CAPÍTULO 3: ENTREATOS – A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: A PRIMEIRA REPÚBLICA COMO LIMIAR DE UMA NOVA ERA?

Rememorando alguns detalhes que foram ditos até agora, Saletto (1996) traça uma visão em síntese dos principais fatos que conduziram o território capixaba do período colonial até o limiar do século XX. Neste processo, a declaração da Primeira República se constituiria como a abertura de novas oportunidades e rumos para o coadjuvante Estado do Espírito Santo.

O Espírito Santo tinha uma situação peculiar no Brasil da 1ª República: integrava o poderoso sudeste cafeeiro, mas era um dos estados menos desenvolvidos do país. Vegetara durante todo o período colonial, sempre sob a pressão dos índios, que resistiram tenazmente à colonização, apesar da forte presença dos jesuítas, donos das mais importantes fazendas da capitania e fundadores de Colégio e aldeamentos que deram origem a algumas das principais vilas do período colonial. No século XVIII foi impedido de se beneficiar do contato com a economia mineira, por uma legislação que proibia a abertura de estradas no interior de seu território. Chegou à Independência tendo colonizada apenas uma estreita e descontínua faixa litorânea, cujos habitantes produziam algum açúcar e farinha de mandioca, comercializados com o Rio de Janeiro e a Bahia (SALETTTO, 1996, p. 23)

Sendo assim, e dando sequência as narrativas históricas, no dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no Brasil com a posse do Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892). Tal notícia chega por meio de telegrama no mesmo dia ao Espírito Santo, tendo sido escolhido, já no dia seguinte como chefe do governo provisório, Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1859-1934). Na capital, Vitória, não ocorreu qualquer tipo de manifestação pública, em verdade, o único rincão capixaba que comemorou esta notícia foi Cachoeiro de Itapemirim, em meio a uma espécie de festejo em retaliação ao imperador que, um ano antes, havia abolido a escravidão e gerado prejuízos para a elite escravocrata (SCHAYDER, 2002). Contudo, mesmo sem adquirir o *glamour* que a ocasião aparentava pedir, este novo momento da história brasileira trouxe alguns aspectos positivos e relevantes para a organização de nosso território, pois, além de representar a vitória das elites regionais contra o centralismo do Império, o modelo adotado alçou a então Província do Espírito Santo e as demais existentes no país ao *status* de Estado, tendo seu conjunto dado origem a Federação Brasileira, apesar de que “[...] entre nós, Federalismo significasse descentralização. [...] que] no Brasil era considerado *causa* do desenvolvimento desses valores” (SUETH, 2006, p. 44, *grifos no original*).

Agora, cada uma destas áreas havia conquistado a autonomia necessária para a escolha de seus governantes – pela primeira vez o Estado seria governado por um espírito-santense escolhido

por eleições diretas – e teria liberdade na arrecadação financeira, seja por meio de empréstimos externos, seja por meio da criação de impostos ou outros mecanismos capitalizantes. Isso veio a esboçar uma perspectiva de superação dos entraves até então vivenciados no território capixaba, mesmo que, notoriamente, esses novos arranjos marcados pela descentralização político-administrativa tenham passado para as mãos das elites locais, dando início a um projeto de desenvolvimento regional que privilegiou seus próprios interesses (SUETH, 2002; MENDONÇA, 2014). Outra incoerência ou efeito contraditório generalizado na Primeira República veio a partir da observância desta descentralização política levada a cabo pelo federalismo, no momento em que ele ocorreu somente no papel, tendo em vista que se acentuaram a dependência dos Estados federados em relação à capital federal ou aos Estados de maior pujança econômica e influência político-administrativa, destacadamente São Paulo e Minas Gerais, como se observa na fala do presidente do Espírito Santo Afonso Cláudio,

[...] o que de sobra sabemos: *a divisão irritante do país em estados grandes e pequenos*; o apanágio que se reservaram os primeiros, de compor as bancadas numerosas, de escolher os chefes da nação, de dispor da receita do país em proveito exclusivo de suas circunscrições, sempre e invariavelmente, à revelia dos segundos! (CLAUDIO, 2002 *apud* SUETH, 2006, p. 17, *grifos no original*).

No Estado passa a vigorar uma espécie de *coronelismo*⁴⁴, uma forma de mediação entre as classes dominantes e as classes dominadas, marcada pela sucessão no processo eleitoral das elites locais, revezando-se no poder capixaba até a Revolução de 1930 que pôs fim a Primeira República. Tal fato foi facilitado pelo sistema de voto aberto que dava margem à ocorrência do *voto de cabresto*⁴⁵. Sendo assim, os governantes de destaque neste período histórico do Espírito Santo eram representantes de uma oligarquia cafeicultora que, em alguns casos, se perpetuou nas zonas de influência econômica e política estaduais até a atualidade. De acordo com Mendonça (2014, p. 66), o coronelismo “Ao constituir uma forma particular de manifestação do poder privado, com enorme capacidade de penetração na esfera pública, [...], significou na formação social brasileira a expressão do capitalismo de natureza patrimonial”.

Ainda de acordo com este autor,

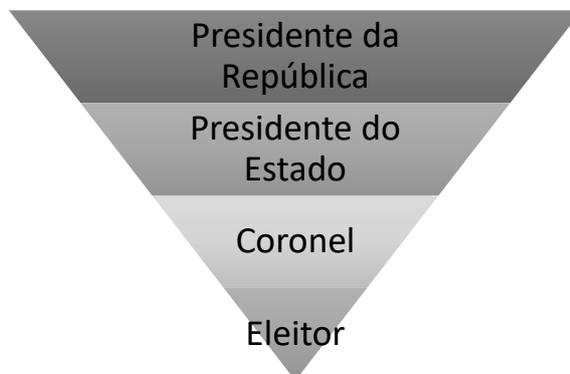
⁴⁴ Por *coronelismo* se entende a prática surgida em meio a Primeira República de coação e manutenção do poder (econômico, social e político local) por parte de uma pequena elite baseada na propriedade da terra e em práticas econômicas de cunho rural. Apesar de ser característico de zonas interioranas e pequenas cidades, este fenômeno ganhou expediente e acabou por se espalhar por outras localidades com maior pujança e desenvolvimento.

⁴⁵ O *voto de cabresto* pode ser considerado a feição mais comum e nefasta do coronelismo. Este se baseia no controle do poder político por meio do abuso de autoridade, compra de votos e/ou utilização da máquina pública.

[...] a preservação dos interesses privados em novas estruturas políticas constituiu o fundamento da renovação da classe dominante brasileira. Não é que as vitórias nas eleições por si só enriquecessem os proprietários de terra e demais setores econômicos, mas, pelo controle do aparelho governamental, esses atores se apoderavam da máquina administrativa, instrumentalizando-a para tornar menos tortuosos os caminhos para a valorização do capital. Através da instrumentalização privada do poder público, realizava-se o enriquecimento na via patrimonialista (2014, p. 67)

Segundo Sueth (2006), esta nova base de atuação era definida pelo sincretismo entre as forças políticas e “militares”. Isso fez com que o Brasil e seus mais recônditos espaços passassem a funcionar à base de favores e obrigações, através dos donos de terras, conhecidos como “coronéis”, os “senhores feudais” do século XX, e seus subordinados, a massa popular, os “vassalos”, os quais deviam obediência e até a própria vida. Era esse o mecanismo que propiciava o *voto de cabresto* e, conseqüentemente, a eleição dos presidentes de Estado responsáveis pela manutenção do poder e dos privilégios a seu grupo e assim por diante, em uma típica relação de mutualismo político, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 2: Estrutura do Poder na Primeira República



Fonte: Adaptado de SUETH (2006).

De modo simplificado, esta estrutura de poder à época era percolada pela estrutura social capixaba no início da Primeira República, se mantendo ao longo deste período governamental e podendo ser dividida em três grandes grupos, a “Elite”, um “Grupo Intermediário” e os “Menos Favorecidos”, conforme se observa na próxima figura.

Figura 3: Estrutura social capixaba ao longo da Primeira República



Fonte: Adaptado de SUETH (2002).

Estes dados são interpretados por nós como sendo a expressão de nossa estrutura social, formada essencialmente por “uma burguesia incipiente, uma elite débil e um governo míope”. Tal fala, crítica a esta conjuntura, se faz verdadeira se forem observadas a postura e forma que este arranjo social adquiria e portava à época, tendo em vista que o Espírito Santo ainda era uma região, em meio ao cenário brasileiro, periférica e pobre, contando com uma classe menos favorecida que, como é de praxe na história, compunha o grosso da população, uma massa de analfabetos sem expressividade política ou econômica. De resto, a burguesia presente no chamado “Grupo Intermediário” se mostrava incipiente pela própria condição do Estado ao tentar reverter os anos de inércia e encontrar seu espaço em meio ao comércio regional, além de buscar alicerçar uma conjuntura econômica que fosse essencialmente capixaba e não uma que se mostrasse dependente do Rio de Janeiro, Bahia ou outras áreas circundantes.

Portanto, as dificuldades para uma ação empreendedora no Estado não estavam somente vinculadas à falta de capital, mas também a esta burguesia, mais comprometida em manter seus laços com o setor cafeeiro do que em liderar o desenvolvimento capixaba (FERREIRA, 2009). Assim sendo, se formos tomar a acepção mais comum e clássica do termo “burguesia”, esta seria formada pelos detentores dos meios de produção e do capital, em sua maioria industriais e comerciantes que, com seu poder econômico, começavam a perpassá-lo pela e para a esfera política. No entanto, na ausência de um setor secundário local, pode-se dizer que este era representado pelo mesmo grupo que controlava os rumos capitalistas no território capixaba, homens atrelados à produção e comércio do café, em especial os comerciantes no início da Primeira República, podendo muito bem terem sido esses os responsáveis por colocar um de seus membros, no caso Muniz Freire, na Presidência do Estado por dois mandatos.

No que tange a elite capixaba – marcada por grandes proprietários de terras e comerciantes diretamente ligados ao café –, essa se mostrava fraca, sem peso no jogo político com a capital federal, daí a sua debilidade, normalmente assumindo posicionamentos concernentes ao acatar das principais decisões tomadas pelo governo central, algo que já era prática comum desde o período monárquico e imperial, ou seja, a elite local ditava os rumos do Espírito Santo “remando de acordo com a maré”. Mesmo assim, cabe registrar que temos cada vez mais consciência de que tal debilidade é fruto, em maior parcela, de um possível planejamento e promoção desta “dependência”, mais do que necessariamente tenha sido fruto de eventualidades ou da conjuntura presente à época.

Por fim, não se deve esquecer que estes mesmos senhores do café, em suma, senhores da economia capixaba, também correspondiam à elite política que assumiu o poder na Primeira República apresentando uma estratégia governamental, segundo seus próprios discursos, “admirável e arrojada” no desenvolvimento de infraestruturas necessárias e ainda não presentes no Estado. Entretanto, tais observações pressupõem prudência, tendo em vista que este planejamento político, firmado inicialmente por Muniz Freire e seguido como uma herança ideológica por seus sucessores, visava centrar a produção e o poder econômico em Vitória, deflagrando uma estrutura e visão administrativas que podem ser chamadas de “míopes”, já que, aparentemente, no curto e médio prazos, não houve uma ruptura da dependência cafeeira ou a busca por novos setores e arranjos produtivos que incluíssem no desenvolvimento estadual o restante do território. Tais fatos, em caso de comprovação, tendem a se mostrar equivocados, na medida em que tornam o Estado mais suscetível a crises econômicas em seu futuro próximo. Isso ainda pode ser potencializado a partir das medidas adotadas e que veremos adiante, alicerçando uma organização radial do território, cujo centro era a capital e os interesses dos detentores do poder, tanto o político quanto o econômico, ambos nas mãos de uma mesma elite.

3.1. SUPERESTRUTURA E INFRAESTRUTURA... MAIS DO MESMO?

Como pôde ser visto, a realidade nacional passa por uma série de metamorfoses ao longo das últimas décadas do século XIX, mesmo que apresentando algumas limitações. Estas limitações são mais bem observadas no que diz respeito ao Espírito Santo, tendo em vista que em meio ao fim da escravidão, a adoção da República, entre outros marcos temporais do período, observa-se no Estado um impacto parcial na *superestrutura*, sendo quase que insignificante na

infraestrutura.⁴⁶ Isso se deve a permanência do café como carro-chefe da economia capixaba, sem, em um primeiro instante, se delinarem perspectivas de mudança na base econômico-produtiva, além de contar com a permanência de um poder hegemônico local que controlava tanto sua produção quanto os rumos políticos que se processavam por essas terras. Tais fatos corroboram a percepção de que essas mudanças, por mais que tenham marcado um momento singular da história brasileira com uma distinta estrutura de poder governamental, não conseguiram romper com as bases ideológicas que alicerçavam os responsáveis por nortear a nação e, conseqüentemente, o Estado, tendo em vista que a mesma problemática se passava aqui. Esta realidade leva a crer que no Espírito Santo muda-se o “poder”, mas não se mudam os “poderosos”, sendo a transição entre governos apenas “mais do mesmo” para a conjuntura local.

A esse respeito, Mendonça (2014, p. 15-16) chega a comentar que,

A modernização do país não assumiu contornos progressistas. Aqui não surgiu uma nova classe protagonista diferente da classe dos proprietários de terra que superasse esta e assumisse a dianteira de um novo projeto político e econômico. Tal situação explica a preservação das elites regionais e oligárquicas no sistema político brasileiro, conferindo-lhe apoio e legitimidade e dele se beneficiando. Vigorou nesse processo a política patrimonial e o monopólio da propriedade da terra, com a estabilidade do poder assegurado pelas oligarquias regionais.

Prova da fala acima pode ser obtida a partir de uma análise dos presidentes estaduais ao longo da Primeira República (quadro a seguir), confirmando que todos se encontravam intimamente ligados a esta conjuntura ao firmarem uma oligarquia regional no Espírito Santo que se perpetuou no poder além deste primeiro momento republicano. Conforme se referiu Sousa Neto (1997, p. 1) ao analisar questões similares, mas concernentes ao Estado do Ceará, o nosso país era marcado, “[...] diga-se de passagem, de nomes muitos e de poucos nomes, pois que as famílias coloniais continuam se repetindo no poder até hoje, desde quando ainda não existia esse Estado soberano, possuidor de metade do continente sul-americano”.

⁴⁶ Karl Marx fazia uma distinção entre o que ele chamava de superestrutura, baseada no aparato jurídico-organizacional do Estado e seu aspecto ideológico, e a infraestrutura, compreendendo as bases econômicas que regem uma sociedade. Sendo com este sentido que os termos são aqui empregados. Para mais informações ver MARX (2007).

Quadro 2: Presidentes Eleitos no Espírito Santo ao longo da Primeira República

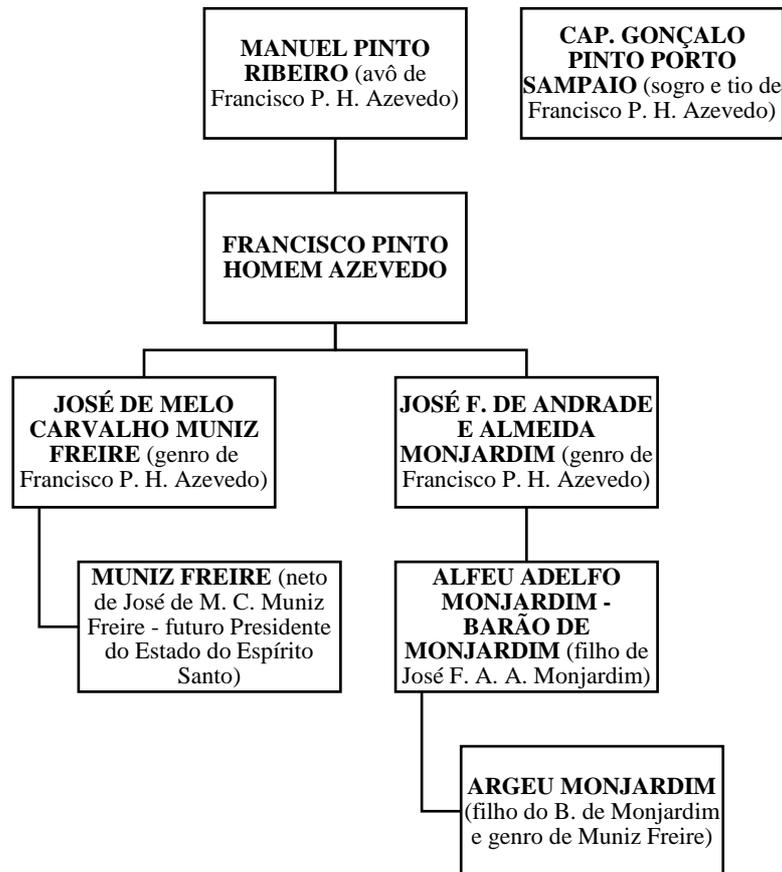
<i>Nome</i>	Período de Governo	de Procedência	Partido
<i>Muniz Freire</i>	1892-1896	Advogado e jornalista de Vitória	PRC
<i>Graciano Santos Neves</i>	1896-1898	Político ligado ao setor agroexportador de Vitória	PRC
<i>Marcelino de Vasconcelos</i>	1898-1900	Político ligado ao setor agroexportador de Vitória	PRC
<i>Muniz Freire</i>	1900-1904	Advogado e jornalista de Vitória	PRC
<i>Henrique Coutinho</i>	1904-1908	Agropecuário ligado ao setor mercantil de Vitória	PRC
<i>Jerônimo Monteiro</i>	1908-1912	Advogado e fazendeiro em Cachoeiro de Itapemirim	UR-PL
<i>Marcondes A. Souza</i>	1912-1916	Cafeicultor sulista, tio de Jerônimo Monteiro	PRES
<i>Bernardino Monteiro</i>	1916-1920	Advogado e fazendeiro sulista, irmão de Jerônimo Monteiro	PRES
<i>Nestor Gomes</i>	1920-1924	Contador em Castelo, apoiado pelos cafeicultores sulistas	PRES
<i>Florentino Avidos</i>	1924-1928	Engenheiro ferroviário fluminense radicado em Cachoeiro de Itapemirim, cunhado dos irmãos Monteiro	PRES
<i>Aristeu Borges de Aguiar</i>	1928-1930	Fazendeiro em Guaçuí, apoiado pelos cafeicultores	PRES

Fonte: SCHAYDER (2002).

Nota: PRC: Partido Republicano Construtor; UR-PL: União Republicana – Partido da Lavoura; PRES: Partido Republicano Espírito-Santense.

O destaque entre os políticos deste período fica por conta de Muniz Freire e os representantes do clã dos Monteiro. No caso do primeiro presidente eleito no Estado, este era descendente da linhagem dos Pinto Ribeiro, um grupo que dominou o cenário capixaba em todo o período colonial, tendo seu maior expoente na figura deste capixaba, um típico exemplar de nossa elite. De acordo com Mendonça (2014), a origem mais pretérita desta família se encontra no Capitão português Manuel Pinto Ribeiro (1708-1792), seguindo por figuras ilustres como o Capitão-Mor Francisco Pinto Homem de Azevedo (bisavô de Muniz Freire). Este clã ainda viu seu poder e esfera de influência no Espírito Santo aumentarem ao ser firmado um enlace familiar entre uma das filhas de Muniz Freire e um dos filhos de Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o famoso, primeiro e único Barão de Monjardim (SANTOS, 2012; MENDONÇA, 2014).

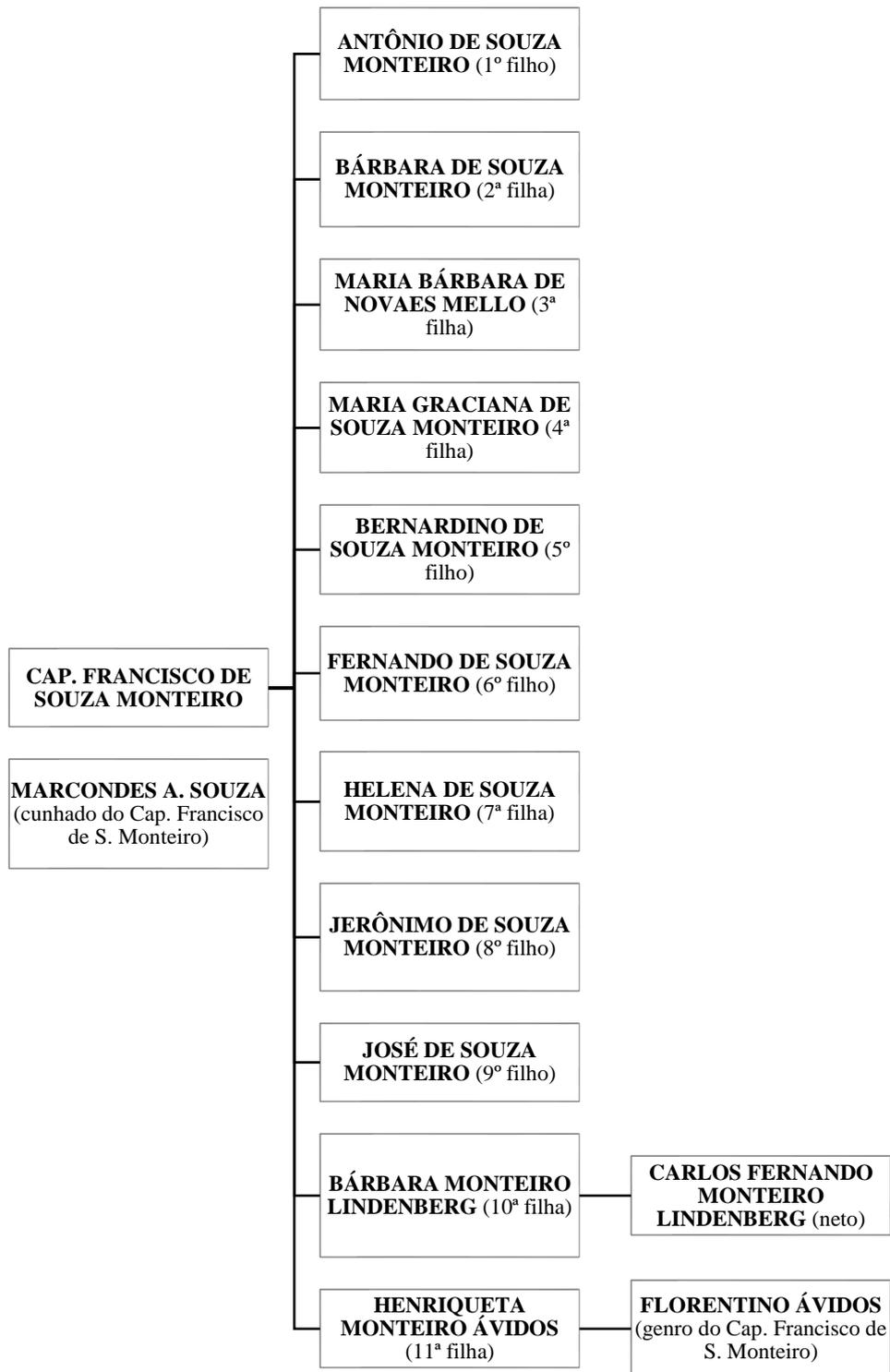
Figura 4: Genealogia simplificada do Clã Pinto Ribeiro tendo por centro o Capitão-Mor Francisco Pinto Homem de Azevedo



Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2012) e Mendonça (2014).

Já o clã dos Monteiro iniciou sua história de poder e influência no Espírito Santo com a chegada do patriarca da família, o capitão Francisco de Souza Monteiro, originário de Minas Gerais e que veio para o Sul do Estado, mais especificamente Cachoeiro de Itapemirim, em busca de terras e riqueza com o café. A partir do desenvolvimento de suas lavouras e dos ganhos advindos da valorização deste bem, sua influência começou a se expandir das antigas terras escravocratas para a política, tendo ao menos três de seus descendentes diretos governado o Espírito Santo. São eles: Jerônimo Monteiro (filho), presidente do Estado entre 1908 e 1912; Bernardino Monteiro (filho), presidente entre 1916 e 1920 e; Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (neto), governante estadual entre os anos de 1947 e 1950 e de 1959 a 1962, já no período pós Primeira República. Ainda vale registro os mandatos de Marcondes A. Souza (cunhado), de 1912 a 1916, e; Florentino Avidos (genro), de 1924 a 1928, o que corrobora a tese sobre a força e a presença do poder político dos antigos “senhores de terras e de escravos” na estrutura pública e econômica capixaba recente.

Figura 5: Genealogia simplificada do Clã dos Monteiro



Fonte: Elaboração própria do autor.

De acordo com Schayder (2002), as próprias relações existentes entre os novos partidos se enquadravam numa disputa entre elites, de um lado a elite urbana de Vitória, ligada à agroexportação, e de outro lado a elite agrária, ligada a classe dos cafeicultores. Algo não muito

diferente do que ocorreu em várias outras regiões brasileiras, inclusive durante o Império, no qual as lutas políticas podiam perfeitamente ser interpretadas como lutas entre famílias e suas clientelas, assim como o bem público também se confundia com os bens pessoais (SOUSA NETO, 1997).

No caso específico do Espírito Santo, a classe de agroexportadores acabou formando o Partido Republicano Construtor (PRC), enquanto os latifundiários deram origem a União Republicana – Partido da Lavoura (UR-PL), entre os quais, apesar das rivalidades, eram todos “farinha do mesmo saco”, conforme denominou Schayder (2002). Tanto que Banck (2011), chega a afirmar que o advento da Primeira República não alterou de modo significativo a organização política de outrora, havendo alguns raros atritos entre facções representando mais disputas por cargos e vantagens do que necessariamente por questões ideológicas. Prova dessa assertiva ocorreu no desenrolar destes atritos quando, a partir do momento em que foi eleito Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro, em 1908, funda o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), incorporando todas as correntes partidárias e eliminando as possíveis fontes de oposição ao seu mandato, substituindo de vez a oligarquia Pinto Ribeiro no comando do Estado até o final da Primeira República, mesmo que algumas disputas pelo poder tenham surgido, ainda que dentro do próprio clã dos Monteiro.

A respeito de tais entreveros na política nacional e regional ao longo do Império até a Primeira República, Sousa Neto (1997, p. 25) tece os seguintes comentários ao analisá-los no contexto cearense, apesar de notarmos que estes poderiam muito bem corresponder a conjuntura capixaba.

As disputas de poder, portanto, eram entre as oligarquias locais, e em consequência disso, o jogo de forças acompanhava, em suas transformações, os deslocamentos de caráter territorial, em função da economia baseada na monocultura para o mercado externo. Brigavam os cafeicultores contra a açurocracia, ou seja, o sul contra o norte - o poder assumia as feições das latitudes e longitudes, era também uma questão de endereço geográfico.

Daí o fato de, muitas das vezes, a filiação partidária dos poderosos do segundo império ter importância menor do que o tipo de cultura que ocupava suas terras e o caráter do trabalho que as revolvia na lida cotidiana - livre, servil ou escravo.

Os intelectuais destas elites formulavam suas idéias a partir das reivindicações de suas províncias e de seus pares políticos - fossem estes interesses regionais, familiares ou de amizade - voltados, então, para pensar o nacional a partir do local e, só depois, como a política nacional podia beneficiar as oligarquias que representava localmente. No mais das vezes, para as oligarquias de maior poder econômico e político, suas questões regionais eram transformadas em questões nacionais.

Como no Espírito Santo, na virada do século XIX para o XX, o café se via sem rivais, diferente do caso retratado acima, as disputas se encontravam internas ao seu ciclo produtivo, podendo ser notada uma questão de “endereço geográfico” ao se observarem, conforme já mencionamos, os sulistas, vinculados a produção do bem, e os residentes da capital, vinculados a seu comércio e consequente exportação. Já o aspecto da filiação partidária não só era irrisório, como também, ao se basear nas reivindicações da elite de Cachoeiro de Itapemirim e arredores ou da elite de Vitória, bem como no atendimento dos interesses de seus pares, viu desabrochar a maior desavença política do período no seio do clã Monteiro, especificamente entre os irmãos Bernardino e Jerônimo (SCHAYDER, 2002). Estes, a partir das eleições de 1920, tomaram posições opostas, fazendo com que o primeiro passasse a liderar o partido criado por seu irmão mais novo. Enquanto isso, Jerônimo, apesar de ainda deter grande influência local, se tornou um “pária” dentro da política capixaba (SCHAYDER, 2002). De forma abrangente, pode-se dizer que de 1908 a 1930 todos os candidatos e aqueles que assumiram a presidência do Estado ou outros cargos políticos relevantes, como no Senado Federal, só alcançaram este tento ao receberem o apoio e as bênçãos de um dos Monteiro, fazendo com que este clã prosperasse e criasse uma espécie de “feudo familiar” na política local.

3.2. O SOPRO INDUSTRIALIZANTE CAPIXABA NO INÍCIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA... A PERDA DE UMA POSSIBILIDADE

Apesar da estrutura social que surgia no Estado se mostrar tendenciosa tanto em seus atos quanto em sua inação, a riqueza e sua consequente renda sofrem alterações decorrentes de mudanças conjunturais macro, ocorridas no âmbito da política nacional e que afetaram especialmente à mão de obra e o valor da terra. No que tange ao Espírito Santo, o local mais sensível a tais alterações foi o seu interior, que viu, com maior nitidez, a riqueza passar da posse do escravo à posse da terra através do fácil acesso via loteamentos e terras devolutas pós-término do período escravocrata e de crise do café (MENDONÇA, 2014). Tais processos foram responsáveis por levar alguns latifundiários a fracionarem suas propriedades, enquanto na capital se desenvolve, muitas vezes do zero, um espaço formatado a partir de iniciativas públicas com o objetivo de alicerçar e abrigar o setor terciário vinculado à cafeicultura (CAMPOS JÚNIOR, 1996). Ressalte-se que a excepcional acessibilidade ao mercado de terras no período, bem como as possibilidades advindas de sua futura valorização, isso ainda associado a alguns projetos governamentais que viriam a se delinear, são marcos que serviriam como

prejuízo para uma possível apropriação destes espaços e seu consequente uso industrial, não fossem estes detalhes ignorados pela “miopia” governamental ao optar por permanecer privilegiando o café.

Bittencourt (1987) argumenta que a própria elite cafeicultora tinha consciência da necessidade de criação de um mercado agrícola diversificado e de um setor industrial que absorvesse a matéria-prima local. Ainda de acordo com este autor,

[...] com a proclamação da República, intensifica-se ainda mais a vida nas cidades, notadamente nos centros de comercialização de café, onde tudo se importa. A própria Abolição para isso também contribuiu, liberando considerável parte da mão-de-obra rural para esses centros, engrossando o mercado de manufaturados simples e baratos. No Espírito Santo, do total importado em 1910, calcula-se que 40% eram representados por tecidos, 30% por bebidas, 20% por gêneros alimentícios, inclusive o sal, 10%, produtos essenciais à vida provinciana do pequeno Estado e que poderiam ser produzidos aqui mesmo, se houvesse uma boa orientação econômica para criação de uma infra-estrutura industrial de substituição de importação (1987, p. 117).

Bittencourt (1987) ainda nos indica que, fora as dificuldades para se angariarem matéria-prima e mão de obra especializada visando suprir o esforço industrializante, a inexperience administrativa estadual com as finanças internacionais ao firmar acordos e mecanismos de incentivo ao almejado processo neste limiar republicano também pesaram ao se tornarem, em parte, inviáveis, seja devido aos movimentos financeiros e as taxas de câmbio, seja devido aos concessionários não terem cumprido com as exigências mínimas estipuladas pelo governo capixaba.

Dessa forma, a última década do século XIX se mostra desastrosa na tentativa de diversificar as atividades produtivas locais e iniciar uma guinada rumo ao processo industrial. Tal problemática, como se pode perceber na fala do Presidente do Estado, Jerônimo Monteiro (1870-1933), ao assumir o governo em 1908, acabou por persistir na realidade capixaba e se arrastar por um longo período, só vindo a apresentar alterações e iniciativas a partir de seu mandato.

O nosso Estado [...] Tem como unico centro fomentador de suas riquezas, a agricultura, que infelizmente se acha, desde muito, entregue ao cultivo do café, com desprezo, quasi absoluto, da exploração de outras industrias.

A estatística da exportação nos atesta essa verdade, demonstrando que o grande crescimento da nossa produção é devido, sómente, ao café, com supressão quase total de todos os outros generos, que, aliás, são de facil cultura entre nós.

[...]

Não podemos, entretanto, permanecer nesta difficil e embaraçosa posição, precisamos firmar pontos compensadores, creando e fomentando outras fontes de produção,

além da cultura cafeeira, afim de libertar-nos da actual situação, que nos expõe a sérios riscos.

Sem abandonarmos a lavoura do café, convem animarmos, por todos os modos, as outras culturas e as industrias que no nosso territorio possam prosperar (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 31-32).

Importa aqui observar na fala deste governante o fato de que o mesmo integrava uma influente família de cafeicultores, podendo ter partido dessa relação alguns pontos de seu discurso como o reconhecimento da necessidade de que o Estado apresentava em diversificar sua economia, apesar de, ao mesmo tempo, seu discurso entremostrear seus laços oligárquicos ao mencionar que esta busca poderia e deveria ocorrer “Sem abandonarmos a lavoura do café”.

Outro ponto que merece destaque e, a nosso ver se mostra incoerente, se encontra em suas sugestões de que seria necessário “[...] despertar a iniciativa particular em proveito do nosso desenvolvimento economico” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 32) e, conseqüentemente, despertar nosso desenvolvimento industrial. A incoerência em meio a estes argumentos vem do fato que, Jerônimo Monteiro, o tempo todo, se vincula a itens que não fogem da alçada do setor primário, algo que coloca em “xeque” a crença de que existiriam reais interesses deste governo e do grupo ao qual se encontrava ligado na realização de mudanças substanciais em nossa estrutura econômica, tendo em vista que suas sugestões versavam sobre itens como a difusão do ensino e a melhoria do maquinário agrícola, a fundação de escolas práticas rurais e a redução de fretes e impostos, bem como a criação de prêmios e facilitações de mercado para a produção de outros recursos como o algodão, o cacau, o açúcar, e assim por diante. Em verdade, Monteiro só volta a mencionar a indústria local em um tímido trecho de seu discurso ao sentenciar que: “Do mesmo modo não vos deveis esquecer de rodear das mesmas vantagens as pequenas industrias, que tanto poderão concorrer para o desenvolvimento economico do Estado” (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 34)

Apesar dessas ressalvas observáveis no discurso do Presidente do Estado, não se pode desconsiderar que o mesmo foi o responsável pelo sopro, por menor e mais tímido que este tenha sido, de industrialização vivenciada pelo Espírito Santo na primeira quinzena do século XX ao se aproveitar do respaldo econômico oriundo de diversas operações financeiras e de vendas ocorridas ao longo do mandato de seu antecessor, Henrique da Silva Coutinho (1904-1908).⁴⁷

⁴⁷ Um dos destaques do governo de Jerônimo Monteiro foi o investimento na Companhia Industrial do Espírito Santo, uma espécie de *holding* responsável por inúmeros empreendimentos industriais que seriam implantados na

Ao final do mandato de Monteiro, a preocupação dada a agricultura salta aos olhos ao observarmos alguns trechos de seu relatório final de governo, onde enumera uma série de atos e busca justificar a criação de fábricas de aguardente, açúcar, cimento e serrarias, especialmente no Sul do Estado, seu “reduto eleitoral”, com o intuito de proporcionar novas oportunidades ao lavrador a partir de culturas que possuiriam maior remuneração naquele momento histórico (ESPÍRITO SANTO, 1913). Estava assim sendo “sepultada” uma das principais possibilidades abertas na Primeira República para que o Espírito Santo realmente se desvinculasse das amarras cafeeiras e se inserisse em um setor secundário que não se mostrasse tão dependente da agricultura local.⁴⁸

3.3. “[...] NUM REGIME DE TERRAS LIVRES, O TRABALHO TINHA QUE SER CATIVO; NUM REGIME DE TRABALHO LIVRE, A TERRA TINHA QUE SER CATIVA”⁴⁹

Conforme o esforço industrializante se esvai em poucas iniciativas governamentais, o café permanece majestoso em solo capixaba, além de se tornar o maior símbolo da escolha política feita, tendo em vista que este bem primário é um dos menos industrializáveis se comparado a outros recursos que poderiam ter sido explorados em nosso território. De certo que eventos internos, como a ausência de infraestrutura e mão de obra especializada, a já referida “miopia” governamental, associados ainda a fatores de ordem maior, como a Primeira Guerra Mundial, contribuíram como pretextos para a consolidação de uma política agrícola focada no “ouro verde”.

Sendo assim, as evidências acima elencadas parecem indicar que os processos que já vinham se desenrolando desde meados do século XIX, como mudanças que afetavam diretamente o regime de trabalho e a renda da terra na cafeicultura, se tornaram prementes e norteadores de uma necessária “reinvenção” das elites locais em meio as suas tentativas de manutenção do

região de Cachoeiro de Itapemirim, como a fábrica de tecidos, a usina de açúcar Paineiras, a fábrica de cimento, entre outros.

⁴⁸ Bittencourt (1987, p. 137) ainda enumera como outros elementos dificultadores da industrialização capixaba no início da Primeira República: “[...] dificuldade de importação de bens de capital, desvalorização monetária, deficiência dos meios de transportes, custo de fretes, problemas à exportação, dificuldades de mercado, e a Guerra Mundial de 1914-1918 [...]”. No entanto, vale lembrar que não devemos fazer vistas grossas e sobrepassar tais dificuldades, tendo em vista que outros elementos benéficos ao café, sua produção e comércio, foram tocados a pleno vapor ainda neste meio tempo, conforme veremos nos Capítulos 3 e 4.

⁴⁹ MARTINS (2004, p. 32).

status quo cafeicultor, apesar dessa mesma e nova dinâmica não ser tão claramente sentida na relação com as diferentes classes sociais, sendo ainda pautadas por muitos dos procedimentos vigentes durante o Estado escravista (SILVA, 1995).

Neste sentido, em primeiro lugar se destacam as mudanças vinculadas ao trabalho no meio rural, na medida em que os lucros auferidos pelo comércio escravagista vão se perdendo até culminar no processo de alforria do homem negro com a Lei Áurea em 1888. Em segunda medida, também se alteram as relações com o mercado de terras, através da Lei de Terras promulgada em 1850 (SOUSA NETO, 1997).

De acordo com José de Souza Martins (2004, p. 14), em sua obra “O Cativo da Terra”, originalmente lançada em 1986, as modificações nestas esferas,

[...] alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, alteraram as relações de produção. No regime escravo, [...] A condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho.

Ainda se soma o fato de que, até meados do século XIX, a terra e todo o aparato que compunha a fazenda eram praticamente destituídos de valor, cabendo a este a posse dos escravos e seu trabalho acumulado, algo que representava a dupla função do escravismo para o latifundiário, tanto como fonte de trabalho como quanto fonte de capital (MARTINS, 2004). Daí a conveniente coincidência de que, no ano de 1850, com um intervalo de pouco menos de quinze dias, a Lei Euzébio de Queiróz, proibitiva do tráfico negreiro no Brasil, fosse assinada e se tornasse um duro golpe no que representava, ao menos até aquele momento, as noções de “valor”, “preço” e “lucro” para a economia local. Golpe este que foi amenizado, assim como seus ideais logo foram substituídos, pelas possibilidades advindas da Lei de Terras (1850), na qual “A impossibilidade de ocupação sem pagamento das terras devolutas, recriava as condições de sujeição do trabalho que desapareceriam com o fim do cativo” (MARTINS, 2004, p. 29).

Assim sendo, com a perda do escravo como fonte geradora de renda e garantia de acesso ao crédito, adiciona-se a isso a busca por novas fontes de capital que custeassem via comissários, bancos e outras formas de financiamento a cafeicultura. Dito isso, começa a se advogar no país pela fragmentação das propriedades rurais, o que daria margem para o incremento da demanda por parte dos imigrantes europeus e, conseqüentemente, elevaria o preço das terras, apesar de a

fórmula adotada pelo governo propor a conquista da terra pelo imigrante a partir do seu trabalho.

De acordo com Campos Júnior (1996, p. 51), esta proposta,

Atendia aos interesses dos fazendeiros, porque estes passariam a dispor de braços para a lavoura. A restrição ao acesso imediato à terra, proporcionada pela Lei de Terras de 1850, fez com que o imigrante, desprovido de recursos para a compra da terra, precisasse antes trabalhar na fazenda. Atendia também ao interesse dos bancos, porque, com a imigração subvencionada pelo governo, o capital anteriormente despendido na compra de escravos pôde ser investido na compra de terras e formação de fazendas. De certa forma, aumentava a demanda pela terra e elevava o seu valor com os investimentos feitos na formação de fazendas. Gerava-se, assim, não só a sua escassez, elevando o preço, como aumentava-se o seu valor, fazendo com que valor e preço se aproximassem. Estava sendo criado, com a terra, o novo elemento de hipoteca requerido pelos bancos em substituição ao escravo.

Isto nos leva a perceber que a condição de homens livres não lhes garantia acesso ao mercado de trabalho ou ao de terras, sendo que este último permanecia nas mãos da elite cafeeira. Na realidade, é devido a tal conjuntura e visando explicá-la que surge a famosa frase de Martins (2004, p. 32) de que “[...] num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”. Esse fenômeno acabou por criar características singulares no campo brasileiro como o “regime do colonato”, combinando, ainda de acordo com este mesmo autor (2004, p. 19), três elementos: “[...] um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar”.

Interessante notar que no Espírito Santo, ao longo da década de 1880 com a chegada das primeiras levas de imigrantes subvencionados pelo governo, ao contrário do que se efetivou no restante do Brasil, o colonato até vislumbra uma certa dinâmica, mas o que se pode considerar ter se tornado via de regra é o processo de fragmentação das fazendas. De acordo com Saletto (1996a), tal realidade pode, em parte, ser explicada pelo relativo sucesso que as colônias oficiais tiveram, gerando um imigrante exigente em relação aos contratos e às condições de trabalho, o que levou muitos a se retirarem para colônias oficiais ou loteamentos particulares. Somado a isso ainda se encontra a carência quase absoluta de trabalhadores no início do período republicano. Desse modo, “[...] o crescimento da população aumentaria a produção e a prosperidade, e, simultaneamente, forneceria mão-de-obra. Desse ponto de vista, não se tratava apenas de introduzir empregados, mas habitantes produtivos, mesmo que trabalhassem por

conta própria” (SALETTTO, 1996a, p. 89).

Por outro lado, a respeito da fragmentação fundiária, Campos Júnior (1996, p. 82) tece alguns comentários sobre as contradições presentes neste processo, ao menos no caso do Espírito Santo, distanciando o que veio a ocorrer do que foi anteriormente traçado como estratégia.

Como desdobramento dessa política de imigração, foi acontecimento comum, depois de 1888, o desaparecimento de grande número de fazendas escravistas. As que conseguiram manter-se instituíram o regime de parceria. Contudo, isso acabou sendo uma medida temporária. Se, de um lado, os fazendeiros tinham de oferecer muitas vantagens ao imigrante a ponto de que ele abrisse mão de ser proprietário, de outro, as vantagens oferecidas abreviavam a permanência dos imigrantes nas fazendas, porque mais cedo reuniriam os recursos para obter a sua própria terra. E, à medida que os fazendeiros oferecessem maiores vantagens aos imigrantes, teriam lucro também menor, o que poderia até vir a comprometer o funcionamento do seu estabelecimento.⁵⁰

Como veio a ser registrado, realmente há um comprometimento dos estabelecimentos cafeicultores ao desencadear a redução de suas margens de lucro e mais problemas para os produtores, muitos deles potencializados pela crise do café⁵¹. Isto culminou com a fragmentação de muitas das fazendas sulistas através do loteamento e consequente venda de glebas dos antigos latifúndios aos imigrantes.⁵²

Assim sendo, de acordo com as observações já traçadas por Saletto (1996), o predomínio da pequena propriedade é nítido, tendo em vista que os estabelecimentos rurais com até 100 hectares constituíam 89% do total e a área ocupada por eles representava 52%, mais da metade do território produzido à época. “As propriedades com 1000 hectares são apenas 76 e ocupam pouco mais de 10% da área recenseada. Aquelas que podemos considerar grandes propriedades, com mais de 200 hectares, ocupam 32,81% da área total” (SALETTTO, 1996, p. 41).

Já no que tange a outras formas de renda da terra, Ferreira (2015, p. 21) ao analisar este aspecto em uma parte do município da Serra, no Espírito Santo, tece algumas considerações gerais a

⁵⁰ O mesmo Campos Júnior (1996), em passagem anterior, esclarece a problemática da mão de obra na transição do escravismo para o trabalho livre assalariado com a chegada dos imigrantes e seu fácil acesso as terras no Estado. Para ele, “Mesmo que houvesse terras disponíveis, o fato de ter o imigrante acesso à propriedade de terra aqui no Espírito Santo, e portanto não precisar de trabalhar na terra de outrem, acabava por deixar o fazendeiro sem mão-de-obra para ampliar suas propriedades ou mesmo as que já possuía, visto que a falta de braços verificada com o advento da Abolição foi grande” (1996, p. 80-81).

⁵¹ Sobre o desenvolvimento econômico do Espírito Santo e as oscilações oriundas do café ver BITTENCOURT (1987; 1987a; 2006) e SALETTTO (1996; 1996a). E, para as crises mais recentes do café, ver DARÉ (2010).

⁵² De acordo com Almada (1993), lembrada por Mendonça (2014), a autora defende a hipótese de que a principal causa de fragmentação dos latifúndios sulistas ocorreu devido a política de terras do Estado e suas problemáticas, como a corrupção, as invasões e a desqualificação técnica dos funcionários responsáveis pelos serviços de distribuição e legitimação de terras.

respeito deste processo, baseando seu argumento em outros autores, o que nos fornece a base para analisar mais uma faceta da conjuntura existente no Estado ao longo do início da Primeira República.

Os proprietários fundiários, [...], constantemente buscam aumentar as suas rendas, e, nesse sentido, os mesmos tratam a terra predominantemente como um bem econômico, e buscam várias estratégias para isso (HARVEY, 2013 [1982]). Eles muitas vezes estão interessados no processo de conversão da terra rural para terra urbana, porque esta última é mais valorizada, e se valoriza de modo mais rápido do que a terra agrícola (CORREIA, 1993). Além disso, os proprietários de terra de modo geral, buscam se apropriar das benfeitorias do solo e das localizações diferenciais, para valorizar suas terras e terem suas rendas aumentadas, e ainda, procuram, em alguns casos, estabelecer associações com outros agentes, como os promotores imobiliários, locais ou externos, com o Estado, etc., ou até mesmo exercem o papel de dois agentes ao mesmo tempo, como apontaram os estudos de Seabra (1979) em que o proprietário fundiário também aparecia em alguns casos como promotor imobiliário.

Como pôde ser observado, essa busca pela conversão da terra rural para a urbana passa pelo interesse dos proprietários fundiários em aumentar suas rendas promovendo e especulando com o mercado de terras. Contudo, a realidade capixaba à época se coloca contracorrente a esse processo ao demonstrar descaso com o setor imobiliário (habitacional), assim como relega as possibilidades vinculadas à plena implantação de meios técnicos locais e de inserção do Estado na industrialização, se aproveitando das condições existentes.

A própria gênese e autonomia do setor imobiliário (habitacional) no Estado, um processo que só vem a se efetivar em meados do século XX, é um exemplo ilustrativo desta problemática referente ao desdém das elites locais com outros setores que não estivessem intimamente ligados ao café. Pode-se até mesmo afirmar que tal problemática concerne a uma falta de iniciativas locais, a falta de uma burguesia dinâmica e independente, algo que fez com que o princípio de um mercado de terras em seu viés urbano no território capixaba recaísse nas mãos do poder público. Esse poder passa a ser o responsável, mesmo que de modo gradual e inicialmente vinculado aos interesses do “ouro verde”, pelas intervenções no espaço geográfico buscando “se apropriar das benfeitorias do solo e das localizações diferenciais”.⁵³

Com tudo isso e ainda contando com uma conjuntura local carente de líderes, empreendedores e iniciativas modernizantes e diversificadoras do aspecto produtivo, a elite político-econômica capixaba tratou de procurar desenvolver condições que viabilizassem sua reprodução nas

⁵³ A respeito do tema mercado imobiliário, sua gênese e desenvolvimento na geo-história capixaba ver CAMPOS JÚNIOR (1996, 2000, 2002, 2005).

esferas de poder sem se desvencilhar da cafeicultura. Mantiveram-se assim condicionados e perpassados por sua influência, independentemente desse bem se encontrar em um momento de desvalorização ou de valorização. Sendo assim, não chega a ser exagero de Mendonça (2014) se referir a este momento de nossa história e seus protagonistas como os responsáveis pela “modernização do atraso”, tendo em vista que a realidade que se esboçava, apesar das alterações ocorridas, não tenha perdido sua essência inebriada pelo aroma dos lucros cafeeiros, bem como tenha se apegado, cada vez mais, a possibilidade de, ao defender esta estrutura, manter o poder adquirido e acumulado nas mãos da antiga elite.

Por isso, de modo geral, as atividades produtivas e até mesmo o aparecimento de um setor privado dinâmico e diversificado não despontam com a mesma clareza na história capixaba com que despontaram em outros centros nacionais considerados mais desenvolvidos ou mais modernos. Pode-se argumentar que isso se reflete no descaso com o setor secundário que só veio a ser pensado, planejado e posto em prática de modo mais tardio que a própria região Sudeste, pioneira neste caso e, por si só, já considerada tardia. Em verdade, até mesmo o setor de comércio e serviços, conforme delineado em passagens anteriores, curiosamente, teve seu início regido pelo poder público ou por indivíduos diretamente ligados a ele – ou ao café, como se queira interpretar, já que a simbiose entre ambos era clara no início da República até meados do século XX. Fatos estes que nos levam a concluir que, em uma realidade na qual o “público”, dominado pelas instâncias cafeeiras, supera o “privado”, em parte inexistente fora do que se circunscreve ao café, é de se compreender que a valorização dos terrenos fundiários urbanos e o desenvolvimento de um setor secundário não sejam sequer pensados, surgindo apenas de modo pontual e pulverizado em alguns mandatos e práticas governamentais até meados do século XX.

3.4. O “ENDEREÇO GEOGRÁFICO”... O ARQUIPÉLAGO ECONÔMICO CAPIXABA NO LIMIAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A sentença que fica até aqui é que, os fios desta meada sócio-política-econômica alicerçaram, até alcançarmos o limiar da Primeira República, uma organização territorial fragmentada, com pouco ou nenhum vínculo com a capital capixaba. Tal estrutura econômico-espacial se assemelha com o que foi exposto por Celso Furtado em sua obra “Formação Econômica do Brasil”, de 1959, ao denomina-la, no que concerne ao Brasil do período colonial até o início do período republicano, de *arquipélago econômico*. Neste caso, o mesmo pode-se dizer da

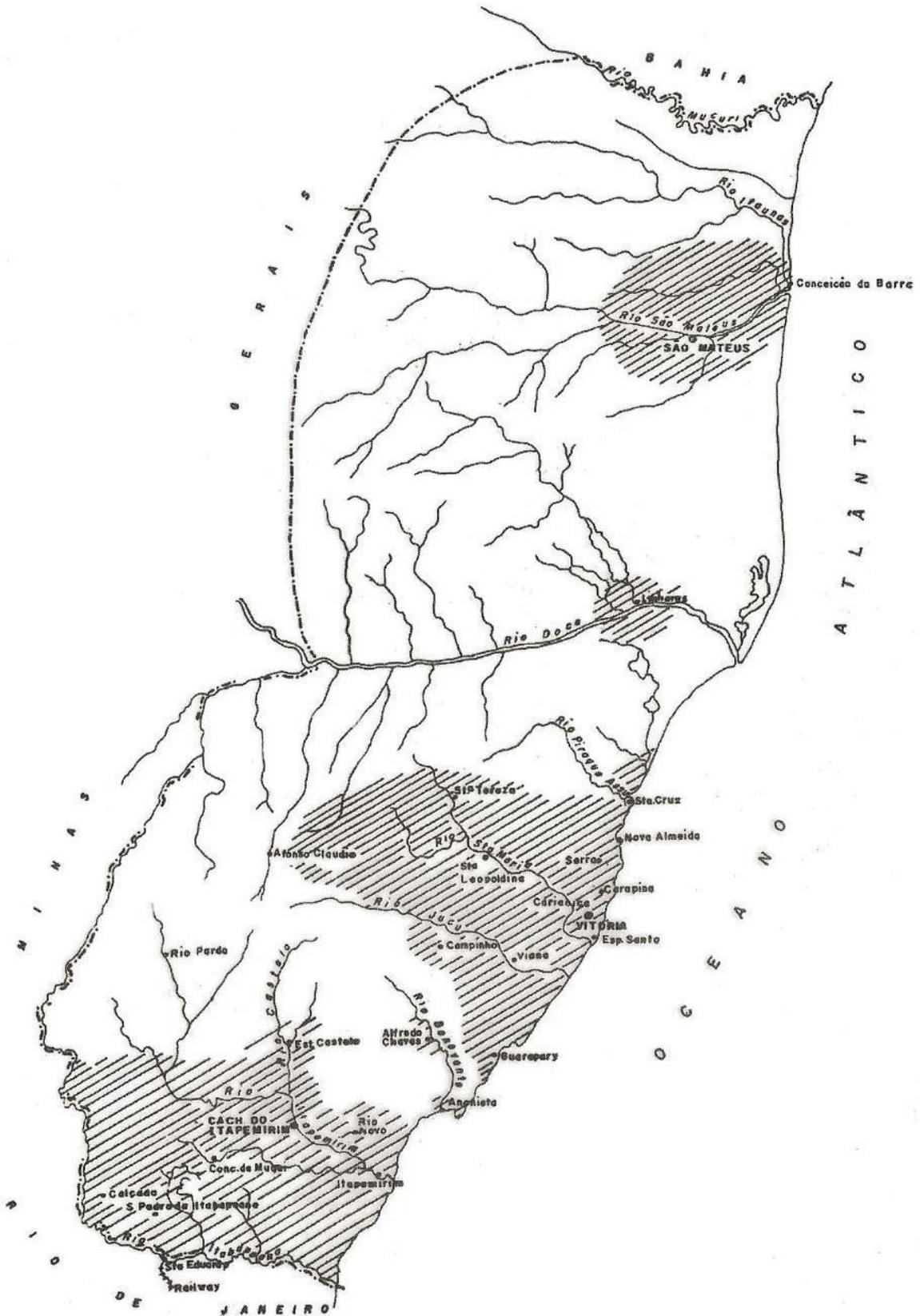
Província e posterior Estado do Espírito Santo entre o final do século XIX e início do século XX. Uma fase por nós investigada como um “divisor de águas” na conformação espacial e definitiva inserção capixaba na lógica do Desenvolvimento Geográfico Desigual. Óbvio que a isto são guardadas e respeitadas as devidas proporções entre a esfera nacional e a estadual, particularmente ao se observar a segunda como um reflexo deteriorado dos processos que vinham ocorrendo na primeira.

Sendo assim, Furtado (2009) traça uma análise do país através da constatação de um espaço geográfico fragmentado, com escassas “ilhas” de prosperidade e desenvolvimento, como algumas áreas do Nordeste e do Sudeste, mas sem articulação entre si, tal qual ocorria na esfera capixaba em fins do século XIX. Isso por que a produção e acumulação do capital apresentava uma especificidade baseada em, ao menos, dois grandes focos regionais, desarticulados com o próprio território espírito-santense e sua capital, estabelecendo um vínculo de escoamento produtivo com as províncias de Porto Seguro (Bahia), ao Norte, e Rio de Janeiro, ao Sul.

O cenário delineado pode ser melhor observado na síntese estabelecida por Silva (1995, p. 58) e a qual destrincharemos nos elementos textuais e análise a seguir.

Nas últimas décadas do século XIX, a economia e a sociedade capixaba estavam condicionadas pelos efeitos da monocultura cafeeira, que se realizava por duas vias distintas. A produção na grande fazenda, na região sul do Espírito Santo, sob relações de produção escravista e que, no momento imediato à abolição, adotou relações de parceria, via ampliação do sistema de colonato, e, posteriormente, foi obrigada a fracionar áreas apropriadas. E a produção na pequena propriedade privada que consolidou a chamada agricultura camponesa na região central. A região norte constituía-se, ainda, na grande fronteira agrícola do Estado, e, a não ser no litoral e no extremo norte, região da cidade e área de influência do porto de São Mateus, estava praticamente desabitada.

Figura 6: Ocupação territorial do Espírito Santo na última década do século XIX: cidades-polo importantes no escoamento da produção e respectivas regiões produtivas. REGIÃO CENTRAL – Vitória; REGIÃO NORTE – São Mateus; REGIÃO SUL – Cachoeiro do Itapemirim



Fonte: CAMPOS JÚNIOR (1996).

Figura 7: Síntese da Configuração Espacial e sua Estrutura Produtiva no Espírito Santo no Final do Século XIX



Fonte: Elaboração própria do autor.

Corroborando esta desarticulação territorial e visando compreender a herança assumida pela Primeira República, notam-se no mapa as três áreas anteriormente citadas, com destaque para os grandes centros produtivos nos extremos do Espírito Santo. Na face ao norte do Rio Doce, encontrava-se a vila de São Mateus, desde 1764 pertencente e abastecedora do mercado baiano com a farinha de mandioca, de onde este bem era negociado com o exterior, ato que proporcionou um relativo desenvolvimento econômico para a região.⁵⁴ Segundo Russo (2011), alguns autores chegam a afirmar, mesmo sem apresentarem os dados comprobatórios, que, a partir das primeiras décadas do século XIX, São Mateus e seu entorno já eram a maior área produtora de farinha de mandioca do país. Desse modo, o vínculo desta vila com a Capitania de Porto Seguro, ao norte, se tornou cada vez mais intenso, tanto que, no período de Proclamação da Independência, em 1822, São Mateus se manteve aliado aos baianos no não reconhecimento da autoridade de D. Pedro I, deflagrando represálias que, em contraponto,

⁵⁴ Vale lembrar que neste período a Capitania do Espírito Santo era administrada diretamente pela coroa portuguesa, sendo que, em 1764, São Mateus fora elevado a categoria de vila e repassado a Capitania de Porto Seguro. De acordo com Nardoto & Lima (1999, p. 35) *apud* Russo (2011, p. 21), “O Ouvidor de Porto Seguro, depois de vários levantamentos, entendeu que a povoação reunia as condições necessárias para ser elevada à categoria de Vila e também que sua implantação era necessária como ponto de apoio militar para evitar a entrada de intrusos na região onde haviam descoberto o ouro”.

colaboraram para que o Espírito Santo pudesse reanexar esta área ao seu domínio já no ano seguinte (OLIVEIRA, 2008).

Ainda de acordo com Russo (2011, p. 24),

Neste contexto, o retorno desta região à jurisdição capixaba significará uma espécie de “salvação da pátria”, pois esta nova situação fornecerá muitos recursos à província que, naquele momento, se encontrava em situação precária. Assim, incorporado novamente à Província do Espírito Santo, em 1823, São Mateus passa a suprir parte das rendas perdidas pela província com o desmembramento das Vilas de Campos dos Goitacazes e São João da Barra, que passam a ser vinculadas à província do Rio de Janeiro. Eram essas duas vilas que forneciam a maior receita para a província do Espírito Santo, até iniciarem um processo de desmembramento a partir de 1821, vinculando-se inteiramente à Província do Rio de Janeiro em 1832.

Nas décadas seguintes o conjunto portuário de São Mateus manteve a região em franco dinamismo, tornando-se parada obrigatória para muitos vapores de companhias brasileiras de navegação, seja com o transporte de cativos, seja com o transporte de gêneros para a exportação. Também se destacam como práticas agrícolas, além da mandioca para produção de farinha, o plantio de cana de açúcar, o café – que na região só veio a prosperar e suplantar a produção açucareira tardiamente devido às condições naturais adversas, mesmo que tenha se mantido sempre atrás da farinha de mandioca como principal item econômico do Norte –, e a formação de pastagens para criação de gado.

Já o Sul da Província era regido, historicamente, pela área que hoje compõe o município de Cachoeiro de Itapemirim, surgido de um quartel criado na primeira metade do século XIX para proteger a região de indígenas e dar segurança ao trânsito de pessoas e mercadorias, possibilitando o avanço da colonização. Ao redor deste se ergueu uma vila que logo adquiriu *status* de centro regional já à época, apesar de apresentar ligação econômica associada ao Rio de Janeiro em virtude do porto alí existente e por esta ser a capital federal, grande cidade do país naquele período, sem contar a infraestrutura deficitária de Vitória para escoar a produção para o exterior, apesar da presença de um porto natural destacável.

De acordo com Almada (1993), na segunda metade do século XIX o Vale do Itapemirim já havia se tornado o maior centro econômico e demográfico do Espírito Santo, atraindo “investidores” que traziam escravos e, posteriormente, mão de obra imigrante, superando a região de Vitória, relegada ao segundo plano. Esta dinâmica se deve, em grande medida, a expansão da fronteira agrícola cafeeira oriunda do Vale do Paraíba, no Norte fluminense, iniciando uma supremacia do café na estrutura local, período que se estabeleceu por mais de

um século (1850-1960). Segundo Schayder (2002), como outros autores também registraram, é o café que retira o Estado da inércia e, ao atingir as terras centrais e do Norte capixaba, alteram o aspecto social e a política locais, fazendo surgir algumas das famílias aristocráticas mais influentes da história espírito-santense, algo que veremos mais adiante.

A porção central, incluindo a área serrana da província, completava o quadro territorial capixaba tendo a economia açucareira dominado a região inicialmente e, de modo posterior, a cafeicultura, passando a regê-la ao ser praticada por colonos europeus nas pequenas e médias propriedades de cunho familiar. Quanto ao primeiro item mencionado e seu predomínio no limiar do século XIX no entorno do que hoje é a capital do Estado, mesmo que se mostrando um elemento econômico modesto na conjuntura local e na participação nacional, Mendonça (2014, p. 35) tece o seguinte comentário,

A economia açucareira, no Espírito Santo, não alcançou destaque como em outras regiões açucareiras do Norte (Nordeste atual). A sua dinâmica nem mesmo providenciou a ocupação do interior da província. No ano de 1818 registravam-se 80 engenhos; destes, 58 (72,5%) estavam situados nas redondezas da Capital. A população era contabilizada em 23.399 habitantes, estando 15.752 (67,3%) estabelecidos na região central; o que demonstra que a região central, polarizada por Vitória, era o centro dinâmico desse espaço [...].

Já no que tange ao café produzido na porção central-serrana e que veio a substituir a cana de açúcar, aquele gerava um menor impacto e poder de acumulação capitalista à época se comparado aos bens produzidos no restante do Espírito Santo, em parte devido ao crescimento econômico da região Sul e, em parte, devido à ainda incipiente infraestrutura para o escoamento produtivo. Vitória só começará a exportar seu café diretamente para o exterior a partir de 1881, algo que não significou o agregar das produções pertinentes às outras áreas, em especial a sulista (CAMPOS JÚNIOR, 1996; SIQUEIRA, 1984).

Desse modo, pode-se dizer que Vitória e seu entorno – ainda que centralizando o aparelho político-administrativo local –, ficaram relegados ao não se inserirem na dinâmica do capital na Região Sudeste, marcadamente organizada no espaço pelo ciclo do café. Soma-se a isso a incapacidade local para a formação de uma classe de empreendedores aos moldes dos centros dinâmicos de comercialização ou de entrada/saída de mercadorias, como as zonas portuárias do eixo São Paulo-Santos e Rio de Janeiro. Este fato, ao mesmo tempo, também colaborou para a inexistência de iniciativas e formação de economias e espaços complementares dentro do Espírito Santo, corroborando o aspecto existente e herdado pela Primeira República de um *arquipélago econômico*.

Sua fraca dinâmica ainda se deve a organização espacial presente na área central-serrana e as estruturas produtivas assumidas no local, na qual a apropriação do excedente de trabalho não se concretizava na produção, já que o imigrante cultivava sua própria terra. Desse modo, “[...] seguindo a lógica do ‘comprar barato’ e ‘vender caro’ ao imigrante, em que o chamado vendeiro funcionava como primeiro elo do espoliativo sistema de comércio do café, a instância mercantil-exportadora do capital dominava as bases da pequena unidade produtiva” (MENDONÇA, 2014, p. 77).

Assim, este sistema de comércio não criou condições vantajosas locais já que,

Os pequenos comerciantes atendiam a um círculo pequeno de famílias produtoras (em média 30 famílias), restritas a sua área de influência e de conhecimento pessoal, fatores esses fundamentais para a instituição do **fiado** estabelecida entre vendeiro e produtor. Assim, o reduzido tamanho do capital do vendeiro, aliado à não existência de um sistema de crédito ou de um elemento de garantia para seu capital, não lhe permitia financiar a ampliação da produção. Com isso, o ritmo de expansão da produção era travado em sua base inicial. Isto porque, por outro lado, o vendeiro, também, não se apropriava de grandes excedentes nessa operação. Sua função, assim como a do comerciante de segunda classe, era a de concentrar a produção em determinado ponto para, a partir daí, transferi-la ao elo superior da cadeia, isto é, aos exportadores sediados na capital da Província. Estes últimos, em número reduzido, se encarregavam do processo de negociação e exportação para o exterior (SILVA, 1995, p. 57, **grifos no original**).

Carlos Teixeira de Campos Júnior (1996, p. 115) complementa a análise acima argumentando que,

Na passagem do café do comerciante de segunda classe para o exportador é que se retinha a maior parte do excedente. Uma série de vendeiros e comerciantes de segunda classe entrega sua mercadoria a uns poucos exportadores. Não havendo, contudo, por parte dos primeiros, nenhum controle a respeito dos preços do café no mercado externo, ficava fácil às firmas de exportação comprarem o produto a preço bem abaixo dos praticados no mercado internacional.

Sendo assim, Campos Júnior (1996), conforme lembrado por Quintão (2015), desenvolve a hipótese (não comprovada) de que o excedente das firmas comerciais ficaria retido nas mãos destas casas exportadoras, caso fosse reinvestido em atividades concernentes ao meio urbano, elas possivelmente ocorreriam em outra localidade que não a capital do Espírito Santo, demonstrando mais uma vez a perda de possibilidades que o Estado, marcadamente sua estrutura política e sua incipiente burguesia, tiveram em momentos nos quais se vislumbraram chances de diversificar a economia local.

No que tange a mais esta realidade e todos os demais problemas associados até aqui, em grande medida, estes se baseiam na ânsia das firmas exportadoras de garantirem suas vantagens, auferidas pela desigual relação com os comerciantes de segunda classe e outros destacados na base desta cadeia econômica, situação que, possivelmente, embotou a necessidade de diversificação produtiva local fruto dos inebriantes lucros cafeeiros.

Soma-se a isso a subordinação da região mais próspera do Espírito Santo ao sistema comercial e financeiro fluminense e não ao próprio território no qual se inseria, fazendo com que a acumulação capitalista ocorresse fora de seus domínios ao ser apropriada pela capital federal à época. Isso conduziu a Província e, posteriormente, o Estado, a uma perda considerável de receita, culminando em uma situação que perduraria até a década de 1920, mesmo com a finalização em 1910 da ligação ferroviária entre Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, uma espécie de “fio de esperança” na reversão do escoamento produtivo do Rio de Janeiro para Vitória. No entanto, este não chegou a se concretizar de imediato, tendo em vista que o frete do Sul até a capital espírito-santense ainda era mais caro do que de lá para a capital fluminense (SCHAYDER, 2002). Dessa forma, a possível alteração na dinâmica produtiva-territorial capixaba só começa a se esboçar no momento em que os interstícios entre as regiões estaduais são penetrados e preenchidos pelo uso e ocupação territorial. O mesmo também se pode dizer do momento em que Vitória se consubstancia como um ponto de canalização da renda cafeeicultora, se tornando mais competitiva e atraente para o café oriundo do Vale do Itapemirim e Itabapoana, além de gerar a renda necessária para que outros projetos vinculados ao incremento da circulação e transportes pudessem ser tocados, mesmo que contando com o apoio do capital estrangeiro, federal e de outros Estados (CAMPOS JÚNIOR, 1996; SALETTO, 1996).

Assim sendo, nota-se que a restrita dimensão territorial capixaba, somada as suas particularidades naturais, com dificultadores de seu pleno uso e ocupação iniciais para os interesses do capital vigente, associado ainda aos aspectos históricos herdados dos períodos pré-republicanos, como a carência de investimentos e infraestrutura, produziram diferenças marcantes no que tange tanto as formas de reprodução do capital, quanto as suas relações de produção. Isso, por sua vez, deflagrou uma paisagem territorial marcada pela fragmentação e sua dependência em relação aos sistemas fluviais e portuários como mecanismo de superação desses e de outros entraves visando organizar um sistema econômico estadual. Sendo assim, tal fragmentação, este “arquipélago econômico”, e o aproveitamento da “comodidade litorânea”

via portos capixabas, confluíram para uma Divisão Territorial do Trabalho que pode ser notada na análise da tabela a seguir:

Tabela 1: Exportação dos Principais Produtos pelos Principais Portos do Espírito Santo na Segunda Metade do Século XIX

<i>PRODUTOS</i>	PORTO DE VITÓRIA			NORTE – PORTO DE SÃO MATEUS			SUL – PORTO DE ITAPEMIRIM		
	%			%			%		
	1873/74	1883/84	1885/86	1873/74	1883/84	1885/86	1873/74	1883/84	1885/86
<i>Café</i>	37,6	30,7	29,3	4,3	6,1	5,2	58,1	63,2	65,9
<i>Açúcar</i>	13,3	60,3	35,4	20,3	-	2,4	66,4	39,7	62,2
<i>Farinha</i>	0,4	6,3	2,4	99,6	92,6	97,5	-	1,1	0,1
<i>Milho</i>	96,4	99,4	4,6	1,8	0,3	49,8	1,8	0,3	45,8
<i>Madeira</i>	0,1	0,1	74,8	0,6	0,2	0,4	99,3	99,7	24,8

Fonte: SCHAYDER (2002).

Observando-se tais dados, com base nos principais bens produzidos no Espírito Santo e nas localidades portuárias pelas quais eram escoados, nota-se claramente este “arquipélago econômico” conformando uma Divisão Territorial do Trabalho na Província ao longo da segunda metade do século XIX. Nele se constata a dependência do Norte em relação à farinha de mandioca, enquanto a economia do açúcar, do café e da madeira se concentravam no Sul, no Vale do Itapemirim, sendo o último explorado predatoriamente no momento da derrubada das matas para instalação da zona cafeeira, só havendo uma ligeira alteração no último período observado, em prol do porto de Vitória. Vale destacar que os bens e os períodos nos quais este porto adquiriu relevância e liderou o cenário das exportações deve ser visto com cautela, por se tratarem de curtas temporalidades, além do que, os bens por ali escoados correspondiam a itens de menor impacto econômico em termos de valor e demanda para o mercado externo, conseqüentemente, representando uma fatia, muitas vezes, insignificante na balança comercial capixaba. Tais dados ficam ainda mais claros ao se comparar o peso do café frente aos demais produtos, tanto que todos eles somados não alcançaram 5% do valor das exportações espírito-santenses no período, sendo o restante desse valor, 95%, dominado pelo café (SILVA, 1995).

Em suma, o que salta aos olhos a partir desta exposição é que, em termos de regiões produtivas, os diversos “fios de meada” aos quais “desfiamos” até agora, aparentemente, só vieram a

confluir para Vitória com as iniciativas governamentais da Primeira República, em especial a partir do planejamento político-desenvolvimentista de Muniz Freire, transformando a capital do agora Estado do Espírito Santo no “nó” necessário para que a economia local pudesse congrega uma espécie de autonomia frente aos demais Estados vizinhos. Só assim sua base econômica pôde ser construída pelo escoamento de mercadorias via Porto de Vitória e, décadas mais tarde, se lançando na inserção de setores industriais, mesmo que ainda vinculados às atividades primárias presentes na região Sudeste.

CAPÍTULO 4: O ATOR PRINCIPAL: MUNIZ FREIRE E SEU IDEAL DESENVOLVIMENTISTA

Fotografia 1: José de Melo Carvalho Muniz Freire



Fonte: Galeria de Retratos do Palácio Anchieta – Vitória, ES.

José de Melo Carvalho Muniz Freire nasceu em Vitória no dia 13 de julho de 1861, no seio de uma família com considerável poder dentro da capital do Espírito Santo. Tanto seu pai quanto sua mãe possuíam origens familiares influentes. Formou-se em Direito no ano de 1881, iniciando o curso na cidade de Recife e o concluindo em São Paulo. No entanto, grande parte de sua vida atuou como jornalista, atividade a qual seu pai havia se dedicado décadas antes. Muniz Freire, inclusive, foi um dos fundadores do primeiro jornal diário capixaba, “A Província do Espírito Santo” (depois “Estado do Espírito Santo”) (CPDOC, s/d).

Aqui vale destacar que, naquele momento histórico, o investimento em uma formação intelectual sólida era um dos mecanismos mais eficazes para se garantir a ascensão do indivíduo à condição de membro da burocracia do Estado ou à elite política, vindo daí a escolha de muitas famílias por formarem seus filhos como padres, bacharéis de Direito, militares ou ainda outros cursos superiores, os quais só poderiam ser realizados em quatro cidades brasileiras: Recife, Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo (SOUSA NETO, 1997).

A trilha da ascensão era galgada pela educação. *Em um mar de analfabetos se construía uma ilha de letrados*. Os homens que exercitavam o poder, passavam, na sua expressiva maioria, pelos bancos escolares e adquiriam, neste percurso, funções muito específicas no processo de elaboração das concepções que eram caras às *elites* (SOUSA NETO, 1997, p. 20, *grifos no original*).

Nesse percurso, os jovens adquiriam relações valiosas para o futuro e uma preparação indispensável para a vida política que se delineava. Não é à toa que, ao retornar a sua terra natal no ano seguinte a sua formatura, Muniz Freire já se encontrava casado com Colatina Soares de Azevedo, jovem da elite paulista e neta do Barão de Paranapanema, com quem viria a ter dez filhos. Considerado, de modo recorrente em inúmeros textos da historiografia capixaba, um “homem à frente de seu tempo”, engajou-se na campanha abolicionista e logo foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Liberal, atividade que seu pai também já havia desempenhado no passado. Na sequência integrou a Câmara Municipal de Vitória, chegando a presidi-la, um cargo equivalente ao de prefeito na atualidade.

No ano de 1885, à época um jovem liberal de 24 anos, ganhou ainda mais notoriedade no Espírito Santo ao enviar uma série de cartas a Dom Pedro II – no total foram sete cartas⁵⁵ – reivindicando que este intercedesse em favor da Província, como pode ser observado no emblemático trecho a seguir:

Não se explica o desamor dos estadistas e legisladores brasileiros pela prosperidade d’esta zona do Império, não porque Ella seja indigna de incentivos, ou pouco susceptível de progresso [...] Mas os nossos homens públicos ignoram todas essas coisas; a sua incompetencia para o governo começa por ignorarem elles até a geographia do paiz, do que são raros os exemplos que temos. Acresce a isso o mau humor com que são olhadas as pequenas províncias, devido á influencia nulla que ellas exercem no trama e nos conlluios políticos, que é o officio único que os nossos Paes da patria sabem desempenhar sem embaraços (FREIRE, 1885, p. 7 *apud* QUINTÃO, 2015, p. 32).

Com a transição do Brasil Império para a Primeira República e a consequente dissolução da antiga estrutura partidária, Muniz Freire se ligou ao Partido Republicano, o qual, após rixas internas, se fragmenta na União Republicana Espírito-Santense (URES) e no Partido Republicano Construtor (PRC), este último presidido por Freire. No início deste novo momento de nossa história, Muniz Freire se mostrou um político ativo, defendendo ideais como a liberdade de imprensa, o Estado laico, o federalismo e o liberalismo econômico (CPDOC, s/d).

⁵⁵ Com relação a estas cartas e demais escritos políticos de Muniz Freire, ver SANTOS (2013).

Essas e várias outras medidas adotadas ao longo de sua vida fizeram, conforme já registramos, com que a historiografia capixaba tratasse a figura de Muniz Freire com certo carinho, direcionando a ele falas sempre elogiosas, tanto a sua pessoa quanto a sua personalidade, como podemos ver nas citações a seguir:

Muniz Freire (1892-1896 e 1900-1904) era um jovem de 31 anos, brilhante e empreendedor, que desde o início de sua carreira de jornalista e político publicava análises dos problemas do estado e propostas para resolvê-los (SALETTI, 1996, p. 30)

Com o advento da República e passado o período de adaptação, subiu as escadas do Palácio do Governo, em 1892, um dos maiores vultos da história administrativa do Espírito Santo. Muniz Freire é mal conhecido da maioria dos capixabas. Foi o homem, ao mesmo tempo, arrojo e equilíbrio. Soube situar, dentro dos recursos e condições da época, todos os problemas do Estado, dando-lhes solução ou encaminhando-os com acerto, sem desprezar uns pela preeminência de outros. [...] é de justiça dizer-se que Muniz Freire foi o gigante ferroviário do Espírito Santo (MORAES, 1974, p. 216-217)

Político de grande projeção eleitoral, dispunha de talento e cultura jurídica amadurecida. Elaborou programa ousado de governo, fundando-se na receita ascensional do tesouro, proporcionada pela alta repentina e perigosa do preço do café (DERENZI, 1965, p. 171)

O mesmo, como não poderia deixar de ser, é observável em obras recentes que versam sobre Muniz Freire, como ocorre em uma das publicações da coleção “Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo – Grandes Nomes”, dedicada a figura desse político e lançada no ano de 2012 pelo maior biógrafo do estadista na atualidade, o Prof. Estilague Ferreira dos Santos. Principalmente nessa obra, mas também em outras referências, se notam inúmeras falas elogiosas ao político capixaba, inclusive falas pertencentes a alguns dos últimos governantes do Estado.

Entre nós, Muniz Freire, personagem central da moderna história estadual, foi arauto do futuro. Esteve na vanguarda, seja em tempos de militância republicana, seja, pós-1889, como líder político e homem público encarregado da gestão estadual e representante capixaba no Senado, entre outras atribuições de sua profícua atuação política (HARTUNG *apud* SANTOS, 2012, p. 15)

[...] Muniz Freire construiu uma carreira política verdadeiramente excepcional, projetando-se como uma das lideranças políticas mais proeminentes de toda a história política do Espírito Santo. Ele pode ser considerado, sem sombra de dúvida, do nosso ponto de vista, um dos personagens mais significativos da vida política e intelectual de um período marcante da história do Espírito Santo, o período em que ele abandona

a herda “sonolência” herdada da era colonial, e, talvez, de toda a sua história (SANTOS, 2012, p. 23)

Entre os inúmeros capixabas que se destacaram no cenário nacional por sua contribuição para a literatura, o jornalismo e o desenho de novas instituições políticas e administrativas, Muniz Freire continua sendo uma inspiração permanente para todo homem público que assume o compromisso de defender as instituições e promover o conhecimento, a cidadania e a prosperidade do nosso povo.

[...]

Admirador desse extraordinário homem público [...], percebo que nossas lideranças políticas e empresariais hoje estão perfeitamente sintonizadas com o projeto de afirmação do Estado defendido por Muniz Freire (CASAGRANDE *apud* SANTOS, 2013, p. 13-14)

No entanto, sem desmerecer a capacidade de Muniz Freire, vale lembrar que seus mandatos, em especial o primeiro, se deram em uma fase inédita de nossa história, contando com a expansão do café e a alta de seu preço. Tudo isso, conseqüentemente, aumentou a receita local, além de proporcionar ao Estado vivenciar uma autonomia política antes desconhecida, por mais que essa ainda sofresse algumas limitações por parte do Governo Federal, mas que abriu o precedente de atribuir à esfera local todo o imposto vinculado às atividades de exportação, algo só obtido com o advento da Primeira República.⁵⁶

Bittencourt (2006) traça uma análise desse período ao observar a “café-dependência” capixaba e como a receita capixaba seguia os movimentos de “diástole” e “sístole” dos preços internacionais desse bem, o que gerava, por sua vez, uma grande instabilidade às finanças públicas. Para a “sorte” de Muniz Freire, seu primeiro governo contou com um momento de “diástole”, fruto de anos imediatamente anteriores de alta do café, alavancando o orçamento capixaba de cerca de 500 contos no final do regime imperial para mais de 5 mil contos em 1896 (SALETTI, 1996). Tal processo deu a margem necessária para que Muniz Freire pudesse planejar empreendimentos há muito demandados pela conjuntura local, se tornando, possivelmente, o ponto de inflexão na recente história capixaba ao conduzir o Estado para o tão almejado processo de “modernização” e autonomia em relação aos Estados vizinhos, ao mesmo tempo em que deixava no seu enalço as marcas indeléveis do Desenvolvimento Geográfico Desigual, como demonstraremos a seguir.

⁵⁶ De acordo com Santos (2012, p. 308), “Pelo artigo 98 da Constituição republicana de 1891 foram adjudicados aos Estados as seguintes fontes de renda: 1º. Imposto de saída para outros Estados ou para o estrangeiro, sobre todos os produtos naturais e artificiais. 2º. Imposto de transmissão de propriedade. 3º. Imposto sobre vencimentos de empregados estaduais. 4º. Emolumentos sobre nomeações, títulos, certidões e contratos. 5º. Custas judiciárias. 6º. Imposto sobre litígios forenses. 7º. Renda dos bens do Estado. 8º. Imposto sobre o selo. Isso sem contar as rendas municipais, compostas pelo imposto de indústrias e profissões, imposto predial e impostos urbanos”.

4.1. PRIMEIRO MANDATO 1892-1896

Furtei-me entretanto a todos os conselhos da razão pessoal; venci os receios que perturbariam qualquer natureza tímida; e eis-me perante vós.
 Dominaram-me como razões superiores duas considerações capitais – a primeira – dar ao primeiro governo regular do meu Estado um chefe que fosse filho d’esse Estado; segunda – o compromisso que o meu partido contraiu de esforçar-se por crear uma Pátria grande para os espírito-santenses (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 3-4)

Com essas palavras Muniz Freire dava início e sintetizava os ideais que norteariam seu primeiro mandato como Presidente do Espírito Santo, enaltecendo o fato de poder dar ao Estado um governante que fosse filho seu e dando ênfase ao que se tornaria seu projeto, a instauração de uma plataforma política focada na modernização deste território (RIBEIRO, 2008). Como um homem influenciado pelo ideário positivista⁵⁷, logo tratou de conduzir seu governo rumo a estas noções, as quais julgava necessárias às estruturas presentes, visando ainda criar uma “identidade capixaba”. No entanto, embora suas palavras iniciais visassem motivar e demonstrar seu compromisso com o Estado, dando prosseguimento a seu projeto de unir os diferentes grupos e instituições que compunham este território, Muniz Freire, como jornalista experiente e, por isso, tendo pleno domínio das palavras e como expressá-las, não se furtou tornar público, neste mesmo discurso de posse, sua insatisfação com os rumos que a esfera local vinha assumindo até então. Em meio a uma fala inflamada que talvez visasse mexer com os brios políticos de seus conterrâneos, o mesmo argumenta,

Realmente, o que se conhece d’este pobre Estado é que elle tem sido governado de fóra, através de quasi todas as situações.
 Reduzidos à posição imbecil de quem não tem auctoridade propria, houve epochas em que o espirito publico chegou a refocillar-se n’essa propria desgraça, cobrindo de ridiculo os nossos homens publicos e endeosando com um fetichismo infantil pesadas alimárias que só tinham o valor de serem genero estrangeiro (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 3)

Em verdade, tais noções já dominavam Muniz Freire havia bastante tempo. Desde seu retorno ao Espírito Santo, após a conclusão do curso de Direito em São Paulo, passou a defender nas

⁵⁷ De acordo com Santos (2013), apesar de Muniz Freire ter se tornado órfão em tenra idade, tendo sido criado por seus avós maternos, ele ainda herdara de seu pai uma série de ideias e noções inovadoras para a época, como o gosto pela cultura, pelo jornalismo e pela política, fora ter vivido em um período de efervescência intelectual no país, “[...] quando o liberalismo radical, o republicanismo e o positivismo, com toda sua carga de cientificismo e de evolucionismo, davam o tom” (2013, p. 24). Quanto ao pensamento positivista, ainda de acordo com este autor, Freire teve seu primeiro contato com tais ideias na faculdade de Direito de Recife, tendo acesso ao pensamento heterodoxo de E. Littré. Mais tarde, ao se mudar para concluir sua faculdade em São Paulo, passou a ter um contato acentuado com a ortodoxia de Comte, que acabou por modelar seu pensamento tanto na filosofia quanto na política.

páginas de seu jornal um projeto político de reconstrução do Estado visando fugir das amarras impostas pelo passado, regidas por um isolamento local e pela dependência de nosso comércio em relação ao Rio de Janeiro.

Estas noções ficam patentes ao se observarem alguns pontos elencados por Muniz Freire em sua sétima carta ao Imperador, datada de 1885, além de outras prerrogativas defendidas pelo mesmo antes de assumir a Presidência do Estado, ainda no período do Brasil Império e originalmente publicadas nas páginas de seu jornal (SANTOS, 2013).

Na figura a seguir podemos observar estes e outros princípios norteadores de seu pensamento político sinteticamente expostos.

Figura 8: Princípios defendidos por Muniz Freire para a “Reconstrução do Espírito Santo”



Fonte: Elaboração própria do autor a partir de Santos (2013).

Dessa forma, o que deveriam ser as linhas mestras de seu futuro governo já eram de conhecimento público, bem como ficava clara sua tendência de criar um governo cujo foco fosse centralizar o aparato econômico em Vitória, capital do Estado e que já contava com o poder político circunscrito a esse território. Para tanto, com a emergência do sistema

republicano e a autonomia dada aos Estados, proveniente de sua implantação, ficaram facilitados o planejamento e articulação necessários para que Muniz Freire pudesse colocar em ação seu programa positivista de modernização das estruturas locais e criação da tão almejada “identidade capixaba”.

Muniz Freire então se apega as possibilidades abertas pelo incremento da receita orçamentária, fruto da alta nos preços do café e aumento da produção local, fazendo questão de demonstrar todo o seu otimismo com os recentes rumos do Estado ao completar seu primeiro ano à frente do governo.

[...] um Estado que até os últimos dias que antecederam a Constituição republicana era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes onus da nova situação política, apresentando um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província, e mostrando-se bastante calmo, bastante confiante nos seus próprios recursos, para ousar os mais vastos empreendimentos, sem desecrar um só dos problemas essenciaes do seu futuro desenvolvimento [...] (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 3-4).

Com isso, Freire encampa um projeto que, como ilustrado na figura anterior, transformaria Vitória na materialização de seu “ideal positivista”, visando torná-la um importante centro comercial e financeiro. Tal “modernização” ocorreria a partir de uma série de obras que seriam empreendidas, contando desde a construção de prédios públicos, passando pela abertura de novas vias, além de negociar vários contratos para a realização de serviços de abastecimento de água, esgoto e iluminação pública. Também tentou negociar com a União um projeto existente para o porto da capital.

Em meio a essa profusão de ações, se pode considerar que grande parte do clima “desenvolvimentista” surgido com seu governo veio de uma base política sólida, marcada por suas ideias e seu poder de articulação, mas também pelo bom andamento, ao menos em seu primeiro mandato, no campo econômico com as obras implementadas. Adicionalmente, vale mencionar sua incessante busca por construir uma ligação ferroviária com Minas Gerais, atraindo a economia do vizinho interiorano para o escoamento via portos capixabas. Quanto aos primeiros itens, vinculados aos aspectos da vida política local, saltam aos olhos a forma como este estadista enredou apoios políticos que não só o auxiliaram na realização de um governo até certo ponto inovador para a época, colocando em prática seus objetivos

estratégicos, como também conseguiu coibir a formação de oposições aguerridas, dispostas a impedir sua continuidade (SANTOS, 2012).

Uma citação lembrada por biógrafos de Muniz Freire, apesar de não ser desse político, e que avalia bem o momento inicial da República no Espírito Santo e a forma como Freire o conduziu, tornando-o positivo para os interesses capixabas, é de Graciano dos Santos Neves (1868-1922), seu então secretário geral ao longo do primeiro mandato e sucessor na presidência estadual.

Entre nós as rivalidades partidarias, quaesquer que tenham sido as suas origens, têm tido o merito de não haver resvalado jámais, mesmo através das mais exasperadas luctas politicas, para o nivel d'essas collisões indecorosas e estereis em que grupos eleitoraes disputam inconscientemente os interesses pessoaes dos seus chefes. Os partidos vivem aqui pelo consenso livre e pela harmonia dos seus elementos integrantes, unicamente convergidos pela attração de interesses geraes. Uma situação politica de tal ordem tem a virtude de conferir aos governos que d'ella surgem uma vasta liberdade de acção, limitando-a ao mesmo tempo, com lhes tornar simultaneamente facil e imperioso o exercicio da prudencia, da tolerancia e da justiça (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 14-15).

Quanto ao campo econômico e as obras promovidas, marcadamente no que tange ao sistema ferroviário capixaba, tais empreendimentos haviam se tornado uma espécie de obsessão para Muniz Freire, tomando conta de todo o primeiro quadriênio de seu governo e levando-o, poucos dias após assumir a presidência do Estado, a se reunir com Afonso Pena (1847-1909), Presidente de Minas Gerais, para juntos assinarem um acordo de construção de estradas de ferro entre ambos territórios. Para tanto, contraiu o primeiro empréstimo externo do Estado, cerca de 17.500.000 francos franceses destinados às obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Paraphraseando um clássico ditado, na cabeça de Muniz Freire, “todos os caminhos deveriam levar a Vitória” e era em busca desse ideal que o estadista norteou seu primeiro mandato. Ainda corroborando tal noção, o então Presidente do Estado chega a sentenciar, em setembro de 1893 frente ao congresso capixaba, que suas principais preocupações junto ao governo ainda permaneciam no desenvolvimento da viação férrea e no povoamento do território, os quais, “[...] mormente ao primeiro, continuo a pensar que deveremos sacrificar outros de menor ou igual relevancia, apesar de que tenho procurado attender a todos com a possivel solitudine” (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 9).

Outras obras ainda se destacam nos primeiros quatro anos de Muniz Freire a frente do poder, como a construção do Teatro Melpômene, o Hospital da Praia do Suá e o quartel da polícia, bem como a reforma do ensino público e a formulação de um projeto de expansão para Vitória (o Novo Arrabalde), comissionado ao proeminente engenheiro sanitaria Saturnino de Brito e

ao qual nos ateremos mais adiante. Todas essas obras pareciam tentar contornar a má impressão que o Presidente do Estado tinha de sua capital ao assumir o governo; uma visão que ficou patente em parte de seu discurso proferido na transição de seu mandato, em 1896, em um trecho amplamente conhecido e explorado pela historiografia capixaba, ao qual reproduzimos a seguir. Para ele, Vitória se tratava de uma,

Cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem gosto, sem architectura, segundo os caprichos do terreno; apertada entre a bahia e um grupo de montanhas, não tendo campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas; mal abastecida de agua; com um serviço de illumination á gaz duplamente arruinado, pelo estado do material e pela situação de sua empresa; [...] sem edificios notáveis; repartições e serviços publicos mal accommodados á falta de prédios; sem um theatro, sem um passeio publico, sem bons hospitaes, sem um serviço de limpeza bem organizado, sem um matadouro decente; desprevenida de toda defesa sanitária; necessitada de construir novos cemiterios devido á irrevogável comndenação dos actuaes; finalmente balda até de pessoal operario para os serviços ordinarios de estiva, de transportes, cargas e descargas de navios construcções, e todos os outros indispensaveis em qualquer centro populoso de menor atividade e importância commercial (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 17)

De acordo com o próprio Muniz Freire (ESPÍRITO SANTO, 1896), a necessidade destas obras de modernização do aparato pertinente a capital se encontravam na premissa de torná-la um centro comercial e financeiro, além da lição dada por “todos os tempos e todos os povos”, na qual não poderia existir uma grande nação que não fosse alavancada por uma “praça” que congregasse importância política ou comercial. Teve como referência inúmeros casos europeus servindo direta ou indiretamente como exemplos para o planejamento da Vitória que surgiria, algo que, inegavelmente, muitas vezes foi confundido com um processo de “europeização” da esfera local.

De acordo com Santos (2013, p. 36),

Essas iniciativas ajudaram a projetar uma imagem extremamente positiva de sua primeira administração e, junto com as alianças que ele construíra no plano nacional, afirmaram a sua liderança incontestada como “chefe” político do Espírito Santo e por isso se pode falar com alguma razão de uma “Era Muniz Freire” na história do Espírito Santo. Com ele, a República se institucionalizou com alguma tranquilidade no Estado, ao contrário do que aconteceu em outros Estados, onde a instabilidade política era endêmica, e criou-se uma pauta desenvolvimentista que marca até hoje a história da região.

Por fim, outro ponto relevante em seu primeiro mandato foi o incentivo dado à imigração, concretizado com a vinda de vinte mil italianos para a lavoura. A partir dessa medida, Muniz Freire visava aliviar a falta de mão de obra nas fazendas, assim como tinha por intuito criar

núcleos coloniais de pequenos proprietários. Para tanto, “Promulgou a primeira lei de terras do Estado, visando a facilitar a legalização das posses e o acesso à terra para pequenos proprietários” (CPDOC, s/d, s/p).⁵⁸ O próprio planejamento desse Presidente quanto ao desenvolvimento do sistema ferroviário tinha por intuito viabilizar o aproveitamento destes núcleos coloniais, integrando-os a produção local e ligando-os a Vitória por meio da Estrada de Ferro Sul, responsável por conectar Cachoeiro de Itapemirim a capital, mas que em seu trajeto deveria passar por regiões onde o café se expandia com a colonização europeia (SALETTTO, 1996).⁵⁹

Após o término de seu primeiro quadriênio como Presidente do Estado, Muniz Freire é sucedido por um de seus afilhados políticos, Graciano dos Santos Neves, o qual se depara com um princípio de crise econômica devido à queda nos preços do café, ainda agravada por uma evolução prejudicial nas taxas de câmbio. Como medida para contornar maiores problemas, avolumando as questões orçamentárias, o novo Presidente do Estado suspende a maior parte das obras iniciadas por seu antecessor, com exceções feitas às linhas férreas, necessárias na interligação das zonas produtoras. De acordo com Ferreira (2009), para Santos Neves as obras iniciadas na administração anterior eram extemporâneas e altamente dispendiosas, principalmente se pensarmos que a capital possuía menos de dez mil habitantes à época, somase a isso a diferença em termos de cultura política que viria a se tornar clara entre este e Freire. Em verdade, ambos acreditavam na transformação de Vitória em um grande centro, mas suas crenças se diferenciavam em relação aos rumos necessários para que este objetivo fosse alcançado. Enquanto Muniz Freire prezava pela formação de uma área urbana moderna visando promover o desenvolvimento econômico, Graciano dos Santos Neves acreditava na conversão de Vitória em uma grande cidade a partir do desenvolvimento industrial e comercial, que ainda não havia ocorrido, para, a partir daí, se alavancar o desenvolvimento urbano necessário, como podemos notar em sua fala a seguir.

⁵⁸ Apesar do número de imigrantes italianos contratados ter sido de vinte mil, só chegaram ao território capixaba 13.244 imigrantes, ainda sim um bom número, sem contar a imigração nacional. Os valores inicialmente acordados com o governo europeu não vingaram devido a um relatório elaborado pelo então cônsul italiano no Espírito Santo, Sr. Carlos Nagar, onde o mesmo sugeria que seus conterrâneos, ao chegarem ao Estado, eram submetidos a condições insalubres nas terras pertencentes a região central-serrana, tendo cerca de 300 destes novos colonos sucumbido frente a doenças tropicais e a falta de assistência governamental. Em virtude deste documento o governo italiano acabou proibindo terminantemente a imigração para o Espírito Santo em meados do ano de 1895. Dessa forma, com o intuito de conter tal problema, Muniz Freire se viu obrigado a rever sua estratégia inicial e redirecionar o fluxo imigratório para os latifúndios, especialmente os sulistas, ao invés de visar a pequena propriedade e as áreas menos povoadas em um primeiro momento (SANTOS, 2012; 2013).

⁵⁹ Saletto (1996) ainda destaca o ideal de Muniz Freire de tornar esta ferrovia um empreendimento plenamente estatal, afim de poder fixar taxas baixas e viáveis a concorrência com o sistema de circulação e transportes para o Rio de Janeiro.

A base essencial sobre que se superpõe a estrutura de uma grande cidade è uma actividade industrial correspondente: – é o que acontece sem excepção em toda parte. Pelo laço industrial os centros populosos se formam, se avolumam e se conservam; desde que lhes falte esse meio de cohesão, elles se esphacelam e desaparecem como tem provado multiplicados e frisantes exemplos.

Em qualquer parte onde exista um porto accessivel e abrigado, para onde venham a confluir generos de exportação em grande somma, ahí se forma por um processo expontaneo e fatal um vasto emporio de commercio que á proporção de sua florescencia, vai successivamente grangeando todos os elementos constitutivos de uma grande cidade.

A Victoria tem sua bahia com as condições requeridas para ser um optimo porto; falta-lhe o affluxo continuo e copioso de mercadorias para exportação, o que virá a ter lugar quando a produção do Estado tiver attingido uma certa abundancia e puder derramar-se n'esta praça por vias faceis de communicação.

Não creio que a conquista de área para construcções, principalmente na planicie de Maruhype, actue de modo proficuo para desenvolver a riqueza commercial da praça da Victoria.

Acho, em uma palavra, que é o commercio que faz a cidade e não a cidade que faz o commercio (ESPÍRITO SANTO, 1896a, p. 9-10).

No entanto, embora sua sisudez econômica se mostrasse obrigatória frente à conjuntura que se delineava, seus correligionários o confrontaram ao ponto deste ser conduzido à renúncia. Seu sucessor foi o vice-presidente Constante Gomes Sodré (1850-1921). Como não havia completado dois anos de mandato, foram convocadas novas eleições, culminando na escolha de José Marcelino Pessoa de Vasconcelos (1864-1902), o qual ficou responsável por terminar aquele quadriênio e, em 1900, repassar o título de Presidente do Estado do Espírito Santo para Muniz Freire, mais uma vez distinguido pelo eleitorado para ocupar tal cargo (OLIVEIRA, 2008).

4.2. SEGUNDO MANDATO 1900-1904

Nos anos anteriores a seu segundo mandato como Presidente do Espírito Santo, Muniz Freire opta por passar uma temporada na Europa, assumindo a incumbência de realizar operações financeiras referentes à dívida externa e a compra de material para os empreendimentos ferroviários que havia traçado anos antes. Quanto a essa atitude, Freire sofreu duras críticas, sendo acusado até o fim de sua vida de ter se aproveitado da influência junto ao governo do Estado e de seu passado como Presidente para ter a estadia de sua família, ao longo de três anos na França, bancadas pelo governo capixaba.

Mesmo assim, apesar de todas as controvérsias, só retorna ao Espírito Santo no ano de 1899 para se dedicar a seu antigo partido, o PRC, e os problemas que este havia desenvolvido em sua

ausência, algo que só foi definitivamente sanado com sua candidatura e tranquila vitória ao governo do Estado no ano seguinte.

Ao tomar posse, no dia 23 de maio de 1900, Muniz Freire se depara com um cenário deveras diferente do que havia encontrado anos antes. Se, por um lado, no plano político nacional e regional ele se defrontava com uma oposição desorganizada e com sua liderança no Espírito Santo incontestada, por outro, no aspecto econômico, a realidade beirava o caos. Com o preço do café em baixa, associado ainda a uma prolongada estiagem que fez cair a produção desse bem, o governo do Estado enfrentava uma série de adversidades financeiras, vendo sua receita orçamentária despencar de quase 5 mil contos de réis no final do primeiro mandato de Freire para pouco menos de 2 mil contos no início de seu segundo mandato (SANTOS, 2012), conforme asseverou o próprio político em seu discurso de posse em 1900.

Por essa exposição aquilatareis quanto é precária a situação actual do Thesouro, sobrecarregado, além dos compromissos ordinarios, com as responsabilidades de uma grande divida fluctuante, transportada dos dous exercicios anteriores, e proveniente, a maior parte d'ella, da contingencia em que se viu meu honrado antecessor de, com um orçamento minado pela depreciação do elemento primordial da receita, pela simultanea aggravação das despesas resultante da depressão cambial, e ainda mais pelo decrescimento da producção consequente da adversidade metereologica, provêr a um pesado serviço extraordinario, cujo abandono teria acarretado para o Estado prejuisos e embaraços futuros muito mais graves (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 8).

O cenário nacional também não se mostrava promissor ou dos mais saudáveis naquele momento, apesar de Muniz Freire sempre tecer comentários elogiosos e otimistas quanto ao que era realizado no cenário federal. Entretanto, em verdade, as medidas adotadas agravaram a situação local, tendo o segundo mandato de Muniz Freire coincidido,

[...] com o auge da política de saneamento financeiro posta em prática por Campos Sales e seu ministro da fazenda Joaquim Murinho. Para a assinatura do acordo financeiro conhecido como *Funding Loan*, eles haviam se comprometido com os banqueiros ingleses em praticar uma política fortemente deflacionária, de valorização cambial e de equilíbrio orçamentário, para isso cortando gastos, retirando numerário de circulação e aumentando-se os impostos. E o efeito recessivo mais imediato dessa política, antes que aparecessem os resultados positivos dela, foi a deflagração de uma crise econômica que Fernando Henrique Cardoso classificou como “uma crise interna sem paralelo na história econômica do Brasil” (SANTOS, 2012, p. 415).

Dessa forma, visando sustentar o Estado neste momento de “sístole” orçamentária, Muniz Freire se viu obrigado a assumir uma postura de austeridade, empenhando-se em reduzir despesas e pagar dívidas, por mais que não tenha conseguido cumprir com algumas das parcelas

do empréstimo externo que havia adquirido em seu primeiro mandato e tenha tido a necessidade de contar com o apoio do governo federal para quitá-las.⁶⁰ O então Presidente do Estado ainda cria novos impostos e aumenta a carga fiscal visando reabastecer o orçamento público local, como já havia deixado claro em seu primeiro discurso no segundo mandato.

Assim é que mantive o fechamento de quasi todas as escolas de povoações, e suspendi outras, sem prejuizo do ensino: dei um profundo corte na força publica, reduzindo-a ao strictamente indispensavel para a manutenção da ordem, e provendo a melhor distribuição d'ella para occorrer com efficiencia a todas as eventualidades: reduzi e fiz reduzir o pessoal do Thesouro, da Recebedoria e de outras estações fiscaes, uma das quaes supprimi sem inconveniente, aproveitando quanto possivel o pessoal, dispensado por effeito d'esses actos, em vagas existentes na administração de mesas de rendas, que tinham de sêr inevitavelmente preenchidas; annexei a Directoria de Terras e Colonisação, por effeito de vaga que se abriu, á de Obras e Empreheimentos; autorisei diversas economias no trafego da *Sul do Espirito Santo*, relativas ao numero de trens e ao pessoal; aproveitei a alta momentanea do cambio no mez de Junho para tomar, á taxa de 14 d. proximamente, todos os saques necessarios para o pagamento de nossos compromissos no exterior até Dezembro; e tenho feito ou autorizado outras economias de menor relevancia, que estavam nos limites de minhas attribuições constitucionaes. Ao mesmo tempo, tenho dado o maior movimento possivel aos serviços a cargo do Commissariado de Terras, afim de acelerar as arrecadações que lhe estão affectas, e evitar que, a par do grande *deficit* que vamos têr na verba orçada da exportação, fique tambem apenas em algarismos toda a renda calculada no orçamento, relativa aos mesmos serviços, sem contar com a diminuição que igualmente soffrem, pela inexecução ou paralysação d'elles, as verbas de sellos, emolumentos, e até a de transmissão de propriedade.

[...]

Aos órgãos directores da acção politica do Estado não é dado hoje têr outro programma, nem mais seductor, senão a reconstituição de nossas finanças, desorganizadas pela successividade das causas adversas que tão bem conheceis, e succintamente deixei enumeradas (ESPÍRITO SANTO, 1900, p. 9-11).

Embora essa e outras falas de Muniz Freire ensejassem o abandono de seu ideal desenvolvimentista centrado em Vitória, esse comportamento, como bem observou seu biógrafo, Santos (2012), não representou a realidade dos fatos, tendo em vista que o governante, aparentemente, adotava um cabedal de medidas vinculadas a austeridade apenas com o intuito de manter correntes alguns de seus antigos empreendimentos e ideais. Essa estratégia pode ser exemplificada na continuidade dada por ele às obras da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. A isso Freire argumentava que, assim que este empreendimento fosse finalizado, o Estado logo obteria retorno, principalmente devido às despesas finais serem, de acordo com ele, pequenas e o frete a ser recebido possibilitar o financiamento e a conclusão da estrada. O mesmo pode

⁶⁰ Este episódio foi duramente sentido por Muniz Freire, obrigando-o a declarar moratória no estrangeiro e o levando a prometer o pagamento da dívida capixaba assim que a situação orçamentária se normalizasse. Em 1902, o Banco de Paris decretou o sequestro das receitas alfandegárias estaduais, um conflito que só foi resolvido com a intervenção do Governo Federal e seu empréstimo de trezentos contos de réis (SANTOS, 2012).

ser notado na retomada de seu ideal de introdução de imigrantes estrangeiros, uma atitude similar a que já havia adotado no início de seu primeiro mandato.

Em suas últimas mensagens a frente do governo, Muniz Freire ainda demonstrava esperança de ver dias melhores no Espírito Santo, apesar da crise financeira e fiscal nas quais o Estado havia mergulhado, bem como ainda se mostrava crente na retomada de seu projeto desenvolvimentista em anos vindouros, tanto que alguns de seus últimos feitos concernem ao anúncio da conclusão da estrada de ferro da Leopoldina, com sua chegada a Cachoeiro de Itapemirim, além do início das negociações para as obras de melhoramento dos cais de Vitória.

4.3. O CREPÚSCULO DE UM PERSONAGEM... E A SOBREVIDA DE UMA PERSONA

Com o término de seu segundo mandato à frente do Estado do Espírito Santo, Muniz Freire transfere o governo a um de seus maiores aliados, Henrique da Silva Coutinho. No entanto, este, com o preço do café em baixa, se vê obrigado a cortar despesas e reverter uma série de medidas adotadas por Freire, gerando a revolta e o rompimento de relações com seu mentor e padrinho político.⁶¹

Dois anos mais tarde, em 1906, Muniz Freire, após disputa eleitoral que contou com uma série de complicações até ser impugnado seu adversário, é eleito para uma cadeira no Senado, de onde proferiria uma série de ataques ao governo de Coutinho.⁶² Em meio a tais entreveros, surge a figura do Procurador do Estado, Jerônimo Monteiro, advogado, filho de um importante fazendeiro de Cachoeiro de Itapemirim e cuja família estava em plena ascensão político-econômica, tanto por meio de alianças matrimoniais como por meio da esfera de influência que estes vinham traçando na conjuntura capixaba, especialmente após a fundação do Partido da Lavoura em 1900. De acordo com Banck (2011, p. 88) “O próprio Jerônimo, também por meio de seu casamento, estava ligado a um rico e influente financista de São Paulo que tinha raízes em Cachoeiro e que lhe podia assegurar no Rio alguns contatos importantes para negociações”.

É óbvio que a crescente importância política dos Monteiro adquirida no cenário local, liderados por Jerônimo, deixava Muniz Freire apreensivo, observando ameaçada sua base de poder. Essa,

⁶¹ Dentre as medidas adotadas se encontram a alienação da construção da Estrada de Ferro Sul e a rescisão do contrato com a Companhia Caravelas para a encampação da Estrada de Ferro Caravelas. Dois dos feitos mais notórios do governo de Muniz Freire (BITTENCOURT, 2006).

⁶² Para mais informações a respeito do processo eleitoral ao Senado, em 1906, ver BANCK, 2011 e SANTOS, 2013.

inclusive, foi definitivamente minada por Dom Fernando Monteiro, bispo de Vitória e um dos irmãos de Jerônimo, convidado por Henrique Coutinho a se candidatar à Presidência do Estado em sua sucessão. Dom Fernando, por sua vez, declinou do convite e sugeriu o nome de seu irmão Jerônimo como sendo o ideal para unir todos os políticos, bem como, implicitamente intencionava, no caso de sucesso de sua indicação, readquirir a influência da Igreja Católica no ensino, algo abalado pelas medidas de secularização adotadas por Muniz Freire anos antes (BANCK, 2011).

No ano de 1908 o partido fundado por Freire e correligionários, o PRC, é dissolvido, o que o leva a permanecer sem filiação partidária até 1913, quando se une a Rui Barbosa no Partido Liberal. Nesse ínterim, sua influência no Espírito Santo declina, apesar de ter participado de importantes discussões no Senado, como: “[...] na Comissão de Finanças, onde apresentou projeto sobre a Caixa de Conversão (1910), defendeu o voto secreto sobre o qual também apresentou projeto (1913), e fez oposição a Jerônimo Monteiro, com denúncias que tiveram forte repercussão (1912)” (CPDOC, s/d, s/p).

No entanto, fica claro que com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro, findava assim o legado político de Muniz Freire, apesar de sua herança político-ideológica e o esboço por ele delineado de um desenvolvimento geográfico desigual centralizado em Vitória aparentemente tenham sobrevivido. Desse modo, se pode considerar que a saída de Freire da cena política capixaba, ao menos a perda do destaque que este possuía até então, não signifique mudança na lógica desenvolvimentista local, tendo em vista que as próximas gerações políticas, em grande medida capitaneadas pelo clã dos Monteiro, mantiveram sua “persona ideológica”. A isso podemos considerar os ideais de um desenvolvimento com “endereço geográfico”, por mais que esse tenha assumido novos contornos econômicos em uma tentativa de fugir das oscilações dos preços internacionais do café, seja com um princípio industrial, já com Jerônimo, seja no enalço dos chamados “Grandes Projetos”⁶³, no decorrer da segunda metade do século XX, até chegarmos a um processo de “petróleo-dependência”⁶⁴ em nossa história recente.

José de Melo Carvalho Muniz Freire faleceu no dia 03 de abril de 1918 no Rio de Janeiro, com 57 anos de idade, um mês após sofrer uma considerável derrota em sua candidatura a mais um mandato no Senado federal. Seu adversário e vencedor no pleito: Jerônimo Monteiro.

⁶³ Sobre os “Grandes Projetos” industrializantes no Espírito Santo ver BITTENCOURT, 2011.

⁶⁴ A respeito desta “petróleo-dependência” na atualidade capixaba ver RODRIGUES, 2006.

4.4. A IGUALIZAÇÃO VIA PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO

A noção de *técnica* e de *meio técnico* é essencial para se compreender o desenrolar das medidas adotadas por Muniz Freire, especialmente no que tange ao seu primeiro mandato. Dessa forma, visando sua compreensão, nos basearemos nas abordagens traçadas por Santos & Silveira (2010) em sua obra “Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI”, publicada originalmente em 2001. Para estes autores, o primeiro termo, a *técnica*, possui a capacidade de demonstrar a materialidade e o dinamismo de um território em uma dada época. Ao ser pensado e apropriado intelectualmente, ela reflete as formas do fazer e do regular a vida, bem como sua cristalização em objetos geográficos. Já no que tange ao *meio técnico*, este compõe o segundo dos três grandes meios geográficos que sintetizam a história da organização territorial brasileira, sendo o primeiro o que denominariam de *meio natural* e o último e mais recente o *meio técnico-científico-informacional*, ao qual não nos ateremos. Segundo os autores, e até onde cabe o nosso interesse nestes meios geográficos,

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. A unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural.

Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de ‘ilhas’ que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina – mas apenas na produção – definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada (2010, p. 27).

Isto posto, ao longo do Capítulo 2 e em parte do Capítulo 3 nos vinculamos ao dever de demonstrar, até onde nos foi possível, a forma como o *meio natural* se configurava neste sertão, assim como a forma com que se deu sua paulatina transformação até alcançarmos os primórdios da história do Espírito Santo enquanto Estado. Por esse percurso ainda observamos a inserção do homem branco europeu e sua sobreposição ao modo de vida indígena impregnado pelos sistemas naturais – sem desconsiderar que este mesmo e novo elemento, o europeu, teve que se adaptar a tal realidade. Sendo assim, destes episódios em diante já se observavam tendências a este desabrochar de um novo período em nossa história, principalmente ao vermos, de modo

recorrente, relatos antigos e da historiografia local a respeito de como aqui o *meio natural* apresentava características “desfavoráveis” para o uso e ocupação iniciais do solo. A isso compreendemos como um emaranhado de justificativas e/ou “desculpas” para que este viesse a ser apropriado e modificado posteriormente, algo que já havia ocorrido em momentos pontuais, mas que só se materializou com um viés moderno e modernizante a partir dos ideais, discursos, planos e obras de Muniz Freire. A esses observamos seu alicerçamento via acumulação capitalista propiciada pelo café, definindo aquilo que passamos a compreender como o ponto de inflexão no território capixaba ao visualizarmos o que se pressupõe ser a superação do *meio natural* para o pleno ingresso, no *meio técnico*, por mais que este “arquipélago” ainda apresente uma “mecanização incompleta”, mas que se lança a uma “circulação mecanizada”.

Logo, o Projeto do Novo Arrabalde e todo o planejamento vinculado à circulação e transportes, os quais abordaremos na sequência, tendo muitos dos aspectos pertinentes a ambos se concretizado somente em governos posteriores aos de Freire, saltam aos olhos como símbolos da busca por se atenuar o “império da natureza”, mesmo que este já estivesse sendo “domado”.

No caso do Novo Arrabalde, este se coloca como um ponto nevrálgico nos ideais positivistas de Muniz Freire de ter na capital um real aspecto de *capitalidade*, em suma, ter em Vitória um novo espaço urbano e urbanizado que convergisse às forças produtivas do Estado, tendo em vista que o papel de centro político já era desempenhado por ela.⁶⁵ Ao mesmo tempo, coesa e articuladamente, tal processo, ao se efetivar em Vitória, teria por intuito abrir as portas capixabas para seus vizinhos e, conseqüentemente, para o restante da economia brasileira, por mais que ainda não contássemos com um porto satisfatório.

De acordo com Mendonça (2014, p. 131),

Para a constituição da centralidade urbana fundada no comércio foi necessário criar as condições materiais (espaço) para a efetivação do comércio, a cidade precisou ser produzida com essa nova feição, isto é, precisou ocorrer a materialização das condições de realização da atividade comercial (infraestrutura de transporte e armazenamento de mercadorias: estradas, pontes, armazéns e porto). A produção da cidade comercial como materialidade espacial criou oportunidades para que o capital também se valorizasse por meio da construção da cidade, através de obras públicas e da construção privada de equipamentos de serviços urbanos e comércio.

⁶⁵ Mendonça & Freitas (2012, s/p) definem *capitalidade* como “[...] a capacidade político-administrativa desempenhada por uma capital de carrear para si recursos e investimentos ao bem de seu desenvolvimento, ainda que, como resultado, impactos futuros indesejáveis possam ocorrer”.

Já no que tange ao segundo aspecto, a circulação e transportes, especialmente o sistema ferroviário desenvolvido naquele período, este se torna o ferramental necessário para que os diferentes meios, em processo de “tecnização” no “arquipélago” capixaba, pudessem servir de base aos ideais de Muniz Freire, fortalecendo e favorecendo Vitória. Isso posto, se daria origem, senão a formação de um aparato industrializante, ao menos ao surgimento de um setor terciário e de um processo de urbanização que prenunciassessem uma lógica produtivo-organizacional para o Estado.

4.4.1. O Novo Arrabalde... “reconstrução-eclética-sobre-destruição-colonial”⁶⁶

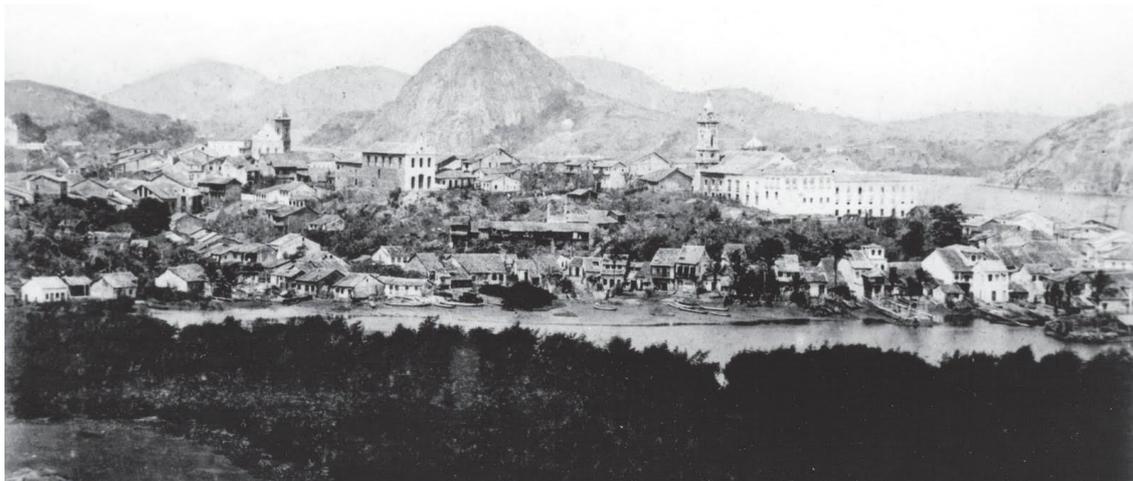
Como se tornou prática corrente em várias localidades nacionais, com o início da Primeira República, os presidentes dos Estados logo trataram de imprimir na paisagem das parcas cidades existentes um aspecto que se mostrasse moderno e concatenado ao novo momento pelo qual o país passava (MONTEIRO, 2008). Desse modo, obras de infraestrutura se proliferaram pelo Brasil visando contornar um possível “atraso” dos tempos imperiais, bem como o caráter colonial que muitas vilas e cidades ainda possuíam.

O caso do Espírito Santo, como era de se esperar, não foi diferente, a “Cidade-Presépio”, como ficou conhecida no início do século XX devido ao contraste paisagístico firmado por suas características físico-naturais – entre o Maciço Central e o canal Sul da Baía de Vitória –, e os logradouros ocupando a encosta, iluminados ao entardecer, também demandava um quê de reforma, “[...] deixando de ser colonial, barroca e atrasada para se tornar republicana, eclética e moderna” (MONTEIRO, 2008, p. 95). Tais medidas ainda se mostravam necessárias para que Vitória viesse a “[...] alcançar a hierarquia mais elevada em termos urbanos [mantendo-se] de fato em condição de superioridade política, econômica e administrativa em relação ao território circundante [...]” (MENDONÇA & FREITAS, 2012, s/p).⁶⁷

⁶⁶ Monteiro (2008, p. 103).

⁶⁷ A respeito do termo “Cidade-Presépio” e das controvérsias referentes a este cognome dado a capital do Espírito Santo no início do século XX ver MONTEIRO (2008).

Fotografia 2: A “Cidade-Presépio” na segunda metade do século XIX, vendo-se em primeiro plano as igrejas de São Gonçalo e São Thiago e, ao fundo, o Penedo



Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Disponível em: <http://fotosantigasdevitoria.blogspot.com.br> Acesso em: 16 de agosto de 2016.

Mesmo assim, estas obras tardaram a ocorrer em virtude da estratégia político-governamental traçada por Muniz Freire de, em um primeiro momento, optar pelo acúmulo de capital para posteriormente tocar seus projetos e empreendimentos. Muitos destes, inclusive, só vieram a se concretizar em mandatos posteriores, como os de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Florentino Avidos (1924-1928), tendo destaque as justificativas de cunho sanitarista, apesar de contarem com um claro propósito de “[...] expansão territorial, dissimulada por razões de acessibilidade” (FREITAS, 2009, s/p). Tal justificativa só desaparece dos discursos, deixando explícitas as intenções por trás da modernização de Vitória, a partir dos governos de Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1955) ao buscar desenvolver o aparato local em prol do sistema portuário ali existente. Conseqüentemente, desse momento em diante, o lado pragmático do desenvolvimento se torna patente nas ações governamentais, clarificando a noção de que “A cidade precisava, senão ser, ao menos parecer moderna” (FREITAS, 2009, s/p).

Em grande medida, estas e outras alterações espaço-territoriais, em sua essência, se referem a uma necessidade do capital de “corrigir” possíveis entraves “naturais” ao seu progresso. Assim, realizando uma devida retomada histórica no que se refere ao espaço ocupado pelo que hoje é a cidade de Vitória, o qual permaneceu praticamente inalterado até o advento da Primeira República, Mendonça & Freitas (2012, s/p) argumentam que,

Enquanto no século XVI, esta determinação teria sido necessária ao intuito do colonizador português protegendo a sede da capitania em área mais resguardada que a utilizada inicialmente na Vila Velha [...], ao final do século XIX, esta mesma

localização tornava-se um entrave à expansão urbana e à infraestrutura necessária à economia da capital e de uma ampla região no seu entorno.

Mapa 2: Planta Geral da Cidade de Vitória (atual Centro de Vitória) em 1895. Desenho de André Carloni (1967)



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

In.: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-55.htm> Acesso em: 19 de junho de 2017.

Dito isso, foi diante de tal contexto que admitimos a figura de Muniz Freire como um político emblemático na história da organização territorial não só do Espírito Santo, mas, principalmente, de Vitória. Este aspecto ganha especial destaque por um de seus últimos feitos, quando, ao final de seu primeiro mandato, cria a *Comissão de Melhoramentos da Cidade* mediante a Resolução nº 46 e contrata para presidir esta comissão o engenheiro sanitarista Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864-1929)⁶⁸, cuja incumbência seria a de realizar o levantamento topográfico de Vitória, identificando os principais e melhores pontos para se ampliar os domínios da capital na própria Ilha de Vitória. Um empreendimento que recebeu o

⁶⁸ Saturnino de Brito, como comumente ficou conhecido, foi um engenheiro sanitarista responsável por diversos projetos realizado pelo Brasil, como o referente ao saneamento de Santos (SP), de Recife (PE), da Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ), bem como participou ativamente do planejamento da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Grande parte de seus projetos seguiam noções vinculadas a um processo de modernização urbana pautado pela higienização, pelo racionalismo e pelo positivismo, criando entre ele e Muniz Freire uma identidade filosófica e o apoio técnico para que o segundo pudesse pôr em prática seus ideais (QUINTÃO, 2015). Para outras informações sobre sua vida e obra, ver MENDONÇA *et al*, 2009.

nome de “*Projecto de um novo arrabalde: dotado dos serviços de abastecimento d’água e de drenagem, para Vitória*”, ou, simplesmente, Novo Arrabalde, como ficou comumente conhecido.⁶⁹

No entanto, apesar de constatarmos a importância de Muniz Freire para os rumos da capital e seu posicionamento a frente de um processo que culminou com mudanças significativas na *Divisão Territorial do Trabalho* no Estado, seus atos iniciais são marcados pelas obras vinculadas a circulação e transportes ferroviários pelo interior do Espírito Santo, privilegiando Vitória e fazendo com que seus dois períodos na presidência capixaba não contassem com investimentos substanciais para a implantação do projeto supracitado. De qualquer forma, isso não o impediu de, reiteradamente, enfatizar seu compromisso de dotar a capital de um aspecto e aparato modernos, deflagradores de um território que viria a ser referência na região. Tais fatos e compromissos assumidos ficam patentes em suas cartas e discursos, nos quais não se via inibido de fazer duras críticas a organização e estruturas pré-existentes nesta cidade, pelo contrário, por muitas vezes parecia fazer questão de demonstrar toda sua carga de insatisfação, como pode ser visto em um de seus últimos pronunciamentos, realizado um ano antes do término de seu primeiro mandato.

A Victoria carece de todos os serviços elementares indispensaveis a um grande centro populoso. Até ha pouco tempo muitas das necessidades que já agora se sente podiam passar desaporcebidas; mas com o augmento consideravel de população havido n’estes ultimos annos, algumas d’ellas estão determinando crises que o poder publico deve auxiliar a remover. As mais vexatorias de todas são a construcção de predios e o abastecimento sufficiente d’agua; esta ultima só se torna notavel em epochas excepcionaes, mas a primeira está actuando normalmente como uma grande causa perturbadora. Alem de contribuir para a carestia de vida, produsindo a elevação exagerada dos alugueis; de crear embaraços á execução de alguns melhoramentos, e impossibilitar outros, como sejam as demolições exigidas pelo interesse publico; a falta de habitações arreda continuamente d’entre nós bom número de actividades proveitosas, e torna tristemente precarias as condições de vida dos melhores collaboradores do nosso futuro, que são as massas operarias (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 16).

A fala anterior, acima de ser considerada uma confissão de culpa ou ineficiência no que tange ao seu primeiro mandato e a atenção dispensada aos contornos da capital, é, de modo particular, ilustrativa e, ao mesmo tempo, conscientizadora do que viria a nortear seus próximos atos,

⁶⁹ Apesar de nos utilizarmos de autores diversos para nos referirmos a este projeto, cabe registrar que ele volta à tona, sendo alvo de inúmeros estudos e debates a partir da publicação, em 1996, da obra “O Novo Arrabalde” pelo professor Carlos Teixeira de Campos Júnior, se tornando um livro amplamente difundido no meio acadêmico capixaba e sendo utilizado em passagens anteriores de nossos escritos visando alicerçar a conjuntura da época que vem a culminar com a eleição e governo de Muniz Freire. Assim sendo, para mais informações sobre o projeto, sua importância e dinâmica ver CAMPOS JÚNIOR (1996).

atenções e intenções já no final do século XIX. Ato estes que o tornariam notório na historiografia local e consubstanciariam sua imagem, propagada, como um “político visionário”, ou, conforme diriam figuras públicas e personalidades atuais, um “arauto do futuro”, um homem que conseguiu “imprimir sua marca na história contemporânea do Espírito Santo”. No entanto, uma das – e talvez a maior delas – explicações para a ascensão da imagem de nosso personagem principal, fazendo com que estes e tantos outros comentários elogiosos fossem proferidos em sua lembrança, só veio à tona em seu discurso de transmissão de governo, na conclusão de sua primeira passagem à frente do Estado no ano de 1896, ou, para ser mais exato e enfático, em seu último dia à frente do poder local. Este que se tornaria um dos símbolos maiores de sua presidência era justamente o projeto confeccionado com Saturnino de Brito: o Novo Arrabalde.

Este projeto consistia em uma série de obras infraestruturais cujo intuito seria acentuar o viés urbano da capital, sextuplicando a área ocupada da e na própria Ilha de Vitória, além de torná-la o tão almejado centro econômico do Estado, algo que, pela magnitude do empreendimento e em virtude de todas as demandas exigidas pelo mesmo, só viria a ser concretizado décadas mais tarde, em grande medida por políticos que se tornariam seus ferrenhos opositores ao fim de sua jornada pública. Esta oposição, inclusive, chegou ao ponto de acusar Muniz Freire de bairrista e centralista, em virtude de sua origem familiar se concentrar em Vitória e seus projetos se circunscreverem a esta cidade em detrimento do antigo polo econômico estadual, Cachoeiro de Itapemirim, onde se encontravam os “barões do café” capixaba. A isso Quintão (2015, p. 49-50) traz pertinente argumento:

[...] a questão, além de político-partidária, revestia-se de um caráter eminentemente regional: tratava-se da imposição dos interesses da capital sobre os do interior, o que para Claude Raffestin traduz-se como a “mais-valia da capital”, pois “[...] a capital, enquanto centralidade, concretiza materialmente, em vários sentidos, as grandes tendências da estratégia nacional” (2011: 172). Em questão, uma estratégia regional, ilustrada pelo plano de desenvolvimento da praça comercial e, incluído nele, o Novo Arrabalde, para atender ao interesse de consolidar em Vitória duas centralidades regionais: a política e a econômica.

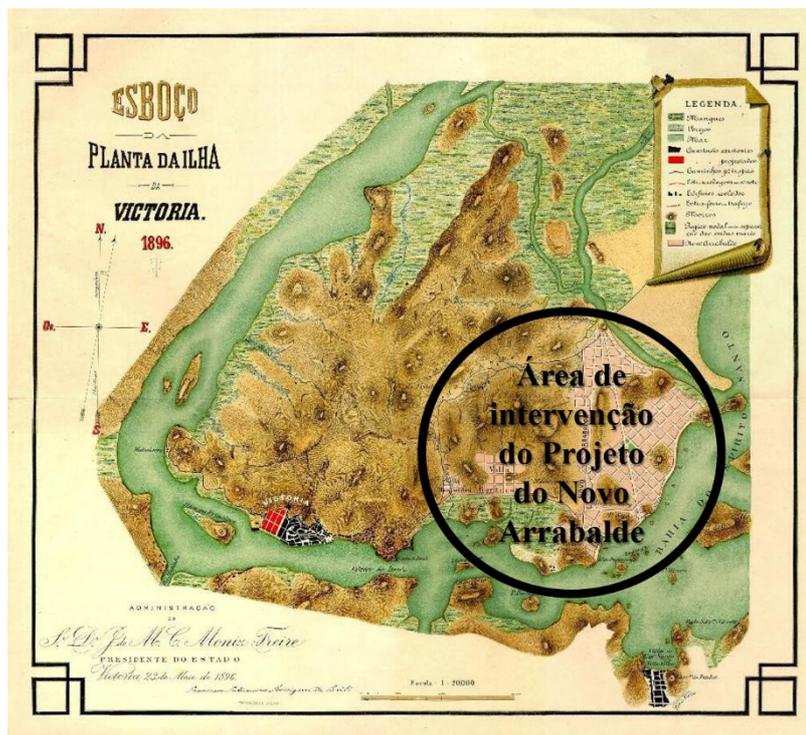
Quanto a essa “mais-valia da capital” defendida conceitualmente por Raffestin (2011), cabe-nos debruçar sobre tal noção tendo em vista que em muito ela nos esclarece a tendência à capitalidade firmada por Muniz Freire ao longo de seus governos e seguida por políticos *a posteriori*. Este ideal reafirma a capital, no caso Vitória, e o planejamento territorial colocado em voga pelo plano político visando restringir “[...] o campo das intenções e das ações de outras

regiões” (QUINTÃO, 2008, p. 129). De acordo com Raffestin (2011), uma capital pode exercer ao menos três tipos de centralidades, a política, a econômica ou a cultural. Como bem lembra Quintão (2008), Vitória no final do século XIX exercia apenas uma centralidade política, tendo em vista que os aspectos econômico e cultural ficavam a encargo de Cachoeiro de Itapemirim.

Dessa forma, a capitalidade de Vitória começa a ser gestada no século XIX naquilo que Santos (2005) viria chamar de “pensamento político capixaba”, baseado na superação de nosso “mito fundador” e seu viés de “atraso regional”, mas somente se consubstanciando no final deste século e primeira metade do XX por meio de empreendimentos como o Novo Arrabalde e as obras de circulação e transportes realizadas. “Logo, Vitória vai se apoiar na produção de seu interior para fortalecer seu poder econômico e, conseqüentemente, político, utilizando-se para tanto da ferrovia, a qual apresenta em si já um exercício de poder, na medida em que representa a imposição de sua vontade” (QUINTÃO, 2008, p. 26).

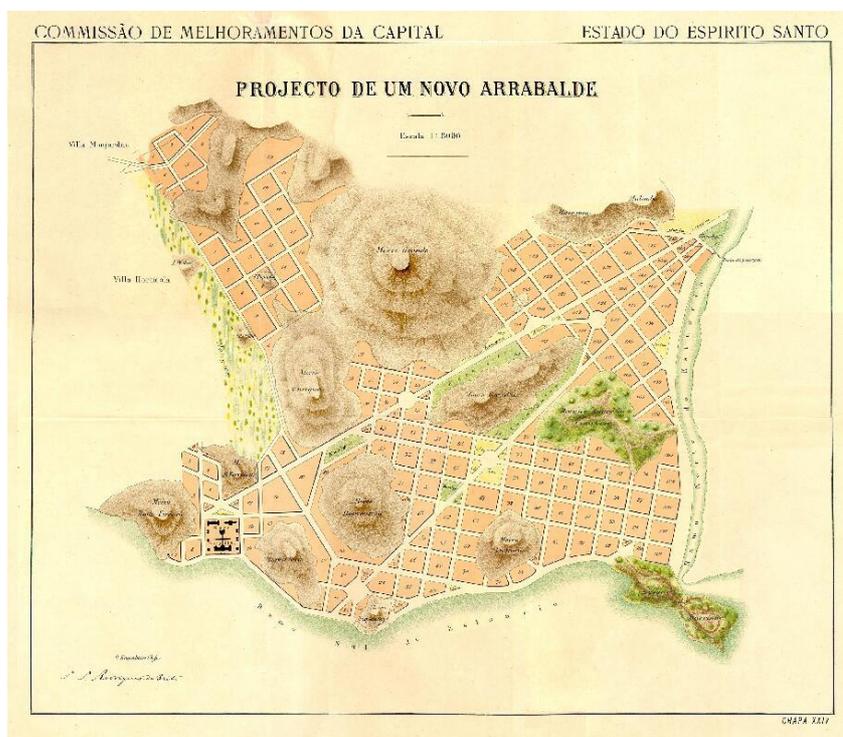
Apesar de não mencionado por Quintão (2008), a reforma urbanística via Novo Arrabalde e a nova dinâmica comercial pós Primeira e início da Segunda Revolução Industrial também se refletiram em uma necessária adaptação do sistema portuário local. Esse desejo, por força de políticos como Muniz Freire, foi firmado em Vitória, reforçando o aspecto de capitalidade ao suprimir o potencial de outras áreas e regiões como Vila Velha, além de ter dado margem a uma série de obras e intervenções visando atender a esta circulação de bens e matérias-primas na “Cidade Presépio”. Isso feito, passa a valer uma confluência funcional entre cidade, porto e capital, correspondendo a um processo claro de transformação de seu uso e ocupação, tudo em um mesmo espaço geográfico. Como lembrado por Fonseca (2007), essas reformas acabaram por dotar, em definitivo, várias cidades brasileiras de um aspecto de centralidade antes incipiente, se tornando um modelo emblemático ao se efetivar através destes elementos e de outros, como o crescimento populacional e a receptividade ao meio técnico na estrutura urbana, tendo como exemplos a inserção da iluminação a gás e a chegada dos bondes elétricos.

Figura 9: Planta da ilha de Vitória em 1896 esboçando o Projeto do Novo Arrabalde



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcuna25.jpg> adaptada pelo autor. Acesso em: 01 de julho de 2017.

Figura 10: Projeto do Novo Arrabalde, em 1896, com destaque para a área de intervenção



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcuna24.jpg> Acesso em: 01 de julho de 2017.

Assim sendo, essa nova realidade, inaugurada pelos ideais e obras concernentes ao Novo Arrabalde, deu origem a um claro período dentro da urbanização de Vitória. De acordo com Peter Ribon Monteiro (2008, p. 71), essa evolução pode ser dividida em três grandes momentos, nos quais podemos compreender a “[...] construção, (conjugada à reconstrução e à destruição) de seus principais objetos arquitetônicos”, compondo a história da cidade que se interpôs ao “presépio”. Neste caso, o primeiro período, ainda de acordo com este autor, vai desde o século XVI até o final do século XIX, momento marcado pelo predomínio do *meio natural* como regente da história capixaba. No segundo período se estabelecem os fatos que vão desde 1892 até 1929, anos circunscritos a Primeira República, abrangendo os dois mandatos de Muniz Freire e marcados pelo planejamento, bem como os primeiros passos dados pelo Novo Arrabalde. Tratava-se da devida inserção do Espírito Santo no *meio técnico*. Por fim, Monteiro (2008) pontua como terceiro período da evolução urbana de Vitória aquele iniciado na década de 1930, seguindo dali em diante, no qual observamos a materialização de muitos dos ideais de capitalidade e modernização presentes em Freire e em seu projeto de governo. Esse período, contudo, não é contemplado em nossos estudos.

Já no que tange ao foco central desta parte de nossos escritos (os estudos e a confecção do Novo Arrabalde), Saturnino de Brito, vivenciando sua primeira experiência com expansão urbana, idealiza um novo núcleo para a cidade de Vitória a partir de uma série de aterros, especialmente na porção leste da ilha, margeando os inúmeros afloramentos rochosos e aglutinando as chácaras e lavouras alí existentes. Quanto a isso, os números apresentados pelo engenheiro sanitarista não eram nada modestos, demonstrando a grandiosidade do empreendimento para a primeira década republicana no país.

De acordo com isso, Follador & Ferreira (2015, p. 87-88) expõem alguns dados, inclusive clarificando parte das intenções do governo estadual com este projeto:

Com uma área de 3.293.713 metros quadrados, muito superior à da capital original, dividida por 178 quarteirões e 2.129 lotes, esperava-se abrigar 15.400 habitantes, mais que dobrando a população da cidade. As larguras das ruas e avenidas, 21 e 28 metros respectivamente, foram planejadas no sentido de garantir o maior número possível de cruzamentos entre os logradouros. O Novo Arrabalde, antes de constituir um projeto de melhoramento da cidade, criando um bairro saudável e convidativo, foi concebido pela lógica do mercado de terras tornando-se um grande empreendimento imobiliário. Competia ao Estado, proprietário da maior parte do loteamento, negociar as vendas dos terrenos de forma direta com os compradores, reservando-se o direito de selecionar o momento ideal para a venda de parte dos lotes com valores diferenciados.

Mendonça *et al* (2009, p. 49), complementam as noções do que viria a ser o Novo Arrabalde e

dão ideia de como este pode ser identificado na paisagem urbana da atualidade, tendo em vista que este projeto abrangeria,

[...] os atuais bairros da Praia do Canto, Praia do Suá, Santa Lúcia, Barro Vermelho e Itararé. Além dessa área, consta no projeto a implantação de dois núcleos menores ao longo da Estrada de Rodagem – via de ligação do Novo Arrabalde à área de ocupação da cidade –: a Vila Monjardim, núcleo operário, atual bairro de Jucutuquara, com área aproximada de 112 mil metros quadrados, e a Vila Hortícola, atual bairro do Horto, representando a área agrícola do projeto, com cerca de 400 mil metros quadrados. O traçado do arruamento proposto por Saturnino de Brito para a área principal do projeto de Vitória estrutura-se por meio de duas longas e retas avenidas, a da Penha e a Norte-Sul – atuais Nossa Senhora da Penha e Leitão da Silva – que cortam diagonalmente uma malha retangular. A convergência dessas avenidas se dá ao norte em um “ângulo agudíssimo”, configurando um triângulo cuja base é outra avenida menor, mas de igual largura, denominada Ordem e Progresso – parte das atuais avenidas César Hilal e Desembargador Santos Neves. A base do triângulo estabelece o elo de conexão entre o antigo e o novo traçado, pois, pela continuidade de seus caminhos para além dos seus vértices, por um lado alcança-se a antiga Estrada de Rodagem – atual avenida Vitória – que leva ao primeiro núcleo de ocupação da cidade, enquanto por outro lado se é lançado nos meandros do Novo Arrabalde.

Entretanto, duas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, apesar dos anos anteriores terem sido de bonança financeira proporcionada pelo café, os governos dos sucessores de Muniz Freire, especialmente os que assumiram após seu primeiro mandato, não contaram com a mesma “sorte”, o que levou a execução de pouquíssimas medidas presentes no planejamento do engenheiro sanitarista, embora a iniciativa privada tenha começado a dar seus ares naquele período, se apropriando de espaços e os modificando/especulando para o comércio e serviços (CAMPOS JÚNIOR, 1996). O destaque neste âmbito fica com a Companhia Brasileira Torrens⁷⁰, cujo contrato firmado com o governo em 1894 lhe garantia, em contrapartida pelos serviços prestados, uma série de privilégios, dentre eles a cessão gratuita de terrenos pertencentes ao Estado dentro da Ilha de Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 1996; MENDONÇA *et al*, 2009). Em segunda medida, Saturnino de Brito, em inúmeros momentos, deixa clara sua oposição e/ou contrariedade quanto a algumas das exigências de Freire e sua cúpula governamental, com destaque ao que tange a realização dos inúmeros aterros previstos para que a capital pudesse ter seus domínios devidamente expandidos. Sobre isso Brito (1996, p. 6)

⁷⁰ “Efetivamente, três fatos podem ser considerados marcantes para evidenciar o papel dessa empresa no contexto de transformação urbana: a concessão recebida do governo federal para realizar melhorias no porto da capital ainda em 1892; a prorrogação do contrato para a conclusão das obras em 1894; e o interesse da companhia na aquisição de lotes e em fomentar a especulação imobiliária na ilha. Relacionado a este último, haveria uma suposta influência dela na decisão do governo estadual sobre os rumos do novo arrabalde, especialmente no que tange à sua localização” (QUINTÃO, 2015, p. 42-43). Para mais informações sobre a atuação da Companhia Brasileira Torrens na Primeira República e seus vínculos com o Projeto do Novo Arrabalde ver CAMPOS JÚNIOR (1996) e QUINTÃO (2015).

argumenta na introdução de seu projeto:

Antes de commetter a uma Comissão o estudo tecnico do terreno para o estabelecimento de um novo arrabalde que satisfizesse á necessidade inadiavel que procurámos esboçar, o Governo pesou as vantagens e desvantagens provenientes da preferencia na utilização de terrenos da propria ilha sobre a das planicies continentaes ao sul e ao norte.

[...]

O Governo não hesitou ante as dificuldades que resultariam do aproveitamento d'estas planicies, ou melhor, da sua apropriação ao fim que tinha em vista [o Novo Arrabalde].

Com effeito, não se trata só de aproveitar terrenos seccos, e sim, ainda, de conquistar definitivamente ao mar uma certa area, até agora sob o dominio das altas marés.

Vamos tentar a rápida descripção de taes terrenos e daremos, então, conta da latitude economica da corajosa iniciativa do Governo.

Ainda com o intuito de advertir e, até mesmo, dissuadir o presidente do Estado em virtude dos riscos e desvantagens desta empreitada, Saturnino de Brito prossegue com sua argumentação fazendo uso, inclusive, da opinião de outros especialistas neste tipo de obras.

Para que não fique a menor duvida sobre os inconvenientes que apontamos e que tanto interessam á economia commercial do Estado, transcrevemos a seguinte opinião do Sr. Laroche:

[...]

“Toutes ces conséquences inévitables sout au détriment des ports situés à l'embonchure ou à l'interieur des estuaires.

Les italiens disent, sous forme de proverbe: “Grande lagune, bon port”. Cet adage est absolument vrai”.

Elle é verdadeiro para o excellente porto da Victoria.

Os trabalhos que o Governo mandou executar conquistam ao mar uma area relativamente limitada e que pouca influencia poderá exercer.

Estes trabalhos, porém, parecem ser apenas o inicio de obras futuras mais ousadas, e cumpre prevenir os inconvenientes que então resultarão para um porto que se destina a ser emporio commercial de primeira ordem – ao serviço não só de uberrima zona do Estado, como ainda de ampla região mineira.

Aceitando, então, o aterro de mangaes como solução para o problema do desenvolvimento da Cidade, cumpre resolver o de correcção a males que decorrem de assim serem contrariados os princípios supra expostos (id, ibid, p. 7-8).

No entanto, apesar dessas e de outras falas do engenheiro sanitarista acerca de seu próprio projeto e da possibilidade de futuros aterros, seus impactos, bem como a demanda de novos empreendimentos similares, deflagradores do que Freitas (2004) viria a chamar de uma série de intervenções de “efeito cascata”, tais falas foram, posteriormente, apropriadas pelo poder político como uma espécie de enaltecimento e justificativa para um continuísmo do Novo Arrabalde. Do mesmo modo, a “ousadia” política local ao empreender tais expansões e conquistas terrestres, por mais que os custos econômico-ambientais se mostrassem acentuados,

foram mantidos, levando Freitas (2004, p. 19) a sentenciar que “[...] o argumento de Brito é manipulado por Santos Neves com propósitos políticos, para endossar exatamente o contrário do que o engenheiro sanitaria técnico defendia”.

Sendo assim, e contrariando todos os avisos e apelos técnicos de Saturnino de Brito, o pesquisador José Francisco Bernardino Freitas, a partir de uma série de análises e publicações (2004; 2009; MENDONÇA *et al*, 2009; MENDONÇA & FREITAS, 2012), destaca que, independente dos motivos e justificativas oficiais concernentes as intervenções pelas quais a capital do Estado passou via aterros, estes mostram uma clara determinação política no que tange a sua implementação. Uma hipótese que é levantada por autores como Campos Júnior (1996) e Quintão (2015) versa sobre um possível *lobby* de companhias – em especial a Companhia Brasileira Torrens, que havia investido e adquirido terrenos na porção leste da Ilha de Vitória, levando-os a pressionar a classe política da época para que ocorresse um falseamento das vantagens existentes na capital em prol da implantação do projeto nesta área, consequentemente, em detrimento da antiga Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha.

Corroborando tais noções, de acordo com Monteiro (2008), a ocupação do Novo Arrabalde prossegue, apesar de só ter se efetivado no final da década de 1920 em diante, dotando a cidade de Vitória de um caráter estritamente residencial e estendendo seus domínios em direção às praias da região leste.⁷¹ Para tanto, enquanto a porção continental era marcada por uma série de conjuntos habitacionais em meio a grandes vazios preservados e destinados aos empreendimentos econômicos⁷², o governo começa a criar, especialmente a partir de 1910,

[...] uma série de concessões e facilidades com vistas a promover a ocupação do Novo Arrabalde. Nesse ano, por meio de decreto, concede lotes mediante pagamento de foro anual, desde que o comprador se comprometa a construir em um prazo de dois anos. Ainda em 1912, uma lei estabelece uma série de medidas para facilitar e desenvolver

⁷¹ De acordo com Mendonça *et al* (2009, p. 78), “[...] é possível afirmar que, entre 1896 e a primeira década do século, o projeto do Novo Arrabalde permanece no plano do desejo. Com a crise generalizada, os governantes que sucedem a Muniz Freire dedicam-se a ações mais condizentes com o momento de dificuldades, como a consolidação de áreas centrais – urbanização do Campinho [atual região do Parque Moscoso] – e obras de saneamento”.

⁷² Ao observar somente os aterros que ocorreram na Ilha de Vitória ou em áreas que foram incorporadas a esta, Freitas (2004, p. 3) enumera oito conjuntos de aterros que compreendem as seguintes regiões e bairros da capital: “1) aterros do Parque Moscoso, implementados no bairro do mesmo nome; 2) aterros do Porto de Vitória, situado na área central da cidade; 3) aterros da Ilha do Príncipe promovidos no bairro do mesmo nome; 4) aterro da Esplanada Capixaba, também na atual área central; 5) aterros da Praia Comprida compreendendo os bairros da Praia do Canto, Praia de Santa Helena, e Santa Lúcia; 6) aterros de Bento Ferreira relativo aos bairros de Forte São João, Jucutuquara, Santa Cecília, Horto, Ilha de Santa Maria, Monte Belo, e Bento Ferreira; 7) aterro da Enseada do Suá, que inclui os bairros da Praia do Suá, Ilha do Boi e Enseada do Suá; e, 8) aterros da Grande São Pedro e Andorinhas, correspondentes aos bairros de São Pedro I, São Pedro II, Redenção (São Pedro III) Conquista (São Pedro IV), Nova Palestina (São Pedro V), Resistência (São Pedro VI), Santo André, São José, Ilha das Caieiras, Andorinhas e São Cristóvão”.

as construções na região do Suá, tais como, prêmios para os melhores prédios construídos; isenção de emolumentos; redução de 30% da tabela em vigor para o transporte de materiais de construção; abatimento de 70% nas instalações de água e luz; gratuidade de passagem para alunos em Vitória e redução de 50% na passagem dos ônibus para banhistas e residentes do Suá. Em 1915 oferece ainda mais vantagens, como desconto de 50% do valor do lote na venda para funcionários públicos e pagamento em prestações mensais. Permite também a extração de pedras das jazidas do Estado para uso nas construções. Mais tarde, por meio de lei, limita a venda ou aforamento de terrenos à área máxima de 1000 metros quadrados, como meio, talvez, de evitar ações especulativas (MENDONÇA *et al*, 2009, p. 79-80).

Figura 11: Alterações na Cidade de Vitória ao longo da Primeira República – Períodos de 1895, 1910 e 1928

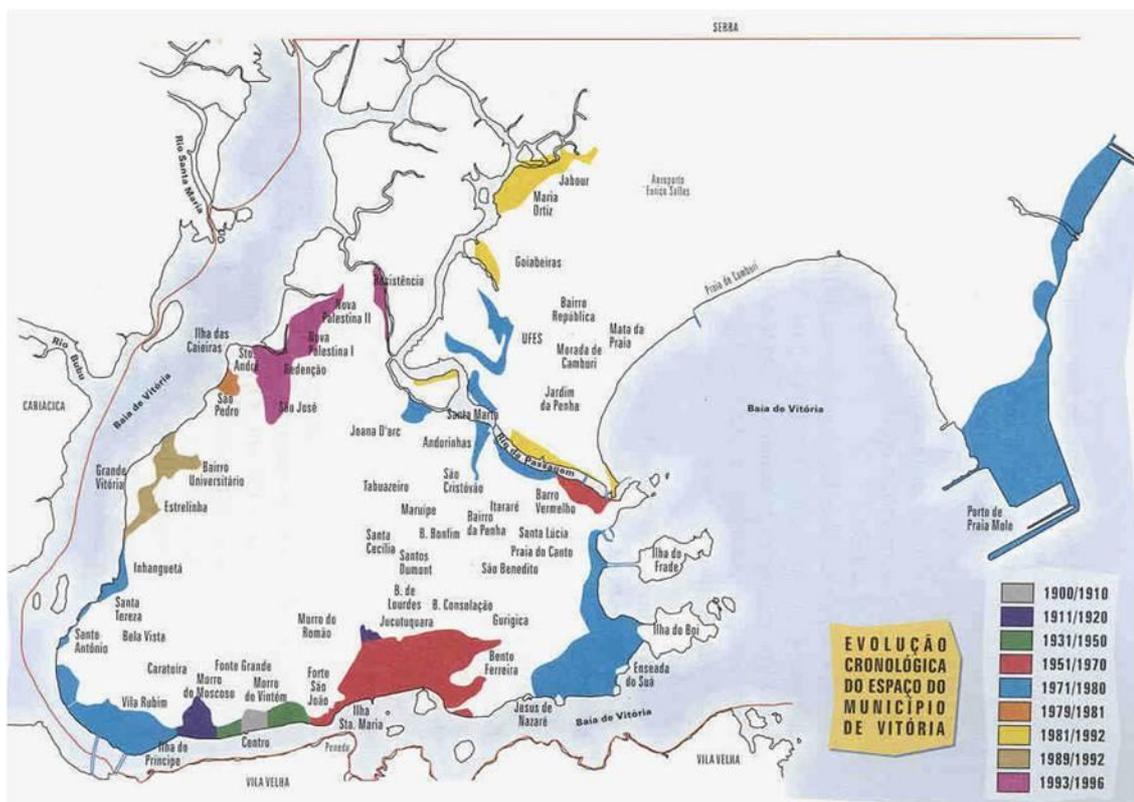


Fonte: Monteiro (2008) modificado por Mendonça (2014).

Da década de 1920 até a década de 1960, período no qual se acentuam as obras “inspiradas” no Novo Arrabalde, especialmente entre os anos 50 e 60, notam-se dois sentidos de expansão territorial. O primeiro, capitaneado pelo intuito *mor* do projeto idealizado por Saturnino de Brito e Muniz Freire, dando continuidade ao seu desenvolvimento na direção leste visando conquistar áreas edificáveis e que pudessem servir de suporte à zona comercial de Vitória. Já o segundo sentido se dá na direção sul da cidade, rumo ao município de Vila Velha, visando suportar a evolução do sistema portuário local, ao mesmo tempo em que esboçava a formação de áreas aptas a receberem atividades vinculadas a este setor (FREITAS, 2009). Na realidade, após esse período, o Porto de Vitória passa a figurar como o personagem principal das justificativas de aterro, modernização e desenvolvimento de algumas regiões pertinentes a capital, tendo em vista que o interesse do governo passa a figurar no ideal de transformação dos diversos cais e atracadouros presentes na porção sul da ilha em um único e grande porto que centralizasse o comércio do Estado (FREITAS, 2004).

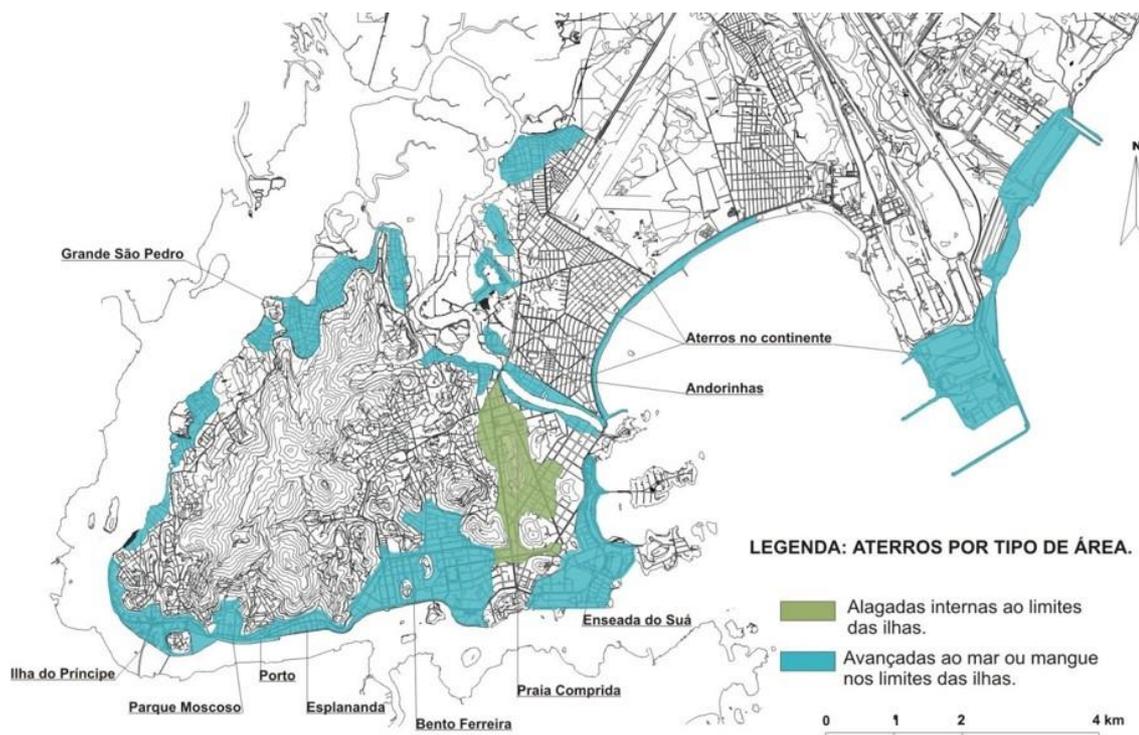
De modo mais recente, em especial a partir da década de 1970, a capital continua sofrendo alterações ao enfrentar um acelerado processo de verticalização e espraiamento de seus domínios com o recebimento de um grande fluxo de indivíduos oriundos do interior que, em busca de regiões de menor valor de mercado, acabam ocupando uma série de áreas impróprias, como as encostas de morros e os manguezais, anteriormente reservados à preservação ambiental. Dessa forma, Vitória começa a sofrer com os males que hoje assolam inúmeras “cidades modernas”, especialmente as brasileiras, ao passarem por um crescimento acentuado de forma rápida e desordenada.

Figura 12: Evolução cronológica dos aterros e do desenvolvimento territorial do Município de Vitória



Fonte: <https://modernismoemvitoria.wordpress.com/historico/> Acesso em: 29 de junho de 2017.

Mapa 3: Planta geral do município de Vitória, tendo por base a Planta Cadastral de 2001, com indicação de áreas que receberam aterros



Fonte: FREITAS (2004).

Por fim, e resumindo o processo de desenvolvimento do Novo Arrabalde ao longo da Primeira República, Monteiro (2008, p. 74-75) retrata este momento e seus principais deflagradores do seguinte modo:

Iniciada oficialmente por Muniz Freire, continuada por Jerônimo Monteiro e concluída por Florentino Avidos, a paisagem que deu fama à então quase desconhecida capital capixaba foi marcada não só pelo caráter administrativo e comercial, mas também por funções até então inexistentes ou inexpressivas na cidade, como a educacional e a de lazer – parques, teatros, cinemas. Revestindo o novo conjunto arquitetônico, a arquitetura eclética, impondo-se sobre um neoclássico tardio que nem chegou a se destacar, torna-se oficialmente o estilo-padrão, passando a configurar remodelações da antiga vila – como a igreja de São Tiago, que deu lugar ao palácio do governo ou a igreja da Matriz, que foi substituída pela catedral metropolitana –, e grande parte das novas construções públicas – como a Assembleia Legislativa, edificada sobre a antiga igreja da Misericórdia – e particulares. Do mesmo modo, também agora as escadarias – que se colocaram por sobre as antigas ladeiras – e os sucessivos aterros – que fizeram sumir as duas entradas de mar junto à colina, permitiram o início das obras do porto e novamente redesenham toda a costa da cidade – são testemunhas dessa nova paisagem, marcada primordialmente pela transformação. A avenida Jerônimo Monteiro, por sua vez, que abrigou grande parte dos mais importantes edifícios construídos na cidade e a primeira ligação, via ponte, da capital a Vila Velha, em 1928, são talvez, desse conjunto, os mais importantes símbolos. Eclética e burguesa, Vitória finalmente se consolida como a principal cidade do Estado, posto até então disputado com Cachoeiro de Itapemirim.⁷³

Tal fala deixa patente a origem destes empreendimentos e a forma como este foi assimilado como herança político-ideológica pelos sucessores de Muniz Freire. Somado a isso, a grosso modo, nem mesmo os mecanismos encontrados pelos próximos presidentes do Estado para dar continuidade aos ideais de Saturnino de Brito e Freire apresentavam considerável diferença, tendo em vista que, substancialmente, estes se aproveitavam dos períodos de balança comercial favorável do café para, sem fugir da dependência deste produto, acumular o capital necessário para o financiamento das obras *a posteriori*. Por isso, pode-se dizer que o processo de modernização de Vitória trilhou percursos já conhecidos, seja pela manutenção da herança político-ideológica estabelecida no início da Primeira República, seja por este “trilhar” ter seguido à risca o peso deste verbete ao se materializar nos demais projetos férreos responsáveis pela ligação dos diferentes pontos estaduais à cidade de Vitória e seu porto, uma noção que também já havia sido alavancada pelo “gigante ferroviário” de nossa história.

⁷³ A medida de curiosidade, grande parte das obras de pavimentação e alargamento de ruas na capital foram realizadas por Florentino Avidos (1924-1928), sendo que, de acordo com Sueth (2002), no início de seu mandato Vitória possuía apenas quatro automóveis e, ao término do mesmo, a cidade já contabilizava circulando por suas ruas e avenidas mais de trezentos veículos.

4.4.2. O “Gigante Ferroviário” e a nova dinâmica da Circulação e Transportes

Com o advento da Primeira Revolução Industrial, em meados do século XVIII na Inglaterra, as vias e os meios de circulação e transportes também passaram, no encalço desse evento, por significativas mudanças. Era a libertação dos sistemas produtivos de uma dependência territorial, principalmente com o avanço da navegação a vapor, ascendendo naquele período, e do sistema ferroviário, além de contar com a integração destes às estradas, agora melhor estruturadas devido à evolução de setores como o de engenharia, arquitetura e urbanismo, dentre outros. Assim, tais sistemas interligados, "encurtaram" o espaço geográfico firmado pela economia capitalista, intensificando as transações comerciais internas e externas e a *Divisão Internacional do Trabalho*, bem como romperam com a necessidade de se estabelecerem pontos de comércio próximos das zonas fornecedoras de matérias-primas ou das zonas produtivas onde, associado a estas, se estabeleceriam o seu comércio e toda a dinâmica a ela concernente (QUINTÃO, 2008; SIQUEIRA, 1984).

De certo, tais questões já eram sentidas na realidade capixaba do final do período imperial e início da Primeira República, se tornando uma demanda premente contar com um sistema de circulação e transportes que viesse a atender o setor produtivo local. Algo que, nas mãos de Freire e outros políticos, acabou servindo para, além de se interiorizar a produção e captação dos bens via Vitória, se colocar em voga um planejamento de ruptura de laços com a metrópole/capital Rio de Janeiro, gerando a autonomia que o Estado precisava para se desenvolver.⁷⁴ Ou seja, no Espírito Santo a gênese e evolução iniciais do sistema de circulação e transportes assumiram uma dupla função, de um lado dinamizar a economia local e de outro romper e criar novos laços, reconduzindo para Vitória o café e as divisas que antes se esvaíam para a esfera federal. Soma-se a isso uma proposta similar a ser realizada junto ao Estado de Minas Gerais, agregando mais valor ao setor terciário da “Cidade Presépio” no momento em

⁷⁴ Teoricamente, o desenvolvimento ferroviário no Espírito Santo era para ter se iniciado bem antes. No entanto, as dificuldades para se concretizar tal empreitada foram diversas. De acordo com Quintão (2008, p. 76), “Devido à guerra do Paraguai, em meados da década de 1860, o governo imperial preocupou-se apenas com as ferrovias de caráter estratégico, deixando em segundo plano as que atendiam apenas aos interesses locais. A iniciativa particular deveria atendê-los. Porém, dada a estrutural carência de capitais e a falta de tradição de implementação de empreendimentos arrojados, estas determinações condicionantes do favor, encetaram, ainda mais, os atrasos à implantação do melhoramento ferroviário. Isso, pois, teve como resultado o atraso em implantar esse moderno meio de transporte, sendo o Espírito Santo apenas a décima quinta província a concretizar tal feito”. A medida de curiosidade, Sueth (2002, p. 17, grifo no original) ainda complementa esta informação nos relatando uma fatídica história que contribuiu ainda mais para atrasar a inserção capixaba no desenvolvimento férreo: “Em fevereiro de 1875, naufraga à altura das ilhas de Marica, o navio *Diligente*, que levava a Comissão de Estudos sobre o traçado da estrada de ferro para Minas Gerais, o que provocou a perda de todos os trabalhos que deviam ser apresentados ao Ministro Costa Pereira. Foi um atraso para o desenvolvimento das vias de comunicação no Espírito Santo”.

que esta conseguisse se apropriar e escoar a produção de seu vizinho a Oeste. Ademais, este projeto alavancaria o planejamento político local de tornar Vitória uma cidade referência para a região.⁷⁵

Neste sentido, e reforçando a importância do tema, Sueth (2002) nos lembra que, em muitos episódios, “a história do transporte é a história da civilização”, dessa forma, se pode inferir que conhecer e interpretar o desenvolvimento deste sistema em uma dada época também se faz necessário para o desvendar dos caminhos percorridos política e economicamente por um território, seus governantes e população em geral, ainda mais se considerarmos um momento no qual este se inseria na conjuntura capixaba e assumia, claramente, prerrogativas maiores, ditadas pela elite à época.

Isso posto, conforme já destacado em passagens anteriores, o Espírito Santo chega ao limiar da Primeira República com uma estrutura precária de circulação e transportes, muitas vezes dependente da hidrografia local visando escoar o que era produzido no interior até os portos litorâneos, ou dependente de estradas e meios rudimentares, como as antigas rotas criadas pelos jesuítas e reaproveitadas ao longo do tempo, também situadas junto ao litoral. No que tange as nossas estradas, estas dominaram o cenário estadual ao longo do século XIX, apesar de, em sua grande maioria, serem representadas por trechos de chão batido ou até mesmo picadas, algo que não as desmerecia nos relatórios dos presidentes da Província, normalmente aparecendo como um tópico de destaque a ser tratado, ora a título de manutenção, ora a título de construção de novos trechos (QUINTÃO, 2012). Quanto aos tipos de estradas de rodagem existentes, estas poderiam ser divididas entre gerais e vicinais. As gerais serviam para a comunicação com as províncias vizinhas, como a da Bahia, a de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro, sendo as principais a Estrada de Itapemirim, a Estrada de São Pedro de Alcântara, a Estrada de Santa Thereza, a Picada de São Mateus à Peçanha e a Estrada Geral do Beira-Mar. Já as estradas vicinais eram responsáveis por interligar áreas interioranas e estas às estradas gerais (QUINTÃO, 2008).

Assim sendo, sem um sistema logístico eficiente, o uso e ocupação do solo no interior era prejudicado e os grandes polos econômicos do período, Cachoeiro de Itapemirim ao Sul, principalmente, e São Mateus ao Norte, ficavam na dependência de outras Províncias/Estados, os quais haviam constituído meios de comunicação mais vantajosos para o escoamento

⁷⁵ Em verdade, o projeto de incorporação da economia interiorana e de parte da economia de Minas Gerais pelo Espírito Santo via Porto de Vitória remete ao início do século XIX, em um período no qual a então Capitania do Espírito Santo era subordinada ao governo baiano. Detalhes em QUINTÃO, 2008.

produtivo, além de, conseqüentemente, atraírem essas localidades fazendo com que o Espírito Santo perdesse mais e significativas divisas. Via de regra, a carência capixaba quanto ao sistema de circulação e transportes pode ser estipulada por ao menos três motivos: primeiramente a ausência de um setor privado interessado em investir no território, até mesmo por este não ser tão atraente quanto eram as Províncias/Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; em segundo plano, devido à ausência de um grupo de cafeicultores dispostos a juntar suas economias e investir no aparato local ou em possíveis empresas locais; e, em terceiro lugar, a escassez de recursos do governo, cenário que só veio a melhorar já no início da Primeira República (QUINTÃO, 2008).

Portanto, devido a estes e outros fatores, a racionalização dos processos de circulação e transportes no Espírito Santo se tornou, cada vez mais, matéria de primeira necessidade para Muniz Freire, consubstanciando-se em um dos pilares de seu projeto de modernização territorial. Nesse sentido, seus principais enfoques eram o modal ferroviário e o reaparelhamento dos cais de Vitória.⁷⁶ Tais preocupações deste governante, que permeariam seus mandatos tornando-se, segundo sua própria argumentação, imperativos frente aos demais interesses que pudessem existir, de especuladores e/ou empresários, podem ser corroboradas pelo trecho extraído de seu discurso de posse ao primeiro governo no ano de 1892.

O chefe de Estado deve á priori saber e traçar no mapa do Estado a rêde arterial das suas communicações principaes; aproveitar, enquanto a questão não se complica, para resolver esse problema, tendo em vista a grande necessidade economica, base de todo o futuro do Estado. O mais é administrar a reboque dos pretendentes e fiar a nossa sorte da ganancia dos especuladores. A grande questão é saber o que convém ao Estado; o interesse justo e alevantado dos emperezarios deve subordinar-se a essa lei (ESPÍRITO SANTO, 1892, p. 5).

Por outro lado, também pode se depreender desse “pensamento político capixaba” focado na construção de novas vias de comunicação, que ele permeia não somente o interesse de Freire em fazer com que a riqueza fosse mais facilmente captada por Vitória, como também seu interesse de, com os trechos estabelecidos, aumentar as atividades comerciais no seu entorno, colaborando para a fixação do homem e a formação de novos núcleos de povoamento, sentido este que foi enfatizado ainda em seu primeiro mandato com medidas direcionadas à imigração

⁷⁶ De início o setor rodoviário não foi uma prioridade nas duas gestões de Muniz Freire, só vindo a ter considerável destaque no governo de Florentino Avidos (1924-1928). Para informações detalhadas ver SUETH (2002).

estrangeira. Tais pontos de pauta em seu fazer político podem ser observados no seguinte pronunciamento, datado de 1893.

Continua a ser a principal preocupação de meu governo o programma que vos annunciei ao assumil-o: a viação férrea e o povoamento do nosso território. A esses dous interesses superiores mormente ao primeiro, continuo a pensar que devemos sacrificar outros de menor ou igual relevância, apesar de que tenho procurado atender a todos com a possivel solicitude (ESPÍRITO SANTO, 1893, p. 9).

Sua principal inspiração se encontrava nos grandes centros urbanos, a exemplo de Paris e Londres, crendo que o progresso se materializaria a partir da conjugação dos sistemas de circulação e transportes viabilizando a chegada de volumosos contingentes populacionais para as mais diversas áreas capixabas, mas em especial para Vitória, o que, enfim, auxiliaria o incremento econômico local. Seu ideal acabou por inserir o Espírito Santo em um novo paradigma de desenvolvimento territorial, marcadamente centrado em tornar a “Cidade Presépio” em uma “Cidade Encruzilhada”, termo cunhado por Pierre George, cuja noção pode ser compreendida por meio do seguinte argumento:

Uma das posições mais freqüentes e propícias à continuidade do desenvolvimento urbano é a de encruzilhada. A convergência de vias de fácil circulação, prestando-se a transportes mais baratos, favorece o desenvolvimento de mercados que têm maior estabilidade quando o poder político assume o controle dos eixos de passagem. A vocação comercial implica, pelo menos no início, um processo de convergência. Seu crescimento e estabilização exigem uma ação política que se desenvolve segundo um processo divergente, de centralização administrativa (GEORGE, 1983, p. 38;40).

Ainda de acordo com George (1983, p. 25-26), ao se observar sua fala a seguir, retratando a importância do desenvolvimento destas vias de comunicação, fica ainda mais claro para nós a estratégia de Muniz Freire em tornar Vitória, com a construção das estradas de ferro e a modernização dos cais comerciais, uma cidade apta a interiorizar a riqueza produtiva capixaba e dirigir economicamente o próprio Espírito Santo, quiçá a economia mineira e sua necessidade de escoamento para exportação.

A construção das estradas de ferro e dos portos modernos, a implantação de dispositivos hierarquizados de entrepostos e de cadeias de venda, a eclosão de grandes bancos de negócios, das bolsas de comércio, das agências de corretagem, das casas de câmbio, das agências de importação-exportação, de organização de viagens, mudam a antiga ordem estabelecida. Algumas cidades estagnarão durante cem anos por haverem recusado, nos meados do século XIX, a passagem da estrada de ferro; outras passam a dirigir economicamente uma região porque possuem uma estação de bifurcação e de triagem. Opera-se uma nova classificação entre os portos marítimos.

No entanto, tais empreendimentos e a conseqüente afirmação de Vitória como uma “cidade encruzilhada” se defrontariam com uma série de empecilhos, sendo a cidade obrigada a contar, para a implementação dos projetos previstos, com novos e requintados aparatos de engenharia, bem como com a, muitas vezes, inconseqüente supressão dos conselhos técnicos em prol dos interesses políticos.

4.4.2.1. A confecção da “Cidade Encruzilhada”

Os empecilhos à realização do sonho de Freire de ver a economia capixaba confluindo para Vitória se manifestaram de diferentes formas, desde entraves de ordem natural, até os problemas vivenciados nos bastidores político-econômicos da época. Em primeiro plano, no que se refere aos “problemas naturais”, destaca-se o caráter insular da capital, algo que, por si só, já demandaria investimentos vultosos em engenharia para a realização de uma reforma urbana na Ilha de Vitória e a instalação/modernização do aparato logístico alí existente, ainda mais em um momento no qual os meios técnicos e recursos financeiros se encontravam escassos ou precários. Em segundo plano, podemos observar as questões e divergências – similares as ocorridas com o Projeto do Novo Arrabalde – existentes entre os discursos de especialistas e os interesses políticos que, acima das normas e orientações expostas – em inúmeros casos indicando Vila Velha como o melhor ponto para convergir o sistema ferroviário e as novas instalações portuárias –, relegaram estes em prol do plano de modernização da capital e do fortalecimento de seu papel frente às demais regiões.

Assim sendo, fazendo jus à força da vontade política de Muniz Freire e de outras figuras que se destacaram ao longo da Primeira República, os sistemas ferroviário e portuário seguiram um planejamento idealizado no decorrer do século XIX e firmado neste novo período político pelo qual o Brasil e, conseqüentemente, o Estado ingressavam, por mais que, para isso, se desconsiderasse a realidade da época, as demandas interioranas e outras prerrogativas em prol de amparar o desenvolvimento de uma capitalidade ainda incipiente em Vitória, mas que parte da elite governante tanto ansiava.

4.4.2.1.1. O Sistema Ferroviário

Segundo Leandro do Carmo Quintão (2012), historiador autor de artigos e trabalhos referentes ao sistema ferroviário capixaba, o Estado chega a Primeira República com míseros 71 quilômetros de linhas férreas construídas. Este número representa algo praticamente insignificante se comparado aos vizinhos Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que contavam àquela época com milhares de quilômetros de trilhos instalados, ficando ainda mais patente a inexpressividade do Espírito Santo ao se observar a participação deste no total nacional, contando com apenas 0,77% da quilometragem férrea instalada no Brasil naquele momento.

Sendo assim, o período republicano dá novo alento a uma série de demandas locais, dentre elas a expansão e dinamização do sistema ferroviário dentro de uma lógica maior, a da construção de uma capitalidade capixaba. Desse modo, visando tornar o Espírito Santo e, em especial, a cidade de Vitória em um importante corredor de exportações, duas ferrovias se destacam neste período histórico: a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, posteriormente denominada de Leopoldina Railway, ligando Vitória ao Rio de Janeiro e; a Estrada de Ferro Vitória-Minas, ligando a capital ao norte do Estado e a Minas Gerais (SUETH, 2002).

Dito isso, sem comprometimento de valor, podemos sentenciar também que, além das vantagens advindas da inserção brasileira no republicanismo, a figura de Muniz Freire também é crucial para se entender o desenvolvimento férreo local, levando-se em conta que este era um entusiasta do modal logístico e ansiava, desde o período monárquico por uma oportunidade de estabelecer uma estreita comunicação de Vitória com Cachoeiro de Itapemirim, polo centralizador da produção cafeeira sulista do Estado. Prova dessa tendência política de Freire se encontra na promulgação de sua Lei nº 1, de 1892, versando exatamente sobre a confecção de uma significativa malha ferroviária dividida em três importantes troncos: “[...] o primeiro de Vitória ao Sul do estado, o segundo da capital ao centro e o terceiro partindo de São Mateus percorrendo regiões do Rio Doce, tendo sido o primeiro sua prioridade” (QUINTÃO, 2012, p. 22).⁷⁷

Com relação ao que viria a ser a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, a primeira a surgir, esta teve o seu planejamento e trabalhos referentes a sua confecção iniciados no ano de 1892,

⁷⁷ Vale registrar que Muniz Freire ainda aprovou a Lei nº 30 de 1892 criando um caixa especial para auxiliar na construção das estradas de ferro (RIBEIRO, 2008).

logo após a posse de Muniz Freire, permanecendo durante pouco mais de uma década e meia nas mãos e sob a regência do Estado. No entanto, a situação, considerada promissora para empreendimentos como este nos primeiros anos de Freire, se reverte em decorrência de uma série de dificuldades financeiras surgidas ao final do século XIX que culminaram com a declaração de moratória estadual devido à crise econômica e aos empréstimos adquiridos visando a continuidade das obras, fazendo com que as mesmas fossem interrompidas em 1902.

Muniz Freire viria a justificar a necessidade de uma interrupção nos trabalhos e amenizar tal situação argumentando que “[...] as nossas circunstancias porem não permitem dar actualmente um impulso qualquer á execução final do projeto, que aguardará assim melhores dias [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1902, p. 21). Estes “melhores dias” só se tornariam realidade no ano de 1907, já no governo de seu sucessor, quando a ferrovia “Sul” é alienada para a Companhia Leopoldina Railway que segue encampando as obras até concluí-las com a chegada dos trilhos a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 1910.⁷⁸ Dessa forma, pode-se dizer que o “pensamento político capixaba” baseado na criação e melhoria das vias de circulação e transportes sobreviveu apesar das intempéries, seguindo a pleno vapor e servindo de exemplo para os próximos empreendimentos férreos que figuravam entre os desejos estaduais. Afinal de contas, ainda restava concretizar o ideal de ligação com o vizinho a Oeste, o Estado de Minas Gerais.⁷⁹

Contudo, neste caso específico do ramal “Sul” ferroviário capixaba, vale a pena observar o poder e os interesses exercidos na confecção desta obra, tendo em vista que a elite cafeicultora sulista teve suas demandas relegadas, na medida em que solicitava a construção de uma estrada de ferro que ligasse as zonas de plantio de Cachoeiro de Itapemirim à Barra de Itapemirim, e

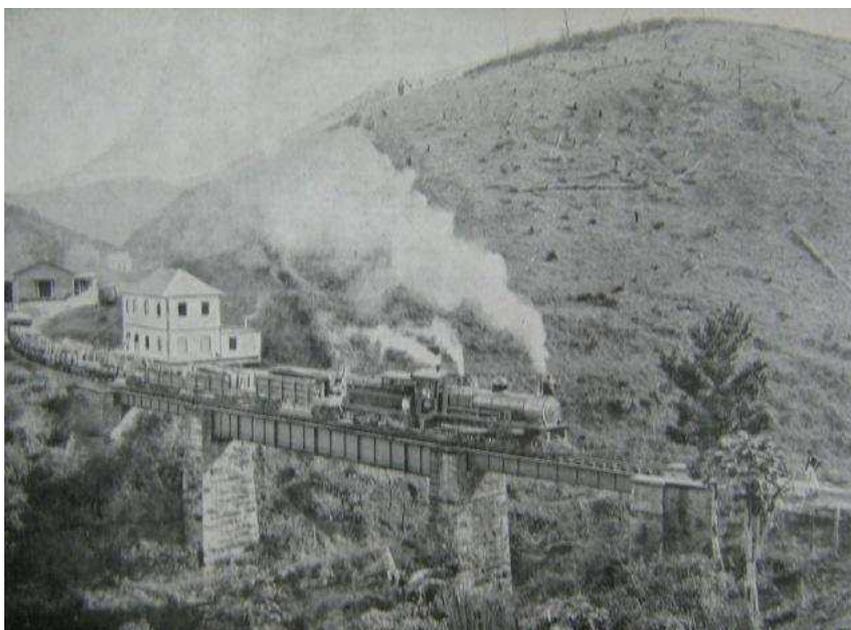
⁷⁸ De acordo com Quintão (2008, p. 118-119), a companhia responsável pela aquisição do que viria a ser a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, tempos depois a Leopoldina Railway “[...] foi formada em 1898 por credores ingleses da antiga Estrada de Ferro Leopoldina, a qual, por sua vez, havia sido criada em 1872 e, ao entrar na década de 1890, possuía 2.127,582 km de extensão de trilhos, através da compra de estradas menores, e uma dívida de 86.623:277\$776. Aos novos acionistas coube a herança de boa parte da malha ferroviária (aproximadamente 2.118 km), dos déficits e dos compromissos a serem cumpridos, bem como dos problemas que elas traziam, tais como a diversidade no diâmetro das bitolas, trechos mal construídos, material rodante (carros, vagões, locomotivas) em estado ruim, etc. Somente em 1907, com as finanças equilibradas, a companhia pôde voltar a investir na expansão da sua malha ferroviária, através da compra de outras vias, sendo uma das primeiras aquisições a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Estrada de Ferro Caravelas. É interessante notar que só no Espírito Santo, afora o Ramal de Santo Eduardo, essa companhia investiu 30.052:941\$648 em recursos, na compra e na expansão da sua malha. Em seguida, outros ramais foram incorporados e a companhia tornou-se o maior complexo ferroviário privado do Brasil, chegando a alcançar, na década de 1930, mais de 3.000 km de malha, somente encampada em 1949 pelo governo federal”.

⁷⁹ No que tange a ligação com Minas Gerais a partir deste ramal ferroviário “Sul” do Espírito Santo, suas obras só tiveram início dois anos depois da chegada dos trilhos oriundos de Vitória a cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Tal ligação, então iniciada em 1909, apesar de mais lenta, seguiu ininterrupta, vindo a alcançar o Estado de Minas Gerais no ano de 1913 (QUINTÃO, 2012).

não ao Porto de Vitória, considerado distante e mais oneroso. Isso prova que, no momento em que Muniz Freire contraria os interesses de uma parcela significativa da elite capixaba à época ele não só está sobrepondo os interesses de Vitória e do capital comercial ao dos produtores sulistas, como também patenteia sua noção de desenvolvimento, um tanto quanto geográfica e desigual, ao fortalecer e reiterar o poder do Estado sobre o território. Parafraseando uma de suas falas, Freire passou a adotar medidas à frente do governo fazendo o que convinha ao Estado, agora regido por uma forte noção de capitalidade e subordinando os demais grupos sociais, bem como regiões estaduais a esse interesse.

Obviamente, devido a isso, Muniz Freire sofreu duras críticas dos jornais opositores, em especial, como era de se esperar, dos do Sul do Estado, próximos ao clã que futuramente viria a dominar o cenário político capixaba, o da família Monteiro. Parte das matérias publicadas tratavam Freire e seu governo de “bairrista”, chegando ao ponto de abusarem de notas em tom irônico e depreciativo ao se referirem a figura do governante (QUINTÃO, 2008).

Fotografia 3: Transporte de produtos para o Porto de Vitória pela Leopoldina Railway, na primeira metade da década de 1910



Fonte: TORRES FILHO *in* QUINTÃO (2008).

Quanto à Estrada de Ferro Vitória-Minas, esta também é projetada e tem suas obras iniciadas no final do século XIX, apesar do projeto só ter ganho vulto com o período republicano, mas sem antes passar por uma série de entraves graças a um “[...] emaranhado de decretos, batalhas judiciais, definições de traçados e transferência de concessões” (QUINTÃO, 2012, p. 33).

Somente no ano de 1902 o projeto volta a caminhar com o governo federal concedendo ganho de causa, por meio de um decreto-lei, para a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, tendo em vista este ser de interesse nacional por se tratar de um empreendimento interestadual.

Já no ano de 1904 ela tem o seu primeiro trecho inaugurado, contando com cerca de 30 quilômetros de percurso e três paradas. Similarmente ao que foi feito com o Projeto do Novo Arrabalde, a incumbência da construção desta linha férrea recai sobre dois engenheiros amplamente reconhecidos no país, João Teixeira Soares (1848-1927) e Pedro Augusto Nolasco Pereira da Cunha (1865-1935), contratados para dar prosseguimento ao ideal de ligação do Espírito Santo às terras de Minas Gerais.

Com um traçado e ideal interiorizador, a estrada de ferro percorria um longo trajeto no centro-norte capixaba até alcançar o Rio Doce na altura do município de Colatina, de onde seguia margeando o mesmo curso d'água e promovendo a formação de núcleos populacionais até adentrar o Estado de Minas Gerais. Este projeto, para a porção Norte do Estado, foi essencial para se alterar as características locais marcadas, de acordo com Rosa (1985), por uma vastidão inóspita, despovoada e improdutiva, mas agora tendo a possibilidade de se articular e ser incorporada pela zona de influência da capital capixaba. No entanto, o planejamento inicial é alterado a partir de 1911, quando os trilhos alcançam a atual região mineira de Naque. Dalí, ao invés de seguir rumo ao centro-norte do Estado, seu trajeto é alterado para alcançar Itabira (MG), área que começava a se desenvolver devido à mineração e estava sob posse do capital inglês, o mesmo que havia acabado de adquirir a Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Novamente, como ocorreu em episódios e empreendimentos anteriores, o início da Primeira Guerra Mundial e outros eventos catastróficos atrasaram as obras, que tiveram que ser paralisadas em 1914, sendo retomadas apenas no começo da década de 1920 ao serem adquiridas pelo empresário estadunidense Percival Farquhar (1864-1953). A linha férrea segue nos próximos anos conquistando territórios no interior de Minas Gerais e promovendo o desenvolvimento econômico da região ao possibilitar a instalação de indústrias aos arredores de seus trilhos e seu escoamento produtivo pela mesma, vindo alcançar seu destino estipulado, Itabira, durante a década de 1940.

No ano de 1942, em meio aos ideais nacionalistas do então presidente brasileiro Getúlio Vargas (1882-1954) e de seus apoiadores, todo o patrimônio de Farquhar no setor mineralógico é confiscado visando concentrar a exploração e exportação do minério de ferro nas mãos do Estado. Para isso é criada a Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S/A) responsável por encampar as empresas desse investidor através dos chamados Acordos de Washington.

Segundo esses acordos políticos, “[...] a Inglaterra cederia ao Brasil o controle das minas de ferro, os Estados Unidos comprariam o minério e auxiliariam na questão da siderurgia e o Brasil ficaria responsável pela melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas, responsável pelo transporte do minério para exportação” (MUSEU VALE, s/d, s/p).⁸⁰

Assim sendo, deste momento em diante a Vitória-Minas tem seu aspecto inicial alterado, de um caráter restrito à penetração e ao tráfego comercial para o privilégio ao transporte de minério de ferro.⁸¹ Tal mudança daria novo impulso à estrada de ferro, passando a mesma por uma série de obras visando sua melhoria, como a alteração dos trilhos e a implantação de locomotivas maiores e mais potentes, contando ainda com a inauguração de alguns novos ramais, em meio a um processo de manutenção e expansão que permanece ainda na atualidade. Com relação às marcas deixadas por este empreendimento no Espírito Santo, Quintão (2012, p. 34, *grifos no original*) argumenta que,

Deve-se ressaltar, porém, que em território capixaba, seu papel desbravador é inquestionável, pois atravessou regiões inóspitas e/ou que ainda estavam sendo colonizadas, além de ter estimulado o surgimento e o desenvolvimento de importantes cidades como Colatina, tornando-se *o elemento propulsor do desenvolvimento de sua região norte* [...].

Fotografia 4: Trecho da Estrada de Ferro Vitória-Minas sendo construído em Coronel Fabriciano (MG), em 1924



Fonte: http://www.estacaocapixaba.com.br/2015/12/o-desbravamento-das-selvas-do-rio-doce_56.html Acesso em: 19 de julho de 2017.

⁸⁰ Para mais informações sobre os Acordos de Washington ver ARAÚJO FILHO (1974).

⁸¹ Outras informações a respeito da elaboração da Estrada de Ferro Vitória-Minas e os ideais que nortearam sua construção até a década de 1940 ver ROSA (1985).

Neste ponto, vale se registrar que, como notado ao revisar todo o processo deflagrado para a confecção desses projetos ferroviários no Espírito Santo, o governo do Estado sempre assumiu certo grau de protagonismo, tomando a frente de parte das obras, da aquisição de materiais e do financiamento para que estes se concretizassem, especialmente no final do século XIX e primeira década do século XX. Isso, no entanto, em certa medida, aparenta um contrassenso aos ideais positivista/liberais da época seguidos por homens como Muniz Freire. Porém, este contrassenso se mostra apenas aparente, tendo em vista que, como argumenta de forma elucidativa Quintão (2008) ao rememorar o pensador liberal do século XIX John Stuart Mill (1806-1873), o Estado tem por dever assumir o papel de empreendedor no momento em que um setor privado dinâmico e bem estruturado se mostrar ausente, uma intervenção que muito se assemelha a demandada pelo Espírito Santo no período aqui retratado.

Em muitas regiões do mundo, o povo não é capaz de fazer por si mesmo nada que demande grandes recursos e trabalho conjunto, e em conseqüência tais coisas deixam de ser feitas, se o Estado não as executar. Em tais casos, a maneira de o governo demonstrar com mais segurança a sinceridade com a qual tem por meta buscar o bem máximo de seus súditos consiste em fazer, sim, aquelas coisas que, devido à falta de capacidade da comunidade, é obrigado a assumir, mas de uma forma que não tenda a fazer aumentar e perpetuar esta incapacidade, mas a corrigi-la.

[...]

Há épocas e lugares em que não haverá estradas, estaleiros, portos, canais, obras de irrigação, hospitais, escolas, colégios, tipografias, se o governo não criar tudo isso – pois a população [...] é muito pobre para dispor dos recursos necessários (MILL, 1996, p. 420 *apud* QUINTÃO, 2008, p. 103-104).

4.4.2.1.2. O Sistema Portuário

Ao se analisar as várias noções positivistas responsáveis por nortear as reformas urbanísticas do final do século XIX e início do século XX, nota-se que “[...] a ideia do progresso vai caminhar aliada à ideia de civilidade, necessária à força modernizadora que ultrapassa os limites do tradicional atraso, derrubando padrões e valores antigos, dando lugar a novos paradigmas universais de pensamento e ação” (SIQUEIRA, 2010, p. 566). Neste caso em especial, estes novos paradigmas no Brasil se materializaram em três vertentes: “[...] a primeira, a do enfrentamento e eliminação de epidemias com ações sanitárias; a segunda, das medidas que visavam ao remodelamento do espaço urbano e a terceira, a da modernização das estruturas portuárias” (SIQUEIRA, 2010, p. 569). Sendo assim, estas mudanças se tornam emblemáticas nas cidades portuárias do país, como é o caso de Vitória, no Espírito Santo, tendo em vista que tais considerações remetem ao ideário clássico de modernidade e modernização no qual os

portos são vistos como pontos privilegiados de entrada de mercadorias, costumes e valores, todos esses sendo símbolos do progresso almejado.

Em grande medida, esse desenvolvimento e a conseqüente modernização dos portos no país vieram para complementar um binômio, agora trinômio “café-ferrovia-porto”, sendo financiados pelo primeiro e tendo sua funcionalidade ditada pelo abastecimento proporcionado pelo segundo. Dessa forma, não fugindo do peso que este trinômio poderia ter para o desenvolvimento do Espírito Santo, tais ideais ganham vigor e passam a reger uma série de discussões em nível estadual desde meados do século XIX, especialmente as voltadas a fatores locais referentes à instalação de um sistema portuário que viesse a atender não somente ao interesse econômico, mas também aos interesses de capitalidade de Vitória, contando ainda com os primeiros estudos a esse respeito já em 1881. Contudo, em parte devido a complexidade desses empreendimentos, tendo em vista que eles “[...] materializam, numa vinculação estreita e em porções muito precisas dos continentes, as interrelações de espaços produtores, ao mesmo tempo que se constituem em expressões da convergência de interesses amplos e específicos ligados a todo um quadro complexo de necessidades” (ARAÚJO FILHO, 1974, p. 15), no caso do Espírito Santo, tal processo só começa a se materializar no ano de 1908, com a presidência de Jerônimo Monteiro (1908-1912), passando por um projeto maior de urbanização que aglutinou o cais comercial de Vitória com Florentino Avidos (1924-1928), até ser concluído e inaugurado na década de 1940, sob a regência do Interventor João Punaro Bley (1930-1943), quando, enfim, o Cais Comercial de Vitória adquire as condições técnicas e operacionais para o seu funcionamento (FREITAS, 2009; SIQUEIRA, 2010).⁸²

A princípio, as obras impostas dentro dessa lógica se referiam a acolher e dinamizar a função comercial da cidade em meio a sua hinterlândia e as possíveis formas de convergir o viés econômico desta para Vitória, ou seja, se planejava a urbanização da capital privilegiando a promoção das condições para o desenvolvimento e expansão dos cais, considerados por muitos o instrumento necessário para que este ideal se concretizasse. De certo modo, tal concepção se

⁸² Freitas (2009, s/p) resume bem o conjunto de esforços políticos visando tornar este empreendimento realidade, firmando-o na capital Vitória. De acordo com ele: “Os primeiros estudos sobre esse porto datam de 1881 e até 1906 os governos, federal e estadual se digladiam em argumentos técnicos, financeiros e políticos envolvendo seu estabelecimento, ora indicado no continente ora na Ilha de Vitória. Finalmente pelo decreto 5.951 de 1906 o governo do Estado após inúmeros pareceres que revelam sua determinação política, consegue transferir as obras para Vitória, entretanto, o início de sua construção só se dá entre 1908 e 1912 sendo interrompidas em 1914 e reiniciadas apenas na administração de Florentino Avidos (1924-1928). Sucessivos aterros foram promovidos até que em 1937 é concluída a primeira seção do cais, porém, outros aterros e serviços complementares só permitem sua conclusão final em 1939, no governo do Major João Punaro Bley (1930-1943) quase sessenta anos desde seu primeiro projeto”.

encaixa no sugerido por Araújo Filho (1974, p. 16) ao argumentar que a hinterlândia é “[...] o móvel dinâmico da estrutura de compreensão da situação regional, principalmente quando a ele se associa um fenômeno urbano de certa qualidade organizadora”, na medida em que essa “promoção portuária” tinha um claro aspecto de interiorização e integração da economia cafeeira, sendo este, ainda, um processo visivelmente retroalimentado.⁸³ Como este mesmo autor mais à frente veio a argumentar sobre o caso capixaba, percebemos o vínculo íntimo que as vias de circulação e transportes tiveram para o desenvolvimento urbano da “Cidade Presépio”, tendo em vista que “O crescimento extraordinário da movimentação de mercadorias do primeiro [porto], motivou, é claro, um aumento de trabalhadores nos seus vários setores, resultando, também, para a segunda [Vitória], numa ampliação na prestação de serviços ligados aos diferentes aspectos da sua vida urbana” (ARAÚJO FILHO, 1974, p. 77).

Entretanto, tal sistema exige uma estratégia urbanística muito maior para sua implantação e vivência harmoniosa, cooperativa com a dinâmica e a diversidade da vida urbana, algo que, nas obras empregadas em plena “Cidade Presépio”, ao seguirem os interesses políticos da época a despeito das condições físicas e das exigências técnicas, acabaram por deflagrar esforços redobrados para que tais empreendimentos obtivessem sucesso. Para tanto, como argumenta Siqueira (2010, p. 576), “[...] foram projetados inicialmente os aterros de mangues e áreas alagadiças da região central da cidade e aterros ao longo da parte fronteira ao Palácio do Governo (região de abrigo do Cais do Imperador), para alargamento de ruas, possibilitando as obras do porto de Vitória”.

Isso também se deve, fazendo lembrança a uma fala de Pierre George lembrada por Araújo Filho (1974), a questões que se relacionam a crescente demanda e constante evolução da navegação, exigindo novos e maiores aparatos portuários artificiais em substituição aos portos naturais de outrora e sua clara limitação técnica.

Sejam quais forem as vantagens naturais de um sítio portuário, não serão suficientes, hoje em dia, para garantir a perfeita utilização de um porto. Todos os portos modernos são, em escala variável portos artificiais, desenvolvidos a partir de um sítio natural insuficiente para atender às necessidades de navegação atual (GEORGE, 1961, p. 426 *apud* ARAÚJO FILHO, 1974, p. 17).

⁸³ O mesmo Araújo Filho (1974) faz uma interessante comparação entre o Porto de Vitória e o de Santos em termos de hinterlândia, levando-se em consideração que o de São Paulo apresenta uma hinterlândia vasta enquanto o capixaba se insere em uma “limitada e frouxa” nas ligações desta com o sistema portuário local. Nenhum ponto situado dentro desta “hinterlândia específica” de Vitória se situa a mais de 200 quilômetros de distância do porto em linha reta, por exemplo. Algo que, em parte, sob nossa ótica, foi amenizado com o desenvolvimento dos modais férreos e, posteriormente, o rodoviário, gerando maior dinâmica na circulação e transportes de capitais e mercadorias, apesar de, notoriamente, nos inserirmos em uma área de influência capitaneada por gigantes como São Paulo e Rio de Janeiro.

Sendo assim, no final do século XIX, os primeiros estudos para implantação do Porto de Vitória são encomendados, apesar de sua efetiva construção ter sido uma das mais atrasadas no Brasil, sendo instalado apenas na década de 1920 os primeiros trechos do chamado Cais Comercial. Estes primeiros estudos foram realizados pelo engenheiro estadunidense William Milnor Roberts (1810-1881) que, após analisar a configuração natural da Baía de Vitória, chega à conclusão de que o melhor sítio para o início das obras seria em frente à cidade de Vitória, do lado continental, em Vila Velha. De acordo com ele,

Tendo em vista o diminuto comércio local e insignificante movimento marítimo, demais a improbabilidade de um desenvolvimento em um futuro próximo, o que dependeria da construção de uma estrada de ferro de penetração, que não existe então, achou que bastava no porto um molhe em forma de T, dando atracação a embarcações, calando até 8 metros d'água (LISBOA, 1922, p. 168 *apud* ARAÚJO FILHO, 1974, p. 92).

Logo na sequência, já no governo republicano, em 1892, é concedida a execução das obras do porto à Companhia Brasileira Torrens cujo projeto – sem se distanciar do estabelecido por Roberts –, mesmo tentando minimizar os custos operacionais e as intervenções necessárias para a implantação de um cais retilíneo, não foram postos em prática devido ao montante orçado superar as previsões estabelecidas para este empreendimento. A mesma companhia ainda desenvolve outro estudo, agora liderado pelo engenheiro Alfredo Antônio Simões dos Santos Lisboa (1847-1936), consistindo em três fases que deveriam ser implantadas na porção continental: 1ª - obras internas; 2ª - obras do canal de acesso e; 3ª - obras de ligação do cais à cidade. No entanto, como apurou Araújo Filho (1974, p. 93), estas “[...] não foram postas em prática por não ter podido a companhia contratante levar avante o projeto, voltou-se de novo à estaca zero, já agora com intervenções dos munícipes de Vitória que jamais aprovaram a construção do cais fora da sua ilha”.

Este autor ainda prossegue com sua argumentação elucidativa frente ao que viria a ocorrer com as obras do Porto de Vitória e a intransigência governamental por parte de Muniz Freire e seus correligionários.

A intervenção do governo do Estado do Espírito Santo cortou todas as possibilidades que porventura a *Companhia Brasileira Torrens* tivesse, do ponto de vista financeiro e econômico, para por em prática, num dos momentos históricos mais propícios da vida capixaba, a organização do seu primeiro porto. De fato, quem conhece a região de Vitória, pode perfeitamente entender porque quiseram Milnor Roberts e Alfredo Lisboa colocar no continente as instalações portuárias: espaços mais amplos, num sítio cujos aspectos físicos se apresentavam mais propícios que as abas diminutas do

sul da ilha de Vitória, aliados a uma posição geográfica melhor, em função das duas ferrovias que, embora no início de construção, demandavam as áreas de produção de café, tudo concorria para que o porto fosse no continente. E isto sem levarmos em consideração o fato, que mais tarde se comprovaria, de que se construído na ilha, apesar de aumentar o sítio da cidade, iria travancar a expansão da própria capital. De fato, quem hoje, atravessando a ilha do Príncipe, penetra no centro da cidade de Vitória, percebe imediatamente o gargalo que se formou entre o sopé da colina do Palácio do Governo e as grades de ferro que separam o porto da cidade, além do engorgitamento da Avenida Getúlio Vargas com caminhões que levam ou trazem cargas do porto (id, *ibid*, *grifos no original*).

Segundo Siqueira (2010, p. 577), após todo o imbróglio referente ao local de construção do sistema portuário, somente em maio de 1910, a então criada Companhia Porto de Vitória assina contrato com a firma C. H. Walker & Cia., dando início às obras no ano seguinte com trabalhos de drenagem e aterros às margens do canal,

[...] a fim de expandir o espaço físico para construção da primeira seção e segunda seção do cais, devendo formar uma plataforma onde seriam construídos seis armazéns de 75 por 15 metros cada um. Três dos armazéns seriam destinados exclusivamente à exportação de café, e os outros dois destinados à importação e exportação diversa. As duas estradas de ferro, a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a Estrada de Ferro Vitória Minas Gerais construiriam, nesta plataforma, uma estação para embarque e desembarque de suas mercadorias. O porto seria dotado de equipamentos técnicos e mecânicos modernos, para o serviço de carga e descarga de mercadorias.

Fotografia 5: Cidade e Cais Comercial de Vitória em 1910



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Vitória, ES in SIQUEIRA (2010).

Apesar dessas obras terem seguido seu calendário com certa normalidade até o ano de 1914, os trabalhos são interrompidos em virtude do início da Primeira Guerra Mundial, só sendo retomados em 1924, no início do mandato de Florentino Avidos, momento no qual a situação econômica do Estado era mais favorável e o governo poderia contar com o apoio técnico da *Secretaria de Serviços de Melhoramentos Urbanos*, criada um ano antes. Assim, e buscando contornar todos os empecilhos anteriormente expostos, muitos negligenciados ao visarem tornar o Porto de Vitória funcional frente às demandas político-econômicas estaduais, foi dedicada especial atenção aos elos necessários para que se concretizassem a inter-relação “café-ferrovia-porto”, tendo por base a premência de se superar o entrave desse último se situar na porção insular da capital e a necessidade de que a ferrovia o alcançasse de forma eficiente.

Fotografia 6: Cais Comercial de Vitória no início da década de 1920

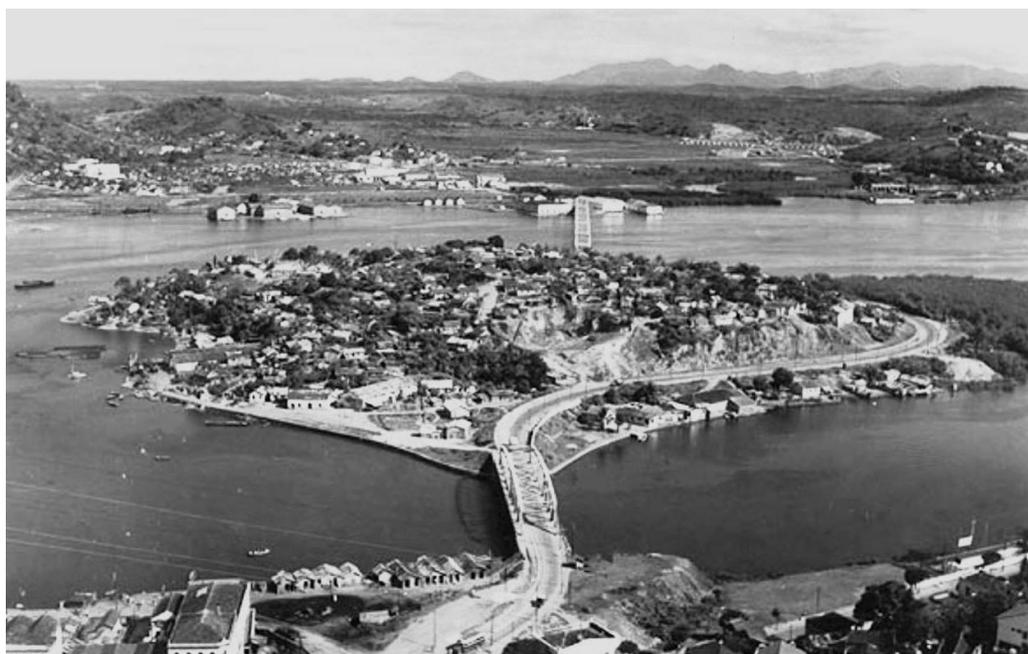


Fonte: O ESTADO do Espírito Santo in QUINTÃO (2008).

No que se refere a tais imperativos, como bem lembram e enfatizam Araújo Filho (1974) e Freitas (2009), o governo, na primeira metade do século XX, se debruça em obras visando tornar viável e real a chegada do sistema ferroviário até o Porto de Vitória, em especial a ferrovia oriunda do Sul, captando a economia cafeeira desta porção do território e fazendo, enfim, frente ao Rio de Janeiro. Para tanto, Florentino Avidos (1924-1928), ao final de seu mandato, inaugura um dos grandes símbolos desse período, posteriormente batizado em sua homenagem, uma ponte contando com uma linha férrea dividida em dois trechos. O primeiro seria responsável por ligar Vila Velha à Ilha do Príncipe e o segundo sairia desta até a Ilha de

Vitória, materializando a ligação entre a porção insular da capital e o continente através deste feito em um local estratégico, pois, junto a este, se fazia a movimentação de mercadorias no Cais de Argolas, pertencente ao município “canela-verde”, onde iam ter as duas principais ferrovias do Estado, agora abrindo a possibilidade dessas alcançarem o Porto de Vitória, interno à ilha. Com isso, as demais obras visando unir os diferentes cais existentes na capital em um único e grande porto são continuadas até a sua definitiva conclusão em 1940.⁸⁴ Por consequência, as linhas férreas e a Ponte Florentino Avidos não só concretizam o tão almejado sonho de se melhorar a comunicação da capital com sua hinterlândia imediata, a economia cafeeira sulista, como também tornam este porto funcional, uma espécie de grande protagonista da capitalidade econômica recém adquirida por Vitória.⁸⁵

Fotografia 7: Ilha do Príncipe antes dos aterros e os dois trechos da Ponte Florentino Avidos⁸⁶



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/bcu0026.jpg> Acesso em: 07 de julho de 2017.

Nota: Fotografia de meados da década de 1920 tirada a partir do Morro do Quadro.

⁸⁴ A respeito do histórico do Porto de Vitória entre as décadas de 1870 e 1940 ver SIQUEIRA (1984).

⁸⁵ Com relação a porção Norte do Estado, capitaneada por São Mateus, esta é pouco mencionada pois, “Através do porto de São Mateus a região setentrional mantinha suas ligações comerciais com o porto de Vitória, sendo um entreposto natural para os produtos locais e subsidiário do porto de Vitória. O Porto de São Mateus manteve esta posição até a conclusão da ligação rodoviária São Mateus-Vitória, em 1936” (SIQUEIRA, 1984, p. 67-68).

⁸⁶ A Ponte Florentino Avidos, também popularmente conhecida como Primeira Ponte ou Cinco Pontes (devido ao conjunto de cinco arcos metálicos emendados que a compõem, somado a um sexto arco que hoje é representado pela Ponte Seca – assim apelidada devido ao aterro pelo qual passou) teve início no governo de Jerônimo Monteiro, nos idos de 1910. Mais tarde foi retomada pelo governo Florentino Avidos (1924-1928), sendo inaugurada ao final de seu mandato, sendo totalmente construída na Alemanha e apenas montada em Vitória, onde chegou nos porões de navios. Em 1930, sob ordens do Interventor João Punaro Bley, é nomeada em homenagem ao governante que retomou e finalizou suas obras. A princípio contava com uma linha férrea, apesar do primeiro trem só ter atravessado a ponte no ano de 1941, também era ponto de passagem para os poucos carros da época, pessoas a pé, bicicletas e carroças (DE OLHO NA ILHA, 2010; GAZETAONLINE, 2016).

Assim sendo e em síntese, o antigo porto natural da capital, permitindo apenas o acesso da produção proveniente da Região Central-Serrana do Estado até o fim do século XIX, se torna o empreendimento chave na Primeira República ao viabilizar a conversão produtiva e econômica das mais variadas áreas capixabas, em especial as concernentes ao café, além de ter expandido a possibilidade de agregar a esta parte da economia de Minas Gerais. Adicionalmente, ao desembocar a produção mineralógica do Estado vizinho no Porto de Vitória via estradas de ferro, algo que se elevou com o passar do tempo e as consequentes ampliações pelas quais o modal ferroviário passou, Araújo Filho (1974, p. 62) tece a seguinte observação:

Assim, quem hoje penetra a barra da baía do Espírito Santo poderá observar que, além das vantagens naturais que até ontem a ria de Vitória oferecia aos navegantes, o homem criou condições que multiplicaram de muitas vezes aquelas possibilidades, permitindo não só a entrada de embarcações transatlânticas até as proximidades da Ilha do Príncipe, com atracação nos vários cais internos do sistema portuário, como particularmente, na barra norte da citada baía, os maiores graneleiros da atualidade já estão atracando para receber o minério de ferro brasileiro, desde meados de 1966.

Isso posto, era a materialização de um aspecto vocacional presente na “Cidade Presépio”, agora firmado e firmando sua capitalidade a partir dos dois grandes produtos supramencionados, o café do centro-sul capixaba e o minério de ferro mineiro. Uma capitalidade antes política e, a partir de então, também econômica. Comprovando tudo isso, podemos notar que a partir da década de 1920 as obras nos cais de Vitória não só seguem ininterruptas, como, mesmo que em meio a uma série de atividades pertinentes as melhorias na cidade e em suas vias de circulação e transportes ainda ocorrendo, neste momento a capital já se torna o principal centro comercial capixaba ao exportar quase a totalidade do café aqui produzido (QUINTÃO, 2008). Vale destacar que esses fatos representam um claro sinal de que as tendências para a centralização e os investimentos no que viria a ser o atual complexo portuário do Espírito Santo haviam se tornado uma tendência que perduraria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos os estudos para este trabalho, nos encontrávamos imbuídos da noção de que a atual paisagem territorial do Espírito Santo e sua conseqüente organização produtiva se colocavam de modo tão desigual no Estado que essa só poderia ter sido “produzida”. Tal “desconfiança” em relação a conformação do território capixaba se acentuou a partir da observância de alguns dados e episódios, fruto de vivências próprias, como, por exemplo, notar que Vitória, apesar de suas dimensões reduzidas e características naturais aparentemente limitadoras de um pleno uso e ocupação, não serviram de empecilho para que os agentes de produção do espaço tornassem essa uma “região do mandar”, enquanto o restante do território assumia o papel relegado de “regiões do fazer”, combinando ambas e tornando-as ainda mais desiguais entre si. Em verdade, a alcunha de “região do mandar” para a capital é, até certo ponto, plausível no que tange ao aparato político-administrativo, tendo em vista que esta função foi historicamente desempenhada por tal cidade. O que não se aplica, em uma primeira vista, é o fato de Vitória possuir um predomínio econômico sobre outras regiões que, no decorrer do século XIX se colocavam, ou ao menos esboçavam, serem mais promissoras, como foi o caso da região Sul capixaba, capitaneada pela economia cafeeira e ligada ao Rio de Janeiro, e o Norte, seguindo os rumos da farinha de mandioca e de demais produções correlatas e ligada a Bahia.

Dessa forma, os traços presentes em Vitória e sua dinâmica atual focada na exportação via sistema portuário foram aqui utilizados como indicativos da ascensão deste panorama de desenvolvimento e, conseqüentemente, de desigualdade territorial. Soma-se a isso conhecimentos pretéritos a respeito da estrutura local e da atuação de alguns governantes, o que nos levou a assumir a incumbência de uma investigação de cunho geo-histórico focada, em especial, na Primeira República e na atuação de alguns personagens político-econômicos aqui situados, tendo em vista estes e tal período circunscreverem a capital em uma urbanização e empreendimentos antes não vivenciados. Ademais, estatisticamente falando, este é o momento no qual Vitória se torna o principal centro de comércio do Estado ao exportar quase que a totalidade do café produzido no território capixaba já na década de 1920, demonstrando um forte indício a ser averiguado quanto às estratégias e projetos políticos deflagrados e deflagradores de um espaço geograficamente desigual no Espírito Santo, ao mesmo tempo em que evidenciariam os interesses envolvidos neste processo.

Isto posto, o que fica patente em nossa pesquisa e na necessidade de “retroagirmos no tempo”, como diria Walter Benjamin, observando a história capixaba por um prisma geográfico, é a sucessão de reveses pelos quais este território passou, tendo em vista que, em meio a inúmeros episódios, o Espírito Santo teve seu destino ditado pela metrópole portuguesa. Neste ínterim, tem destaque o momento conhecido por “Barreira Verde”, possivelmente um dos grandes responsáveis pela consolidação de nosso “mito fundador” ao entrar para os anais da história local como um episódio que lançou o Espírito Santo a uma morosidade forçada, contribuindo para parte de nosso “atraso”. Isso, obviamente, se compararmos o território capixaba da época com os rumos, as relações que se estabeleciam e o desenvolvimento que regiões vizinhas adquiriam e serviam como modelo para o progresso que se colocava como meta. Corroborando esse ideal fatalista, ainda podemos enunciar os impactos que a capitalidade fluminense, com sua premissa de centralizar o aparato local e nacional, tiveram sobre o Espírito Santo ao dotar Vitória de um papel de segunda ordem, consolidando a noção explorada ideologicamente e propagada pelos discursos da elite local de que esta não possuiria capacidade para se desenvolver não fossem os esforços desenvolvimentistas e modernizantes dessa elite.

Sendo assim, frente a este panorama e a tentativa de sua reversão, bem como frente a todas as evidências que, com a evolução de nossas pesquisas, análises e escritos se tornaram cada vez mais claras e ao pensarmos a formação territorial capixaba, podemos notar a percolação da dinâmica inerente ao Desenvolvimento Geográfico Desigual. Em um primeiro momento esta é absorvida nos relatos pela *diferenciação geográfica*, corroborada pela forma como as diversas características do Estado foram apropriadas e, com o desenrolar dos registros históricos, vieram a se metamorfosear em um projeto de *igualização* espacial capitaneado por homens como Muniz Freire.

Tal feito pode ser mais bem captado ao averiguarmos tais mudanças firmadas em Vitória junto a sua hinterlândia, na qual não se observava uma convergência produtiva para a capital, a não ser para a capital de Províncias/Estados vizinhos; uma espécie de “primeira” Divisão Territorial do Trabalho no Espírito Santo marcada pela fruição exorreica das cadeias produtivas presentes e seus possíveis ganhos. Sendo assim, as escalas internas ao Estado são retrabalhadas visando criar uma nova hierarquia local regida pela capitalidade econômica que viria a se estabelecer em Vitória. Neste caso, percebe-se que não somente o *salto* capixaba toma curso, como também essa metamorfose acaba por aprofundar as distinções funcionais no território, ou seja, a partir dessas mudanças passamos da **diferença** para a **desigualdade** como propulsores de nosso desenvolvimento.

A essa transição encaramos a “diferença” como a prevalência do *meio natural*, nela se destacando o “império da natureza” e sua sobreposição aos atos dos primeiros ocupantes deste território, os indígenas, bem como seu reflexo no processo de uso e ocupação dos europeus que aqui chegaram. Trata-se de um período no qual as distintas características naturais, pré-existentes à colonização, se mostravam abertas ao campo das mais variadas possibilidades de apropriação, sendo sobrepujadas e direcionadas a um ideal que se consubstanciaria na inserção, mesmo que paulatina, do Estado em um *meio técnico* produzindo a “desigualdade”. Esta, por sua vez, é considerada “produzida” na medida em que é marcada pela ausência de uniformidade naquilo que se dispôs ser a lógica norteadora do desenvolvimento local, mas que, em verdade, se coloca como (des) envolvimento das diferentes regiões capixabas em prol do privilégio que passa a ser concedido à Vitória.

Portanto, o que se nota é o instaurar durante a Primeira República, muitas vezes embebido pelos ideais positivistas, de um projeto de desenvolvimento/modernização para o Espírito Santo envolto em premissas vinculadas a dotar Vitória de um protagonismo econômico antes inexistente, representando uma guinada na lógica produtivo-organizacional desse território. Dessa forma, a “primeira” Divisão Territorial do Trabalho começa a ser invertida tanto “territorial”, ao convergir o sistema produtivo para a capital, quanto em termos de “trabalho”, tendo em vista que a produção de riqueza baseada no setor primário passa para o setor comercial exportador da “Cidade Presépio”.

Esse processo, corroborando o entendimento que aqui se estabelece sobre a produção/promoção de um Desenvolvimento Geográfico Desigual e das inúmeras variáveis que esta terminologia possui, também se coloca como o esboço de um *vaivém* capixaba, apesar deste “vém” não se mostrar tão claro, assim como também se apresenta como uma espécie de consubstanciação do que viria a ser o *salto* capixaba. No que tange ao *vaivém* do capital, sempre migrando em busca de explorar as oportunidades e *vantagens geográficas*, é possível afirmar que Vitória, para onde o capital com Muniz Freire acabou “vindo”, apresentava as oportunidades almejadas, como os cais ali estabelecidos, além de ser a sede do poder político-administrativo. No entanto, o mesmo não apresentava as necessárias *vantagens geográficas*. Esse fato é comprovado pelos inúmeros estudos realizados e as falas de especialistas que tentavam dissuadir a elite local de estabelecer um porto moderno e estruturado na parte insular de Vitória em virtude de seus limitantes naturais que onerariam em demasia as obras e ainda, possivelmente, demandariam, com o decorrer da história, novos investimentos. Como argumentado, os aportes técnicos especializados consideravam mais aconselhável que os empreendimentos – como, por exemplo, as instalações portuárias – se dessem em Vila Velha, do outro lado da baía, uma questão que

foi rejeitada por Muniz Freire e seus correligionários. Daí a noção de que a *vantagem geográfica*, antes inexistente na capital, teve que ser “fabricada” em prol da materialização dos ideais de capitalidade da elite capixaba.

Conseqüentemente, sentenciamos com certa tranquilidade que o *vaivém* no Espírito Santo conseguiu unir, como diria o ditado, a “fome com a vontade de comer”. A esta fala se explica que, em tal território, o incessante movimento propagado pelo capital em busca da manutenção e/ou expansão de suas margens de lucro acabou, aparentemente, casando com os interesses da elite política e comercial da época. Isso ocorreu pois, não bastasse a procura do Estado por uma certa autonomia frente aos seus vizinhos já estabelecidos no cenário brasileiro e, com certo poder de polarização perante a economia regional, ainda vivíamos um processo de mudança na rentabilidade e importância de determinadas atividades, ganhando cada vez mais destaque o setor terciário sobre o setor primário, tendo em vista que, no período, se falar em um setor secundário no Brasil ainda era algo distante. Realidade esta que parece ter feito com que o Espírito Santo assumisse o pressuposto de criar um centro voltado a essa nova tendência que se efetivava no cenário político-econômico.

Desse modo, assim que Vitória começa a adquirir contornos mais nítidos e, de acordo com os pressupostos da época, modernos vinculados a comercialização de bens e sua conseqüente exportação via sistema portuário, o capital começa a confluir para esta cidade, preterindo e, ao mesmo tempo, tornando subservientes pontos no território capixaba que antes eram destacáveis na formação econômica local. Nesse sentido podemos argumentar que o *vaivém* capixaba também foi “fabricado” ao assumir características próprias e contar, além da “espontaneidade” do capital em sua incessante busca pela minimização dos custos e maximização dos lucros, com a intensificação deste movimento ao ser propulsionado pelos poderes hegemônicos em seu esforço por firmar seu projeto de (des) envolvimento na capital.

Quanto ao *salto* capixaba, ou seja, a busca por se modernizar um aparato cujas bases eram consideradas “atrasadas/arcaicas” para a época, podemos observar que, em grande medida, ela foi alicerçada pela conjuntura presente naquele período. Isso pode ser ilustrado especialmente pela observação das sucessivas mudanças pelas quais passamos, seja no regime de trabalho – do escravo para o assalariado –, seja no regime de terras – dos latifúndios para uma fragmentação –, seja no regime político – partindo do Brasil Império para o Brasil República. Este *interregno* regido pela “morte” do velho sistema e o “nascimento” de um novo, não se mostrou tão novo ou promissor quanto aparentava, tendo em vista que muitos integrantes da antiga *superestrutura* permaneceram nesta nova, ainda fazendo questão de manter inúmeros

aspectos vinculados a antiga *estrutura*, principalmente, econômica regida pelo café, o que inaugurou aquilo que chamamos de “mais do mesmo”.

Vale lembrar que este “mais do mesmo” também foi o responsável pela perda de nossa maior oportunidade no período em termos de investimentos e mudanças no que tange ao aspecto econômico, inclusive deixando passar a possibilidade de um ingresso precoce no setor industrial, na medida em que tivemos um *superávit* orçamentário na década de 1890, algo inédito em nossa história, mas que foi todo direcionado para o ciclo produtivo do café e a capitalidade de Vitória. Dito isso, o possível “empurrãozinho” ao desenvolvimento capixaba neste momento foi dado mais pela maior liberdade concedida pelo sistema republicano às finanças e capitalização dos Estados do que necessariamente pelo brotar de novos ideais, atitudes e/ou atividades. Adicionalmente, registra-se as observações feitas à sociedade capixaba e seu quase estado de letargia, muitas vezes notada e também criticada nos discursos do próprio Muniz Freire e em outros pronunciamentos e análises da historiografia local, conforme fizemos questão de enfatizar ao longo de nossos escritos.

Ademais, é neste hiato assinalado pelas sucessivas mudanças supracitadas que dois fatores saltam aos olhos. Em primeiro lugar a inexistência das nuances necessárias na estrutura social e/ou na pró-atividade de determinados grupos sociais para que o limiar de uma “luta de classes” ou outro processo de destaque se desse no território capixaba, propiciando uma trajetória realmente nova e desvinculada das amarras do passado. Em vista disso, fazendo um paralelo com o termo, o único movimento neste patamar que observamos no momento se dá por meio de uma “luta de classes políticas”, apesar desta estar estruturada entre, de um lado, os produtores de café e, de outro lado, os comerciantes deste mesmo café, não havendo assim motivações e/ou interesses outros para reger os rumos do território, tendo em vista que estes sempre passavam pela elite cafeeira e seus ditames em proveito próprio.

Na verdade, por muitas vezes estas disputas políticas internas, conforme registrado por inúmeros historiadores e intelectuais capixabas, aparentavam mais ser um emaranhado de disputas com “endereço geográfico” do que necessariamente disputas ideológicas ou que apresentassem uma dialética proposicional quanto ao futuro do Estado. Logo, neste cabo de guerra entre sulistas cafeeicultores e residentes da capital, os agroexportadores, a vitória inicial aparentemente ficou com estes, mas a “derrota” parece ter sido geral ao ver o Espírito Santo seguir os ditames de interesses de grupos em manter suas benesses em detrimento de um planejamento que se mostrasse equânime ao território.

Em segundo lugar, notamos a ascensão de Muniz Freire e seu pioneirismo ao reger o Estado no ingressar republicano. Esse “pioneirismo”, apesar de controverso em alguns casos, é assim justificado pela necessidade que o momento e os gestores deste momento demonstravam, tomando por base tais exigências e o modelo estabelecido como ideal para os Estados brasileiros alcançarem ou, no mínimo, se aproximarem frente aos demais vizinhos do Sudeste. Para tanto, ter um governante concatenado às noções vigentes, com uma boa entrada política junto aos demais grupos locais e que ainda agregava a vantagem de ser originário da capital, ou seja, compreendia as carências e necessidades dessa cidade para que viesse a se tornar um centro também econômico, se colocavam como inegáveis vantagens para Freire, fazendo com que ele tenha sido “o homem certo na hora certa” para a empreitada a qual as elites demandavam.

Com sua ascensão ao poder, esse político se apega e apela a exemplos externos de sucesso para, através de discursos e pronunciamentos, colocar em pauta seus ideais positivistas baseados na crença de que a remodelação urbanística da cidade-capital seria também responsável por um desenvolvimento urbano e pela evolução social capixaba. Desse modo, Muniz Freire acaba promovendo um “aceitar” dos possíveis malefícios deste processo desenvolvimentista/modernizador, como pode ser notado no engessamento econômico do Sul do Estado e sua relação forçada, muitas vezes contrariando os interesses e pedidos dos sulistas, com a capital. Tal atitude foi encarada por muitos como um “bairrismo” de Freire e outros políticos, termo ao qual foram por muitas vezes acusados, apesar destas serem atitudes condizentes com os interesses da classe de comerciantes/mercadores estabelecida em Vitória e que visava, a partir de então, se apropriar e aprimorar a estrutura alí existente, reforçando o papel de capitalidade econômica que nascia, ao mesmo tempo que concentrava o grosso da renda cafeeicultora nas mãos destes homens.

Para tanto, Muniz Freire impõe uma nova estrutura para Vitória, como o sistema de circulação e transportes, marcadamente o setor ferroviário e a proposta de aparelhamento do porto, somado ao Novo Arrabalde, unindo e inserindo as áreas alcançadas por estas obras na alça do Desenvolvimento Geográfico Desigual, na medida em que tornaram os diferentes pontos do Estado subservientes ao setor terciário da “Cidade Presépio”. Enquanto o sistema logístico que é implantado, lembrando falas de Neil Smith, serviu para vencer obstáculos naturais e a distância, facilitando o incremento geral das forças produtivas e do trabalho, projetos como o Novo Arrabalde e a conseqüente “urbanização/modernização” da capital, podem ser explicados não somente por um aparente *lobby* ocorrido junto ao governo capixaba a partir de determinados setores econômicos, conforme hipótese levantada por Campos Júnior e Quintão,

como também podem ser explicados pela possibilidade de ganhos que tais obras dariam ao governo estadual, na medida em que, com a Constituição republicana de 1891, os Estados poderiam obter novas fontes de renda a partir de impostos industriais, prediais, urbanos, dentre outros. A isso podemos depreender uma forma de se antecipar a um processo de urbanização e desenvolvimento maior futuros, bem como um modo de se garantir com o projeto do Novo Arrabalde um privilégio de receita que não seria compartilhado, ao menos inicialmente, por outras municipalidades ou regiões capixabas.

A isso tudo também fica clara uma típica “combinação” que pressupôs a sustentabilidade de uma desigualdade para que o desenvolvimento de Vitória e, conseqüentemente, do Estado vigorasse, tendo em vista o aprofundamento das áreas interioranas no setor primário não só para abastecer o setor terciário da capital, como também para financiar as obras que trariam melhoramentos para esta em detrimento do interior. Em suma, o interior sai com um duplo ônus: além de se tornar cativo de um aparato produtivo, ainda é o responsável, aparentemente, por pagar as contas que manterão esta estrutura desigual em atividade, tendo em vista que grande parte da renda capixaba vinha de seu interior no período analisado. Portanto, desta *igualização* que toma curso, podemos também depreender a criação de um, *lato sensu*, “imperialismo” à capixaba, tendo em vista as características monopolistas assumidas por Vitória ao se inserir no projeto político de Muniz Freire e seus pares, curvando todo o território aos interesses do capital e da capital.

Ainda vale registrar que o que aqui se esboçava inicialmente como uma hipótese de herança político-ideológica de Muniz Freire, ao menos pelo pouco que se observou do desenrolar das obras concernentes ao Novo Arrabalde e ao sistema de circulação e transportes no Espírito Santo nos anos posteriores a seus dois mandatos, se confirmam ao termos em vista o prosseguimento das obras, dos ideais e até mesmo do teor de certos discursos políticos. Curiosamente, muitos dos presidentes do Estado que vieram no encalço de Muniz Freire eram originários da elite cafeicultora sulista, sendo que, mesmo isso, não pareceu alterar o projeto político de capitalidade, mostrando que os interesses mercantis se inseriram de vez no Estado e se materializaram com a sustentação de um protagonismo de Vitória.

Em suma, não se deve negar a importância que Muniz Freire teve para a geo-história capixaba, bem como para a história urbana de Vitória, residindo aí, em grande parte, toda a carga elogiosa firmada em torno de sua figura. Entretanto, seus feitos ainda merecem e devem ser vistos com cautela e olhos menos ingênuos, benevolentes e/ou acomodados com os ideais de progresso ao se analisar a vida, obra e herança político-ideológica desse político, tendo em vista que, por

mais que seu projeto de capitalidade tenha atraído benefícios, este também foi responsável por “inverter” a Divisão Territorial do Trabalho capixaba e inserir este Estado em uma lógica na qual visualizamos a dinâmica pertinente ao Desenvolvimento Geográfico Desigual.

Tais fatos, inclusive, reforçam a necessidade de se analisar estes processos ao se considerarem as características de Vitória no limiar e decorrer da Primeira República, sendo uma cidade formada por menos de dez mil habitantes e cujos aspectos naturais não se esboçavam vantajosos para um projeto tão “ousado” como o de estender sua área urbana em seis vezes a área original. Isso nos faz crer e concordar com alguns dos relatórios e relatos técnicos da época, nos quais estas não se tratavam de obras prioritárias, representando ainda um exacerbado dispêndio de recursos públicos que poderiam ser direcionados a outros setores e serviços. Dito isso, por mais que Muniz Freire tenha obtido sucesso em seus objetivos, mesmo que em longo prazo, e por mais que este tenha desarticulado e rearticulado as principais regiões produtoras do Estado a seu bel-prazer, não se deve fechar os olhos aos exageros e a inconsistência de suas justificativas, dado que Vitória não se apresentava como um ponto chamariz para tudo o que foi realizado na cidade-capital. A isso pode se acrescentar que sua visão aparentava mais uma preocupação em dotar a cidade para o futuro que se almejava, algo deveras incerto/especulativo, do que necessariamente se solucionar os problemas por ela apresentados à época.

Desse modo, todas as análises e princípios supraexpostos nos conduzem a afirmar ser real o compromisso e o comprometimento de Muniz Freire, mesmo que implícito e/ou inconsciente, com um “Desenvolvimento Geográfico Desigual” que se consubstanciou no Estado a partir de suas políticas e obras concernentes a dotar Vitória de uma capitalidade no amplo sentido do termo. No entanto, também temos ciência de que muitos dos questionamentos e incógnitas que surgiram ao longo da redação destas páginas ainda ficarão sem respostas, o que, a princípio, não chega a representar um problema, tendo em vista a Geografia em si e suas abordagens de cunho histórico ainda serem áreas do conhecimento jovens, bem como se tratam de um campo ainda pouco explorado no Brasil, especialmente no Espírito Santo, carecendo de outras leituras e interpretações dos acontecimentos históricos por meio de uma abordagem de cunho espacial, geográfico.

Por conseguinte, esta não visa se colocar como uma “pesquisa fim”, mas uma pesquisa cujo intuito é o de abrir e demonstrar as diferentes possibilidades a serem assimiladas como norteadoras de um estudo que se queira elucidativo a respeito do desenvolvimento desigual e de sua base geográfica no Estado. Neste caso, em especial, tal trabalho visa se colocar como um “serviço” cuja qualidade seja dotar o Espírito Santo de um viés de análise que fuja de

paradigmas firmados e condescendentes a respeito de nossa historiografia, culminando em um princípio de consciência espacial, historicamente falando, em muito demandada nos estudos sobre o território capixaba e sua formação.

Vale ainda registrar que nossas percepções, conforme inicialmente expusemos nesta sessão, advieram da observação de questões ainda hoje identificáveis no território capixaba. Neste aspecto temos pouco a afirmar se as ações de Muniz Freire foram as precursoras de tais iniciativas ou se os governos que o sucederam acentuaram os aspectos da modalidade de desenvolvimento aqui apontada até este limiar de século XXI. Ao menos, no que tange ao período da Primeira República e a forma como alguns empreendimentos e ideais foram conduzidos no Espírito Santo, a herança político-ideológica de Muniz Freire se mostrou presente. No mais, esta noção foi possível tendo em vista o tempo que tivemos para a confecção desse estudo, sendo forçados a fazer um recorte temporal preciso na historiografia capixaba. Assim, as afirmações que pudemos aqui construir estão circunscritas a esse recorte. Questões que estão no cerne de nossa percepção inicial podem, contudo, ser objeto de outros estudos, que certamente poderão ampliar a percepção acerca de nossa história.

Por fim, nos atrevemos concluir esboçando outra hipótese. Aparentemente o corpo teórico que utilizamos nos permitiu as considerações e afirmações nesta ocasião esboçadas. Nessa perspectiva ousamos defender a possibilidade de que as reflexões promovidas por nossa pesquisa possam apresentar reverberações em realidades que guardem similaridades geográficas, sociais, econômico-financeiras, político-administrativas e culturais com a realidade aqui investigada. Naturalmente que essa hipótese necessita ser examinada, demandando mais e futuros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de (1996). **Projeto de um novo arrabalde**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (Coleção Canaã, vol. 2).

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1892). Presidente (1892-1896: Muniz Freire). **Discurso Pronunciado pelo Exm. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire Presidente do Estado do Espírito Santo Após sua promessa constitucional perante o Congresso Constituinte**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1893). Presidente (1892-1896: Muniz Freire). **Mensagem do Presidente do Estado do Espírito Santo Lida ao Congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de Setembro de 1893**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1895). Presidente (1892-1896: Muniz Freire). **Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito-Santo Lida na instalação do congresso legislativo em 17 de setembro de 1895**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1896). Presidente (1892-1896: Muniz Freire). **Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o Governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves, em 23 de maio de 1896**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1896a). Presidente (1896-1897: Graciano dos Santos Neves). **Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito-Santo Lida na instalação do congresso legislativo em 22 de setembro de 1896**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1900). Presidente (1900-1904: Muniz Freire). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Terceira Sessão da Terceira Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1902). Presidente (1900-1904: Muniz Freire). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 2 de Outubro de 1902**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1908). Presidente (1908-1912: Jerônimo Monteiro). **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso Espírito-Santense na Segunda Sessão da 6ª Legislatura**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1913). Presidente (1908-1912: Jerônimo Monteiro). **Exposição sobre os Negócios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro Presidente do Estado durante o mesmo Período**. Vitória: s/i.

ESPÍRITO SANTO (Estado) (1928). Presidente (1924-1928: Florentino Avidos). **Mensagem Final apresentada pelo Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos, ao Congresso Legislativo, a 15 de Junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924 - 1928.** Vitória: s/i.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo.** Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. **O porto de Vitória.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1974.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo: sinopse histórica.** 2ª ed. Viana: JEP, 2012.

BANCK, Geert Arent. **Dilemas e símbolos – Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo.** Vitória: EDUFES, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas.** Vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização).** Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

_____. **Café e Modernização (O Espírito Santo no século XIX).** Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987a.

_____. **História geral e econômica do Espírito Santo.** Vitória: Multiplicidade, 2006.

_____. **Indústria. A modernização do Espírito Santo.** Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

BOSCARIOL, Renan Amabile; COCCO, Rodrigo Giraldi; AMORIM, Wagner Vinicius. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado e a geografia.** In: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/download/89/24> Acesso em: 13 de março de 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória - Espírito Santo: Florecultura, 2002.

_____. **A Experiência de Construção Habitacional do IBES.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Vitória, v. 54, n.1, p. 82-100, 2000.

_____. **História da construção e das transformações da cidade.** Vitória: Cultural-ES, 2005.

_____. **O novo Arrabalde.** Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CAROS AMIGOS. **Entrevista exclusiva com Milton Santos.** In: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/grandes-entrevistas/6047-entrevista-explosiva-com-milton-santos> Acesso em: 29 de dezembro de 2016.

CASA DO SABER. **Deleuze: Filosofia da Diferença / Franklin Leopoldo e Silva.** In: <https://www.youtube.com/watch?v=6Her0PEsMao&t=24s> Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

COGGIOLA, Osvaldo. **Trótski e a lei do desenvolvimento desigual e combinado.** In: Revista Novos Rumos, ano 19, n. 42, 2004.

CPDOC. **FREIRE, Muniz.** In.: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2017.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida.** In: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa_o3/Felipe_Demier.pdf Acesso em: 13 de março de 2016.

DE OLHO NA ILHA. **A construção da Ponte Florentino Avidos – 1927-1928 – (Cinco Pontes).** In.: <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2010/10/construcao-da-ponte-florentino-avidos.html> Acesso em 10 de julho de 2017.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DICIONÁRIO Ilustrado Tupi-Guarani. **Capixaba.** In: <http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/capixaba/> Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

FERREIRA, Francismar Cunha. **Propriedade fundiária, os “vazios urbanos” e a organização do espaço urbano: o caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES (RMGV-ES).** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2015.

FERREIRA, Gilton Luís. **Um desejo chamado metrópole: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX.** Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen; FERREIRA, Gilton Luis. **Histórias paralelas: modernização e urbanismo nas cidades de Vitória e Rio de Janeiro**. In.: SILVA, Igor Vitorino da & QUINTÃO, Leandro do Carmo. (Org.). O Espírito Santo da Primeira República. Vitória: Flor & Cultura, 2012. p. 63-100.

FONSECA, Juliana de Souza. **Capitalidade e civilização na reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906)**. Dissertação (Mestrado em História Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007.

FREITAS, José Francisco Bernardino. **Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata**. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo., 2004, Niterói. Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.. Niterói: ARQ.URB/UFF, PPGG/GEO/UFRJ, IPPUR/UFRJ e PROURB/FAU/UFRJ., 2004. v. 1. p. 1-17.

_____. **Port activities and landfills in Vitória (ES): choices and outcomes**. In: International Sociological Association Reserach Committee 21: Sociology of Urban and Regional Development, 2009, São Paulo. Anais ISA2009-RC21: São Paulo Conference: Inequality, inclusion and sense of belonging. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2009. v. 1. p. 1-1.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAZETAONLINE. **Se em Vitória tem a Segunda e a Terceira Ponte, qual é a “primeira”?** In.: <http://www.gazetaonline.com.br/especiais/capixapedia/2015/03/se-em-vitoria-tem-a-segunda-e-a-terceira-ponte-qual-e-a-primeira-1013892875.html> Acesso em: 10 de julho de 2017.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. 5. ed. - São Paulo: DIFEL, 1983.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. **Divisão Territorial do trabalho e nova regionalização**. In: Revista do Departamento de Geografia. São Paulo: Edusp, 1982.

GOMES, Eduardo Rodrigues. **A geografia da verticalização litorânea em Vitória: o bairro da Praia do Canto**. Vitória: GSA/PMV, 2009.

_____. **A modernização urbana no Centro de Vitória (ES): a constituição de seu porto e a estruturação de sua área central**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2015.

_____. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2014a.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014b.

_____. **Spaces of capital. Towards a critical geography.** New York: Routledge, 2006a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2015.

_____. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** In: Revista Outubro, ed 1-06, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza, *et al* (Orgs.). **Cidade Prospectiva – o projeto de Saturnino de Brito para Vitória.** Vitória: EDUFES e AnnaBlume, 2009.

_____; FREITAS, José Francisco Bernardino. **Investimento e poder político. Prós e contras dos atributos de uma capital – Vitória, Estado do Espírito Santo, Brasil.** In: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-55.htm> Acesso em: 20 de julho de 2016.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso: os fundamentos da urbanização de Vitória 1889-1930.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____. **Atraso regional e discurso político no Espírito Santo republicano.** In.: Revista Geografares, nº 15, p. 68-97, dezembro de 2013.

MENDOZA, Luís Gabriel Menten. **As escalas do desenvolvimento (geográfico) desigual em David Harvey e Neil Smith.** In: <http://www.editoraetra1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p676-686.pdf> Acesso em: 20 de julho de 2016.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio: os vazios visíveis da capital capixaba.** São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, Cícero. **Geografia do Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MUSEU VALE. **História da EFVM.** In.: <http://museuvale.com/site/Website/Museu.aspx?id=5&tipo=3> Acesso em: 10 de julho de 2017.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s/d.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da natureza e a natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A expansão ferroviária em solo capixaba**. In.: SILVA, Igor Vitorino da & QUINTÃO, Leandro do Carmo. (Org.). *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor & Cultura, 2012. p. 9-48.

_____. **A interiorização da capital pela estrada de ferro Sul do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

_____. **Modernização urbana na Belle Époque capixaba: revisitando o Novo Arrabalde**. In.: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *et al.* (Orgs.). *Modernidade & Modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à “primeira grandeza”: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896)**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Viviane Mozine. **Desigualdades regionais no Espírito Santo: perspectivas da fronteira de exploração petrolífera**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2006.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. **Uma ferrovia em questão: a Vitória a Minas 1890/1940**. Vitória: EFVM, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau. Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: Economia e Demografia (1848-1888)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória: EDUFES, 1996.

_____. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996a.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **Escritos políticos de Muniz Freire**. Vitória: Pro Texto, 2013.

_____. **José de Melo Carvalho Muniz Freire**. Coleção Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo - Grandes Nomes. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

_____. **Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba**. In: Revista Dimensões, v. 17, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo, EDUSP, 2008.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006a.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002**. Campinas: Companhia da Escola, 2002.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O meandro dos rios nos meandros do poder: o processo de valorização dos rios e das várzeas do Tietê e do Pinheiros na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo – Estado, interesses e poder**. Vitória: SPDC/UFES e FCAA, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX**. In.: Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 24, p. 565-584, jul/dez 2010

_____. **O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória: CODESA, 1984.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In.: Geografia: Conceitos e Temas. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa & CÔRREA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUETH, José Candido Rifan. **A evolução da malha rodoviária no Espírito Santo na Primeira República.** Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2002.

_____. **Espírito Santo, um estado "satélite" na primeira república:** de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor & Cultura, 2006.

THEIS, Ivo Marcos. **Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual.** In: Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, pág. 241-252, dez. 2009.

_____; BUTZKE, Luciana. **O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana.** In: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, UEL, 14 a 17 de set. de 2010.

_____; _____. **O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado.** In: GALVÃO, Andréia, et al (orgs.). Capitalismo: crises e resistências. São Paulo: Cemarx Unicamp, 2012.

_____; _____. **Planejamento e Desenvolvimento Desigual em Santa Catarina.** Florianópolis, s.d. In: <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/ivomarcos.pdf> Acesso em: 03 de setembro de 2014.

_____; ZUMMACH, Franklin Carlos. **Desenvolvimento desigual em Santa Catarina: a experiência das secretarias de desenvolvimento regional.** In: <http://necat.ufsc.br/files/2011/10/Ivo-2013.pdf> Acesso em: 11 de março de 2016.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa – Livro I: Tomo I.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

VIVER sem medo. **Eduardo Galeano – legendado em português.** In: https://www.youtube.com/watch?v=IrDzP-zQs_c Acesso em: 28 de dezembro de 2016.